

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Letras

PERPÉTUA PRISÃO ÓRFICA OU ÊNIO TINHA TRÊS CORAÇÕES: O RELATIVISMO LINGÜÍSTICO
E O ASPECTO CRIATIVO DA LINGUAGEM

Rodrigo Tadeu Gonçalves

Curitiba
2008

Rodrigo Tadeu Gonçalves

PERPÉTUA PRISÃO ÓRFICA OU ÊNIO TINHA TRÊS CORAÇÕES: O RELATIVISMO LINGÜÍSTICO
E O ASPECTO CRIATIVO DA LINGUAGEM

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras. Área de concentração: Estudos Lingüísticos. Linha de pesquisa: História e Filosofia da Lingüística. Orientador: Prof. Dr. José Borges Neto

Curitiba
2008

Epígrafes

Language is a perpetual Orphic song,
which rules with Daedal harmony the throng
of thoughts and forms, which else senseless and shapeless were.

“A língua é uma perpétua canção órfica,
que rege com harmonia de Dédalo a profusão
de pensamentos e formas, que foram antes sem sentido e forma.”

Percy B. Shelley, *Prometheus Unbound*, IV, 415-17

*Quintus Ennius tria corda habere sese dicebat, quod loqui Graece et Osce et Latine
sciret*

“Quinto Ênio dizia que tinha três corações, pois sabia falar grego, osco e latim.”
Aulus Gellius, *Noctes Atticae* 17.17

Dedicatória

quibus amo.

Agradecimentos

Agradeço a todos aqueles que me ajudaram de alguma forma ao longo do caminho serpentina que me trouxe até aqui. Alguns nomes estarão de fora por injustiça minha. A essas pessoas e coisas, agradeço muitíssimo.

Agradeço ao meu sempre orientador, o professor José Borges Neto, que, com seu jeito singular de ver o mundo, desde a iniciação científica, tem me mostrado uma alternativa à ansiedade que sempre me caracterizou. Ao mestre, muito obrigado.

Agradeço ao professor Luiz Arthur Pagani, sempre co-orientador, pela presença, conselhos e força.

Agradeço ao professor Caetano W. Galindo, por ser, acima de tudo, um amigo.

Agradeço ao professor Werner Heidermann, por ter sido uma inspiração constante no trabalho, desde as longínquas aulas na UFSC em 2005.

Agradeço ao professor João Wanderley Geraldi, cuja presença na banca da defesa da tese foi fundamental e motivo de grande orgulho para mim.

Agradeço ao professor Maximiliano Guimarães pelas aulas na pós-graduação e pela paciência sempre enorme comigo.

Agradeço ao professor Mauricio Mendonça Cardozo, por ter me apresentado a um outro mundo com o seu grupo de leitura de Steiner e tradução.

Agradeço ao primo, irmão, amigo, Renato Miguel Basso, que tantas vezes se prestou a me conseguir bibliografia, que tantas vezes leu atenciosamente meus textos, que tantas vezes me ouviu e se fez ouvir.

Agradeço ao mais que irmão Bruno Vinicius Gonçalves Vieira, por ser meu modelo de classicista, de ser humano, de professor, de amigo. Sua leitura atenta da minha análise de Varrão e sua constante tentativa de tornar meu texto e minha visão geral da vida mais leves foram fundamentais.

Aos colegas de área de clássicas Alessandro, Guilherme, Pedro e Roosevelt, e aos colegas de departamento que gentilmente acompanharam o processo quase todo, Mazé, Lígia, Teresa, Adelaide, Sandra, entre outros dos quais posso acabar me esquecendo, *gratias multissimas*.

Aos amigos Bruno Zétola, Evanir Pavloski, Fabio Sorgon, Théo Moosburger (em ordem alfabética), agradeço pelo interesse sempre positivo, pelas sinucas, pelos jantares e por todo o resto.

Aos colegas de trabalho, sempre tão queridos e interessados, minha gratidão e minha expressão de orgulho por poder chamá-los assim. Aos meus alunos diletos, *gratias ago* por acreditarem nas coisas que lhes digo. Agradeço também ao programa de pós-graduação em Letras da UFPR, especialmente na figura inspiradora e amiga de seu atual coordenador, prof. Paulo Soethe.

Agradeço à minha família inteira e à querida Gisele, pelo amor de todos esses anos. Agradeço especialmente ao meu pai, Pedro, e à minha mãe, Elisabete, tão compreensivos e presentes, ainda que distantes.

Finalmente, aos que aguardam às margens do Letes, em quem penso sempre.

Resumo

Esta tese apresenta-se como uma tentativa de produzir uma história do relativismo lingüístico desde Protágoras até os neo-whorfianos, juntamente com uma análise do conjunto de formulações daquilo que chamo de “aspecto criativo da linguagem”. Na primeira parte, proponho analisar o relativismo lingüístico mais amplamente, e não apenas nos limites da “hipótese Sapir-Whorf”. Reconhecendo a importância do ambiente cultural e filosófico e das influências que levaram Wilhelm von Humboldt a formular suas idéias sobre a linguagem, proponho uma história mais ampla do relativismo lingüístico, com maior foco, inicialmente, nos séculos XVIII e XIX, que preparam o terreno para as formulações de Edward Sapir e de Benjamin Lee Whorf, chamadas aqui de “clássicas”, que, após a purgação da crítica, geraram um movimento contemporâneo de cientistas cognitivos interessados em propor experimentos para corroboração do relativismo lingüístico, chamados aqui de neo-whorfianos. Num segundo momento, o aspecto criativo será analisado a partir das perspectivas de Varrão, Saussure, Chomsky, Humboldt, Cassirer, Schaff, Steiner e, especialmente, Franchi. A partir da concepção de linguagem como atividade constitutiva, que engloba as formulações de aspecto criativo anteriores, esta tese tentará estabelecer uma relação entre aspecto criativo e relativismo lingüístico, que será apresentada como uma relação que elimina a possibilidade da versão extrema do relativismo lingüístico, chamada de determinismo lingüístico, ao mesmo tempo em que possibilita uma versão moderada e produtiva do relativismo.

Palavras-chave: relativismo lingüístico; aspecto criativo da linguagem; história e filosofia da lingüística; filosofia da linguagem; Humboldt; Whorf; Franchi.

Abstract

This dissertation is an attempt to propose a history of linguistic relativity, from Protagoras to the neo-whorfians, together with an analysis of the set of formulations of what I call here the “creative aspect of language”. In the first part, the aim is to analyse linguistic relativity as something bigger than what is usually understood when it is deemed “the Sapir-Whorf hypothesis”. By emphasizing the cultural and philosophical setting which led Wilhelm von Humboldt to formulate his ideas on language, I propose a history of the linguistic relativity that covers more intensely the 18th and 19th centuries, so as to allow a further exploration of the formulations of the hypothesis by Edward Sapir and Benjamin Lee Whorf, which I call here “classical” formulations of the linguistic relativity. After the severe criticism these classical formulations received, a new generation of relativists, called here neo-whorfians, is presented as a group of serious cognitive scientists trying to develop well-devised experiments to strengthen the relativistic claims. In a second part of the dissertation, the creative aspect of language is analysed from the views of Varro, Saussure, Chomsky, Humboldt, Cassirer, Schaff, Steiner and, especially, the Brazilian linguist Carlos Franchi. Based on Franchi’s conception of language as constitutive activity, which encloses the previous formulations of the creative aspect of language, I will try to establish a relationship between the creative aspect of language and the linguistic relativity hypothesis, one that will be seen as a refutation of the strong version of the relativistic claims, called linguistic determinism, at the same time as it can be seen as enabling an interesting moderate version of the linguistic relativity.

Keywords: linguistic relativity; creative aspect of language; history and philosophy of linguistics; philosophy of language; Humboldt; Whorf; Franchi.

Sumário

EPÍGRAFE	II
DEDICATÓRIA	III
AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
SUMÁRIO	VIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - RELATIVISMOS: VISÃO GERAL	8
1.1. O RELATIVISMO FILOSÓFICO	8
1.1.1. <i>Relativismo conceitual</i>	11
1.1.2. <i>Relativismo perceptual</i>	12
1.1.3. <i>Relativismo da verdade</i>	13
1.1.4. <i>A discussão do relativismo de Newton-Smith (1982)</i>	14
1.2. O RELATIVISMO LINGÜÍSTICO	17
1.2.1. <i>O universalismo lingüístico como anti-relativismo</i>	19
1.2.2. <i>A formulação do RL de Lucy (1997)</i>	21
1.2.3. <i>Discussões preliminares</i>	22
1.2.4. <i>O relativismo lexical</i>	25
CAPÍTULO 2 - A HISTÓRIA DO RELATIVISMO LINGÜÍSTICO ATÉ O SÉCULO XIX	34
2.1. FONTES ANTERIORES DO RELATIVISMO.....	35
2.2. O DEBATE ENTRE EMPIRISTAS E RACIONALISTAS	36
2.2.1. <i>Empirismo e racionalismo no pensamento sobre a linguagem</i>	39
2.3. ALGUMAS PROPOSTAS RELATIVISTAS NOS SÉCULOS XVII A XIX.....	40
2.4. A LINGÜÍSTICA HISTÓRICO-COMPARATIVA COMO PONTE PARA AS IDÉIAS RELATIVISTAS DO SÉCULO XX.....	51
2.5. WILHELM VON HUMBOLDT	52
2.5.1. <i>O início do pensamento sobre a linguagem em Humboldt</i>	54
2.5.2. <i>A problemática dos conceitos, das palavras e da tradução em Humboldt</i> ..	55
2.5.3. <i>As relações entre universalismo, relativismo, linguagem e pensamento em Humboldt</i>	57
2.5.4. <i>O programa de investigação humboldtiano</i>	61
2.5.5. <i>A obra madura de Humboldt: a introdução à gramática do kawi (1836)</i> ...	62
2.5.6. <i>Algumas leituras críticas da obra de Humboldt</i>	66

CAPÍTULO 3 – FORMULAÇÕES “CLÁSSICAS” DO RELATIVISMO LINGÜÍSTICO	72
3.1. FRANZ BOAS (1858-1942).....	73
3.2. EDWARD SAPIR (1884-1939).....	75
3.2.1. <i>A hipótese de Whorf merece o nome de Sapir?</i>	82
3.3. BENJAMIN LEE WHORF (1897-1941).....	88
3.3.1. <i>A biografia romanesca de Whorf na introdução de Carroll (1956)</i>	88
3.3.2. <i>Análise dos textos da primeira fase da produção de Whorf</i>	93
3.3.3. <i>Elementos intermediários entre as análises iniciais e a proposta madura de Whorf</i>	101
3.3.4. <i>A produção madura de Whorf</i>	108
3.3.5. <i>As leituras críticas da obra de Whorf</i>	118
CAPÍTULO 4 – A PESQUISA EM RELATIVISMO LINGÜÍSTICO HOJE: OS NEO-WHORFIANOS	133
4.1. GUMPERZ & LEVINSON (1996).....	133
4.2. GENTNER & GOLDIN-MEADOW (2003)	135
4.3. JOHN LUCY E A NOVA ABORDAGEM DOS ESTUDOS NEO-WHORFIANOS	137
4.4. DAN SLOBIN E O “THINKING FOR SPEAKING”	139
4.5. STEPHEN C. LEVINSON: O DOMÍNIO DO ESPAÇO COMO ESPAÇO DE CONTROVÉRSIA	143
4.6. STEVEN PINKER E OS NEO-WHORFIANOS.....	144
4.6.1. <i>As dez versões do RL para Pinker (2007)</i>	146
4.6.2. <i>O anti-determinismo de Pinker (2007)</i>	150
4.7. LEVINSON E O ANTI-UNIVERSALISMO	152
CAPÍTULO 5 – O ASPECTO CRIATIVO E O RELATIVISMO.....	156
5.1. ANALOGIA, RECURSIVIDADE E O ASPECTO FORMAL DO ASPECTO CRIATIVO.....	160
5.1.1. <i>Varrão e a analogia</i>	160
5.1.2. <i>Saussure e a analogia como fator criativo</i>	168
5.1.3. <i>Chomsky, o aspecto criativo do uso da linguagem e a recursividade</i>	172
5.2. O CARÁTER ATIVO DA LINGUAGEM: ENERGIA VERSUS ERGON	184
5.2.1. <i>Humboldt e o aspecto criativo</i>	184
5.2.2. <i>O papel ativo da linguagem em Ernst Cassirer</i>	192
5.2.3. <i>Adam Schaff e a construção da imagem do mundo</i>	195
5.2.4. <i>George Steiner e a linguagem como perpétua canção órfica</i>	199
5.3. FRANCHI E A LINGUAGEM COMO ATIVIDADE CONSTITUTIVA.....	203
5.3.1. <i>Wanderley Geraldi, notável Franchiano</i>	210
5.3.2. <i>Das ações que se fazem com a linguagem</i>	211
5.3.3. <i>Das ações que se fazem sobre a linguagem</i>	212
5.3.4. <i>Das ações da linguagem</i>	213
5.3.5. <i>Rodolfo Ilari em busca de uma definição semântica de atividade constitutiva</i>	215
CONCLUSÃO.....	219
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	225

Introdução

Seria interessante, suponho, explicar aqui os motivos pelos quais cheguei ao ponto de escrever uma tese de doutorado sobre esse assunto. Linguísta teórico de formação, simultaneamente classicista, concluí o mestrado sob orientação do mesmo orientador que sempre me orienta, o professor José Borges Neto, com um tema bem mais técnico: psicolinguística experimental, processamento de linguagem natural, prosódia e gramática categorial, tudo misturado, e sob o obscuro título “Caminhos para fora do labirinto”. Ao final da dissertação, os planos seriam seguir adiante com a mesma proposta, e implementar computacionalmente um modelo que desse conta da natureza do processamento de linguagem e que levasse em consideração alguns elementos explorados lá atrás. No entanto, começara a carreira de professor universitário em uma instituição privada, sob o olhar de confiança do então coordenador de curso, hoje amigo, Fábio Marcello Sorgon e, como sói acontecer nesses meios, em pouco tempo lecionava linguística, língua portuguesa, língua inglesa, língua latina e o que tivesse que lecionar. No campo da linguística, foi-me atribuído o primeiro período, no qual eu daria aulas para os calouros de uma ementa que era, basicamente, história da linguística. Entrei em contato com um domínio que parecia permitir explorações de múltiplos campos, autores, idéias, e pontes inimagináveis para um pesquisador especialista em alguma área mais focada e centrada. Ali percebi que a minha formação promíscua de linguísta, professor de línguas e classicista seria muito útil. Estudávamos dos gregos ao presente, e começou a chamar a minha atenção um autor específico, sempre tratado com respeito profundo mas sempre de maneira superficial (diziam os historiadores) devido à natureza complexa de seus escritos: o polímata prussiano Wilhelm von Humboldt. Aos poucos, terminei o mestrado, fui aprovado em concurso para professor de latim na mesma instituição em que agora encerro a formação de estudante e em que estive desde a graduação, e Humboldt continuava a me intrigar. Já professor de língua e literatura latina e doutorando em estudos linguísticos, em 2005 tive a chance de assistir a algumas aulas do prof. Werner Heidermann no programa de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, de uma disciplina que me atraiu já pelo nome: “Wilhelm von Humboldt: filósofo ou linguísta?”. Nas discussões, tive acesso aos rascunhos da

primeira tradução de Humboldt para o português, que saiu publicada no ano seguinte. Dali saiu meu primeiro trabalho sobre Humboldt, e a convicção de que meu projeto de pesquisa teria de ser alterado e que eu teria que escrever uma tese sobre Humboldt. Minha natureza ansiosa e holística, no entanto, não permitiu que eu me centrasse em apenas um autor. A inexistência de manuais abrangentes de história da lingüística feitos no Brasil me incomodava, e eu pensava algo loucamente que eu poderia me aventurar por uma tentativa de construir um manual desse assunto. Minha ambição sempre foi maior do que meu juízo, então, com minha formação de classicista, e com os pés mais próximos do chão, eu quis começar uma espécie de história temática da lingüística cujo escopo temporal abrangeria de Platão a Chomsky, e cujo tema principal seria o debate entre universalismo e relativismo. Obviamente, seria demais, e por vários motivos. O professor Luiz Arthur Pagani, co-orientador desde os tempos de mestrado, emitiu um parecer sobre o projeto esboçado do jeito abrangente exposto acima dizendo o que eu já deveria ter percebido: seria muito para uma tese de doutorado. Simultaneamente, tornava-se claro para mim que a construção do debate entre relativismo e universalismo assim colocado seria mais uma construção minha do que algo que efetivamente existisse por aí. Os universalistas tinham outros inimigos mais importantes, e pouco falavam dos relativistas, dando o debate como vencido já há muito tempo. Assim, aos poucos, o tema foi se definindo, ficando mais delimitado (ainda que não muito, como se verá nas páginas seguintes – em grande parte por ousadia única e exclusivamente minha) e ganhando especificidade quanto ao modo de tratamento, por um lado, pela escolha do relativismo apenas (o universalismo seria tratado quando fosse realmente necessário), mas, por outro, pela percepção de que um tema absolutamente relevante para a questão do relativismo, e que poucos ligavam claramente a ela, era o do aspecto criativo da linguagem. Com esses dois temas principais e uma idéia de que eles deveriam ser relacionados em algum grau, cheguei, enfim, a esta tese.

Quanto aos objetivos, a tese continua múltipla. Num primeiro momento, ela pretende propor uma história das hipóteses consideradas relativistas quanto à linguagem, de modo a sistematizar o diverso corpo de doutrinas que costumeiramente recebe o adjetivo “relativista”, desde o relativismo enquanto corrente filosófica até o relativismo lingüístico na pesquisa experimental contemporânea. Um segundo objetivo é o de investigar os diversos usos do termo “aspecto criativo” nos trabalhos dos filósofos e pensadores da linguagem, também procurando encontrar alguma uniformidade em meio ao aparente caos da bibliografia aqui apresentada. Ao término

dessas duas etapas, o objetivo principal da tese será ligar as noções de relativismo lingüístico e de aspecto criativo da linguagem de uma maneira produtiva.

Primeiramente, seria importante entender de modo superficial o que se entende por relativismo lingüístico e por aspecto criativo.

Como esclarecimento importante, creio ser este o lugar mais adequado para explicar que chamarei o que em inglês costuma ser chamado de *linguistic relativity* por “relativismo lingüístico” e não por “relatividade lingüística”, seguindo a tradição da literatura em filosofia e lingüística em português, que geralmente fala de “relativismo” e não de “relatividade”. Este segundo termo acabou sendo muito mais comumente associado à teoria física da relatividade de Einstein, e, por esse motivo, na discussão que se seguirá preferirei “relativismo” para afastar qualquer aproximação possível com a física quântica (cuidado que Whorf não tomou, como veremos). Adicionalmente, ainda que Auroux (1998) tenha proposto uma distinção entre relativismo e relatividade lingüística, não explorarei essa questão mais a fundo por questões de conveniência, até porque ele foi, dos autores que abordo aqui, o único a propor essa diferença. Além disso, freqüentemente utilizarei as abreviações “RL” para “relativismo lingüístico”, “DL” para “determinismo lingüístico”, “UL” para “universalismo lingüístico” e “AC” para “aspecto criativo”.

O que se costuma chamar de relativismo lingüístico é, antes de mais nada, um conjunto de teses diversas que afirmam uma crença mais ou menos definida de que a língua que falamos influencia na maneira como enxergamos a realidade. Um modo extremo desta tese, o chamado determinismo lingüístico, propõe que somos totalmente determinados pela língua que falamos, e não conseguimos conceber conceitos que não estejam presentes em nossa língua. As conseqüências de graus mais avançados do relativismo e do determinismo lingüístico são a incomensurabilidade entre sistemas lingüísticos diferentes e até a impossibilidade da tradução entre as línguas.

A hipótese relativista quanto à linguagem tem sua origem difusa muitos séculos atrás, mas tem sido atribuída mais freqüentemente nos manuais e nas aulas de introdução à lingüística aos autores Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf, que emprestaram seus nomes à formulação mais famosa do relativismo, que passou a ser conhecida como “hipótese Sapir-Whorf”. Um dos objetivos da tese será o de propor uma breve história das noções relativistas na lingüística e mostrar que a atribuição da hipótese apenas a Sapir e Whorf é uma simplificação grosseira.

A noção de aspecto criativo da linguagem também é difusa e controversa, sendo exposta por autores diferentes de modos bastante distintos. Ela pode ser entendida, *grosso modo*, como a idéia de que a língua que falamos possui recursos de criação de infinitas expressões (dentre as quais, expressões totalmente inéditas) a partir de recursos limitados, através de mecanismos formais como a recursividade, a analogia, além de outros, como os empréstimos lexicais, as influências entre as línguas, o uso criativo individual da língua, entre outros. A própria etimologia de *criar* auxilia na constatação de que o mecanismo criativo é poderoso: em latim, *creare* possui acepções tão diversas como “criar, instituir, *eleger e seleccionar*”. O processo lingüístico, desde a Antigüidade, é pensado em termos de seleção de alguns poucos elementos atômicos disponíveis e sua colocação em seqüências de acordo com poucas regras de combinação para produzir todas as possibilidades lingüísticas, como prevê a *Biblioteca de Babel* de Borges (atribuída já a discussões de Aristóteles, e que utilizarei para introduzir o assunto do aspecto criativo no capítulo 5).

Veremos, então, que o aspecto criativo abrange desde noções formais sintáticas, semânticas e morfológicas simples até concepções de linguagem que a compreendem como ativa na criação da nossa imagem do mundo, da realidade, do mundo objetivo, da nossa inserção no mundo como sujeitos, e na auto-constituição e auto-regulação da própria linguagem.

Assim, nos quatro primeiros capítulos falarei sobre o relativismo lingüístico, e no quinto capítulo falarei sobre o aspecto criativo da linguagem, sempre com a tentativa de união harmônica desses dois temas ao fim da tese. A construção da união entre os dois acabará por se dar muito mais ao longo do texto todo da tese e na conclusão do que em um capítulo específico em que eu retome todos os pontos tentando construir a ligação entre relativismo e aspecto criativo, o que tornaria a questão mais repetitiva e desagradável. Por isso, a organização dos capítulos sempre foi pensada de maneira a facilitar a construção das duas problemáticas num crescendo que permitisse, ao final, uma visão clara do que poderia ser uma ligação razoável entre as duas problemáticas básicas da tese. Passemos a uma exposição breve do conteúdo dos capítulos.

No capítulo 1, apresento o relativismo de maneira mais geral. Desde o relativismo como corpo abrangente de doutrinas filosóficas em vários domínios da atuação do homem, até as noções mais gerais de relativismo lingüístico, como a sua definição geral e as questões que se associam mais freqüentemente a ele; enfim,

apresento e formulo a problemática do RL de maneira mais geral, preparando o terreno para a análise histórica que ocupará os capítulos seguintes.

O capítulo 2 inicia a minha história do relativismo lingüístico, que separei em três partes. Aqui, na primeira parte, procurei identificar raízes histórico-filosóficas antigas para a questão, desde a formulação de Protágoras de que “o homem é a medida de todas as coisas” até o final do século XIX, que, juntamente com o século imediatamente precedente, ocupa a maior parte do capítulo, já que é nele que discuto Herder, Schleiermacher, Condillac e, principalmente, Humboldt, em suas proposições freqüentemente não identificadas como relativistas, mas absolutamente fundamentais para o estabelecimento das hipóteses auto-declaradas relativistas dos capítulos seguintes.

No capítulo 3 figuram as chamadas formulações “clássicas” do relativismo lingüístico, basicamente seguindo a tradição de identificar em Sapir e Whorf “a” hipótese do RL. Aqui, então, vê-se como Franz Boas estabelece uma ponte entre a tradição humboldtiana e, de modo mais geral, alemã, e a tradição norte-americana do estruturalismo e da lingüística antropológica. Edward Sapir, discípulo de Boas, em seus estudos etnolingüísticos, abre caminho para a percepção de que línguas muito afastadas do cânone indo-europeu podem apresentar-se radicalmente diferentes daquelas que a tradição gramatical normalmente estudou, e isso dá um novo fôlego para as proposições de que a linguagem exerce influência sobre seus usuários. Além disso, nesse capítulo questionarei o uso do nome de Sapir hifenizado com o de Whorf na versão famosa da hipótese, dado que Whorf, sim, é que propôs a formulação forte do relativismo lingüístico e, de certo modo, foi mesmo o primeiro a utilizar o termo *linguistic relativity* nos anos 1940, enquanto que a filiação de Sapir à hipótese pode ser contestada. Whorf e seus críticos severos encerram o capítulo.

O capítulo 4, relativamente mais curto, preenche uma lacuna importante para o panorama geral, ainda que menos importante para a tentativa principal da tese de ligar o relativismo ao aspecto criativo: aqui se faz uma história da vertente relativista científica contemporânea, a dos chamados neo-whorfianos, que sobreviveram à onda de críticas massacrantes às idéias (por vezes mirabolantes) de Whorf e iniciaram uma tradição de estudos mais controlados, de experimentos bem conduzidos e de formulações mais testáveis das hipóteses relativistas, buscando algum grau de corroboração das novas versões da hipótese. Aqui temos acesso a uma vertente contemporânea de estudos relativistas nas ciências cognitivas, além de suas refutações experimentais e dos debates

que estão ocorrendo a respeito dessas questões. O capítulo 4 encerra a parte da tese mais especificamente sobre o relativismo e fecha o ciclo de três capítulos dedicados à história do RL.

O último capítulo da tese apresenta as diversas noções ligadas às questões do aspecto criativo da linguagem, também numa tentativa de fazer uma história das questões ligadas à criatividade formal e ao papel ativo da linguagem na criação de nossas experiências. O capítulo divide-se também em seções, que cobrem, em primeiro lugar, os pontos considerados “formais” do aspecto criativo, com Varrão, Saussure e Chomsky, falando, respectivamente, de analogia, nos dois primeiros autores, e de recursividade, no terceiro. Num segundo momento, apresentam-se as visões sobre o papel ativo da linguagem na construção da imagem do mundo, da realidade, e do conhecimento, com nova análise de Humboldt, e com a discussão mais específica de Ernst Cassirer, Adam Schaff e George Steiner. Na terceira parte do capítulo, o aspecto criativo é visto na sua função constitutiva como propôs Carlos Franchi e dois de seus colegas que reaproveitaram os temas por ele desenvolvidos: Wanderley Geraldi e Rodolfo Ilari. Aqui chegamos à formulação mais completa de aspecto criativo, que engloba as questões formais ligadas a propriedades criativas da linguagem e o papel ativo da linguagem como processo (a *Energeia* de Humboldt) e não como produto (para Humboldt, *Ergon*), chegando à noção de que a linguagem constitui não só a nossa imagem do mundo, mas também nossa própria condição de sujeitos, além de se constituir a si mesma, sempre no esforço reiterado de produção a cada momento de enunciação.

É na conclusão que tentarei elaborar a parte de ligação efetiva entre a noção de aspecto criativo e de relativismo lingüístico, de modo a ligar esses dois temas principais da tese.

Gostaria de pedir desculpas gerais pelos muitos erros que restarão na tese apesar das leituras cuidadosas de várias pessoas muito queridas e atenciosas, e gostaria de pedir desculpas pelo tom ensaístico e pelo freqüente uso da primeira pessoa no lugar do já institucionalizado “plural majestático”, que marca a suposta impessoalidade dos trabalhos acadêmicos. Coloco-me aqui como sujeito, inclusive para assumir as responsabilidades pelo texto. Também peço desculpas pelas muitas citações longas ao longo do trabalho (as quais, inclusive, quando traduzidas por mim, terão seus originais em nota de rodapé, como achou por bem a banca de qualificação da tese), mas não pude evitá-las, por acreditar que a mera resenha muitas vezes é um trabalho de mascaramento

do débito para com os maiores que disseram as coisas que gostaríamos de ter dito, ou que gostaríamos de criticar. Para evitar edições redutoras e ofuscantes dos textos de que me sirvo, preferi citações mais substanciais que eu pudesse comentar e analisar com mais calma, ponto a ponto.

Por último, acredito ser necessário explicar o título da tese. Inicialmente muito mais objetivo (“O relativismo lingüístico e o aspecto criativo da linguagem”), o título mudou para algo mais criativo para aproveitar a possibilidade de invenção que a obrigação da escrita nos dá, e a motivação veio, inclusive, de provocação do professor Werner Heidermann, também presente na ocasião da banca de qualificação. Já que temos que escrever um texto acadêmico, sério, que pelo menos algumas pessoas serão obrigadas a ler, por que não libertar o aspecto criativo interno e tornar alguns momentos um pouco menos sérios? A “perpétua prisão órfica” é um jogo de palavras entre a “perpétua canção órfica” de Percy B. Shelley citada por Steiner e a idéia de que o determinismo lingüístico, como doutrina que dita que “somos falados pelo código” (Ilari, 2003), determina completamente nossa relação com um mundo, o que gera as famosas doutrinas da língua como “prisão do pensamento” da qual não conseguimos sair. Uma “prisão órfica” (com a alusão ao papel fundamental da linguagem criativa no mito de Orfeu, que com sua lira e seu canto podia, entre outros prodígios, fazer dançarem pedras, encantar animais), seria modelável, seria ampliável, seria ilusória, e fora antes pensada, na tarde em que surgiu, como uma “prisão móvel”. Isso aponta para as conclusões da tese, e deixo aqui novamente a questão “em suspense”. “Ênio tinha três corações” é uma alusão à citação de Aulo Gélío na epígrafe, que dava conta já na Antigüidade do caráter de ampliação da experiência individual daqueles que falam várias línguas, que pertencem a diferentes mundos lingüísticos. Não consegui me decidir por nenhum dos dois títulos, então fiquei com os dois. Para não parecer completamente louco, mantive um subtítulo mais razoável, o que resultou em um elegante título de quinze palavras.

Passemos à tese, enfim.

Capítulo 1 - Relativismos: visão geral

Neste capítulo, apresentarei as definições básicas relacionadas ao relativismo lingüístico, para poder, nos capítulos subseqüentes, apresentar as visões mais específicas dos autores com os quais trabalharei. Para efeitos deste capítulo, interessam as visões mais introdutórias e simplificadas das formulações das hipóteses relativistas no que concerne aos temas desta tese. Assim sendo, iniciarei a exposição com uma breve análise do relativismo de modo mais geral na filosofia.

1.1. O Relativismo filosófico

A rigor, o relativismo não é exatamente uma doutrina filosófica. Trata-se, antes, de uma espécie de conjunto de visões e modos de pensamento relacionados a questões sobre a verdade, a cognição e a razão. O relativismo, de maneira geral, consiste em afirmar que algum aspecto relacionado a temas como verdade, razão, experiência, percepção, é relativo a alguma outra coisa. Em sua introdução a um volume com contribuições bastante variadas sobre o relativismo por ele mesmo editado, Michael Krausz caracteriza o termo de modo a encontrar um padrão de alguma forma genérico:

Podemos caracterizar o relativismo de modo amplo como algo que defende, caracteristicamente, que posicionamentos cognitivos, morais ou estéticos envolvendo valores tais como a verdade, a significação, o correto, o razoável, o apropriado, o apto ou similares são relativos aos contextos nos quais eles aparecem. (Krausz, 1989: 1)¹

Em geral, orientações relativistas estão ligadas a pesquisas das áreas das ciências sociais que se relacionam com a interpretação de outras culturas e modos de organização social, por um lado, e com a filosofia da ciência, especialmente quanto a questões concernentes à (in)comensurabilidade de teorias diferentes e aos modos como elas lidam com realidades diferentes, por outro.

¹ “But we may broadly relativism as holding, characteristically, that cognitive, moral, or aesthetic claims involving such values as truth, meaningfulness, rightness, reasonableness, appropriateness, aptness, or the like are relative are relative to the contexts in which they appear.”

Todas as citações em língua estrangeira serão traduzidas por mim e transcritas na língua original em nota de rodapé.

Freqüentemente, as teses relativistas apresentam um grande apelo devido ao fato de soarem liberais e caridosas, pois elas combatem visões totalitárias e uniformizantes de várias instâncias da nossa realidade. No entanto, as refutações do relativismo geralmente apontam para a trivialidade lógica das propostas, como veremos no exemplo de tentativa de refutação de Newton-Smith (1982). Além disso, muito freqüentemente uma posição dita “relativista” é considerada, quase que automaticamente, uma posição inferior, negativa, a ser combatida (de forma irrefletida, já que as formulações das hipóteses relativistas são muito vastas, complexas e diferentes entre si, de modo que o preconceito contra o rótulo “relativismo” é costumeiramente desligado de suas versões sérias, e ligado a “espantalhos” teóricos criados para serem combatidos). Como veremos ao longo desta tese, isso não é diferente com o relativismo lingüístico, que costuma ser identificado como uma visão ultrapassada e indesejável de fenômenos e teorias lingüísticas, ainda que não se façam as distinções apropriadas de teses mais ou menos sérias, empiricamente viáveis, razoáveis etc.

Swoyer (2003) também aponta para o fato de que as teses relativistas geralmente são formuladas de maneiras bastante radicais, como “tudo é relativo” ou “tudo vale”. Segundo o autor, essas formulações são comumente as mais inconsistentes. Para ele, um caminho interessante na filosofia é o de verificar se entre as versões extremas implausíveis e as fracas porém triviais (como, por exemplo, a de que alguns padrões de etiqueta são relativos) do relativismo, há alternativas razoáveis e com algum potencial heurístico.

As teses relativistas podem ser representadas, *grosso modo*, por três elementos fundamentais: um elemento Y, a variável dependente, que é relativo a um elemento X, a variável independente², e a relação de “ser relativo a” que se estabelece entre os dois. Dentre as possibilidades de variáveis dependentes X, encontramos, por exemplo, *a percepção, as crenças, a ética, a verdade ou a realidade*. Elas podem ser relativas a variáveis independentes Y tais como *a língua, a cultura, o período histórico, os paradigmas científicos, as religiões* etc. Desse modo, pode-se estabelecer um grande número de possíveis tipos de teses relativistas, dos quais nem todos são interessantes ou profícuos. No caso específico do objeto desta tese, o relativismo lingüístico na

² Os termos “variável dependente”, “independente” e “relação” são usados aqui com alguma liberdade, uma vez que referem-se a termos emprestados das teorias lógicas, utilizados, no entanto, de maneira aproximada e não com seus significados exatos para as referidas teorias.

formulação mais radical assevera que variáveis X tais como crenças, conceitos e aspectos da percepção são relativos à língua, o elemento invariável Y³.

Ainda em termos gerais, Hollis & Lukes (1982) identificam três fontes principais para o relativismo de forma geral: uma romântica, uma científica e uma anti-epistemológica.

A fonte romântica do relativismo diz respeito ao fato de que o relativismo geralmente apela para sentimentos nobres de tolerância e caridade, ao olhar para grupos sociais e culturais diferentes como sendo equivalentes, não-hierarquizados quanto a suas crenças, modo de vida, modo de ver o mundo, entre outros. O relativismo, nesses termos, não busca alterar o outro quando percebe a diferença, mas, antes, respeitá-lo, entendendo cada cultura como uma unidade irreduzível, exclusiva em sua maneira de se relacionar com a realidade. Tal atitude se relaciona com uma certa recusa do racionalismo do Iluminismo, que pregava a universalidade das leis do pensamento e natureza humana, em busca de um progresso único em seus critérios de correteza, valoração, teleologia e verdade⁴. Como veremos adiante, quanto ao RL, Humboldt, de certo modo, se inscreve nesta tradição do relativismo “romântico”, assim como os lingüistas e/ou antropólogos da vertente norte-americana da virada do século XIX até meados do XX, como Franz Boas, Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf.

A fonte científica do relativismo diz respeito a novos modos de abordar diferentes teorias e paradigmas, respeitando suas maneiras individualizadas de recortar a realidade. Uma vez que certos modos de pensamento e de descoberta de conhecimento são colocados acima de outros como melhores e vistos como únicos ou exclusivos, há o perigo de se descartarem os tipos alternativos de conhecimento por não serem parte desse modo padronizado de fazer ciência. O relativismo na filosofia da ciência ganhou mais espaço à medida em que os trabalhos de filósofos como Thomas Kuhn e Paul Feyerabend ganharam relevância a partir dos anos 1960 (cf., por exemplo, Kuhn (2003[1962]) e Feyerabend (2007[1975])).

Kuhn coloca em questão as visões tradicionais da estrutura da ciência, lançando mão da noção de paradigmas científicos, modos próprios de fazer ciência que são, em

³ Aqui mais uma vez faço referência ao caráter “didático” e pouco formal do uso que faço da terminologia da lógica formal, uma vez que, ainda que consideradas elementos independentes, as ocorrências de línguas diferentes umas das outras é que causam variações nos elementos tidos como dependentes.

⁴ Evidentemente, trata-se aqui da argumentação de Hollis & Luke, e, como veremos adiante, as teses não-relativistas também podem ser libertárias e caridosas. Afinal, os ideais das Luzes não podem ser vistos apenas como opressores, absolutistas e uniformizantes. De um outro ponto de vista, há um lado claramente humanitário e caridoso nas idéias de liberdade, igualdade e fraternidade.

grande parte, incomensuráveis, mas que podem ser suplantados em momentos de revolução e conseqüente mudança de paradigma. Feyerabend, que chega a se considerar um relativista, em *Contra o Método* estabelece uma maneira “anarquista” de avaliar e analisar as teorias científicas, formulando o princípio do “Tudo vale”: não há teorias melhores ou piores, e as motivações para as escolhas teóricas não são necessariamente a busca da verdade última ou adequação à verdade final que os dados empíricos podem apresentar. Os modos de produção de conhecimento são, em grande medida, equivalentes, e o conhecimento científico não é necessariamente melhor nem pior que os outros modos; é, apenas, mais uma maneira de entender a realidade.

A terceira fonte para as tendências relativistas é a anti-epistemológica. Não completamente dissociada da científica, essa fonte relaciona-se com a rejeição da busca pelas fundações racionais do conhecimento. Os expoentes dessa linha de doutrinas, como Richard Rorty, procuram negar o status privilegiado das fundações racionais do conhecimento, negando que o filósofo seja o “guardião da racionalidade” (Hollis & Lukes, 1982: 5). Assim, nega-se a possibilidade da existência do que se costuma considerar “verdade objetiva”, que passa a ser considerada apenas uma maneira de encarar algum tipo de explicação para as coisas que acontecem.

As três fontes para o relativismo apresentam em comum a negação da existência de hierarquizações quanto aos modos de produção de conhecimento ou de percepção da realidade, a negação da possibilidade de comensurabilidade entre diferentes alternativas quanto a teorias científicas, perceptuais, culturais ou epistemológicas. Conforme o ideário relativista, as diferentes maneiras de entender os fenômenos da realidade avançadas por diferentes grupos sociais ou diferentes épocas ou diferentes grupos de cientistas são todas relativamente verdadeiras, e jamais absolutamente verdadeiras ou intrinsecamente melhores do que as restantes.

Passemos agora à breve exposição de alguns dos principais tipos de relativismo.

1.1.1. Relativismo conceitual

Os conceitos são de extrema importância não apenas para categorizar a realidade, mas também para construir a base da possibilidade da nossa interação com o mundo exterior: usamos conceitos para julgar, inferir, prever, e não apenas para encaixar as coisas em suas devidas “gavetas”. O relativismo conceitual nega que todos

os indivíduos possuam exatamente o mesmo inventário de conceitos para interagir com a realidade, e afirma que grupos diferentes segmentam a realidade de maneira diferente, com relação a diferentes conjuntos de conceitos.

Certas categorias de conceitos variam contextualmente ao longo de grupos social, geográfica ou temporalmente afastados, e um exemplo bastante simples é o que se relaciona com categorias conceituais ligadas a animais. É facilmente verificável que especialistas em zoologia categorizam peixes e mamíferos de um modo ligado a uma visão de mundo científica, diferentemente de um leigo, que, para os mesmos conceitos, confiando em sua relação com o conhecimento do senso comum, pode acabar considerando uma baleia como ‘peixe’ e não como ‘mamífero’. Da mesma forma, por exemplo, um mainá pode ser apenas um “papagaio feio” para uma pessoa espirituosa não especializada em aves.

Os exemplos podem parecer triviais, mas as teses ligadas ao relativismo conceitual podem abranger inclusive conjuntos de conceitos mais fundamentais para o homem, tais como espaço, tempo, causalidade, entre outros, tornando-se bastante radicais. Esse tipo de relativismo relaciona-se com o relativismo lingüístico, como veremos, pois os conceitos podem ser relativos também com relação a falantes de línguas diferentes, e não apenas a grupos pertencentes a períodos históricos ou a culturas diferentes.

1.1.2. Relativismo perceptual

Os objetos do mundo exterior não nos dizem exatamente como percebê-los. Assim, o relativismo perceptual nega a objetividade absoluta no modo de perceber a realidade e defende que grupos diferentes vivem em “mundos diferentes”, pois percebem a realidade de maneira diferente com relação a seu tempo, sua cultura, sua língua, e assim por diante. Esse tipo de relativismo tem a ver com a interpretação da realidade, e, portanto, também é relevante para o tema do relativismo lingüístico. Humboldt, Sapir e Whorf, por exemplo, defendem que a língua é como uma espécie de lente para enxergar a realidade, e que, ao passarmos de uma língua para outra, entendemos a realidade de maneira diferente.

Esse tipo de relativismo se relaciona com as idéias de que cientistas atuantes em paradigmas diferentes também enxergam a realidade de maneira diferente, o que dá o tom relativista para as idéias de Kuhn, por exemplo.

Muitos pensadores assumem uma visão relativista perceptual muitas vezes não explicitamente, em geral quando defendem que a realidade é construída socialmente, ou que povos diferentes em épocas e lugares diferentes não compartilham da mesma “visão de mundo” (*Weltbild* dos românticos e *Lebenswelt* dos fenomenólogos estão entre os termos filosóficos famosos usados para se referir a maneiras de ver o mundo). Até mesmo nas artes o relativismo perceptual tem o seu lugar, e podemos encontrar um “relativismo estético” ao avaliar a crítica de arte que analisa as diferentes maneiras pelas quais a arte molda ou plasma a realidade.

1.1.3. Relativismo da verdade

O relativismo da verdade ou de valor de verdade diz respeito ao fato de que algumas coisas podem ser verdadeiras para um grupo e falsas para outro. Esse tipo de relativismo é bastante complicado e envolve o relativismo semântico (que, *grosso modo*, é a hipótese de que grupos diferentes atribuem significados diferentes às mesmas palavras), já que, teoricamente, o valor de verdade de proposições diria respeito a condições de verdade de proposições. Além disso, o relativismo da verdade é bastante radical, pois, de certa maneira, dados certos tipos de modelos de interpretação, dizer que uma certa sentença é verdadeira em uma língua e dizer que a sua tradução para outra língua é falsa é algo pelo menos complicado, uma vez que, sendo a segunda uma tradução da primeira, ambas sentenças deveriam ter o mesmo valor de verdade, em uma concepção lingüística de tradução⁵.

De certo modo, o relativismo semântico depende, então, da teoria semântica que se assume e de saber ao certo a que o valor de verdade é relativo: por exemplo, pode-se constatar que o significado da mesma palavra varia para diferentes paradigmas científicos, épocas ou grupos sociais. É ainda mais complicado falar de significado, já

⁵ Um dos problemas principais que encontraremos ao longo da tese, ao tratar de visões alheias, é o que se relaciona com a definição precisa de “tradução”. Certamente, a questão é bem mais complexa do que pode parecer de imediato, já que, quando se fala em “tradução” de sentenças do ponto de vista das teorias semânticas como se fala aqui, fala-se de um processo aparentemente simples de correspondência e equivalência total que está longe de ser possível ou realizável em todos os casos de operações chamadas de “tradução”.

que, para algumas teorias semânticas, é difícil até mesmo falar de “o” significado da “mesma” palavra. Os significados são instáveis, e mesmo para falantes da mesma língua é possível que uma palavra varie quanto ao significado de maneira importante.

Não somente as palavras ou as sentenças têm seu sentido relativizado, mas também as crenças. É com relação às crenças de diferentes grupos que a proposta fica mais interessante: um grupo pode acreditar que seja verdade que a água evapora, ao mesmo tempo em que sociedades não cientificamente alfabetizadas ou crianças em fase pré-escolar podem acreditar que isso é falso, dada a percepção de que parece mais natural, segundo o senso comum, supor que a água simplesmente desaparece quando submetida ao calor.

Há ainda outros tipos de relativismo, como o relativismo moral, que rejeita a noção absolutista de que os valores ou as crenças morais são iguais para todos os homens, o relativismo da própria noção de razão, ou da realidade, entre outros. No entanto, para esta apresentação breve, são suficientes os modos apresentados, e eles já possibilitam a constatação de que há várias possibilidades de interação entre os modos de relativismo, uma vez que as coisas que podem ser relativas a outras coisas podem se combinar, assim como podem se combinar as coisas que são independentes, com as quais se relacionam as coisas relativas.

1.1.4. A discussão do relativismo de Newton-Smith (1982)

Newton-Smith (1982), em um capítulo do livro *Rationality and Relativism*, apresenta uma tentativa de refutação das teses relativistas, em especial com relação à questão da interpretação. O autor começa o capítulo apresentando as aparentes vantagens que tornam o relativismo atraente: a caridade, o respeito pelas diferenças, a percepção de que as diferenças graves entre grupos diferentes acarretam “habitar mundos diferentes”. No entanto, enquanto hipótese, o relativismo não é explicativo o suficiente.

Além dessa introdução, o autor reproduz a crítica freqüente de que os defensores de hipóteses relativistas raramente definem suas hipóteses de maneira clara o suficiente para serem refutadas. Assim, para refutar a idéia central relativista, Newton-Smith primeiramente procura uma formulação clara e direta, que reproduzimos aqui:

algo, s, é verdadeiro para ψ e s é falso para ϕ .

A questão relevante para Newton-Smith é o que pode ser *s*. Se for uma sentença ou uma proposição, a consequência é que a tese torna-se trivial: segundo o autor, é quase um lugar comum dizer que uma mesma sentença é verdadeira para um grupo e falsa para outro. Seu exemplo é “Erva é bom de fumar⁶”, que para um grupo de fazendeiros conservadores é falsa e para um grupo de neo-hippies é verdadeira.

Assim, a idéia é falar de tradução e interpretação. Imagine-se um povo chamado de hernos (*Herns*, no exemplo de Newton-Smith). Se uma certa sentença *s* for verdadeira para os hernos mas sua tradução para o inglês *s'* for falsa para os falantes de inglês, temos a corroboração da tese relativista proposta acima⁷. No entanto, para o autor, a crítica se baseia no fato de essa tese se basear em uma visão tradicional de significado, ligada a condições de verdade. No caso de uma sentença *s* ser verdadeira para os hernos e sua tradução *s'* ser falsa em inglês, *s'* não é uma tradução de *s* (uma vez que a tradução de *s*, aqui, deveria definir-se como uma sentença *s'* que apresente as mesmas condições de verdade na outra língua). Assim, a mera possibilidade da tradução elimina a possibilidade do relativismo: se um falante consegue expressar a crença do outro em sua língua, ela não pode significar algo completamente diferente. Nas palavras de Newton-Smith (1982: 114),

Podemos ver agora que o relativismo, longe de ser explanatório, na verdade elimina a possibilidade de tornar inteligíveis os comportamentos dos hernos. Pois, se a tradução não é possível, não podemos atribuir crenças e desejos particulares a eles – com exceção das crenças (se houver) e desejos que pudermos atribuir apropriadamente a criaturas não-lingüísticas.⁸

Essa refutação inicial ainda depende de uma discussão sobre a indeterminação da tradução de Quine, já que Newton-Smith pretende mostrar ainda como o relativismo

⁶ *Weed is good to smoke.*

⁷ O que não se dá de maneira plena, mesmo entre línguas próximas como o inglês e o português. Assim, como aponta Borges Neto (comunicação pessoal), o argumento se complica uma vez que colocamos em questão o par de sentenças (i) *The boy kicked the wall* e (ii) *O menino chutou o muro*, que podem ter valor de verdade diferenciados se for o caso que o menino chutou a parede, e não o muro, ocasião em que (i) é verdadeira mas (ii) é falsa.

⁸ “We can now see that relativism, far from being explanatory, actually precludes the possibility of rendering intelligible the behaviour of Herno. For if no translation is possible, we cannot ascribe particular beliefs and desires to them – except such beliefs (if any) and desires that we can properly to non-linguistic creatures.”

pode ser proposto corretamente (ainda que não explique muito). Contudo, para os fins deste capítulo e da discussão do relativismo lingüístico a seguir, é suficiente ter em mente que a própria possibilidade de tradução é um importante argumento contra teses relativistas mais fortes. Voltaremos a isso quando falarmos, por exemplo, de Whorf.

Antes de continuar, apresento um dos principais pontos da argumentação de Newton-Smith através da citação abaixo, que mostra como é apenas aparente o caráter caridoso e humanitário das teses relativistas, uma das supostas grandes vantagens e atrativos dessas propostas.

O relativismo não apenas não é explicativo, mas também não é caridoso. Ele começou com o objetivo de apresentar um construto caridoso da diversidade das crenças e terminou privando os hernos de quaisquer crenças. O relativista quer que paremos de usar os nossos ‘B-52 filosóficos’ (termo de [Ian] Hacking) para apresentar a nossa verdade, lógica e racionalidade para os hernos. No fim, não conseguimos lhes dar nenhuma verdade, lógica ou racionalidade. Não será suficiente para o relativista refugiar-se na idéia de que os hernos têm língua, crenças e desejos aos quais não temos acesso. Isso não é mais plausível do que supor que os caramujos têm crenças, mas não sabemos quais. A tese do relativista deveria explicar a diversidade de crenças. E através deste movimento desesperado, ele retirou a afirmação de que exista diversidade de crenças. (Newton-Smith, 1982: 115)⁹

Com a apresentação da argumentação acima, fechamos a seção do relativismo de modo geral e passamos para a discussão do relativismo lingüístico. O que é importante na seqüência argumentativa de Newton-Smith é o movimento que demonstra que o aspecto humanitário e caridoso das teses relativistas acaba exercendo o papel oposto, levando-nos a visões etnocêntricas fortes de avaliação negativa do outro, impedindo o seu acesso a crenças e percepções como as nossas. Também é relevante notar que grande parte da argumentação diz respeito a questões ligadas à traduzibilidade e significação, de modo que o relativismo lingüístico passa a ter um papel privilegiado na discussão do relativismo de modo geral.

⁹ “Not only is relativism not explanatory, it is not charitable either. It started off with the aim of giving a charitable construal of the diversity of belief and in the end deprives the Herno of any beliefs at all. The relativist wants to stop us using ‘philosophical B-52s’ (Hacking’s phrase) to read our truth, logic and rationality on to the Herno. In the end we cannot give them any truth, logic or rationality at all. It will not do for the relativist to take refuge in the thought that the Herno have language, beliefs and desires which we cannot get at. This is no more plausible than supposing that snails have beliefs, we know not which. His thesis was supposed to explain the diversity of beliefs. And by this desperate move he has withdrawn the claim that there is a diversity of belief.”

1.2. O relativismo lingüístico

O relativismo lingüístico pode ser entendido em termos gerais como a proposta de que a língua que falamos influencia de alguma forma o modo como pensamos sobre a realidade. Trata-se de uma proposta que se apresenta de muitas formas ao longo da história do pensamento sobre a linguagem, e muitas das posições relativistas quanto à linguagem não são necessariamente explícitas.

Formulando a hipótese de modo a encaixá-la no modelo geral de relativismo exposto acima, podemos apresentá-la da seguinte maneira:

- a variável independente na relação é a *língua*.
- as variáveis dependentes na relação são a *experiência, as crenças, a percepção, a visão de mundo, os conceitos*.

Assim, o princípio do relativismo lingüístico, de modo geral, defende a posição de que a percepção, as crenças, os conceitos, enfim, a visão de mundo de povos diferentes variam conforme variem as línguas que eles falam. Postulada desta forma, a hipótese é bastante geral e atraente, pois é fácil aceitar que línguas pertencentes a famílias lingüísticas muito diferentes sejam, de fato, veículos de realidades bastante diferentes. Não somente pelo que as próprias línguas fazem, mas especialmente porque, seguindo as explicações para outras formas de relativismo acima, a realidade não nos é dada objetivamente: ela, antes, passa pelo filtro de nossa percepção, e, então, pode ser categorizada e construída pela nossa linguagem. Não há observação neutra da realidade, e, supõem os relativistas, línguas muito diferentes podem ser veículos muito diferentes para a categorização de realidades muito diferentes.

É certo, no entanto, que as propostas relativistas quanto à linguagem são muito variadas, e também é certo que uma hipótese tão impactante, ainda que genericamente exposta como foi acima, precisaria de evidência empírica sólida para se sustentar. Assim, vejamos como é possível separar algumas das teses mais específicas de dentro da tese maior, incluindo a parte comumente vista como negativa pelos críticos do relativismo lingüístico, o chamado *determinismo lingüístico*, seguindo Gumperz & Levinson (1996: 23):

- a) Diferença lingüística: as línguas diferem substancialmente nos seus sistemas de significados e estrutura gramatical.
- b) Determinismo lingüístico: as categorizações lingüísticas determinam aspectos de categorização não lingüística, memória, percepção ou pensamento em geral.
 - i. Determinismo lingüístico forte: conceitos não codificados lingüisticamente são inacessíveis.
 - ii. Determinismo lingüístico fraco: conceitos que forem codificáveis lingüisticamente são favorecidos ou facilitados.

A partir de (a) e (b), Gumperz & Levinson chegam à seguinte formulação da Hipótese do Relativismo Lingüístico:

Se

- (i) existem diferenças nas categorizações lingüísticas nas línguas e
- (ii) as categorizações lingüísticas determinam aspectos do pensamento dos indivíduos,

Então

- (iii) aspectos do pensamento dos indivíduos diferem nas diferentes comunidades lingüísticas de acordo com a língua que elas falam.

Veremos adiante que, *grosso modo*, as hipóteses do RL ou são rechaçadas imediatamente como implausíveis, impraticáveis, auto-destruidoras e/ou triviais por pesquisa empírica, ou são testadas em versões menos fortes que as deterministas, gerando pesquisas experimentais interessantes, como veremos no capítulo 4 (cf. Gumperz & Levinson, 1996 e Gentner & Goldin-Meadow, 2003, por exemplo).

As refutações tradicionais do RL são elaboradas, geralmente, por teóricos de orientação cognitivista (frequentemente também universalistas), para os quais as línguas não variam tanto assim, uma vez que todos compartilhamos do mesmo inventário de conceitos e de regras gramaticais inatos e específicos da nossa espécie. Um cognitivista que comumente ataca o RL é o psicólogo/lingüista Steven Pinker (cf. as obras citadas: Pinker 2002, 2004, 2007). Em geral, como costuma acontecer com os inimigos de teses relativistas, seus ataques são direcionados a versões mais gerais das teses relativistas nos estudos da linguagem, e não a uma formulação clara e precisa da hipótese seguida

de argumentos razoáveis e pesquisa empírica experimental (que, de acordo com o que veremos no capítulo 4, não acontece, por exemplo, em Pinker, 2007). Vejamos um exemplo de sua argumentação:

Mas uma coisa engraçada aconteceu com a linguagem na vida intelectual. Em vez de ser apreciada por sua capacidade de comunicar o pensamento, foi condenada por seu poder de restringir o pensamento. Citações célebres de dois filósofos refletem essa preocupação. "Temos de deixar de pensar se nos recusarmos a fazê-lo na prisão da língua", escreveu Friedrich Nietzsche. "Os limites de minha língua significam os limites de meu mundo", são palavras de Ludwig Wittgenstein. Como a língua poderia exercer essa força repressora? Exerceria, sim, se as palavras e frases fossem o próprio meio do pensamento, uma idéia que decorre naturalmente da tábula rasa. Se não há nada no intelecto que não estivesse primeiro nos sentidos, então as palavras captadas pelos ouvidos são a fonte óbvia de qualquer pensamento abstrato que não pode ser reduzido a visões, odores ou outros sons. Watson tentou explicar o pensamento como movimentos microscópicos da boca e da garganta; Skinner teve esperança de que seu livro *Verbal behavior* [O comportamento verbal, na tradução em português], que explica a linguagem como um repertório de respostas recompensadas, diminuísse a distância entre pombos e pessoas. (Pinker, 2004: 287)

1.2.1. O universalismo lingüístico como anti-relativismo

Um exemplo de refutação do RL vindo da semântica cognitiva e baseado em uma versão mais razoável da proposta é dado pelos próprios Gumperz & Levinson (1996: 25) com o seguinte silogismo anti-whorfiano tradicional, oposto ao formulado acima:

Se:

- (i') Línguas diferentes se utilizam do mesmo sistema de representação semântica (se não em nível molecular, ao menos em nível atômico¹⁰);
- (ii') as representações conceituais universais determinam os sistemas semânticos, e na verdade o sistema de representação semântica é idêntico ao sistema conceitual proposicional (à chamada língua do pensamento inata),

Então:

¹⁰ Por nível atômico e molecular os autores querem dizer os elementos semânticos indivisíveis, como traços semânticos fundamentais, e suas composições mais complexas, respectivamente.

- (iii') os usuários de línguas diferentes utilizam-se de um sistema de representação conceitual idêntico.

Basicamente, os dois silogismos expõem claramente as duas posições diametralmente opostas do relativismo *versus* universalismo lingüístico. O universalismo é uma tese fortemente aceita, especialmente desde os trabalhos iniciais de Chomsky, na década de 1950 (e aos quais Pinker se filia em parte, como podemos perceber facilmente pelo trecho citado acima), uma vez que a pesquisa empírica intensa das ciências cognitivas dá mais suporte às teses chomskianas de aquisição de linguagem e do funcionamento da linguagem na mente humana: basicamente, para Chomsky, a língua final de um indivíduo é o resultado do contato de seu órgão mental da linguagem, a Gramática Universal (geneticamente transmitida e específica da espécie humana), com a língua específica falada pela comunidade na qual o indivíduo se insere. Além disso, para Chomsky (cf. Chomsky 1959, 1965, 1986, 2005 e 2006, por exemplo, e Piatelli-Palmarini (1980)), o estímulo que o indivíduo recebe do seu meio é por demais escasso e instável, de modo que ele sozinho não explica toda a sua capacidade lingüística. O resultado da tese chomskiana sobre aquisição de linguagem é uma teoria inatista universalista formalista de bases racionalistas (para Chomsky (1972), inclusive, cartesianas).

Ao adotar tal posição, o universalismo racionalista automaticamente descarta a possibilidade de qualquer hipótese relativista que não seja trivial: as versões mais fortes do RL, como o determinismo lingüístico, não podem se seguir logicamente de uma posição universalista que vê as línguas como desenvolvimento de uma mesma base orgânica, universal, geneticamente inscrita da mesma forma nos cérebros de todos os membros da espécie humana. De certa forma, o universalismo chomskiano e cognitivista de forma geral prevê que o sentido da influência causal seja exatamente o oposto do que o previsto pelas teses fortes do RL: não é a língua que determina o pensamento, mas o pensamento (a “mente” chomskiana) que determina as línguas possíveis. Além disso, para os universalistas, a oposição teórica fundamental diz respeito ao fato de que, historicamente, os relativistas igualaram linguagem e pensamento, pois, apenas dessa forma seria razoável pressupor que uma língua específica determina fortemente o pensamento dos seus falantes. Os universalistas são também defensores de que a linguagem do pensamento é universal, não-lingüística, e

que as línguas humanas apenas em parte nos ajudam a pensar: grande parte dos processos cognitivos são, portanto, independentes da linguagem verbal¹¹.

1.2.2. A formulação do RL de Lucy (1997)

Até bem recentemente (com relação aos vários séculos da hipótese do RL em suas versões variadas), reconhecia-se pelos próprios proponentes de versões da hipótese que o esforço teórico tinha sido muito pouco profícuo, especialmente no sentido de ter havido pouca pesquisa empírica séria para comprovar as formas mais freqüentemente propostas da hipótese do RL. John Lucy, um dos proponentes importantes de formas mais modernas e testáveis do RL, em um artigo de 1997, afirma que, na verdade, houve quase “completa ausência de pesquisa empírica direta ao longo do século [XX]” (Lucy, 1997: 294), e que, ainda que uma das razões principais para essa falta tenha sido o caráter interdisciplinar do problema do RL, algumas das outras preocupações que ele cita dizem respeito ao fato de alguns teóricos se preocuparem com a questão de que aceitar o RL minaria a conduta apropriada das ciências sociais, enquanto que outros se preocupam com o fato de que aceitar o RL conduziria ao relativismo ético. Outros, ainda, afirma Lucy, igualam o RL ao determinismo lingüístico e se preocupam com a conseqüente diminuição na liberdade individual de pensamento. Lucy reconhece, enfim, que o assunto levanta questões preconceituosas e apaixonadas (naturalmente indesejáveis quando se procura fazer *ciência*).

Logo na seqüência, Lucy fornece uma das formulações mais sóbrias e detalhadas da estrutura formal da hipótese do RL. A passagem merece citação completa:

Existe uma variedade de propostas específicas do relativismo lingüístico, mas todas compartilham três elementos-chave ligados em duas relações. Todas defendem que certas propriedades de uma dada *língua* têm conseqüências para certos padrões de *pensamento* sobre a *realidade*. As propriedades da língua em questão são geralmente morfossintáticas (mas podem ser fonológicas ou pragmáticas) e acredita-se que variem em vários sentidos importantes. O padrão de *pensamento* pode ter a ver com a percepção imediata e com a atenção, com sistemas de classificação pessoais e sócio-culturais, inferência e memória, ou com julgamento estético e criatividade. A *realidade* pode ser o mundo da experiência do dia-a-dia, ou contextos especializados, ou de tradição ideacional. Esses três elementos estão ligados por duas relações: a língua incorpora uma *interpretação*

¹¹ Procurarei sistematicamente utilizar os termos “linguagem” como a capacidade lingüística abstrata em oposição à “língua” como uma manifestação particular dessa linguagem que pode ser falada por um grupo de indivíduos (como o português, o islandês, o latim etc.).

da realidade e a língua pode *influenciar* o pensamento sobre aquela realidade. A interpretação surge da seleção de aspectos substantivos da experiência e seus arranjos formais no código verbal. Tais seleções e arranjos são, é claro, necessários para a língua, e, então, a ênfase crucial aqui é a que cada língua envolve uma interpretação particular, não uma comum, universal. Uma influência no pensamento se dá quando a interpretação particular da língua guia ou favorece a atividade cognitiva e, conseqüentemente, as crenças e comportamentos que dependem dela. (Lucy, 1997: 294-5)¹²

Para Lucy, as propostas do RL diferem com relação aos graus de influência da língua no pensamento e às diferenças nas possíveis relações. Lucy propõe, portanto, uma abordagem de RL mais sólida e empiricamente viável, que possa se separar das propostas mais frouxas, que, segundo ele, podem ser descartadas com o auxílio das seguintes ressalvas (Lucy, 1997: 295): (i) “RL não é a mesma coisa que diversidade lingüística”: afinal, pode haver diferença entre línguas sem que haja influência direta no pensamento *por causa* da diferença especificada. (ii) “RL não é a mesma coisa que *qualquer* influência da língua no pensamento”: a influência deve estar ligada às diferenças encontradas entre as línguas. (iii) “RL não é a mesma coisa que relativismo cultural”, ou seja, não se trata meramente de ver a língua como parte de um grande sistema cultural de possibilidades de diferenças e variação presentes em grupos culturalmente muito diferentes. O estudo da relação entre língua, pensamento e realidade deve ser, portanto, sistemático e centrado em hipóteses bastante restritas empiricamente. John Lucy faz parte do grupo de relativistas que serão estudados mais adiante no capítulo 4, reservado às propostas do RL contemporâneo.

1.2.3. Discussões preliminares

Mesmo fugindo da apresentação mais formal da proposta como feita acima, há também discussões importantes a serem relatadas acerca de uma visão geral do RL. Um

¹² “There are a variety of specific linguistic relativity proposals, but all share three key elements linked in two relations. They all claim that certain properties of a given *language* have consequences for patterns of *thought* about *reality*. The properties of language at issue are usually morphosyntactic (but may be phonological or pragmatic) and are taken to vary in important respects. The pattern of *thought* may have to do with immediate perception and attention, with personal and social-cultural systems of classification, inference, and memory, or with aesthetic judgment and creativity. The reality may be the world of everyday experience, of specialized contexts, or of ideational tradition. These three key elements are linked by two relations: Language embodies *an interpretation* of reality and language can *influence* thought about that reality. The interpretation arises from the selection of substantive aspects of experience and their formal arrangement in the verbal code. Such selection and arrangement is, of course, necessary for language, so the crucial emphasis here is that each language involves a particular interpretation, not a common, universal one. An influence on thought ensues when the particular language interpretation guides or supports cognitive activity and hence the beliefs and behaviors dependent on it.”

dos pontos importantes que podem ser levantados é que, ainda que a tese geral do RL seja, historicamente, assim como algumas das teses relativistas expostas acima, motivada por princípios românticos de igualdade, caridade, ausência de julgamentos de superioridade ou inferioridade de línguas afastadas das grandes metrópoles lingüístico-culturais ocidentais, mais especificamente européias, de certa forma, assim como as teses relativistas, o RL pode acabar seguindo o caminho exatamente oposto. Kramersch (1998: 12-3) argumenta que, uma vez que a tese do RL como formulada por Whorf relativizasse a capacidade de culturas muito diferentes até mesmo entenderem os resultados do avanço científico (já que ele dependia da língua em que fosse expresso ou formulado), a comunidade científica imediatamente rejeitou as formulações do RL. Assim, segundo a autora, se um determinado grupo tiver que aprender a língua da ciência para poder ter alguma noção dos seus resultados, esse grupo é naturalmente incapaz de, com sua própria língua, formular de alguma maneira as proposições que a ciência gera nas línguas capazes de fazê-lo. Ora, isso é exatamente o contrário de uma hipótese caridosa e igualitária: é uma hipótese racista e preconceituosa (Kramersch, 1998: 13).

O argumento de Kramersch não é muito diferente do de Newton-Smith acima: se podemos traduzir de uma língua para outra, a incomensurabilidade dos sentidos ou dos conceitos é, pela própria possibilidade de tradução, relativizada. As hipóteses mais fortes do RL prevêem que as diferenças entre as línguas geram visões de mundo tão diferentes que, de certa forma, há certas coisas que só podem ser ditas em uma língua e não em outra. O exemplo de Whorf da ausência de tempo verbal na língua hopi (que será discutido mais profundamente no capítulo 3) serve, em sua argumentação, para demonstrar que o falante de inglês e o de hopi pensam de maneira muito diferente sobre o tempo e que, de certa maneira, a concepção newtoniana de tempo seria menos favorecida para um falante de hopi, enquanto que, para ele, os hopi seriam favorecidos por conseguirem pensar de maneira mais facilitada na concepção de tempo e espaço einsteiniana. No entanto, o argumento em favor da intraduzibilidade é aqui bastante fraco, já que todas as características radicalmente diferentes da língua hopi, por exemplo, são traduzidas para o inglês pelo próprio Whorf, de modo que fica claro que a própria possibilidade de parafrasear uma expressão ou palavra para outra língua relativiza a própria tese do relativismo: se podemos traduzir os verbos “sem tempo” dos hopi para o inglês ou para o português, as diferenças não são assim tão graves, e a

profundidade da diferença cognitiva causada por esse tipo de característica conseqüentemente não será tão grande, se houver¹³.

Para Kramsch, contudo, há algumas possibilidades nas teses ligadas ao RL que não são tão radicalmente negativas quanto as formulações radicais de Whorf. A traduzibilidade como argumento contra o RL não é tão forte, pois, segundo ela, se falantes de línguas diferentes não se entendem, não é apenas por causa das dificuldades de tradução. Eles também carecem de uma mesma maneira de ver e interpretar os eventos, os conceitos, as crenças. “Resumindo, eles não segmentam a realidade ou categorizam a experiência da mesma maneira”, argumenta Kramsch (1998: 13). Por isso, então, a versão forte do determinismo whorfiano deve dar lugar a pesquisas que enfoquem as versões viáveis do RL, aquelas que procurem demonstrar de que modos certos aspectos da experiência de certos grupos são mais salientes ou mais facilmente acessíveis para os falantes da língua do grupo do que para falantes de línguas muito¹⁴ diferentes.

Ainda como argumento contrário às versões fortes do RL, Cole & Scribner (1974: 41) afirmam:

Formas extremas do relativismo e determinismo lingüístico teriam implicações sérias, não somente para o estudo da humanidade de si mesmo, mas também para seu estudo da natureza, porque elas fechariam a porta para o conhecimento objetivo de uma vez por todas. Se as propriedades do ambiente são conhecidas somente através dos mecanismos infinitamente variáveis e seletivos da linguagem, o que percebemos e experienciamos é, de certo modo, arbitrário, e não é necessariamente relacionado com *o que* está “lá fora”, mas somente com *como* a nossa comunidade lingüística particular concordou em *falar sobre* o que está “lá fora”. Nossa exploração do universo seria restrita às características codificadas pela nossa língua, e o trânsito do conhecimento entre as culturas seria limitado, se não impossível.¹⁵

¹³ Há aqui, talvez, um excesso de confiança na noção de traduzibilidade e de equivalência completa entre os sentidos dos textos traduzidos. Naturalmente, percebe-se em Whorf que, ainda que ele traduza os elementos considerados incomensuráveis da língua hopi (remeto o leitor mais uma vez ao capítulo 3), a tradução é bastante complicada e muitas vezes executada através de paráfrases complexas e estranhas.

¹⁴ Também aqui é necessária uma intervenção: naturalmente, é muito difícil definir claramente o que sejam línguas “muito” diferentes umas das outras. Penso em graus de diferenças que se percebem nas classificações genéticas das línguas ou na ausência de contato mútuo freqüente entre falantes de grupos lingüísticos diferentes. Por exemplo, são menos diferentes entre si línguas que façam parte do mesmo ramo dentro de uma mesma família, e a diferença entre elas aumenta conforme diminui o contato regular entre os povos falantes, assim como conforme aumenta a distância dentro da árvore da mesma família lingüística, ou, aumenta ainda mais se duas línguas fazem parte de famílias lingüísticas diferentes e seus falantes têm pouco contato. Ainda assim, trata-se de uma noção um tanto intuitiva.

¹⁵ “Extreme forms of linguistic relativity and determinism would have serious implications, not only for mankind’s study of himself, but for his study of nature as well, because it would close the door to objective knowledge once and for all. If the properties of the environment are known only through the infinitely varying selective and organizing mechanisms of language, what we perceive and experience is

Mais uma vez, a preocupação é claramente a de afastar as formas radicais do RL em favor da possibilidade da ciência, do conhecimento, da compreensibilidade universal. O universalismo filosófico, que podemos encontrar na base de tantas tentativas de criação e preservação de línguas universais (cf. Eco, 2001; Robins, 1981; Steiner, 2005; Kristeva, 1974; Mounin, 1970), das línguas clássicas da ciência, religião, filosofia e erudição (como o grego antigo, o latim e o hebraico), dos caracteres de John Wilkins à lógica simbólica, passando pelo esperanto e pelas linguagens formais dos computadores, sempre tentou sobrepor as barreiras das línguas particulares para o “bem maior” da universalização do conhecimento. O positivismo lógico na ciência dos séculos da modernidade pós-renascentista foi responsável, em grande parte, pela possibilidade de uma ciência universal, exata, objetiva, supostamente neutra e isenta de preconceitos individuais ou de prejuízos da linguagem ordinária. Tudo isso seria demolido por uma versão forte e determinista do RL.

Pela própria existência alegada pelos universalistas de universais científicos, filosóficos, lingüísticos, as teses fortes do RL são descartadas e combatidas fortemente. Assim, para os seguidores de hipóteses relativistas quanto à língua e à cultura, restam as versões testáveis e razoáveis do RL.

Passemos à análise da forma da hipótese do relativismo lingüístico talvez mais citada, discutida e testada. Trata-se da versão da hipótese do RL que discute a influência das diferenças entre os léxicos das línguas nos grupos que as utilizam.

1.2.4. O relativismo lexical

Versões intuitivas e populares do relativismo lingüístico com relação ao léxico das línguas são encontradas muito comumente na mídia ou em discursos sobre a língua (proferidos por especialistas ou não-especialistas com bastante frequência). Trata-se da visão de relativismo geralmente associada à suposta existência, em certas línguas, de um número muito maior de palavras para designar certas coisas que em outra língua são designadas por um número relativamente menor de palavras. O exemplo clássico é o

in some sense arbitrary. It is not necessarily related to what is “out there” but only to how our particular language community has agreed to *talk about* what is “out there.” Our exploration of the universe would be restricted to the features coded by our language, and exchange of knowledge across cultures would be limited, if not impossible.”

sempre citado caso da língua esquimó, que tem um número enorme (e que varia de autor para autor ou de ocasião para ocasião) para designar o que nós designamos por *neve*.

Esse primeiro exemplo é claramente o mais popular e o mais, digamos, intuitivo. Um texto do jornalista e escritor Sérgio Augusto defende que, em português brasileiro, temos tantos ou mais termos que significam o mesmo que “bunda” do que os esquimós têm para neve¹⁶. Um encarte da rede de *fast food* McDonalds¹⁷ afirmava para os comedores de sanduíches curiosos que o número de palavras para “cavalo” em árabe girava em torno de várias centenas. O que representam esses tipos de afirmações para quem as propõe? Naturalmente, uma língua que tenha tantas palavras para se referir à “mesma coisa” é certamente uma língua que segmenta a realidade de maneira diferente de uma língua que não tenha tantos termos para aquela mesma coisa¹⁸. Entretanto, cabem algumas perguntas, tais como: (i) Qual é o objetivo desse tipo de afirmação? (ii) A influência causal representada por esse tipo de afirmação “empírica” é a que favorece a hipótese do RL? (iii) Essas palavras todas se referem à “mesma coisa” a que outra língua se refere com menos palavras?

Respondamos por partes: uma boa resposta para (i) é que quem profere esse tipo de afirmação, em geral baseada em dados subjetivos, aproximados e enviesados (afinal, não há, até onde procuramos, estudos sistemáticos sobre esses conceitos que são designados por tantas palavras, e, no caso da neve dos esquimós, o número de palavras varia de estudo para estudo, de seis a duzentas e tantas (cf. Pullum (1991), discutido adiante no capítulo 3)), ou procura valorizar positiva ou negativamente a língua que apresenta todas as inúmeras palavras, ou procura apresentar o dado como algo “curioso”, “intrigante”, “interessante”, o que, por si só, já é um modo de valorar a língua em questão, de forma etnocêntrica, colocando a língua do que profere a afirmação em uma situação de “normalidade”: ora, se o falante de inglês afirma que os esquimós têm duzentas palavras para falar de “neve”, imediatamente ele espera gerar em seu interlocutor a sensação de estranhamento e de maravilhamento com uma cultura exótica, incrível, que enxerga a realidade de maneira tão especial (não é à toa que, no caso dos esquimós, outras informações antropológicas “curiosas” costumam acompanhar a das duzentas neves: dizem que, se você visitar um esquimó e não aceitar que ele ofereça

¹⁶ Revista Bundas, número 1 (1999), editora JB.

¹⁷ Infelizmente, é impossível recuperar a referência bibliográfica.

¹⁸ Há, aqui, um problema que não está nem perto de ser resolvido pelos proponentes das versões intuitivas e populares do relativismo lexical: é bastante difícil definir o que seja a “mesma coisa” em termos semânticos.

sexualmente sua esposa para você em sinal de hospitalidade, você estará cometendo uma grande ofensa cultural), além de, ao mesmo tempo, gerar em sua audiência uma sensação de segurança e conforto por fazer parte de uma cultura saudável e normal, que tem poucas palavras para neve porque se preocupa com coisas mais importantes. Afinal, não é normal dividir a esposa com os hóspedes. No caso da lista de centenas de sinônimos para “bunda” no português brasileiro, fica claro que o objetivo é o mesmo, apenas invertidas as posições da cultura do outro e a do eu: a intenção de crítica social disfarçada pelo humor é exatamente reforçada pelo fato de que, supostamente, nenhuma outra língua tem tantas palavras para se referir ao mesmo conceito (assim como nenhuma outra língua, dizem muitos, em tom de curiosidade antropológica ufanista, tem um equivalente para a palavra “saudade”, crença sem nenhuma possibilidade de sustentação empírica ou teórica).

Sobre (ii), a resposta é complexa. Não é necessariamente verdade que as afirmações sobre a existência de múltiplas palavras correspondentes ao mesmo conceito em uma língua e a inexistência do mesmo número de sinônimos em outra língua represente uma corroboração do RL. Podemos pensar, de maneira muito mais simples, que se uma língua desenvolve mais vocabulário para lidar com certas áreas de conhecimento, campos semânticos ou conceitos salientes, pode ser que esteja ocorrendo exatamente o contrário do RL clássico: pode ser, simplesmente, que a língua receba a influência da cultura e da sociedade, e não o contrário. Afinal, é bastante óbvio que, se o latim clássico não tem palavra que signifique a mesma coisa que o termo *iPod*, é mais provável que a ausência do objeto na sociedade romana causasse a ausência da palavra do que o caminho contrário. O contato mais intenso dos esquimós com a neve obviamente gera a necessidade de maior distinção lexical para eles do que para os falantes de inglês ou português, o que, claramente, não significa dizer que não seríamos capazes de perceber as diferenças que os esquimós percebem nos tipos de neve (novamente, remeto o leitor à discussão de Pullum sobre Whorf no capítulo 3).

Quanto a (iii), finalmente, voltamos ao argumento da traduzibilidade: os esquimós estão falando de “neve” ou de *snow* quando usam suas *n* palavras para “neve”? Obviamente, de nenhuma das duas. Ao pensarmos dessa forma, estamos incorrendo novamente no problema etnocêntrico: o universo conceitual de um esquimó não é necessariamente idêntico ao do falante de português ou inglês, mas também não é

necessariamente incomensurável¹⁹. O esquimó pode ver diferenças que não vemos na neve, mas essas diferenças podem ser explicadas ou traduzidas: é a “neve que vem com o vento”, a “neve que se parece com gelo”, a “geada”, a “nevasca”, a “neve pisada pelas patas dianteiras do urso polar” e assim por diante. Os exemplos de tradução deixam duas coisas claras: em primeiro lugar, podemos traduzir os inúmeros termos esquimós para “neve”; segundo, não há (e nem é necessário que haja) uma correspondência biunívoca total entre termos de uma língua e de outra, como se houvesse um inventário universal de conceitos para cada um dos quais as línguas tivessem que necessariamente fazer corresponder uma palavra.

Ao fim da discussão dessa visão simples e intuitiva do relativismo lexical, esperamos que esteja claro, em especial, que essa visão é trivial e de pouco valor heurístico, já que ela não diz muita coisa sobre as diferenças entre as línguas, e não corrobora necessariamente nem o RL nem o universalismo lingüístico.

No entanto, há discussões interessantes e importantes sobre o RL no campo das diferenças lexicais entre as línguas. Uma das mais freqüentemente citadas e resenhadas é a que diz respeito aos termos de cor. As línguas têm conjuntos diferentes de termos de cor, e os pesquisadores procuram verificar como isso afeta a cognição dos falantes.

Inicialmente, a questão é complicada, já que a posição do RL prevê que o fato de as línguas variarem em seus inventários de termos de cor causaria diferenças na capacidade de as pessoas lidarem com as cores extra-lingüisticamente. Um estudo experimental importante de Brown & Lennenberg (1954, *apud* Cole & Scribner, 1974: 44) sobre a influência das diferenças lexicais nos grupos falantes de diferentes línguas propõe que a facilidade com a qual uma distinção é expressa em uma língua diz respeito à freqüência com que o referente discriminado é necessário e requisitado no dia-a-dia do grupo. Isso explicaria a maior quantidade de palavras para “neve” na língua dos esquimós, por exemplo.

O outro conceito importante de que Brown & Lennenberg lançaram mão foi o de *codificabilidade*, que diz respeito ao fato de que certas experiências são mais facilmente lembradas em testes de memória se a língua em questão apresentar palavras para elas. Por isso, argumentam os autores, as línguas que apresentam mais termos específicos

¹⁹ Longe de propor uma teoria da relação entre universos conceituais de falantes de diferentes línguas, o que se pretende com esse argumento é mostrar que não é necessariamente o fato de que os esquimós possuem tantas palavras a mais para se referir ao que nós denominamos de “neve” que geraria a incomensurabilidade entre os universos conceituais.

para cores levam os seus falantes a codificarem as experiências com cores com mais precisão.

Os experimentos dessa época consistiam basicamente em apresentar fichas coloridas aos sujeitos, que deveriam nomear a cor o mais rápido que pudessem. No caso de Brown & Lennenberg, as cores com nomes mais longos eram lembradas mais lentamente, e as cores mais rapidamente lembradas correspondiam a cores cujos nomes eram mais acessíveis aos indivíduos. Num experimento posterior, Lennenberg & Roberts (1956, *apud* Cole & Scribner, 1974: 46), os índios norte-americanos zuni foram testados da mesma forma, mas, como sua língua não distingue amarelo de laranja, a previsão de que eles teriam mais dificuldade em lembrar-se dessas cores se confirmou. Naturalmente, tais resultados favoreciam uma versão fraca do RL.

No entanto, as décadas de 1950 e 1960 viram muita pesquisa experimental quanto aos termos de cores e, num estudo clássico, Berlin & Kay (1969) pediram a falantes de 20 línguas para escolherem entre as fichas coloridas exemplos das cores correspondentes aos termos básicos de cores de suas línguas. Em seguida, eles solicitaram que os sujeitos selecionassem outras fichas que pudessem ser chamadas pelos mesmos nomes daquelas escolhidas como pertencentes ao grupo das cores básicas de sua língua. Os resultados foram interessantes: os falantes de todas as línguas organizaram as cores, em geral, em torno de onze cores básicas chamadas *focais*: oito cromáticas (vermelho, amarelo, verde, azul, marrom, laranja, rosa e roxo) e três acromáticas (preto, branco e cinza²⁰). Isso aponta para uma suposta universalidade no modo como as línguas constroem seu sistema de cores: ainda que a língua tenha apenas dois ou três termos de cores, o modo como elas classificam as cores é universal: as línguas não variam tanto assim no quesito arbitrariedade no inventário de termos de cores.

Muito se pesquisou sobre termos de cores, tanto do lado relativista quanto do lado universalista, e, por exemplo, Lucy (1997: 300) lista uma série de experimentos mais recentes que tentam mostrar que a metodologia e o modo de descrição lingüística presentes nos experimentos daquela época foram reformulados, apontando para outras conclusões.

Paul Kay, mesmo, em artigos mais recentes, reavalia alguns dos resultados a que chegara na ocasião. Kay & Regier (2006: 52) afirmam que as novas pesquisas na área

²⁰ Correspondentes aos termos de cores citados pelos autores em inglês: *red, yellow, green, blue, brown, orange, pink, purple, black, white* e *gray*.

da cognição das cores têm levado a conclusões que vão além do debate tradicional relativismo *versus* universalismo, pois, ao mesmo tempo em que respondem negativamente à pergunta “os nomes das cores nas línguas do mundo são meramente convenção lingüística arbitrária?”, respondem afirmativamente à pergunta “as diferenças entre as línguas na nomeação das cores causam diferenças correspondentes na cognição?”. Segundo Kay & Regier, duas respostas afirmativas caracterizavam as pesquisas com conclusões favoráveis ao RL, enquanto que as pesquisas de conclusões universalistas, como as do grupo do próprio Kay nos anos 60 e 70, respondiam a ambas as perguntas negativamente.

O foco das pesquisas sobre termos de cores, mais recentemente, se afasta dos moldes tradicionais e procura correlacionar a quantidade de termos de cores das línguas ao grau de industrialização da sociedade em questão (quanto maior, mais termos de cores estão disponíveis) ou à quantidade de radiação ultra-violeta a que os falantes de línguas de certos grupos são expostos (por exemplo, línguas próximas da linha do Equador tendem a não apresentar termos distintos para verde e azul, segundo Lindsey & Brown (2002, *apud* Kay & Regier, 2006)).

Kay & Regier (2006) apresentam ainda uma extensa lista de pesquisas recentes que apontam para caminhos diferentes daqueles apresentados nos estudos clássicos de diferenças nos vocabulários das cores nas línguas. Contudo, a nossa resenha dos trabalhos nessa linha não poderá ser exaustiva, pois extrapolaria os limites desta tese, cujos objetivos são diferentes.

Montgomery (1985), em capítulo dedicado à questão da linguagem e representação, apresenta o RL também em termos gerais, com os mesmos exemplos ligados ao relativismo lexical, aos termos de cores, e apresenta as dificuldades costumeiramente atribuídas às visões relativistas fortes: ausência de evidência empírica para as teses, traduzibilidade etc. No entanto, o autor apresenta uma discussão bastante interessante sobre os modos mais amenos da hipótese relativista e a sua relação com a idéia de que a linguagem é responsável pela possibilidade de representação do mundo para as nossas mentes. Em suas palavras:

O que a posição relativista enfatiza, então, apesar de certas dificuldades associadas a ela, é que o mundo não é dado para nós direta e claramente na experiência. Ao apreender, compreender e representar o mundo nós

inevitavelmente empregamos formulações lingüísticas. (Montgomery, 1985: 176)²¹

Ou, ainda, de modo mais claro:

A língua sempre ajuda a selecionar, arranjar, organizar e avaliar a experiência, mesmo quando estamos menos conscientes de fazê-lo. Nesse sentido, a representação é sempre interessada: as palavras escolhidas são selecionadas de um conjunto determinado para a situação em questão e foram previamente moldadas pela comunidade a que o falante pertence, ou por partes dela. (*loc. cit.*)²²

Para exemplificar a importância que a língua particular tem ao veicular a possibilidade de representação para o indivíduo, funcionando antes como uma espécie de lente para acessar a realidade do que como uma camisa-de-força (metáfora usualmente empregada para designar as versões mais fortes do RL, dada a idéia de ver a língua como “prisão” do pensamento), Montgomery discute em especial dois casos em que o vocabulário de uma língua apresenta modos interessantes de representação. O primeiro é o da representação de gênero que se pode perceber através de vocábulos ligados à noção de “homem” e “mulher” em inglês. Uma lista breve de pares como *king – queen*, *courtier – courtesan*, *master – mistress*, *sir – madam* mostra que, ainda que fossem anteriormente pares neutros quanto ao significado (rei e rainha, membro da corte masculino e feminino, senhor e senhora da casa, senhor e senhora), na época em que publicou o texto se apresentavam alterados de maneira interessante: *queen* assume o sentido de “travesti”, *courtesan* de “prostituta de luxo”, *mistress* de “amante ilícita” e *madam* de “senhora de prostíbulo”, enquanto que suas contrapartes masculinas continuavam a manter apenas o sentido original, geralmente ligado a posições respeitadas na sociedade. Sendo a apresentação não muito diferente de outras línguas aparentadas, como o português, que apresentam algumas dessas diferenças (como a do sentido pejorativo de “cortesã”), o que Montgomery pretende com a apresentação desses itens particulares é mostrar que, ainda que inconscientemente, a língua desenvolve as especificidades de significado que seus usuários usam e pelas quais eles são afetados,

²¹ “What the relativist position emphasizes, then, despite certain difficulties associated with it, is that the world is not given to us directly and straightforwardly in experience. In apprehending, comprehending and representing the world we inevitably draw upon linguistic formulations.”

²² “Language always helps to select, arrange, organize, and evaluate experience, even when we are least conscious of it doing so. In this sense representation is always interested: the words chosen are selected from a determinate set for the situation at hand and have been previously shaped by the community, or by those parts of it, to which the speaker belongs.”

numa espécie de jogo circular em que usuários/sociedade alteram a língua, que deve ser usada por outros usuários, de modo que, por sua vez, recebem a influência daquelas alterações anteriores.

É mais fácil entender a argumentação de Montgomery se analisarmos seu segundo exemplo. Trata-se de uma breve discussão sobre o vocabulário de representação de armamentos nucleares no inglês norte-americano (Montgomery, 1985: 179). Inicialmente, o autor apresenta uma lista de expressões fortemente eufemísticas, tais como *collateral damage* para “matar população civil” ou *flexible response* para “capacidade de executar todos os tipos de ataque”. Assim, segundo o autor, “tais expressões têm o efeito de anestesiar as pessoas com relação à realidade completa a que se referem” (*loc. cit.*). Assim, as expressões acabam sendo até mesmo transformadas em siglas ou acrônimos, de forma a perderem ainda mais seu sentido mais bruto que traz aos usuários da língua a “realidade” mais crua. Além disso, Montgomery constata que, ao longo do processo de criação de expressões eufemísticas para o vocabulário ligado a guerras nucleares, os norte-americanos deixaram de usar especificamente a palavra *bomb*. Palavras como *device* (dispositivo), *weapon* (arma), *arsenal* são empregadas em substituição a *bomb* como substantivo ou verbo, mas apenas em contextos em que a bomba em questão é nuclear e americana. Se há um atentado vindo de fora, usam-se as expressões *car bombs*, *the embassy bombing* etc. O interessante do exemplo de Montgomery, ainda que de um livro publicado em 1985, é que, relativisticamente falando, não apenas a língua obriga, de certa forma, os usuários a representar a realidade de maneira enviesada de modo que os usuários não sintam todo o peso que a palavra *bomb* carrega quando ligada a ações e decisões de seu próprio governo, mas há também a interessante diferença da relação língua—cultura quando passamos para outra língua, que não apresenta a restrição ao uso de “bomba” no contexto de armamentos nucleares, como é o caso do português. No nosso caso, vemos que não apenas a sociedade não levou a essa especificidade, como também não é um problema para os usuários do português usarem tanto “bomba” quanto “arma” ou “dispositivo”, nesse contexto. Isso nos leva a uma interessante discussão que, de certa maneira, coloca em foco o sentido da relação causal entre língua/cultura e pensamento: se o inglês não usa mais *bomb* para armas nucleares, deve ter havido um movimento, consciente ou inconsciente, de mudança e criação que levaram os falantes dessa língua a preferirem (voluntariamente ou não) as formas eufemísticas. Não é mais necessariamente verdade que o sentido da relação causal seja da língua para a cognição/percepção, mas, aparentemente, o

contrário pode vir antes, num esforço consciente e possivelmente político ou volitivo em algum sentido, para gerar a influência posterior da língua nos usuários: escusando-nos de qualquer teoria da conspiração, o que parece haver aqui é um movimento inicial de eufemização por parte das camadas da sociedade interessadas na viabilidade do projeto nuclear, em primeiro lugar, que sistematicamente modela o sistema lingüístico de modo a excluir dele as nuances negativas de certos tipos de expressões ou vocábulos. É este projeto, inicialmente, com seus resultados possivelmente positivos, que leva à mudança na língua que, por sua vez, exerce influência na grande massa de usuários. Trata-se de uma espécie de círculo relativístico.

Esse ponto não difere muito de, por exemplo, a presidência norte-americana nomear o projeto de invasão militar no Iraque como “cruzada contra o mal” ou de o Grande Irmão tentar purificar a língua de expressões possivelmente subversivas no romance *1984* de George Orwell. A discussão fica suspensa por aqui, já que, em geral, esse tipo de visão mais fraca do RL confunde os sentidos da relação causal de influência entre língua e pensamento e acaba defendendo algo um pouco inconsistente. No entanto, como pretendemos demonstrar posteriormente (no capítulo 5), essa é uma versão do RL interessante de se defender, se estabelecida e analisada com cuidado, aliada ao que iremos tratar por aspecto criativo ou constitutivo da linguagem.

É importante ressaltar, neste ponto da discussão, que as questões apresentadas neste capítulo são apenas genéricas o bastante para que possamos avaliar, nos capítulos seguintes, as raízes históricas das idéias ligadas ao RL, as propostas whorfianas propriamente ditas, juntamente com as críticas mais importantes, e, em seguida, finalmente, uma análise mais pormenorizada das pesquisas atuais com relação ao RL, em especial as pesquisas empiricamente bem formuladas que tentam contornar todos os problemas das propostas iniciais. Isso redime, esperamos, o caráter generalista e superficial de alguns pontos deste capítulo.

Capítulo 2 - A história do relativismo lingüístico até o século XIX

Nenhuma posição que se possa identificar explicitamente como relativismo lingüístico pode ser encontrada antes dos trabalhos de Sapir e, mais especificamente, Whorf. No entanto, algumas posições filosóficas sobre a linguagem e sua relação com o pensamento em alguma medida relativistas podem ser identificadas desde a Antigüidade, já nos debates entre sofistas e filósofos da “verdade”. A partir do final da Idade Média, com o advento das muitas transformações culturais, sociais e intelectuais trazidas pelo Renascimento, pelas Reformas e pela Idade Moderna, o pensamento ocidental sobre a linguagem executa uma virada crucial: as línguas particulares passam a ser importantes, passa-se a utilizá-las para escrever literatura, filosofia, para administrar, legislar e governar. A imprensa e a queda da unidade de pensamento da visão de mundo medieval teocêntrica auxiliam na divulgação de material escrito não mais somente nas línguas clássicas, especialmente o latim, mas também nas línguas vernáculas. As gramáticas das línguas particulares abrangem não apenas as línguas da Europa Ocidental, mas também as línguas de povos e locais distantes, conquistados e tomados pelos desbravadores europeus ou estudados por cientistas viajantes que tanto ajudaram a fundação da ciência da linguagem, como foi o caso de Filippo Sassetti, Anquetil Duperron, Sir William Jones (cf. Salmoni, 1978), e Alexander von Humboldt (para uma visão mais detalhada dos processos de mudança do pensamento ocidental sobre a linguagem pós-medieval, cf. Mounin (1967), Kristeva (1974), Robins (1983), Câmara Jr (1986). Koerner & Asher (1995), Cassirer (2001a), Eco (2001), Foucault (2002), Weedwood (2002)).

Uma nova ciência traz o foco da visão de mundo para o empírico, para o homem, para longe da metafísica e da especulação medievais. A culminação desse pensamento empirista da nova ciência da idade moderna, nos estudos da linguagem, é a lingüística histórico-comparativa, interessada na maior quantidade de línguas que fosse possível estudar e compreender em sua totalidade de relações nunca antes imaginadas (ora, quem ia imaginar que o sânscrito era assim tão próximo do latim e do grego se não fossem os contatos cada vez mais freqüentes entre ocidentais e indianos causado pelo interesse imperialista e pela curiosidade científica sem fim?).

Os filósofos e gramáticos desses períodos pós-renascentistas são fonte valiosíssima de informações, discussões, dados, argumentos e controvérsias que dizem respeito ao tema principal desta tese. É a partir do debate entre racionalistas e empiristas/sensualistas que se estabelece por causa das obras fundamentais de, entre outros, Descartes e Locke, ao longo dos séculos XVII e XVIII, que as controvérsias entre proponentes de gramáticas gerais universalistas e posições sensualistas/empiristas de teorias da linguagem tomam forma.

A partir daí, o século XVIII vê o surgimento de debates de grandes proporções (por exemplo, o célebre debate sobre a origem da linguagem que culmina com o concurso da Academia de Berlim, vencido pelo *Ensaio sobre a Origem das Línguas* de Herder (cf. Miller, 1968, Herder, 1987, Schaff, 1974, e Ricken, 1994, *inter alia*)) que levam ao surgimento das primeiras versões mais possivelmente identificáveis como relativistas quanto à linguagem. Veremos, portanto, na figura do filósofo e lingüista prussiano Wilhelm von Humboldt (1767-1835) a culminação de uma série de tendências e linhas de pensamento que misturam tons iluministas da França do século XVIII com a dos períodos classicista e romântico dos séculos XVIII e XIX na Alemanha, resultando em uma obra vasta e complexa que recebe influência direta de autores tão importantes quanto Hamann e Herder, Condillac e Schleiermacher.

Analisarei brevemente, num primeiro momento, os movimentos e autores relevantes para a formação das idéias relativistas desde a Antigüidade (em oposição, algumas vezes, às universalistas), e, numa segunda parte, analisarei mais detidamente as idéias do próprio Humboldt, uma vez que, dos antecessores das formulações clássicas do relativismo do século XX, ele foi o mais importante.

2.1. Fontes anteriores do relativismo

O sofista pré-socrático Protágoras (c. 490-420 a.C.) afirma em um dos fragmentos restantes de sua obra que “O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, e das coisas que não são, enquanto não são” (DK80b1). Esse é um dos fragmentos mais citados da obra dos sofistas, e reflete uma possível formulação do relativismo radical de que tudo depende do julgamento subjetivo de cada homem individualmente. Nada é absoluto, tudo depende, de uma maneira ou de outra, do julgamento subjetivo do homem individual.

Juntamente com outros sofistas famosos, como Górgias, Protágoras ganhava a vida fazendo discursos, e defendia a possibilidade de transformar um discurso verdadeiro em um falso e vice-versa. Na verdade, os sofistas desenvolveram a técnica da argumentação e da retórica na Antigüidade, relativizando a verdade única proposta pelos filósofos idealistas, como Platão. Em vários de seus diálogos, Platão apresenta um Sócrates que tenta lutar contra as teses radicalmente relativistas dos mestres da oratória profissionais, uma grande ameaça à ciência dedutiva.

Para o Protágoras histórico, que viveu entre 486 a.C. e 410 a.C., a dialética é uma erística (discurso controvertido). Para ele, existiriam duas regras básicas para todo discurso desse tipo: a) todo assunto pode ser sustentado ou refutado; b) a todo argumento pode-se opor outro. E, além dessas duas regras, um princípio que os renascentistas iriam retomar a seu modo: o homem é a medida de todas as coisas. Ou seja, “(...) as coisas são como aparecem a cada homem (ou a cada grupo de homens que concordem em como as coisas são); não há outro critério de verdade (porque todos são fabricados)” (Reboul, 2000: 8). A partir destas regras e deste princípio (entendido como acordo entre interlocutores), fica implícito que é a comunidade que decide o que é verdade ou não, i.e., todos os valores e convenções estão relacionados a lugares e situações. Portanto, para Protágoras, assim como para os outros sofistas, era evidente que verdades e poderes andam juntos e são necessariamente transitórios. Nesse sentido, o único critério do discurso humano é o sucesso. Platão e sua escola não podem aceitar tal alargamento do debate. (Gonçalves & Beccari, 2008)

Assim, o relativismo como doutrina da oposição a verdades universalmente aceitas é de origem bastante antiga. Nos domínios da linguagem, fica clara a relação entre a atividade dialética da retórica antiga e a tentativa de uma filosofia da verdade última como a de Platão. A retórica continua a procurar os caminhos da técnica da defesa de todos os pontos de vista, dos modos subjetivos de lidar com as posições opostas, e segue sendo disciplina fundamental de formação acadêmica tanto para os romanos quanto para os medievais.²³

2.2. O debate entre empiristas e racionalistas

²³ Naturalmente, muito está sendo suprimido da história do relativismo como um todo. O escopo desta tese não permitiria uma abordagem que incluísse a retórica romana de Cícero e Quintiliano, nem as discussões medievais de gramática universal, modista ou até mesmo das propostas de Port-Royal. Remeto os leitores interessados a discussões interessantes sobre a gramática de Port-Royal em Harris & Taylor (1989) e Arnauld & Lancelot (2001), sobre os gramáticos especulativos medievais em Bursill-Hall (1971, 1972), em Beccari (2007), e sobre uma visão mais profunda sobre o relativismo em geral em Hollis & Lukes (1982) e Krausz (1989).

Nesta seção, analisarei brevemente os conceitos de empirismo e racionalismo nos sentidos relevantes para a discussão desta tese. É certo que um trabalho mais específico sobre o tema deveria contemplar mais profunda e competentemente os tópicos aqui abordados, mas acredito que, por razões do escopo do trabalho, seja suficiente tratar desses temas de forma introdutória, remetendo o leitor a alguma literatura específica sobre essas questões.

Os termos “empirismo” e “racionalismo” referem-se mais comumente a correntes filosóficas surgidas no século XVI a partir do problema do conhecimento, fulcrais para autores como Descartes, Locke, Leibniz, Hume, entre outros. No entanto, os termos também serão usados para fazer referência a essas duas escolas de maneira mais ampla, visando defender a tese de que a oposição empirismo – racionalismo segue o curso dos séculos como subjacente a diversas abordagens também opostas, ao menos na história da lingüística. Falamos assim de uma lingüística empirista e de uma lingüística racionalista, emprestando os termos do debate seiscentista e setecentista para entender certas dualidades no tratamento da linguagem que permanecem até hoje.

Segundo o filósofo Michel Ayers (*apud* Garber & Ayers, 1998: 1003), “a concepção de conhecimento como um ato cognitivo infalível era uma manifestação distintamente seiscentista e conseqüência de uma nova obsessão com a dúvida e sua resolução”. A questão da dúvida e da resolução, então, levou os filósofos do período a uma “suposta” nova problemática: a da origem do conhecimento. Daí as duas escolas filosóficas vistas, grosso modo, como opostas: o empirismo, que buscava o fundamento do conhecimento no “conteúdo puro da experiência sensorial” e o racionalismo, que “buscava remédio para a dúvida em sistemas quase-geométricos construídos sobre axiomas supostamente inatos, evidentes para o *self*, independentes do mundo” (*loc. cit.*).

É evidente que todo o pensamento e as querelas dos séculos XVII e XVIII de pensadores do calibre de Descartes, Locke e Leibniz não se resumem a uma explicação assim apressada. No entanto, embora nos interessem os desdobramentos mais específicos dos sistemas filosóficos desses autores (especialmente para entender a teorização sobre a linguagem em Condillac), esse ponto de partida já é suficiente para uma discussão geral que possa estabelecer uma conexão com as ciências da linguagem.

Ayers traça um histórico da posição racionalista que identifica em Platão e Aristóteles uma oposição antiga a teorias do conhecimento que confiassem apenas na memória e percepção.

Em Platão, uma “epistemologia triangular” separa a mente humana dos universais transcendentais e das coisas sensíveis particulares. As coisas particulares são como que meras instâncias dessas coisas ideais, modelares, e os sentidos nos proporcionam a relação com as coisas sensíveis apenas na medida em que preparam nossa mente para apreender esses universais.

Para Ayers, essa teoria foi incorporada pelos escolásticos Aristotélicos. No entanto, no que diz respeito às escolas de pensamento da Antigüidade, pode-se dizer, de maneira um tanto generalizante, que Aristóteles, os estóicos e os epicuristas eram precursores do empirismo, pois se opunham à idéia de Platão de que os sentidos atrapalham a alma em seu contato com a realidade eterna dos universais ideais.

Embora Descartes tivesse desenvolvido as teses fundamentais do racionalismo a partir de Mersenne e, em última instância, a partir de Platão e de Santo Agostinho, as idéias racionalistas do francês compartilhavam um fundo comum juntamente com as racionalistas importantes como Malebranche, Spinoza e Leibniz. Esse fundo comum, correndo o risco de negligenciar detalhes importantes e cruciais que separam os sistemas de pensamento desses autores, pode ser descrito com as seguintes palavras de Ayers (*loc. cit.*, p. 1018), como “uma concepção dos princípios da ciência como realização do intelecto através de seu acesso, direto ou indireto, parcial ou completo, às essências como sendo concebidas por Deus.”

Assim, pode-se perceber que o que une os pensadores do período sob um mesmo nome de escola filosófica é um conjunto fundamental de teses sobre a natureza do conhecimento. Ao propor que o conhecimento deriva desse “acesso” às essências, os racionalistas opunham-se à tese contrária de que o conhecimento deriva do acesso direto aos dados sensoriais ou da experiência. Utilizarei para fins da nossa discussão o termo racionalismo de maneira bastante larga e não-específica, querendo manter a idéia de que a ciência deriva do acesso ao intelecto em si, de modo que as noções inatas são a base a partir da qual o conhecimento é possível. Nas teorias lingüísticas, isso vai se refletir em pensamentos de base fortemente universalista e dedutivista, como as posições contemporâneas universalistas e cognitivistas de Chomsky, Pinker, Fodor, entre outros.

Por sua vez, o empirismo do século XVII, herdeiro da tradição helenística epicurista e estóica, busca eliminar as “verdades eternas do racionalismo” (*loc. cit.*, p. 1024). A idéia fundamental compartilhada pela maioria dos filósofos chamados de empiristas no século XVII, como Hobbes, Locke e Hume, é a de um anti-dogmatismo que, basicamente, postula que o conhecimento das coisas só existe através da mediação

dos nossos sentidos, e que não há, portanto, idéias universais inatas. De certo modo, o pensamento empirista enxerga a mente como uma *tabula rasa*, uma folha em branco, na qual se escrevem as instâncias do conhecimento através da experiência (para um desenvolvimento interessante do debate empirismo versus racionalismo na ciência contemporânea, cf. Pinker, 2004, que propõe um combate às posições da *tabula rasa* em favor de uma nova abordagem da noção de natureza humana).

2.2.1. Empirismo e racionalismo no pensamento sobre a linguagem

Na base da discussão empirismo-racionalismo na forma em que é relevante para a nossa tese está a distinção entre indutivismo e dedutivismo. Ou seja, se a história do pensamento sobre a linguagem sofre alguma influência das questões filosóficas ligadas à natureza do conhecimento, é porque as teorias sobre a natureza e o uso da linguagem vão sendo desenvolvidas ao longo dos séculos com base em questões que são fundamentais na filosofia ocidental. Assim, a revolução do século XVII se dá em termos de uma reação aos modos antigos e medievais de alcançar o conhecimento: se a nova ciência é resultado do empirismo radical das ciências naturais, que vai culminar nas visões mais radicais do behaviorismo no século XX, por exemplo, é natural que as discussões sobre a linguagem se dêem lado a lado com as discussões que são feitas sobre a mente, sobre o conhecimento, sobre a ciência.

Dessa forma, uma vez que a ciência natural indutivista aparece como uma alternativa poderosa e sedutora ao modo especulativo e metafísico de se chegar ao conhecimento praticado, por exemplo, pelos filósofos da Antigüidade ou pelos medievais, o aumento da importância das línguas vernáculas, o expansionismo e colonialismo e o ambiente intelectual borbulhante dos séculos posteriores ao Renascimento vão favorecer olhares indutivistas para a linguagem que culminam no surgimento de uma abordagem histórico-comparativa no século XIX, quando a lingüística finalmente clama para si o status de ciência. A virada do século XX ainda mantém a abordagem indutivista de fundo, e mesmo com a revolução estruturalista, as generalizações sobre as línguas ainda são baseadas na coleta e análise da maior quantidade de dados possível. A lingüística é, portanto, uma ciência empírica por excelência desde que se vê como ciência.

No entanto, Chomsky propõe, em meados dos anos 50, uma teoria fortemente dedutivista: a gramática gerativa. A pesquisa sobre a gramática universal será, portanto, de fundo racionalista. Sua lingüística se inscreve na tradição cartesiana (Chomsky, 1972), e seu universalismo decorre naturalmente da idéia de que a gramática universal é a teoria do estado inicial do “órgão da linguagem” que deve ser, portanto, igual para todos os seres humanos, uma vez que é transmitida geneticamente e é altamente especializada para se desenvolver e se transformar no estado final da língua do indivíduo.

Assim, as abordagens empirista e racionalista são como que concorrentes que se alternam de modo pendular para estabelecer o fundamento filosófico das abordagens freqüentemente concorrentes na lingüística. A idéia, nesta seção e no restante da tese, será mostrar que, em certa medida, as abordagens relativistas são dependentes de abordagens empiristas e as abordagens universalistas, por sua vez, dependem do racionalismo clássico.

2.3. Algumas propostas relativistas nos séculos XVII a XIX

Como a parte mais importante deste capítulo será centrada em Humboldt, precisamos fazer uma breve recapitulação de algumas posições que foram essenciais para o desenvolvimento das idéias do prussiano. Conforme diz Ricken (1994: 174) quanto a Humboldt, “a questão sobre as fontes teóricas da hipótese da ‘visão de mundo’ antes de Humboldt foi muito raramente levantada”, e, em seguida, “hoje não há dúvida sobre a dívida de Humboldt para com as teorias do Iluminismo”.

Essas posições iluministas relacionavam-se também ao debate empirismo *versus* racionalismo, e, no que concerne ao problema da identificação das fontes das idéias relativistas, o problema mais importante do período entre os séculos XVII e XIX é certamente o da relação entre linguagem e pensamento. Esse período viu muitas discussões sobre a origem da linguagem e sobre o “abuso das palavras” e, de maneira geral, a posição mais freqüente é a de que a linguagem e o pensamento estão fortemente ligados, a ponto de as línguas particulares influenciarem o pensamento. Será possível perceber, ainda que através de comentários sucintos sobre vários autores do período, que, de certa forma, a hipótese do RL já estava formulada por vários pensadores antes mesmo de Humboldt e Whorf, ainda que de maneira especulativa e não empiricamente

verificável (o que não quer dizer que Whorf e, muito menos Humboldt, realizaram experimentos controlados e bem desenhados para testar e corroborar a hipótese, como vem sendo feito mais recentemente, inclusive porque isso não correspondia à idéia que ambos teriam do que era fazer ciência em seu tempo). Para a apresentação seguinte, Ricken (1994) servirá de base a partir da qual os autores serão discutidos.

Francis Bacon (1561-1626), o filósofo inglês de orientação empirista, preocupado com o modo como a linguagem ordinária influencia o pensamento, e também preocupado em estabelecer os princípios para a ciência moderna, já estabelecia relações entre uma filosofia da ciência e uma visão relativista quanto às línguas. Segundo Ricken (1994: 176), “ele acreditava que a linguagem sofisticada das ciências tinha sido uma das principais causas da esterilidade da escolástica medieval”. Bacon considerava as línguas individuais como expressões formalmente diferenciadas da mente humana que permitiam que se deduzissem as particularidades e costumes de comunidades lingüísticas particulares. Essa posição é claramente relativista no sentido fraco exposto no capítulo anterior, já que prevê que as diferenças entre as línguas são significativas o suficiente para influenciar suas comunidades falantes.

John Locke (1632-1704), no desenvolvimento de suas teses empiristas, defende a idéia fundamentalmente relativista de que as diferenças entre as línguas causam variações no pensamento. Segundo Ricken (*loc. cit.*, p. 177), a possibilidade da influência das línguas particulares no pensamento é, para Locke, um argumento contra o racionalismo cartesiano. Como tento demonstrar ao longo desta tese, a maior parte das teses racionalistas universalistas é anti-relativista por motivos simples: a possibilidade da influência direta das línguas particulares no pensamento e na mente dos seus falantes coloca uma restrição muito grave para a hipótese da universalidade das estruturas mentais e do inatismo proposto por racionalistas em geral (e aqui penso especificamente em como as teorias cognitivistas desenvolvidas a partir da segunda metade do século XX fazem questão de rechaçar a possibilidade do relativismo para fundamentar os estados mentais, a língua, a estrutura conceitual dos seres humanos em algo universalmente distribuído pela espécie através de herança genética).

Para Ricken, a argumentação de Locke segue a seguinte lógica: a possibilidade de variação no modo como as línguas estabelecem seus inventários de conceitos mostraria como a natureza não fornece os conceitos prontos. O argumento não é muito diferente daquele das línguas diferentes que possuem léxicos tão fundamentalmente

diferentes que seus falantes enxergam a realidade de maneira diversa. O exemplo de Locke é o que reproduzo abaixo:

Mas, voltando às espécies de substâncias corpóreas, se se perguntasse a alguém se o gelo e a água eram espécies distintas de coisas, não duvido que me respondessem afirmativamente; e não se pode negar que tivessem razão. Mas se um inglês educado na Jamaica, que talvez nunca tivesse visto ou ouvido falar de gelo, viesse à Inglaterra no inverno e encontrasse a água, que pôs à noite na bacia, gelada em grande parte, de manhã, e, não sabendo o nome especial que tem nesse estado, lhe chamasse água endurecida, eu pergunto: isto seria uma nova espécie, para ele, diferente da água? (*Ensaio*, III, Capítulo 6, § 13)

É curioso como o argumento não é tão diferente dos argumentos relativistas contemporâneos ligados à noção do senso comum de que os esquimós têm muito mais palavras para “neve” do que os falantes de inglês, como discuti no capítulo anterior.

É como uma espécie de desenvolvimento da teoria sensualista/empirista de John Locke que o abade francês Étienne Bonnot de Condillac (1714-1780) segue o caminho sensualista e teoriza sobre a origem e o funcionamento da linguagem. Como defensores do sensualismo, ambos partem do princípio de que nada existe no intelecto antes dos sentidos, de modo que as experiências e sensações formam o nosso conjunto de fenômenos/dados/instâncias de envolvimento com a realidade, que constroem progressivamente o que conhecemos. A linguagem como produto de uma visão empirista radical é algo que se adquire apenas porque temos contato com o mundo, e, através desse contato, e da “ligação das idéias”, é que o conhecimento do estágio final da língua que falamos individualmente vem a ser. É natural que de uma visão como essa saiam propostas relativistas em maior ou menor grau, uma vez que é fácil perceber que culturas diferentes, com línguas e “caráteres” diferentes, disponibilizam aos seus indivíduos conjuntos de dados diferentes, que, naturalmente, resultam em um sistema lingüístico que depende, de certa forma, dessas diferenças.

Assim, o sensualismo de Condillac acaba por permitir uma das primeiras leituras relativistas da relação entre linguagem e pensamento, explicada mais ou menos como se segue, segundo Ricken (1994: 118):

Os seres humanos adotam relacionamentos diferentes com seu entorno por causa de sua sensibilidade, ou seus modos respectivos de ver e perceber as coisas (“la manière de voir et de sentir”). Seu pensamento e linguagem os orientam em direção ao mundo em que vivem, e não de acordo com normas cognitivas *a priori*. E as variações na expressão lingüística, e portanto também na ordem de

palavras, são um reflexo das diferenças nas coisas que os seres humanos percebem.²⁴

Para que se possa entender de que maneira a hipótese da origem da linguagem levantada por Condillac se relaciona com a proposta relativista, é necessário entendê-la ao menos em linhas gerais. Condillac supõe duas crianças perdidas após o dilúvio (pois, para ele, naturalmente, Adão e Eva não se encaixam na categoria de humanos primitivos, e já se comunicavam naturalmente²⁵) antes de terem adquirido linguagem. Esse menino e essa menina não possuem nada mais do que o que ele chama de linguagem de ação, e associam certos signos (gritos naturais) emitidos por eles mesmos a certos eventos percebidos, sem que, com isso, consigam retomar esses signos sempre que puderem. Somente quando começam a associar o grito *do outro* ao elemento provocador é que eles começam a exercer a capacidade da reflexão, que leva à memória do que representam os signos, possibilitando a repetição daquele signo quando existir necessidade de emití-lo. (Condillac, 1999: 151-153). É através da reminiscência de um estímulo de dor que ele mesmo já sentiu e que vê causar o grito de dor no outro que o homem assimila aquele grito como um signo. (Harris & Taylor, 1989: 126)

Essa teoria curiosa sobre a origem da linguagem de Condillac tem conseqüências interessantes: primeiro, as operações do intelecto anteriores à aquisição dessa linguagem primitiva eram incipientes e dependentes dos estímulos do contexto. É somente através da conquista da linguagem que o homem passa a conseguir controlar as operações do intelecto. É também pelo fato de que os primeiros signos são derivados de uma experiência individual rememorada na experiência do outro que Condillac defende que o signo natural não pode ser arbitrário, pois não poderia ser entendido. Isso se estende ao restante da língua em todos os seus estágios, pois os signos naturais gerariam os outros por analogia, num processo em que a criatividade individual seria limitada pelas possibilidades criativas analógicas: se qualquer signo receber qualquer cadeia sonora, pensando na definição genética dos signos naturais dada anteriormente, não haveria

²⁴ “Human beings adopt different relationships to their surroundings because of their sensibility, or their respective ways of seeing and perceiving things (“la manière de voir et de sentir”). Their thought and language orient them toward the world in which they live, and not according to a priori norms of cognition. And the variations in linguistic expression, and thus also in word order, are a reflection of the differences in the things humans perceive.”

²⁵ A respeito disso, é interessante notar que a primeira instância de uma discussão sobre a origem da linguagem na Bíblia é aquela que vemos no Gênesis (II, 19-20), quando Deus cria os animais e as plantas e os traz para Adão nomeá-los – antes mesmo de Adão necessitar de linguagem, já que Eva ainda não tinha sido gerada. O prof. Caetano W. Galindo lembrou-me da observação de Agostinho de que, ainda assim, Deus fala antes. Para uma discussão mais extensa, veja-se Harris & Taylor (1989: 35ss.).

existido sequer a possibilidade de um primeiro estímulo rememorado via a experiência do outro ligar um grito natural a um estado da realidade. (Harris & Taylor, 1989: 125-131)

No entanto, é exatamente o modo como os usuários dessas línguas originais derivam signos diferentes via processos de analogia que permite que haja línguas diferentes. Algum grau de arbitrariedade nas escolhas analógicas dos indivíduos gera diferenças na língua que, aos poucos, é capaz de gerar novas línguas. Essa teoria não é muito diferente da teoria de influência mútua entre linguagem, homem e pensamento que veremos adiante com a discussão sobre Humboldt (cf. mais discussão a respeito no capítulo 5).

É porque as línguas são para nós os “métodos analíticos” assim como a aritmética é o método analítico da matemática que as possíveis diferenças entre as línguas possibilitam diferenças sensíveis no pensamento das diferentes comunidades de falantes. Nas palavras do próprio Condillac:

As línguas são portanto mais ou menos perfeitas relativamente à sua adequação para a análise. Quanto mais elas facilitam a análise, mais elas dão assistência à mente. Com efeito, nós julgamos e raciocinamos com as palavras, assim como nós calculamos com os números; e as línguas são para as pessoas comuns o que a álgebra é para os geômetras. (*Grammaire*, 286-7 *apud* Harris & Taylor, 1989: 121)²⁶

A quase formulação de uma hipótese relativista derivada da concepção sensualista de linguagem de Condillac pode ser vista no trecho mais longo, da *Logique*:

Uma vez que as línguas, que se formam na medida em que as analisamos, tornam-se tantos métodos analíticos, é compreensível que nós consideremos natural pensar de acordo com os hábitos que elas causaram que nós adquiríssemos. Nós pensamos com elas. Regentes de nosso julgamento, elas determinam nosso conhecimento, nossas opiniões e preconceitos. Resumindo, elas criam neste domínio tudo que é bom ou ruim. Tal é a sua influência, e não poderia ter acontecido de modo diferente. (*Logique*, 396, *apud* Harris & Taylor, 1989: 133)²⁷

²⁶ “Languages are therefore more or less perfect relative to their adequacy for analysis. The more they facilitate analysis, the more they give assistance to the mind. In effect, we judge and reason with words, just as we calculate with numerals; and languages are for ordinary people what algebra is for geométricians.”

²⁷ “Since languages, which take form in proportion as we analyse them, became so many analytical methods, it is understandable that we find it natural to think according to the habits that they caused us to acquire. We think with them. Rulers of our judgement, they determine our knowledge, opinions, and prejudices. In short, they do in this domain everything good or bad. Such is their influence, and it could not have happened differently.”

Ricken analisa o RL de Condillac de modo a relacioná-lo com a concepção teórica de que a língua exerce atividade constitutiva nos processos cognitivos, e não com o meio tradicional, ligado a estudos comparativos empíricos entre várias línguas. Daí deriva um tipo de problema com as abordagens relativistas do período (que de certa forma se repete em Humboldt) que relaciona-se com a possibilidade da geração de preconceitos contra línguas mais ou menos “perfeitas”, uma vez que “a imperfeição de uma língua coloca limites na atividade do pensamento, enquanto que uma língua altamente desenvolvida pode levar a conquistas em todas as áreas do conhecimento” (Ricken, 1994: 179).

Pierre Louis Moreau de Maupertuis (1698-1759) escreveu em 1748 suas *Réflexions philosophiques sur l'origine des langues et la signification des mots*. Na obra, sob influência do nominalismo de Berkeley, Maupertuis defende que as línguas possuem “planos intelectuais” (*plans d'idées*) que as determinam e organizam de modos variados. De acordo com Ricken (1994: 183), os sistemas lingüísticos resultantes da organização via planos de idéias são tão diferentes que a própria possibilidade de tradução é minada. A possibilidade de conhecimento é determinada de formas diferentes, de acordo com as línguas diferentes. Maupertuis, nesse sentido, também parece propor uma forma de RL bastante radical, discutindo inclusive a intraduzibilidade como elemento fundamental de corroboração da sua versão da tese relativista.

Passando aos alemães, Johann Georg Hamann (1730-1788), filósofo pietista e amigo pessoal de Herder, ficou famoso por suas visões radicais e proféticas sobre a língua como possibilitadora da mediação entre o homem e Deus. Miller (1968) afirma que ele foi o primeiro alemão a teorizar sobre a relação entre linguagem e pensamento. Brown (1967: 58) resume sua posição fundamental com as palavras do próprio Hamann: “comigo a linguagem é a mãe e a razão da revelação, seu Alfa e Ômega”.²⁸ O RL de Hamann diz respeito a sua posição reiterada de que a língua desenvolve-se anteriormente ao intelecto, e isso, para ele, é o que causa problemas com as teorias filosóficas incapazes de perceber que as visões de mundo específicas de cada língua são incapazes de levar ao conhecimento universal. Nas suas próprias palavras (Brown, 1967: 61):

²⁸ “with me *language* is the mother of reason and revelation, its Alpha and Omega.”

Nenhuma dedução é necessária para estabelecer prioridade genealógica da *linguagem* e sua heráldica sobre as sete funções sagradas das conclusões e proposições lógicas. Não somente toda a capacidade de pensar assenta-se na linguagem... mas também a linguagem é o *centro do desentendimento da razão consigo mesma...*²⁹

Miller (1968) também resenha a posição hamanniana quanto à possibilidade da influência causal da “mentalidade natural” sobre a língua de um povo. Antecipando o pensamento humboldtiano, Hamann afirma (*apud* Miller, 1968: 18):

Se nossos conceitos (*Vorstellung*) se dispõem de acordo com o ponto de vista da mente, e se, como muitos acreditam, este último é determinado pelo estado do corpo, então pode-se aplicar a mesma coisa ao corpo de todo um povo. Os contornos de sua língua corresponderão, portanto, à direção de sua mentalidade; e cada povo revela sua mentalidade através da natureza, forma, leis e costumes de sua fala, assim como através de sua cultura externa e através de uma demonstração de comportamento visível.³⁰

Hamann influenciou não somente Herder como também Humboldt, e freqüentemente se diz que a linhagem do pensamento relativista da “hipótese Sapir-Whorf” segue uma linha direta de Hamann e Herder, passando por Humboldt. Para Brown, o relativismo de Hamann fica ainda mais claro em sua *sententia* “nossos conceitos das coisas são mutáveis por meio de uma nova língua”³¹.

As discussões sobre a influência mútua da língua e do pensamento foram tão freqüentes no período que dois dos prêmios anuais da Academia de Berlim ficaram famosos não somente pelo tema, mas também pela importância do trabalho que recebeu a premiação. O primeiro deles foi o de 1759, sobre a interdependência da língua e do pensamento, vencido pelo *Resposta à Questão sobre a Influência das Opiniões na Linguagem e da Linguagem nas Opiniões*, de Johann David Michaelis (1717-1791), que discutirei brevemente no capítulo 5. O segundo foi o de 1770, sobre a origem da linguagem, vencido pelo *Ensaio Sobre a Origem da Linguagem* de Herder (1744-1803) (cf. Schaff, 1974: 17).

²⁹ “No deduction is necessary to establish a genealogical priority of *language* and its heraldry over the seven sacred functions of logical propositions and conclusions. Not only the entire capacity to think rests on language... but language is also *the center of the misunderstanding of reason with itself...*”

³⁰ “If our conceptions (*Vorstellung*) dispose themselves according to the mind’s viewpoint, and if, as many believe, the latter is determined by the state of the body, then the same thing can be applied to the body of a whole people. The lineaments of their language will thus correspond to the direction of their mentality; and every people reveals its mentality through the nature, form, laws, and customs of its speech as well as through its outward culture and through a pageant of visible behavior.”

³¹ “Our concepts of things are mutable by means of a new language”.

Herder representa uma espécie de culminação da discussão sobre a origem da linguagem, assunto em voga no período. Assim como outros autores que trataram do mesmo tema (como Rousseau, Süssmilch e até Adam Smith: cf. Brown (1967, cap. II), Borges Neto (1993)), Herder precisou estabelecer uma interdependência importante entre língua e pensamento. De uma maneira bastante característica do período, que, como será visto com Humboldt, iguala pensamento e linguagem, Herder acaba por defender um tipo embrionário de RL

Para Brown (1967: 56), Herder e Hamann foram defensores centrais da tese de que a língua não era, como queriam os iluministas, evidência sobre como a mente funciona, mas, antes, constituía o próprio *medium* do pensamento. A direção da investigação sobre a relação mente-língua deveria ser, portanto, da língua para o pensamento, e não o contrário.

Assim como Hamann, Herder propõe uma visão relativista quanto à língua, em grande parte como uma oposição à tese central da anterioridade do pensamento com relação à linguagem. Brown (*loc. cit.*, p. 63-4) cita alguns trechos de Herder de outras obras que não o *Ensaio* dos quais se pode deduzir uma forma de RL ligada à sua concepção especial da relação entre linguagem e pensamento:

As melhores tentativas de uma história e das características variadas do entendimento e sentimento humano seriam também uma comparação filosófica das línguas, já que nelas mesmas estão inscritos o entendimento e o caráter de um povo.³²

E, ainda,

O espírito humano pensa com *palavras*; ele não apenas enuncia seus pensamentos através da *língua*, mas também de alguma forma os simboliza para si mesmo e os rearranja. A língua, diz Leibniz, é o espelho do entendimento humano e, como o homem pode corajosamente estabelecê-la, é um livro de descobertas de suas idéias, uma ferramenta de sua razão que não é apenas habitual, mas também indispensável. Por meio da língua nós aprendemos a pensar, através dela nós separamos idéias e as ligamos umas às outras, freqüentemente muitas de uma só vez. (Herder *apud* Brown, 1967: 63-4)³³

³² “The finest attempts at the history and varied characteristics of human understanding and feeling would also be a philosophical comparison of languages, since on these themselves is the understanding and character of a people imprinted.”

³³ “The human spirit thinks with *words*; it does not only utter its thoughts by means of *language*, but also in the same way symbolizes them to itself and arranges them. Language, says Leibniz, is the mirror of human understanding, and, as man may boldly set it down, a book of discoveries of his ideas, a tool of his reason which is not only habitual but indispensable. By means of language we learned to think, through it we separate ideas and tie them together, often many a time.”

Miller (1968) afirma que, para Herder, a língua é a obra mais característica do ser humano, e o estudo de muitas línguas constituiria a melhor contribuição para uma filosofia do conhecimento humano. Os trechos de Herder que ele cita são também bastante impactantes e merecem citação integral:

Se as palavras não são meramente sinais, mas também moldes pelos quais vemos nossos pensamentos, então eu considero uma língua inteira como uma grande cadeia de pensamentos tornados manifestos [S, II, 12]... Se é verdade que não podemos pensar sem pensamentos, e que aprendemos a pensar através das palavras, então a linguagem dá a todo o conhecimento humano seus limites e contornos [S, II, 17]... Pensamos com a linguagem... e na vida comum é, de fato, aparente que pensar é quase nada além de falar [S, II, 18]... Assim, eu consideraria a linguagem como uma ferramenta, o conteúdo e a forma dos pensamentos humanos [S, II, 24].

Toda nação fala... de acordo com o modo como pensa, e pensa de acordo com o modo como fala: não importa quão variado tenha sido o ponto de vista a partir do qual uma nação olhou para uma coisa, ela a designou da mesma forma. [S, II, 18] Miller (1968: 20-1)³⁴

Friedrich Schleiermacher (1768-1834), teólogo alemão, proferiu, em 1813, na Academia Real de Berlim, uma palestra que constitui um dos mais importantes momentos da teoria da tradução alemã, intitulada *Über die verschiedenen Methoden des Übersetzens* (“Sobre os diferentes métodos de tradução”, citado aqui como Schleiermacher (2001)). Schleiermacher, também creditado como um dos fundadores da hermenêutica, estabelece neste texto uma distinção entre dois modos de traduzir: aproximar o leitor do texto original ou aproximar o texto original do leitor. Sua escolha pelo primeiro método em detrimento do segundo tem um tom programático na teoria romântica da tradução: como se vê pelas traduções de contemporâneos como Goethe, Hölderlin, Voss, Schlegel e Humboldt (Schleiermacher mesmo traduziu Platão), o impulso tradutório dos alemães do período tinha como um objetivo mais ou menos comum alargar e ampliar as fronteiras da própria língua alemã, apropriar-se do estrangeiro com a finalidade de empreender a elevação da própria cultura (quanto a uma discussão mais específica a esse respeito, cf. Berman (2002)).

³⁴ “If words are not merely signs, but also, as it were, the moulds in which we see our thoughts, then I would regard a whole language as a great range of thoughts having become manifest [S, II, 12]... If it is true that we cannot think without thoughts, and that we learn to think through words, then language gives to the whole of human knowledge its limits and contours [S, II, 17] ... We think in language... and in ordinary life it is indeed apparent that thinking is almost nothing more than speaking [S, II, 18]... Thus I would regard language as a tool, the content, and the form of human thoughts [S, II, 24]. Every nation speaks... according to the way it thinks, and thinks according to the way it speaks: as varied as the viewpoint was from which a nation looked at a thing, it designated it the same way. [S, II, 18]”

Contudo, a argumentação como um todo possui um caráter importante também como veículo de posições correntes quanto à linguagem para os pensadores do período. De uma maneira muito específica aos pensadores do período, a teoria da tradução estava muito fortemente relacionada a uma teoria geral da linguagem. Tanto Schleiermacher quanto Humboldt, ou mesmo Schopenhauer e Nietzsche, não dissociavam seus comentários sobre tradução de questões mais profundamente relacionadas com as da natureza da linguagem. Assim, a escolha pelo método de tradução que leva o leitor até o texto original não é apenas uma escolha derivada da preferência de Schleiermacher: ela passa por uma argumentação que envolve um posicionamento relativista quanto à ligação entre linguagem e pensamento. Nas palavras do autor,

Por um lado, cada pessoa é dominada pela língua que fala, ela e todo seu pensamento são um produto dela. Uma pessoa não poderia pensar com total certeza nada o que estivesse fora dos limites dessa língua; a configuração de seus conceitos, a forma e os limites de sua combinabilidade lhe são apresentados através da língua na qual nasceu e foi educada, inteligência e fantasia são delimitadas através dela. (Schleiermacher, 2001: 37)

O que temos nessas palavras é uma formulação de uma versão determinística forte do RL. Juntamente com ela, logo depois, vemos o caminho contrário que fecha o ciclo da influência indivíduo-linguagem-indivíduo, como também veremos em Humboldt:

Mas, por outro lado, toda pessoa que pensa de uma maneira livre e intelectualmente independente também forma a língua à sua maneira. Pois, se não por essa influência, como poderia ela ter se desenvolvido de seu estado inicial cru para a sua formação mais avançada na ciência e na arte? Nesse sentido, pois, é a força viva do indivíduo que dá novas formas à matéria formadora da língua, inicialmente só para comunicar um estado de consciência passageiro para a finalidade do momento, das quais, às vezes mais, às vezes menos, algumas vão ficando na língua e, acolhidas por outras, vão se propagando e se aperfeiçoando. (*loc. cit.*)

Após apresentar o primeiro método de tradução, que leva o leitor em direção ao texto original, Schleiermacher apresenta o segundo método, que faz o contrário, procurando produzir um texto na língua de chegada que seria exatamente o texto que o autor teria escrito se ele tivesse escrito nesta língua. A argumentação contrária a esse segundo método envolve exatamente a posição relativista exposta acima, e pode ser melhor explicada nas palavras inflamadas de Schleiermacher:

Quem estiver convicto de que essencial e mentalmente pensamento e expressão são exatamente a mesma coisa, pois é nesta convicção que se baseia toda a arte de toda compreensão do discurso e portanto também de toda tradução, este pode querer separar uma pessoa de sua língua nativa e achar que uma pessoa, ou uma linha de pensamento de uma pessoa, poderia tornar-se uma e a mesma em duas línguas? (...) pode-se dizer que o objetivo de traduzir da forma como o autor mesmo tivesse escrito não é só inatingível, mas em si mesmo também fútil e vazio; pois quem reconhece a força formadora da língua, como ela é uma coisa só com as particularidades do povo, também tem de confessar que para os mais cultos, todo o seu saber, e também a possibilidade de apresentá-lo, são formados com e através da língua. (Schleiermacher, 2001: 65-7)

Parte da argumentação de Schleiermacher contra a tradução que traz o original para a língua de chegada diz respeito, portanto, a uma posição fortemente relativista que está expressa nos trechos acima, já que a “força formadora” da língua impede que se passe a enxergar a realidade com os olhos do outro. Um fator que auxilia na força do argumento é a suposta impossibilidade de encontrar sinônimos perfeitos entre línguas diferentes. O argumento também será usado por Humboldt, como veremos em seguida, e pode ser relacionado com o argumento da intraduzibilidade mais moderno, fundamental para a maioria das teses relativistas no que diz respeito à linguagem (como se mostrou no capítulo anterior). Se não há correspondentes exatos entre as palavras de uma língua para outra, elas são, ao menos parcialmente, semanticamente incomensuráveis, e, portanto, alguma parte do sentido expresso pelos conceitos diferentemente representados pelas palavras não pode ser dito em uma língua ou em outra. O argumento para Schleiermacher é expresso da seguinte forma:

Se temos de dizer que já na utilização da vida comum existem somente poucas palavras em uma língua das quais uma corresponderia perfeitamente à outra em qualquer outra língua, de forma que esta pudesse ser utilizada em todos os casos daquela, e na mesma relação que aquela, ela também tivesse sempre o mesmo efeito, assim isto vale tanto mais em todos os conceitos quanto mais lhe for misturado um conteúdo filosófico e, pois, especialmente, na verdadeira filosofia. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, cada língua, apesar das divergentes opiniões simultâneas e consecutivas, contém um só sistema de conceitos que, por se tocarem, interligarem, completarem na mesma língua, são um todo cujas partes separadas não correspondem, porém, a nenhuma outra do sistema de outras línguas, mal descontando Deus e Ser, o substantivo original e o verbo original. (Schleiermacher, 2001: 75)

Tais afirmações, para Schleiermacher, impediriam qualquer tradução que visasse colocar nas palavras do autor uma língua que não fosse a dele, e favoreceriam a tradução que leva o leitor até mais próximo da língua traduzida, num movimento

criativo que expande os limites da língua, estética, estilística, lexical e gramaticalmente. Todavia, para tanto, é formulada uma posição relativista que concede um status particular incomensurável para cada língua enquanto visão de mundo específica de um povo³⁵, igualando linguagem e pensamento de modo a negar a possibilidade do universalismo dos conceitos como vemos hoje, por exemplo, na semântica cognitiva.

2.4. A lingüística histórico-comparativa como ponte para as idéias relativistas do século XX

A chegada do pensamento empirista pós-renascentista nos estudos gramaticais culminou com uma explosão de estudos comparativos no século XIX. Estudiosos como Franz Bopp, Jacob Grimm, August Schleicher e Wilhelm von Humboldt mudaram drasticamente o panorama dos estudos da linguagem ao estudar diversas línguas diferentes buscando compará-las em sua estrutura e história, o que acabou por legar ao ocidente uma visão menos universalista, menos racionalista das estruturas das línguas humanas, que, se não era o modo padrão de olhar para os estudos da linguagem em geral, ao menos subjazia a grande parte das práticas tanto teórico-filosóficas quanto pedagógicas dos trabalhos que se possam chamar de lingüísticos, desde a Antigüidade³⁶.

O acesso aos dados brutos (e, portanto, “sensíveis”) mostrou à Europa que a visão eurocentrista originada de uma tradição gramatical essencialmente greco-romana não precisaria obrigar os pesquisadores a aceitar a visão universalista de que as línguas são todas, no fundo, iguais, e que as diferenças são como que epifenômenos superficiais, possivelmente apenas lexicais. É essa postura positiva que abre caminho para o estabelecimento de uma ciência da linguagem, nos moldes das ciências naturais, mesmo já a partir da virada do século XVIII para o XIX, quando alguns autores (entre eles, alguns radicais, como os *Junggrammatiker*, que, de certa forma, são como que a ruptura entre uma gramática histórico-comparativa mais filológica, ainda que já de pretensões científicizantes, e uma lingüística estruturalista nascente na virada do século XX) passaram a clamar estatuto de ciência para o que se fazia com os estudos da língua,

³⁵ E, em certa medida, para Schleiermacher (*op. cit.*, p. 27) até mesmo em um único indivíduo: “Mesmo os contemporâneos não separados por dialetos, pertencentes a distintas classes sociais que, pouco relacionadas em seu trato, divergem muito em sua formação, muitas vezes só conseguem se entender através de uma intermediação.”

³⁶ No entanto, a visão oposta também se sustenta: o estudo simultâneo de várias línguas de uma mesma família claramente traz a visão geral que permite verificar mais semelhanças que diferenças, de modo que se pôde até mesmo reconstituir a proto-língua da família indo-européia, por exemplo.

uma vez que os métodos observacionais, a postura epistemológica positivista e o rigor de análise, verificação de hipóteses e taxonomização colocava os gramáticos-lingüistas em pé de igualdade com, por exemplo, os biólogos do século XIX (para mais detalhes, cf. Mounin (1967), Robins (1983), Koerner & Asher (1995), Foucault (2002) e Weedwood (2002), entre outros).

Assim, a lingüística propriamente dita nasce como ciência empírica, devendo funcionar nos moldes das ciências empíricas. Esse mesmo empirismo, como discutimos anteriormente, traz para a teoria da linguagem conseqüências absolutamente relevantes. Se a ênfase em dados sensíveis para o estudo e a teorização da linguagem é resultado dessa nova maneira de pensar do homem moderno (do chamado “Período Clássico” de Foucault), é natural que os gramáticos comparativos do século XIX, que os neogramáticos da virada do século XIX para o XX e os estruturalistas da primeira metade do século XX sejam, praticamente sem exceção, produtos de um empirismo positivista que parece ser, até então, o único meio de se fazer ciência da linguagem.

É a partir daí que vemos que o RL pode ser entendido, na verdade, como uma espécie de conseqüência natural da posição assumida pelos cientistas da linguagem: se o conhecimento científico advém da observação cuidadosa de dados coletados de modo sistemático, naturalmente muitos dados de muitas línguas passam a constituir um *corpus* muito grande, do qual muitas diferenças aparentemente impactantes, inter e intralingüísticas, acabam por favorecer a hipótese de que línguas diferentes moldam ou influenciam as realidades culturais e/ou mentais dos falantes. A formulação da hipótese, até aqui, embora se apresente bastante vaga, consiste em aceitar que as línguas são significativamente diferentes umas das outras, e que isso depende das diferentes culturas dos povos, de modo a influenciar as diferentes maneiras de pensar dos povos.

2.5. *Wilhelm von Humboldt*

Wilhelm von Humboldt é, possivelmente, dos autores menos estudados da tradição da ciência da linguagem moderna, um dos mais interessantes. Suas propostas apresentam uma síntese profundamente elaborada do pensamento lingüístico desenvolvido ao longo dos períodos pós-cartesianos, especialmente do Iluminismo e do Classicismo Alemão. Humboldt apresenta uma espécie de síntese entre objetivismo e subjetivismo, entre relativismo e universalismo, através de um tipo peculiar de relação

entre língua, indivíduo e sociedade. O relativismo lingüístico proposto por Humboldt não é explícito nem formulado com precisão. Além disso, o sentido da influência causal língua-pensamento não é único: há, para Humboldt, influência da língua no pensamento do indivíduo, assim como antes houve influência do indivíduo na língua, formando um círculo de influência que constitui uma das visões mais interessantes do RL especulativo pré-Whorf.

A obra de Humboldt é vasta, complexa e difusa. Seu texto mais importante sobre linguagem foi originalmente escrito com a finalidade de servir de introdução à sua extensa obra sobre a língua kawi da ilha de Java. Wilhelm trabalhou os últimos anos de sua vida nesta obra, beneficiando-se da enorme quantidade de dados lingüísticos provenientes das muitas viagens de estudos de seu irmão mais novo, Alexander von Humboldt (1769-1859), etnógrafo e naturalista. Mais tarde, a *introdução* foi editada como uma obra separada, prefaciada pelo irmão Alexander e lançada como um memorial a Wilhelm, e também como uma espécie de resumo de suas idéias lingüísticas. O livro chama-se *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaus und seinen Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts* (1836), e as traduções que utilizo são a de George Buck e Frithjof Raven, *Linguistic Variability & Intellectual Development* (Humboldt, 1972), além da primeira tradução de Humboldt para o português brasileiro, publicada recentemente num esforço conjunto de vários tradutores, em uma edição organizada por Werner Heidermann e Markus J. Weininger (Humboldt, 2006), cujos textos presentes não são todos provenientes da introdução de 1836, mas, antes, constituem um compêndio de textos, correspondências e palestras variadas de Humboldt.

É importante ressaltar, antes de apresentar uma discussão do que venha a ser uma postura relativista em Humboldt, que a própria idéia de que Humboldt seja relativista é controversa. Há, ao mesmo tempo, tanto autores que o consideram precursor da hipótese Sapir-Whorf (cf. Gumperz & Levinson, 1996, Heidermann, 2006), quanto autores que aliam Humboldt na linhagem de racionalistas universalistas (cf., especialmente, Chomsky, 1964, 1965, 1972, 1979, 1998, 2005³⁷ e, de certo modo, Harris & Taylor, 1994: 160). Tal dificuldade de categorização diz respeito especialmente ao caráter complexo das idéias lingüísticas de Humboldt. Para este

³⁷ Desde a discussão mais longa sobre a obra de Humboldt no *Current Issues in Linguistic Theory* de 1964 (pp. 16-27), Chomsky cita Humboldt sempre pelo mesmo motivo: pela sua visão formal de criatividade no sentido de o indivíduo fazer um uso ilimitado de recursos limitados. Discutirei a noção de aspecto criativo de Chomsky no capítulo 5.

capítulo, será mais importante verificar em que medida há alguma formulação do RL em Humboldt, uma vez que voltarei aos seus textos para a discussão sobre a relação entre aspecto criativo e RL no capítulo 5.

Ainda que esta tese não seja exclusivamente a respeito de Humboldt, farei uma discussão relativamente extensa de suas idéias lingüísticas a fim de poder discutir suas posições relativistas, universalistas e o papel importantíssimo do caráter energético da linguagem (que se assemelha, em alguns sentidos, ao que entendo nesta tese por aspecto criativo) para ele. Para tanto, é importante inicialmente apresentar sua concepção de linguagem em geral, com os temas presentes em seus textos mais recorrentes e mais freqüentemente estudados e citados.

2.5.1. O início do pensamento sobre a linguagem em Humboldt

Assim como também reconhece Jürgen Trabant (1992: 31), a carta a Schiller datada de setembro de 1800 inaugura o pensamento filosófico sobre a linguagem em Humboldt. Muito do pensamento mais maduro encontrado nos ensaios posteriores e na introdução ao *kawi* já encontram sua formulação inicial nessa carta, motivada por uma discussão do *Wallenstein* do colega Schiller.

Posteriormente, em um ensaio datado de 1807 intitulado *Sobre a natureza da linguagem em geral (Über die Natur der Sprache im allgemeinen, in Humboldt, 2006: 2-19)*, encontramos definições mais gerais de linguagem como a seguinte:

A linguagem nada mais é do que o complemento do ato de pensar, a intenção de elevar as impressões externas e as sensações internas ainda obscuras à condição de conceitos nítidos, e, para a criação de novos conceitos, ligar esses conceitos uns aos outros. (Humboldt, 2006: 9-11)

Para Humboldt, nação, raça e povo se confundem e são usados por vezes intercambiavelmente (Heidermann, 2006: xxxvii-xxxviii), mas o que é verificável é o modo como a língua, para ele, está diretamente ligada à nação. Mais uma vez, a definição de língua dá a ela um caráter fortemente constitutivo da atividade mental. Assim também a ligação direta entre língua e o ato de pensar vista acima se manifesta especificamente em cada cultura, em cada “raça”, como se pode depreender de sua discussão a respeito:

A língua é também um instrumento mais propício para se apreender o caráter, um meio entre o fato e a idéia, e tendo sido ela formada por princípios gerais e vagamente percebidos como tais, e também composta em sua maior parte de um repertório já disponível, ela fornece não apenas recursos para o cotejo de várias nações, mas também uma pista para a verificação da influência de uma sobre a outra. (Humboldt, 2006: 5)

Seguindo essa linha de definições amplas, além de a língua ser complementar ao pensamento e ao mesmo tempo o instrumento da apreensão do caráter de um povo, “a soma de todas as palavras, a língua, é um mundo situado no espaço intermediário entre o mundo externo, aparente, e o mundo interno que age em nós” (*loc. cit.*, p. 9). Ora, com as passagens citadas chegamos perto de começar a entender a complexidade do ideário humboldtiano sobre a linguagem: a língua é, ao mesmo tempo, veículo do pensamento, instrumento do pensamento, instrumento da apreensão do caráter da nação e o próprio “mundo” intersubjetivo que liga as operações internas ao mundo exterior.

Este ensaio de Humboldt é importante na medida em que discute o caráter ambíguo da noção de língua enquanto entidade ao mesmo tempo geral e individual, universal e privada, e o seu estudo “ensina também a analogia entre o homem e o mundo, em geral, e cada nação, em particular, a qual se expressa na língua” (*loc. cit.*). Assim, uma única língua não é capaz de dar conta de todas as possibilidades de interpretações de uma dada realidade:

(...) como o espírito que se revela no mundo não pode ser reconhecido de modo exaustivo por nenhuma dada quantidade de pontos de vista, sendo antes que cada novo ponto de vista descobre algo de novo –, seria portanto melhor multiplicar as diferentes línguas, na medida permitida pelo número de seres humanos habitantes do planeta. (Humboldt, 2006: 9)

2.5.2. A problemática dos conceitos, das palavras e da tradução em Humboldt

Ao mesmo tempo em que, no texto de 1807 discutido na seção anterior, Humboldt chega perto de definir a noção moderna de idioleto, ele também aproxima-se da visão relativista que se encontra mais profundamente elaborada em outros momentos de sua reflexão: as diferentes línguas são modos diferentes de acessar a realidade existente, permitindo a seus falantes o acesso a diferentes “cosmovisões”. A explicação para esse tipo de posição relativista quase extrema diz respeito a uma posição freqüentemente tomada por Humboldt quanto à natureza do modo como as línguas diferentes representam conceitos diferentes através das palavras. Como já citado acima,

uma das definições de língua a entende como a soma de todas as palavras disponíveis, constituindo um mundo mediador entre o intelecto e o mundo exterior. Se a natureza da ligação entre os conceitos e as palavras é variável (conforme se vê no silogismo relativista de Gumperz & Levinson no capítulo anterior), também será variável o modo como diferentes línguas medeiam a relação subjetivo-objetivo. A posição humboldtiana sobre o modo como as palavras correspondem a conceitos é a de que não há sinônimos perfeitos entre línguas diferentes. Para Humboldt, a palavra distingue-se da imagem pelo fato de, através da primeira, poder-se imaginar a coisa sob ângulos diferentes:

(...) quem pronuncia a palavra nuvem não pensa em uma definição, tampouco em *uma* imagem específica desse fenômeno da natureza. Todos os diferentes conceitos e as diferentes imagens desse fenômeno, todas as sensações que se alinham à sua percepção, tudo enfim, que estiver ligado a esse fenômeno dentro e fora de nós, pode se apresentar ao espírito, e não corre risco algum de se confundir, porque este *único* som fixa e mantém coeso o todo. (Humboldt, 2006: 13-15)

Por esse motivo, o modo como a palavra evoca esse conjunto de elementos subjetivos é diferente até mesmo de indivíduo para indivíduo. Naturalmente, de língua para língua haverá, portanto, discrepância no modo como as palavras segmentam o espectro das sensações e experiências. Por isso, para Humboldt, mesmo no caso de objetos concretos, “as palavras de diferentes línguas não são sinônimos perfeitos, e quem pronuncia *hýppos*, *equus* e *cavalo* não diz total e perfeitamente a mesma coisa” (Humboldt, 2006: p. 17-19).

Esta mesma discussão está por trás da posição de Humboldt sobre a tradução: em última instância, não há tradução possível. As línguas diferem muito no modo como as palavras se associam aos conceitos, e diferentes visões de mundo são incomensuráveis. Na introdução à sua tradução do *Agamênon* de Ésquilo de 1816, Humboldt se utiliza precisamente da problemática da sinonímia, retomada no ensaio posterior discutido acima. A argumentação é bastante parecida:

(...) abstraindo das expressões que designam apenas objetos físicos, nenhuma palavra de uma língua é perfeitamente igual a uma de outra. Diferentes línguas são, deste ponto de vista, somente outras tantas sinonímias: cada uma delas exprime o conceito de um modo um pouco diferente, com esta ou aquela determinação secundária, um degrau mais alto ou mais baixo na escala das sensações. (Humboldt, 2001: 91)

Humboldt não está procurando desenvolver uma teoria da intraduzibilidade, mas, antes, acaba demonstrando que as dificuldades que o tradutor enfrenta ao ter que lidar com sistemas lingüísticos diferentes e, de certa forma, incomensuráveis, são parte de uma teoria da linguagem fundamentalmente relativista.³⁸

Assim como Humboldt não procura defender a impossibilidade da tradução, as diferenças entre as línguas e a dificuldade da tradução não são motivo para que o relativismo humboldtiano conduza a um determinismo preconceituoso como já se procurou imputar a Humboldt (Heidermann, 2006: xxxv-xxxix discute mais o assunto).

2.5.3. As relações entre universalismo, relativismo, linguagem e pensamento em Humboldt

Ao contrário da posição preconceituosa discutida no final da seção anterior que se poderia imputar a Humboldt, percebemos um respeito pelas línguas diferentes e a visão bastante moderna de que as línguas são equivalentes do ponto de vista da expressividade, já numa palestra de 1820 intitulada “Sobre o estudo comparativo das línguas em relação com as diferentes épocas do desenvolvimento das línguas” (*Ueber das vergleichende Sprachstudium in Beziehung auf die verschiedenen Epochen der Sprachentwicklung*) :

A experiência com traduções de línguas muito diferentes e com o uso das mais rudimentares e incultas, que têm como desígnio a instrução nas doutrinas mais secretas de alguma religião revelada, mostra, na verdade, que, mesmo com grandes diferenças de êxito, em cada uma delas pode-se expressar qualquer série de idéias. Mas isto é apenas uma conseqüência do parentesco geral de todas, e da flexibilidade dos conceitos e de seus signos. As línguas mesmas e sua influência sobre as nações manifestam-se apenas naquilo que delas provém naturalmente; não naquilo ao que podem ser obrigadas, mas sim naquilo ao que elas convidam e entusiasma. (Humboldt, 2006: 55)

Ora, o que temos aqui é até mesmo, sob um certo viés mais universalista humboldtiano, uma negação do relativismo: afinal, o fato de todas as línguas poderem expressar qualquer série de idéias provém, em primeiro lugar, do próprio parentesco geral de todas as línguas, ou seja, da assunção de que todas as línguas, de uma forma ou

³⁸ Ainda que aqui a discussão seja relacionada com a visão específica de Humboldt sobre a tradução, fica claro que os termos em que a questão está colocada são muito simplórios, já que deixam de lado a noção de equivalência funcional/textual e consideram a ênfase da tradução na traduzibilidade da palavra isoladamente.

de outra, derivam da mesma língua-mãe ancestral, e, em segundo lugar, da “flexibilidade dos conceitos e de seus signos”, ou seja, da maleabilidade semântica que se manifesta na possibilidade da tradução, da paráfrase, da intercompreensão a despeito das diferenças naturais entre as relações palavra-conceito entre as línguas e da inexistência de sinônimos perfeitos.

Para Humboldt, a importância do estudo comparado entre muitas línguas jaz exatamente no fato de que somente esse estudo cuidadoso e metucioso é capaz de responder à questão com sobretons fundamentalmente relativistas: “Como pode ser vista, de um modo geral, a diferença entre as línguas, em relação com a formação do gênero humano?” (*loc. cit.*, p. 63)

A resposta, em grande medida, depende de um exame cuidadoso da própria formulação das teorias da linguagem em Humboldt. No mesmo texto, em seguida, temos uma discussão que novamente reforça sua visão relativista quanto a essa influência causal da língua na “formação do gênero humano”:

Ao ato do entendimento, que produz a unidade do conceito, corresponde, enquanto sinal sensível, a unidade da palavra, e uma tem que acompanhar a outra o mais de perto possível no pensamento através da fala. Pois assim como a força da reflexão produz a separação e a individualização dos sons através da articulação, esta também deve reagir sobre a matéria do pensamento dividindo e individualizando, e tornando-lhe possível, partindo do que é indissociado, e buscando alcançar o que é indissociado, a unidade absoluta, percorrer este caminho por meio da separação. (Humboldt, 2006: 65)

O ato da reflexão é permitido pela fala, que, ao articular os sons, articula, separa e segmenta o pensamento, organizando-o em unidades analisáveis, permitindo que ele possa se dar de maneira racional. É assim que o pensamento depende da linguagem, é tornado possível através dela. A relação causal que Humboldt estabelece entre linguagem e pensamento aqui é devedora daquela que encontramos em Condillac acima. No entanto, a discussão não pára por aí. Pois “o ato de pensar não depende apenas da linguagem em geral, mas também, até um certo grau, de cada língua particular determinada” (*loc. cit.*, p. 67). É por esse motivo que o relativismo humboldtiano se desenvolve também como parte de um programa de cientificização dos estudos da linguagem, que se seguem do programa empirista da ciência nova, a partir dos pressupostos da lingüística histórico-comparativa que se formava ao mesmo tempo em que Humboldt escrevia seus primeiros textos sobre a linguagem, tanto pelo seu próprio

esforço quanto pelos esforços de vários de seus contemporâneos e interlocutores da Alemanha da virada do século XVIII para o XIX.

O ponto de vista particularista daqueles que se interessavam igualmente por línguas tão distantes quanto o sânscrito, o basco, as línguas ameríndias e o kawi foi capaz de mostrar com mais clareza que as diferenças entre as línguas eram muito maiores do que apenas aquelas mostradas por línguas direta e claramente aparentadas como o latim, as línguas neo-latinas e as línguas anglo-germânicas, que dominavam o cenário intelectual pós-renascentista na Europa Ocidental.

A discussão do ensaio de Humboldt continua nos seguintes termos:

A palavra, aquilo que primeiro transforma o conceito num indivíduo do mundo das idéias, acrescenta semanticamente a este conceito muito de si; e na medida em que a idéia recebe precisão por meio da palavra, é simultaneamente *confinada a certos limites*. Uma determinada impressão surge de seu som, seu parentesco com outras palavras com significado semelhante, de seu conceito transitório – geralmente contido nela de modo simultâneo – para o objeto renomeado do qual ela se apropria, e de suas relações paralelas com a percepção, ou com o sentimento. (Humboldt, 2006: 69, grifo meu)

Ao possibilitar e segmentar o pensamento, o uso de uma certa palavra de uma certa língua produz *um certo* tipo de impressão na mente do falante que depende em grande parte da relação *não-arbitrária* que a palavra estabelece com o seu significado³⁹: as impressões únicas que uma palavra causa no falante dependem de noções de simbolismo fonético⁴⁰, das associações que ela estabelece inconscientemente com outras palavras da língua, com momentos exclusivos de uso daquela palavra proporcionados tanto pela própria língua quanto pela experiência individual daquele falante com aquela palavra e seu campo de relações, e assim por diante⁴¹. Assim, conforme grifei, cada

³⁹ A despeito de a leitura de Humboldt também apontar para uma aproximação com as idéias da arbitrariedade de Saussure, desenvolvidas quase um século mais tarde, aqui temos um Humboldt que tende à posição naturalista (encontrada aberta e abundantemente em seu “discípulo” Cassirer, por exemplo) de que há alguma relação entre a forma da palavra e seu significado, como já defendia Crátilo no diálogo homônimo de Platão, em oposição à posição convencionalista radical de Hermógenes.

⁴⁰ Para os defensores da tese naturalista, as onomatopéias são exemplos bastante claros (e relativamente freqüentes na língua) de signos cujo significado estabelece uma relação natural com o significante. O simbolismo fonético é o segundo item mais comum nas argumentações naturalistas, pois depende da noção de que certos sons se relacionam mais freqüentemente com certos tipos de noções do que outros sons (o que torna as onomatopéias, por exemplo, exemplos quase transparentes de simbolismo fonético em sua manifestação mais plena: afinal, “cocoricó” é representação quase direta (supunham os inventores da palavra) do som que o galo emite). No *Crátilo*, por exemplo, há uma discussão extensa sobre como certos sons se ligam a certas noções, como o caso da consoante lateral [l], que representa noções como a de deslizamento e suavidade (cf. Platão (2001): *Crátilo*, 427b).

⁴¹ Cf. também a (*Wort-)*Feldtheorie, a teoria do campo lexical, de Weisgerber, que não pude analisar nesta tese, mas que é discutida e descrita em Miller (1968) e Schaff (1974).

língua, cada palavra, estabelece limites para o pensamento, que, naturalmente, explicam porque quem fala “*equus*” ou “*cavalo*” não fala exatamente a mesma coisa.

Para encerrar a discussão dessa palestra que já antecipa a maior parte dos temas presentes na introdução ao kawi, serão apresentadas as duas passagens antológicas a seguir. A primeira, por ser emblemática e representar de maneira absoluta o que Humboldt entendia por relação causal linguagem-pensamento, e a segunda pelo seu caráter universalista que estabelece uma tensão dialética entre a posição relativista-determinista radical e a universalidade do conteúdo profundo comum a todas as línguas.

Através da dependência recíproca do pensamento e da palavra fica evidente que as línguas na verdade não são meios para a representação da verdade conhecida, mas sim muito mais para a descoberta do anteriormente desconhecido. A sua diferença não reside nos sons e signos, mas na diferença de concepções de mundo em si. Aqui se encontra o motivo e o último objetivo de toda pesquisa lingüística. A soma do que é cognoscível fica, como um campo a ser trabalhado pelo espírito humano, num ponto médio entre todas as línguas, e independente delas. Só se pode se aproximar deste domínio puramente objetivo segundo o seu modo de identificação e sensibilidade – num caminho subjetivo, portanto. Precisamente lá, onde a pesquisa toca os seus pontos mais elevados e profundos, encontra-se, no fim de sua efetividade, o uso mecânico e lógico do entendimento mais facilmente separável de toda característica particular, dando lugar a um processo de percepção e criação interior no qual fica bem nítido apenas que a verdade objetiva provém de toda a força da individualidade subjetiva. Isto só é possível com e através da língua. (Humboldt, 2006: 77-79)

Pois, se nas línguas que se expandiram até a mais alta formação estão contidas visões de mundo próprias, então deve haver uma relação destas não somente entre si, mas também com a totalidade de todas as línguas imagináveis. (*loc. cit.*, p. 91)

Resumindo, a linguagem molda o pensamento, mas o pensamento também molda a linguagem, ou seja, o ser humano é refém de uma visão de mundo determinada pela sua língua, mas isso se dá porque ele se inscreve num momento histórico em que a língua que fala já existe por completo (ou seja, o início da língua lhe é completamente inacessível), e ele é objeto da própria língua. No entanto, a sua própria maneira de atuar em retribuição faz com que ele seja sujeito para a língua e cause, por exemplo, mudança lingüística. Essa síntese nos mostra, na verdade, que temos um Humboldt simultaneamente racionalista-universalista e empirista-relativista, com formulações acerca da natureza das relações entre língua e desenvolvimento intelectual bastante singulares, em grande parte por fazer que convergissem em sua obra os elementos do iluminismo racionalista e empirista e do romantismo e classicismo alemão no momento de nascimento da lingüística científica.

Além disso, o primeiro trecho deixa explícita a idéia de que a língua é a responsável não só por um sentido de influência causal no pensamento, mas também por propiciar a descoberta da verdade anteriormente desconhecida. A língua, uma vez que é o elemento possibilitador do pensamento, é o que torna possível a segmentação analítica do pensamento, num processo dedutivo de contornos kantianos. Se é a língua específica que permite o pensamento do seu falante, aquele falante, com acesso àquela realidade e àquela visão de mundo via a sua língua individual, terá acesso àquela parcela da verdade resultante do seu acesso ao mundo pela sua língua. O conjunto de todas as línguas é o conjunto de todas as verdades, e a união de todas as línguas é o lugar da verdade. Ao mesmo tempo em que há uma hipótese relativista no trabalho de Humboldt, há também o valor de um quase manifesto da lingüística comparativa como a única ciência capaz de levar à verdade última, já que uma única língua mostra apenas uma parcela da realidade.

2.5.4. O programa de investigação humboldtiano

Em um fragmento datado de 1820 intitulado *Ueber den Einfluss des verschiedenen Charakters der Sprache auf Literatur und Geistesbildung* (Sobre a influência do caráter diferenciado das línguas na formação intelectual), Humboldt critica posições que ele considera que não se deve esperar de quem tenha se dedicado ao estudo da natureza das línguas. Tais posições, como a de que a língua seja apenas representação de signos arbitrários, que as palavras não possuam atribuições e poderes outros que apenas evocar certo objeto, são aquelas tidas ainda hoje como uma visão mecanicista e instrumentalista do processo lingüístico de significação e representação (Humboldt, 2006: 199). Já nessa altura do pensamento sobre a linguagem, Humboldt recusa-se a aceitar essas posições superficiais sobre o funcionamento da linguagem e defende um programa de investigação lingüística que tenha como pressupostos pontos fundamentais de fundo relativista como (i) “que as línguas diferentes constituem os órgãos das maneiras singulares de pensamento e sentimento das nações;” (ii) “que um grande número de objetos só são criados através das palavras que os designam e apenas nelas têm sua existência” e (iii) “que, finalmente, os elementos fundamentais das línguas não surgiram arbitrariamente e como que por convenção, porém são sons (...)

provenientes do mais íntimo da natureza humana, que se mantêm e se reproduzem” (*loc. cit.*)

Além destes pressupostos, Humboldt define metas para investigação futura a respeito do campo da influência recíproca entre linguagem e pensamento, estabelecendo, de certa forma, um programa de pesquisa que traça pontos ainda a serem investigados, alguns dos quais ele veio a desenvolver mais profundamente em seu trabalho tardio que culmina com a introdução ao kawi, e alguns outros que viriam a ser desenvolvidos apenas pelos whorfianos no século XX. Dentre os pontos que permaneciam abertos para a pesquisa, Humboldt destaca: (i) “a natureza do impacto da língua sobre o pensamento”; (ii) “a indicação daquelas entre suas características nas quais o pensamento se baseia”, (iii) “a estipulação de exigências (na língua) quando se alcançar nela um ou outro grau, ou precisa se expressar essa ou aquela certa distinção do pensamento” e (iv) “a relação de dependência ou de independência da Nação para com sua língua; o poder que a Nação pode exercer sobre a língua ou a força da língua a que a Nação precisa se sujeitar” (Humboldt, 2006: 201, grifo meu).

Esses pontos são de fundamental importância para guiar a pesquisa em RL, e, consciente ou inconscientemente, Humboldt criava um programa de investigação que seria cumprido em maior ou menor grau pelos que se inscreveram nessa tradição. O interesse na exata natureza das relações entre nação, linguagem e pensamento é o que levará os pesquisadores a propor teorias cada vez mais próximas da possibilidade de experimentação e corroboração, afastando-se da especulação filosófica pura.

2.5.5. A obra madura de Humboldt: a introdução à gramática do kawi (1836)

Como a apresentação da obra de Humboldt corre o risco de ficar tão caótica quanto a própria obra em toda a sua extensão e complexidade, discutirei apenas os capítulos da introdução ao kawi⁴² que foram traduzidos na edição de Heidermann e Weininger (Humboldt, 2006), sempre com a intenção de abordar os assuntos mais importantes para o conjunto geral da tese.

⁴² Conforme dito acima, trata-se da obra intitulada *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaus und seinen Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts*, publicada postumamente em 1836.

No capítulo *Form der Sprachen*, Humboldt define linguagem de um modo que posteriormente ficou bastante famoso: como uma *atividade* e não como um *produto*. Segundo as próprias palavras de Humboldt:

Considerada do ponto de vista de sua verdadeira essência, a linguagem é algo que se encontra constante e ininterruptamente em transição. Até mesmo sua conservação pela escrita nunca é mais do que mera preservação incompleta, mumificada, que por sua vez sempre exige que busquemos evocar aos sentidos a elocução oral ao escrever. A língua em si não é uma obra acabada (*Ergon*), mas sim uma atividade (*Energeia*). Por isso, sua verdadeira definição só pode ser aquela que a apreenda em sua gênese. Afinal, a língua consiste no esforço permanentemente reiterado do espírito de capacitar o som articulado para a expressão do pensamento. (Humboldt, 2006: 99)

Assim, a linguagem se confunde com os processos do intelecto, e ambos, linguagem e pensamento, só podem ser entendidos em seus processos, jamais como unidades estanques e mortas. A linguagem não é mero instrumento, portanto, do pensamento, mas, antes, estabelece uma relação de interdependência com ele. Esta definição de língua como *energeia* dá ensejo para a formulação do que para Humboldt constitui a forma das línguas: “a atividade constante e uniforme do intelecto de elevar os sons articulados ao nível da expressão” (*loc. cit.*, p. 103). Tal definição constitui, para Humboldt, “o impulso absolutamente individual mediante o qual uma nação faz valer, antes da língua, seu pensamento e sentimento” (*loc. cit.*, p. 105).

É neste ponto da discussão que Humboldt inicia uma das analogias mais importantes para que possamos entender a sua noção de RL com fundamentos universalistas. Trata-se da analogia com a fisionomia humana⁴³: os rostos humanos são todos absolutamente individuais e idiossincráticos, mas, ainda assim, percebemos, por exemplo, a influência dos pais na formação fisionômica de seus descendentes, e de seus pais antes deles. Assim, o conjunto de indivíduos ligados pela mesma formação social acabam se unindo em famílias que compartilham de certas características fisionômicas reconhecíveis; uma criança pode vir a ter os olhos mais parecidos com os do pai enquanto que seu irmão pode receber os olhos mais parecidos com os de sua mãe. É por isso, por exemplo, que reconhecemos o rosto de uma pessoa conhecida em uma pessoa desconhecida que não tem absolutamente nenhuma relação com aquela primeira: de um inventário finito de características fisionômicas, a completa individualidade ao mesmo

⁴³ Discussão também realizada por outros autores do período, como Winckelmann e Goethe (cf. Werner Heidermann, comunicação pessoal).

tempo remonta ao outro em vários graus. Trata-se, obviamente, de uma questão genética (típica do século XIX, diga-se de passagem), assim como, na verdade, se trata também de uma questão genética a analogia de Humboldt: as línguas apresentam peculiaridades radicalmente diferentes umas das outras, mas, na profundidade do poço de características constitutivas, todas elas compartilham de algo. No fim, o conjunto de todas as línguas é o conjunto do conhecimento humano. O aparente paradoxo de Humboldt é explicitado em várias das passagens de seu texto, como a seguinte:

E tão prodigiosa é a individualização dentro da uniformidade geral da língua que podemos dizer com igual acerto que a humanidade inteira possui em verdade apenas uma *única* língua e que cada pessoa tem uma língua particular. (Humboldt 2006: 117)

A analogia com a fisionomia ainda se mantém: todos temos fisionomias absolutamente individuais, mas compartilhamos de uma mesma *única* fisionomia em última instância. De maneira parecida, Trabant (1992: 55) aponta para o modo especial como Humboldt se apropria da idéia de Herder de que o homem é um ser “que canta”: o homem é um ser que canta, mas que associa pensamentos aos sons⁴⁴. A metáfora da língua como *órgão* enquanto *instrumento* musical, longe de ser apenas uma metáfora mecanicista de comunicação, mantém um pouco da tensão dialética do aparente paradoxo de Humboldt: instrumentos musicais também podem “falar” a mesma coisa, ou seja, produzir as mesmas notas musicais, ainda que todas as suas produções sejam peculiares e individuais, tanto pelos timbres específicos de cada tipo de instrumento quanto, em última análise, de cada instrumento individual, com sua existência material peculiar e única. Aliás, a analogia vai ainda mais longe, já que, assim como a música, a língua também só tem materialidade no instante da fala, que depende dos sons articulados anteriores ao momento de fala atual e dos que ainda virão, para compor um todo que só existe na medida em que o reconstruímos em nossa intelectualidade. Na carta a Schiller de 1800, Humboldt diz: “O efeito da língua, portanto, não é meramente o de uma pintura que nasce do conjunto de suas partes contíguas, mas sim, simultânea, ou melhor, principalmente o de uma música, na qual os sons precedentes e os posteriores só atuam no som momentâneo na medida em que o reforçam e dele carecem.” (Humboldt, 2006: 185)

⁴⁴ “(...) provavelmente não houve em nenhum ermo tribos migrantes que não possuíssem já suas canções.” (Humboldt, 2006: 151)

No capítulo intitulado *Natureza e constituição da língua em geral (Natur und Beschaffenheit der Sprache überhaupt)*, Humboldt detalha mais profundamente a conexão da linguagem com o ato de pensar, e defende que é a língua que cria um objeto no pensamento: “toda fala, desde a mais simples, é um ato de atar aquilo que é sentido individualmente à natureza comum da humanidade” (Humboldt, 2006:135). Assim, até mesmo sozinho o homem precisa da linguagem para estabelecer a própria consciência, o próprio ato de pensar na solidão isolada. Quando ouve suas palavras na boca de outro, no entanto, o indivíduo vê transformar-se a subjetividade em objetividade, assim como as primeiras crianças falantes de Condillac (como foi discutido acima). Dessa forma, a idéia da passagem da subjetividade para a objetividade, e até mesmo do colapso do sujeito com o objeto, passa pela linguagem, meio principal do estabelecimento tanto da interioridade subjetiva quanto da realidade objetiva apreendida pelos sentidos⁴⁵. Assim,

Como a subjetividade está inevitavelmente entremeada a qualquer percepção objetiva, pode-se, então, ver toda a individualidade humana como um ponto de vista particular na visão de mundo, já independente da língua. Mas ela se torna assim ainda mais pela língua, pois a palavra, por sua vez, como veremos mais adiante, apresenta-se à alma como objeto também, com um acréscimo de significado próprio, e adiciona uma nova particularidade. Nesta particularidade, a do som lingüístico, predomina dentro de uma mesma língua necessariamente uma analogia consistente; e como uma subjetividade de um gênero igual age sobre a língua numa mesma nação, assim encontra-se em cada língua uma maneira particular de ver o mundo [*so liegt in jeder Sprache eine eigenthümliche Weltansicht*]. (Humboldt 2006: 147)

Aqui nós temos possivelmente a formulação mais clara de um relativismo lingüístico em Humboldt. A língua se coloca inteiramente entre o homem e a realidade percebida, gerando uma visão de mundo específica para cada língua, e ainda:

O ser humano convive com os objetos principalmente, ou melhor, exclusivamente assim como a língua lhos introduz, devido ao fato de que o sentir e o agir nele dependem de suas idéias. Pelo mesmo ato pelo qual tece a língua para fora de si, ele se enreda e isola no tecido da mesma e cada língua desenha um círculo ao redor do povo ao qual pertence, do qual ele consegue sair apenas na medida em que se passa simultaneamente para o círculo de uma outra língua. O aprendizado de uma língua estrangeira, por isso, deveria ser a conquista de um novo ponto de vista na maneira anterior de ver o mundo, e de fato o é até certo grau, pois cada

⁴⁵ Há, aqui, um problema complexo no estabelecimento de relação entre objetivo e subjetivo por Humboldt. Para sermos mais precisos, falaríamos, hoje, em intersubjetividade onde encontramos as idéias de colapso do subjetivo com o objetivo ou quando falamos de apreensão da realidade objetiva pelos sentidos. Não há garantias de que consigamos apreender a realidade objetiva subjetivamente: há, apenas, o modo como diferentes sujeitos apreendem a realidade, jamais em sua realidade objetiva exata (se é que algo assim pode ser acessado ou mesmo pode existir), mas sempre através do seu sistema perceptual.

língua contém toda a teia de conceitos e o ideário de uma parte da humanidade. Este resultado apenas não é sentido de maneira pura e completa porque a própria visão do mundo e da língua é sempre transferida para a língua estrangeira, em maior ou menor grau. (Humboldt 2006: 149)

Vemos, então, a saída de Humboldt para o perigo do determinismo: não somos completamente dominados pela língua que falamos, não somos lançados em sua prisão porque podemos sair na medida em que possuímos o poder criativo ou em que falamos outra língua. As línguas diferentes são, portanto, maneiras coexistentes e complementares de ver o mundo, que, somadas, correspondem ao total das representações possíveis do mundo objetivo. Assim, o relativismo humboldtiano é ao mesmo tempo ligado ao universal do conjunto de todas as línguas humanas, em cuja união encontra-se o conhecimento último. O universalismo encontrado por trás de todas as línguas, portanto, é diferente daquele de uma língua universal específica, como o latim, o esperanto, a lógica simbólica, as linguagens da computação ou as características universais (cf. também Trabant, 1992: 55ss.).

2.5.6. Algumas leituras críticas da obra de Humboldt

Cassirer, em sua discussão sobre a obra de Humboldt, critica a visão universalista tradicional classificando-a como realismo ingênuo, para o qual a diversidade das línguas nada mais é do que diversidade dos sons em sua exterioridade. O realismo ingênuo, que se constata nas tentativas universalistas mencionadas acima (e, por que não, no universalismo sintático chomskiano), está sempre voltado para *coisas*, e considera as línguas apenas como meios de acesso a elas. Esse mesmo realismo ingênuo não consegue alcançar o nível de ampliação do conhecimento que uma visão humboldtiana da linguagem pode permitir. Nas palavras do próprio Cassirer (2001a: 144),

A verdadeira *idealidade* da linguagem fundamenta-se na sua *subjetividade*. Por isso, foi e sempre será inútil a tentativa de substituir as palavras das diversas línguas por signos universalmente válidos, à semelhança da matemática que os possui nas linhas, nos números e nos símbolos da álgebra. Porque estes signos abrangem apenas uma pequena parte da massa do imaginável, e com eles são designáveis apenas os conceitos que podem ser formados através de uma construção puramente racional.

Desse modo, se há algum tom de universalismo lingüístico em Humboldt, ele é absolutamente diferente daquele ingênuo dos proponentes das características universais ou da proposta contemporânea de Chomsky e associados. O universalismo de Humboldt é mais fielmente recuperado pela noção de língua pura de Walter Benjamin (cf. Steiner, 2005), e diz respeito a uma visão fundamentalmente relativista da busca pelos universais. Aqui vemos, de fato, como Humboldt não pode ser classificado como um relativista radical ou como um determinista. Sua visão de linguagem trabalhou com tensões dialéticas tão freqüentemente vistas como irreconciliáveis, e através dessas aproximações é que se produziu uma síntese de idéias fundamental para muitos autores influenciados por Humboldt (mesmo os não citados nesta tese, como Heidegger, Merleau-Ponty, Bakhtin, entre outros).

Resumindo, o RL humboldtiano diz respeito às diferenças insuperáveis entre os modos de representação adotados por cada língua particular, que conduzem a uma *Weltansicht* (“cosmovisão”) particular, tão particular que cada língua particular se manifesta ainda mais particularmente em cada indivíduo dotado de subjetividade e de desejo de intercompreensão.

Conforme se pode perceber pela longa exposição de diferentes momentos da obra lingüística de Humboldt, há uma série de tensões não resolvidas, aparentes paradoxos e uma dificuldade de exprimir em linhas gerais o que seria a teoria humboldtiana da linguagem⁴⁶. Em grande medida, isso se deve ao fato de, como já afirmei acima, Humboldt ter sido influenciado em grande medida tanto pelos iluministas quanto pelos classicistas e românticos alemães, o que, em si, já estabelece uma tensão importante e de difícil resolução⁴⁷. Além disso, há o caráter de formação pessoal que a escrita exercia para Humboldt (cf. Heidermann, 2006: xxiii-xxv), que escrevia mais para si do que para seu público leitor. Mas, fundamentalmente, a obra de Humboldt demonstra as tensões de pensamento claramente. Brown (1967: 110) menciona duas razões pelas quais essas ambigüidades são freqüentes nos textos do prussiano: Humboldt nunca resolveu as tensões inerentes nos próprios autores e idéias dos quais ele deriva as suas, e seu pensamento mudou bastante ao longo do tempo. É como se testemunhássemos o crescimento e desenvolvimento do ideário humboldtiano

⁴⁶ Mais precisamente, de acordo com Werner Heidermann, não há uma teoria humboldtiana da linguagem.

⁴⁷ Por exemplo, do ponto de vista da relação entre linguagem e pensamento, enquanto a visão iluminista era a de que o pensamento precede a linguagem, a romântica era uma que via linguagem e pensamento como simultâneos. Já a de Humboldt, nesse espírito eclético, ultrapassava as duas e invertia a primeira, colocando linguagem antes do pensamento. (cf. Brown, 1967: 54).

através da própria seqüência de seus textos. Essa conjuntura, segundo Brown, é responsável pela existência desses pares antitéticos de idéias que são tão presentes e importantes para a concepção geral de RL humboldtiana: (i) a crença simultânea no pensamento dedutivo-racionalista e indutivo-empirista, (ii) a crença simultânea nas características universais de todas as nações e nas peculiaridades individuais importantes de cada nação e (iii) a crença simultânea do poder do indivíduo para moldar a coletividade e do poder da coletividade sobre o indivíduo.

A avaliação de Brown é a de que Humboldt não é um relativista *total* (Brown, 1967: 118). Por um lado, porque Humboldt defende a existência de certos universais, o que desqualifica o RL mais forte, além de defender a possibilidade de o indivíduo moldar, ainda que de maneiras mais fracas e sutis, a sua língua, o que seria impossível segundo uma teoria do determinismo lingüístico forte, uma vez que a influência total da língua sobre o indivíduo no determinismo lingüístico depende fundamentalmente da impossibilidade de se fugir da influência da própria língua ao influenciá-la de algum modo (*loc. cit.*, p. 12). Assim, o aspecto criativo (a ser desenvolvido e discutido posteriormente) é, de maneira peculiar em Humboldt, um dos requisitos para uma visão razoável do RL que não seja por um lado nem totalmente determinista nem por outro lado trivial. Ou ainda, nas palavras do próprio Brown,

O fato de que um indivíduo pode introduzir mudanças de um tipo menor na estrutura de sua língua não significa que ele seja incapaz de executar inovações mais fundamentais; e o fato de que existam estruturas características de diferentes línguas não significa que não existam, certamente igualmente, várias coisas que sejam verdadeiras de todas as línguas. (Brown, 1967: 119)⁴⁸

Harris & Taylor (1989: 159ss.) também criticam a crença comum de que a teoria da linguagem de Humboldt é simplesmente relativista: para eles, a tensão dialética entre o particularismo que possibilita o modo de pensamento de uma dada comunidade e o universalismo que deriva da existência de características universais compartilhadas pelas línguas gera uma posição definida por eles como *absolutismo lingüístico*:

[Humboldt] defendeu a posição de que há certos princípios universais de pensamento que determinam as funções gramaticais que cada língua deve

⁴⁸ “The fact that the individual can introduce changes of a minor sort into the structure of his language does not mean that he is powerless to make more fundamental innovations; and the fact that there are structures characteristic of different languages does not mean that there are not, equally certainly, various things true of all languages.”

executar. O que varia de língua para língua é o meio pelo qual essas funções gramaticais se realizam. (*loc. cit.* p. 161)⁴⁹

No entanto, ainda que cada língua deva realizar as funções gramaticais universais, os meios que cada uma delas emprega podem ser melhores ou piores:

Conseqüentemente, porque os falantes devem fazer uso de suas línguas para articular seus pensamentos e controlar suas operações mentais, as formas menos gramaticalmente eficientes atrapalharão as operações mentais de seus usuários. Portanto, o impulso criativo inferior que os levou a adotar um método menos eficaz de sinalizar relações gramaticais tem um efeito permanente que não pode ser superado.⁵⁰ (Harris & Taylor, 1989: 162)⁵¹.

Assim, o que se percebe é que os tons relativistas do ideário de Humboldt não podem se desvincular da sua visão universalista, e menos ainda da noção de criatividade e poder individual que perpassa a sua obra. Se o aspecto criativo e a influência dos indivíduos permitiram a criação de uma certa língua com certas características, num estágio mais estável de sua conformação final, essa mesma língua, já totalmente formada, exercerá influência sobre o indivíduo e a nação.

Lafont & Peña (1999), em sua análise do relativismo de tradição humboldtiana, discutem um dos pontos fundamentais da questão em Humboldt: ao reprovar a visão instrumentalista de linguagem como meio puramente referencial e comunicativo, Humboldt efetua uma “babelização” do mundo lingüístico, impossibilitando a existência de um único mundo objetivo, ao qual as línguas se referem. Nas palavras dos autores:

Essa concepção humboldtiana da linguagem incide assim na unilateralidade contrária à que ela condenava na concepção tradicional: reduzir as funções da linguagem em geral à sua função de revelação do mundo – em detrimento da função referencial –, e rechaçar de vez o realismo metafísico que reconheça a

⁴⁹ “[Humboldt] argued that there are some universal principles of thought which determine the grammatical functions which every language must perform. What varies from language to language is the means by which these grammatical functions are realized.”

⁵⁰ “Consequently, because the speakers must make use of their language to articulate their thoughts and control their mental operations, the less grammatically efficient form will hamper the intellectual operations of its users. So the inferior creative impulse which led them to adopt a less efficacious method of signalling grammatical relations has a permanent effect which cannot be transcended.”

⁵¹ O texto fala, aqui, especificamente de uma discussão que se encontra em Humboldt e que não foi abordada neste capítulo, que diz respeito aos seus estudos de tipologias das línguas. Humboldt criou uma categorização lingüística que divide as línguas exatamente pelo modo como elas realizam as categorizações lingüísticas, do lado mais imperfeito da escala através da ordem de palavras apenas (como é o caso do chinês) e, do lado mais perfeito, através de flexão (como é o caso do sânscrito, para Humboldt).

existência no real de todas as entidades correspondentes às diversas expressões da linguagem, produz uma babelização da linguagem, cuja conseqüência é considerar que as diferentes línguas, devido às perspectivas de mundo que lhes são inerentes, prejudgam até tal ponto a nossa experiência intra-mundana que já não se pode defender a suposição de um mundo objetivo idêntico para todas as línguas e independente delas. (Lafont & Peña, 1999: 196)⁵²

A crítica passa pelas respostas que os autores dão a vários dos problemas levantados pelo RL, tais como a intraduzibilidade, a incomensurabilidade e a visão de mundo. Quanto a esta última, o problema levantado pela aceitação da noção humboldtiana de uma *Weltansicht* específica para cada nação ou povo é o de não se poder explicar, a partir dela, por que mesmo dentro de uma mesma comunidade lingüística diferentes falantes podem não se entender, ou ainda, podem não compartilhar de uma mesma visão de mundo, da mesma forma que falantes de línguas diferentes e pertencentes a nações diferentes também podem compartilhar de visões de mundo. (Lafont & Peña, 1999: 206-7). Sua crítica se baseia fundamentalmente na impossibilidade da sustentação dos argumentos fundamentais do RL de tradição humboldtiana, como a própria intraduzibilidade ou a noção de cosmovisão. Para eles,

Os relativistas lingüísticos (...) desconhecem a função referencial da linguagem ou lhe reduzem a importância, na medida em que supervalorizam outras funções que eles não sabem distinguir da referencial (por exemplo, a de veicular “sentidos” intensionais – o que quer que seja isso – ou conotações estilísticas, pragmaticamente condicionadas). Uma vez que se devolva o papel preponderante à função semântica referencial, os argumentos relativistas tornam-se muitíssimo enfraquecidos. (Lafont & Peña, 1999: 216)⁵³

A argumentação de Lafont & Peña é bastante consistente e relevante. No entanto, ela diz respeito à tradição humboldtiana proponente de teses relativistas quanto à linguagem, e não ao RL de autores posteriores. Mesmo sendo um texto recente, ele deixa de lado a pesquisa experimental que vem sendo feita de maneira sistemática e

⁵² “Esa concepción humboldtiana del lenguaje cae así en la unilateralidad contraria a la que ella reprochaba a la concepción tradicional: reduciendo las funciones del lenguaje en general a su función de apertura del mundo – em detrimento de la función designadora –, y rechazando a la vez el realismo metafísico que reconozca la existencia en lo real de todas las entidades correspondientes a las diversas expresiones del lenguaje, lleva a cabo una babelización del lenguaje, a consecuencia de la cual considérase que los diferentes lenguajes, debido a las perspectivas del mundo que les son inherentes, prejuzgan hasta tal punto nuestra experiencia intramundana que ya no puede defenderse la suposición de un mundo objetivo idêntico para todas las lenguas e independiente de éstas.”

⁵³ “Los relativistas lingüísticos (...) desconocen la función referencial del lenguaje o le restan importancia, al paso que sobrevaloran otras funciones que ellos no saben distinguir de la referencial (por ejemplo la de vehicular “sentidos” intensionales – sean éstos lo que fueren – o conotaciones estilísticas, pragmaticamente condicionadas). Una vez que se devuelve su papel preponderante a la función semântica referencial, queda debilitadísima la capacidad persuasiva de los argumentos relativistas.”

abundante (que veremos nos capítulos posteriores), e se concentra nos autores influenciados por Humboldt (entre eles, para os autores, desde Vossler, passando por Stalin, até mesmo Habermas e Weisgerber – muitos dos quais, inclusive, negligenciam com pesar, tanto por questões de escopo da tese quanto pela dificuldade de encontrar bibliografia primária de vários tipos⁵⁴), negligenciando tanto Humboldt quanto os neowhorfianos em grande escala.

Naturalmente, a concentração na função constitutiva da linguagem ao invés de na simplesmente referencial tem suas raízes em uma crítica a teorias da linguagem muito superficiais, como vemos acima (por exemplo, na discussão do texto de 1820 de Humboldt). Mais adiante argumentarei em favor das teses humboldtianas sobre a linguagem com base no seu uso do aspecto criativo, constitutivo e “energético” da linguagem.

Antes, no entanto, deveremos apresentar, no próximo capítulo, a visão “clássica” do RL: os conjuntos de formulações da hipótese que giram em torno de Franz Boas, Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf.

⁵⁴ Isso explica também a ausência de nomes como o do editor e comentador de Humboldt mais importante do século XIX: Heymann Steinthal (1823-1899).

Capítulo 3 – Formulações “clássicas” do relativismo lingüístico

Este capítulo tratará das formulações do RL tidas como “clássicas” no sentido em que são as mais freqüentemente mencionadas quando se discute o tema, e freqüentemente (a despeito de toda a história das hipóteses do RL esboçada anteriormente) tidas como as primeiras ou as mais importantes. Comumente, o RL é chamado simplesmente de “hipótese Sapir-Whorf”, por causa da idéia comum de que a hipótese relativista quanto à linguagem foi formulada pela primeira vez (ou de maneira mais importante) por Edward Sapir (1884-1939) e seu discípulo Benjamin Lee Whorf (1897-1941). Veremos que, por outro lado, apesar de toda a história progressiva da hipótese que apresentei no capítulo anterior, a formulação do termo *linguistic relativity* é de responsabilidade de Whorf, e seu trabalho foi o primeiro mais claramente voltado para uma forma radical do RL através de pesquisa empírica. Nesse sentido, apresento um Whorf responsável pela formulação principal do RL, ainda que suas análises de dados tenham sido posteriormente consideradas pouco científicas e improcedentes. Whorf será considerado, após a apresentação de suas idéias e de seus principais comentadores, como o principal relativista contemporâneo, a partir do qual os mais recentes pesquisadores experimentais seguidores de sua hipótese serão chamados de neo-whorfianos. Sapir será também comentado e estudado neste capítulo, e veremos como, para alguns teóricos, a hipótese do RL não deve levar seu nome, muito embora seus estudos seguissem claramente a tradição alemã do capítulo anterior, e influenciassem fortemente seu discípulo Whorf.

Antes de passar para a análise de Sapir e de Whorf, detenho-me em alguma medida em um dos iniciadores da tradição da lingüística estrutural norte-americana, Franz Boas (1858-1942), que, como veremos, é responsável, em alguma medida, pela ponte que liga o pensamento alemão do século XIX (especialmente o de Humboldt) a Sapir e Whorf.

Este capítulo se pretende fundamental para o estudo das vertentes contemporâneas, científicas e experimentais dos estudos em RL dos neo-whorfianos, que serão apresentados no capítulo seguinte, quando também teremos ocasião de apresentar as refutações contemporâneas mais importantes do relativismo, especialmente a de Steven Pinker (2004 e 2007).

3.1. *Franz Boas (1858-1942)*

Boas, um dos maiores antropólogos norte-americanos a lidar com questões de linguagem, nasceu na Prússia e emigrou para os Estados Unidos em 1887. Iniciou sua carreira acadêmica com um doutorado em física em 1881. Seu interesse por física e geografia foi responsável por sua participação em uma expedição a Baffinland, terra inuíte-esquimó, que foi responsável pelo grande interesse etnológico que levou Boas ao trabalho com antropologia, em especial com os povos indígenas norte-americanos.

Alguns de seus discípulos atribuíram ao interesse em física a grande revolução que Boas teria causado nas ciências antropológicas, que ele teria “cientificizado”. Krupat (1988: 105-6) lista comentários de seus seguidores que, em suma, afirmam que Boas encontrou a disciplina num estado incipiente de opiniões “selvagens” e transformou-a em uma disciplina na qual as teorias poderiam ser testadas. Boas é somente um dos muitos lingüistas-antropólogos da virada do século XX que têm relações com a Alemanha do século XIX, e, ainda que tivesse conhecido pessoalmente o editor e biógrafo de Humboldt, Steinthal, veio a lamentar jamais ter assistido às suas aulas.

Essa ponte entre o pensamento germânico sobre a linguagem que apresentei no capítulo anterior e a lingüística estruturalista científica de bases etnológicas e antropológicas dos Estados Unidos pode ser traçada de Humboldt a Boas, de Boas a Sapir e de Sapir a Whorf, como veremos.

A ponte pode ser estabelecida em especial através de uma análise da síntese do pensamento boasiano sobre a linguagem encontrada em um texto publicado dois anos após sua morte, pelo também eminente colega lingüista estruturalista Roman Jakobson (1896-1982).

Sobre o percurso intelectual de Boas no campo da linguagem, Jakobson (1944: 188) faz questão de deixar claro que ele foi um auto-didata⁵⁵. O mais importante, no entanto, do trabalho de Jakobson é sintetizar as idéias lingüísticas de Boas de forma a nos mostrar um pensador cuja influência na formulação da hipótese do RL de Sapir e Whorf foi crucial. Um dos pontos mais importantes da discussão diz respeito à suposta

⁵⁵ Adiante veremos como Whorf também é retratado na introdução do livro com os seus textos editado por Carroll como auto-didata de forma a parecer mais “nobre” e “pura” a formação do intelectual livre de amarras de linhas de pensamento pré-estabelecidas e institucionalizadas.

dificuldade ancestral da tradição ocidental sobre o pensamento da linguagem, que há milênios procura reproduzir em todas as línguas estudadas o esquema das categorias gramaticais e classes de palavras listadas e estudadas pelo gramático mais antigo de que se tem notícia, o grego Dionísio da Trácia, do século II a.C.⁵⁶ As categorias gramaticais estabelecidas pela tradição gramatical europeia e da Ásia ocidental deveriam ser encontradas em todas as línguas, como previa o universalismo lingüístico medieval. Para Boas, as línguas indígenas mostravam que as categorias tradicionais não se aplicam a todas as línguas do mundo. Um grau de diferença importante como esse seria responsável pela força que o relativismo lingüístico exerceria nas idéias desse grupo de lingüistas antropólogos. Para Boas, “cada língua tem uma tendência peculiar de selecionar este ou aquele aspecto da imagem mental que é representada pela expressão do pensamento”⁵⁷ (*apud* Jakobson, 1944: 191). É neste ponto que Jakobson cita uma das afirmações mais interessantes e poderosas do “relativismo boasiano”: línguas diferentes selecionam aqueles aspectos da experiência que *precisam* ser expressos. Esse é um pressuposto que se pode considerar relativista na medida em que reconhece que diferenças entre as conformações gramaticais e lexicais das línguas causam diferença no modo como seus falantes devem fazer certas distinções. É assim, por exemplo, que línguas com marcação de gênero no adjetivo são obrigadas a estabelecer relação explícita de gênero com os substantivos aos quais se ligam, enquanto que outras línguas, que não precisem fazer isso, deixam o adjetivo em sua forma “neutra”. O resultado é uma especificidade no adjetivo na língua com gênero que não é obrigatória na outra, o que causa, por exemplo, algum grau de incomensurabilidade quando, por exemplo, se pretende traduzir da língua sem marcação de gênero para a língua com marcação de gênero⁵⁸. Os exemplos podem se multiplicar, com maior ou menor conseqüência para a tese relativista, mas não perseguirei o assunto mais profundamente, por não ser este o objetivo do capítulo.

⁵⁶ Há, aqui, uma lista extensa de referências que posso fazer a trabalhos extremamente importantes sobre a tradição da gramática antiga, dos quais cito, em especial, Chapanski (2003), Collart (1978), Coradini (1999), Desbordes (1995), Koerner & Asher (1995), Mounin (1967), Pereira (2000), Robins (1983) e Weedwood (2002). Um dos exemplos mais interessantes sobre o poder da tradição no discurso sobre gramática é o modo como a gramática latina (como a de Prisciano) precisou estipular a classe das interjeições como uma das oito classes de palavras, em virtude de o latim não possuir artigos, que constituíam uma classe de palavras para a gramática grega de Dionísio. Vários outros exemplos podem ser encontrados nas discussões presentes nas referências acima.

⁵⁷ “each language has a peculiar tendency to select this or that aspect of the mental image which is conveyed by the expression of the thought”

⁵⁸ O contexto geral deverá auxiliar na escolha do gênero e, estando ele de outra forma inacessível, o resultado na língua de chegada deverá ser estipulado.

Para Jakobson, o trabalho com as línguas específicas feito por Boas levou a uma nova orientação quanto à questão da linguagem em geral. Afinal, ainda que concordem que as línguas em si sejam arbitrárias, para Boas só há arbitrariedade do ponto de vista de outra língua no espaço ou no tempo. As particularidades de uma dada língua não são arbitrárias para os seus falantes. Elas os influenciam de alguma forma inteiramente subconsciente criando linhas definidas pelas quais eles devem seguir. Nas palavras de Jakobson (1944: 191), “as formas lingüísticas exercem influência não apenas na poesia e nas crenças, mas até mesmo no pensamento especulativo e nas ‘posições científicas, que são baseadas, aparentemente, no raciocínio consciente’”⁵⁹.

Para além da discussão de em que grau a influência da língua específica atrapalha ou favorece uma dada cultura, Boas, creditado como o “pai da antropologia”, já nos prevenia para o perigo etnocentrista do relativismo mal digerido: pelo que vemos no outro, acreditamos que nós, no centro do universo, somos, de alguma forma, melhores. Para Boas, trata-se de uma visão muito mal formulada, por um motivo muito simples: “é de certo modo difícil para nós reconhecer que o valor que atribuímos para a nossa própria forma de civilização se deve ao fato de que nós fazemos parte dessa civilização”⁶⁰ (*apud* Jakobson, 1944: 192).

3.2. *Edward Sapir (1884-1939)*

Sapir também nasceu na Prússia, mas emigrou para os Estados Unidos com seus pais muito mais jovem que Boas, aos 5 anos de idade. Sapir foi aluno de Boas e fez parte de um movimento bastante atuante do que se convencionou chamar de “lingüistas gerais” do cenário lingüístico norte-americano do início do século XX (dentre outros nomes importantes, Leonard Bloomfield (1887-1949) se inscreve nesta tradição da fundação do estruturalismo norte-americano). Apesar de sua vida relativamente curta, Sapir foi reconhecido como o maior lingüista de orientação antropológica de seu tempo, e publicou muitos trabalhos sobre línguas indígenas. No entanto, o seu livro *Language*, de 1921 (utilizado aqui na tradução de Mattoso Câmara Jr., editada em 1954), é um manual introdutório no qual Sapir, além de desenhar uma teoria da linguagem (que

⁵⁹ “linguistic forms exert an influence not only upon poetry and beliefs, but even upon speculative thought and ‘scientific views, which are apparently based entirely on conscious reasoning’”.

⁶⁰ “it is somewhat difficult for us to recognize that the value which we attribute to our own [form of] civilization is due to the fact that we participate in this civilization”.

envolve, inclusive, várias das idéias importantes que lhe renderam fama, como a teoria da deriva da língua e da cultura, o tratamento dado aos sons e à forma das línguas, entre outros), propõe definições gerais de língua, pensamento, raça e cultura e discute longamente a relação entre esses elementos fundamentais.

As visões das relações entre, por um lado, linguagem e pensamento e, por outro lado, linguagem e cultura, para Sapir, são muito diferentes. Sapir desenha um modelo de influência recíproca entre linguagem – pensamento que independe, de certo modo, do eixo linguagem – cultura.

Através desta análise pretendo demonstrar que a própria nomeação da versão mais famosa do RL como “hipótese Sapir-Whorf” já foi discutida alhures e deve ser, pelo menos, relativizada. Passemos à análise dos momentos relevantes da obra de Sapir para essa discussão.

No primeiro capítulo de *Language*, Sapir define linguagem, e o faz em movimentos retóricos interessantes: num primeiro momento, a fala humana é comparada à nossa capacidade de andar. A fala parece tão natural quanto o andar. No entanto, ao tirarmos o indivíduo do seio do contato social antes de qualquer contato, ele continua a andar, mas não mais consegue falar. Da mesma forma, ao transportá-lo a outro grupo, ele falará como o outro grupo, mas andará sempre como ser humano. Assim, a língua é um produto social, e não instintivo ou inato (seria interessante, em outro lugar, contrastar a discussão de Sapir com a de Chomsky e dos gerativistas inatistas como um todo). Mesmo os órgãos que usamos para a fala são meramente usados para esse fim por acaso fisiológico (já que eles vieram a se desenvolver de forma a possibilitar a emissão dos sons), e não por desígnio básico do aparelho humano, como o coração é feito para bombear o sangue, e não é o caso que ele veio a ser um órgão que possibilitou o bombeamento do sangue:

[A linguagem] é um método puramente humano e não-instintivo de comunicação de idéias, emoções e desejos por meio de um sistema de símbolos voluntariamente produzidos. Entre eles, avultam primacialmente os símbolos auditivos, emitidos pelos chamados “órgãos da fala”.

No entanto,

Não há, a rigor, órgãos da fala; há apenas órgãos que são incidentalmente utilizados para a produção da fala. Os pulmões, a laringe, a abóbada palatina, o nariz, a língua, os dentes e os lábios servem todos para esse fim; mas não podem

ser considerados órgãos primordiais da fala, da mesma sorte que os dedos não são órgãos de tocar piano nem os joelhos os órgãos da genuflexão religiosa. (Sapir, 1954: 22)

O que é absolutamente crucial na discussão da definição geral de linguagem de Sapir é que ele já alude a pesquisadores que querem alocar a linguagem no cérebro como função cognitiva biológica (como os inatistas fazem hoje). Sapir afirma que é impossível considerar a linguagem apenas desta forma, uma vez que, para ele, ela corresponde a um sistema simbólico muito complexo que mapeia as experiências individuais e específicas a conceitos compartilhados socialmente que, sim, de alguma forma, são processados pelo nosso cérebro. Além da discussão que mais nos diz respeito aqui, sobre os elementos do relativismo lingüístico na obra de Sapir, ele chega mesmo a desenvolver uma pesquisa sobre o modo como a língua do indivíduo é responsável pela formação de sua própria personalidade (Sapir, 1927). Neste texto, inclusive, Sapir propõe um modelo de análise de como certos elementos lingüísticos tais como ritmo, entoação, articulação dos fonemas são responsáveis por nos apresentar perante o outro, antecipando em grande parte vários temas da pragmática moderna.

Aliás, não somente a linguagem exerce esse papel de estabelecimento de personalidade, mas também, de certa forma, ao ser ao mesmo tempo força que influencia o pensamento de todo um povo e absolutamente individual na medida em que a qualidade, o timbre, a frequência da voz, a entoação e a articulação, alcance de vocabulário e construção peculiar de estruturas e sentenças (cf. Sapir, 1933 *apud* Joseph, Love & Taylor, 2001: 13), a linguagem estabelece mais uma relação de tensão e antinomia que parece ter correspondente de complexidade e profundidade apenas em Humboldt e que responde, em certa medida, à pergunta daqueles autores, formulada nos seguintes termos:

Se é verdade que ‘nós vemos e ouvimos e de outro modo temos experiências de modo geral como fazemos porque os hábitos lingüísticos de nossa comunidade predis põem certas interpretações’, então como é que falantes da mesma língua não pensam exatamente do mesmo modo? Como é possível a *individualidade*?⁶¹ (Joseph, Love & Taylor, 2001: 10)

⁶¹ “If it is the case that ‘we see and hear and otherwise experience very largely as we do because the language habits of our community predispose certain interpretation’, then how is it that speakers of the same language do not think exactly alike? How is *individuality* possible?”

Assim, como não há um modo de inscrever a linguagem apenas no cérebro, Sapir é obrigado a recorrer à teoria holística de linguagem como “sistema funcional completo que pertence à constituição psíquica ou ‘espiritual’ do homem” (Sapir, 1954: 24). Naturalmente, seguindo a linhagem de Herder e Humboldt a Boas (o primeiro e o segundo foram tema da produção intelectual da juventude de Sapir⁶², e ao terceiro ele deve a sua própria formação acadêmica), a idéia de “espírito da língua” acabaria por ser perigosamente relacionada com a cultura e a raça, o que Sapir quis evitar (cf. Joseph, Love & Taylor, 2001: 5ss.). Aqui começa a aparecer a tensão fundamental entre uma tradição dos estudos da linguagem dos alemães dos séculos XVIII e XIX e a nova orientação mais objetivista e positivista da lingüística nascente.

É a partir do momento em que define linguagem que Sapir passa a se perguntar se seria possível, como já se especulava, pensar sem linguagem, ou, ainda, se a linguagem e o pensamento não seriam uma e a mesma coisa. A resposta de Sapir é complexa, já que, primeiramente, parte do princípio de que a linguagem não acompanha todos os processos psíquicos, mas serve de guia para grande parte dos processos internos de nossa constituição espiritual. Ainda, segundo Sapir, como o conteúdo externo da linguagem é objetivo mas não o é o conteúdo interno da linguagem, que “varia livremente com a atenção ou o interesse seletivo do espírito e (...) com o desenvolvimento geral do espírito” (Sapir, 1954: 27), linguagem e pensamento não são estritamente coincidentes. “Quando muito”, diz ele, “a linguagem pode chegar a ser faceta externa do pensamento, no nível mais alto e geral da expressão simbólica.” (*loc. cit.*).

Pensamento e linguagem são diferentes, o que contraria a doutrina universalista antiga que defendia que a linguagem é a mera exteriorização dos processos psíquicos. O sentido se inverte para Sapir, pois, para ele, “a linguagem é, primariamente, uma função pré-racional. Limita-se com humildade a entregar ao pensamento, nela latente e eventualmente exteriorizável, as suas classificações e as suas formas; não é, como ingenuamente se costuma supor, o rótulo final de um pensamento concluído” (*loc. cit.*).

Tendo sido derrubada a visão identificada como ingênua de linguagem como sistema de mera rotulagem ou etiquetagem das coisas objetivas para relacioná-las diretamente com o conteúdo interno do espírito, abrem-se as passagens que permitem alguma influência da linguagem sobre o pensamento. A entrega humilde das

⁶² Sua dissertação de mestrado, publicada em 1907, chamava-se “Herder’s ‘Ursprung der Sprache’”.

classificações específicas da língua específica também é, ela mesma, a que permite algum grau de influência da língua no pensamento. Mais do que isso, na esteira das teorias da origem da linguagem de orientação condillaciana, Sapir chega a afirmar que “é mais do que provável que a linguagem seja um instrumento aplicado, de início, abaixo do plano dos conceitos e que *o pensamento tenha surgido de uma interpretação requintada do conteúdo lingüístico.*” (Sapir, 1954: 28, grifo meu).

Estamos muito próximos de uma teoria do RL que define o pensamento como a variável dependente da linguagem nesse ponto da obra de Sapir. Da discussão anterior, Sapir chega à conclusão que é *inconcebível* o pensamento sem a linguagem. Mesmo os elementos não-lingüísticos que se costuma atribuir ao pensamento não são propriamente do pensamento. A confusão, aliás, em suas palavras, *ilusão*, se dá, entre outros fatores, pela incapacidade de se separar, por exemplo, elementos da cognição como a evocação de imagens não-lingüísticas do que Sapir considera efetivamente como pensamento⁶³.

Para o benefício da discussão sobre o aspecto criativo da linguagem do capítulo 5, inclusive, Sapir faz questão de deixar claro que o sentido contrário da influência, a do pensamento sobre a linguagem, não tem motivos para ser descartado. Assim, ainda que a linguagem tenha surgido pré-racionalmente (a partir dos gritos primordiais, defende Sapir, herderiana e romanticamente), ela não poderia se desenvolver se os conceitos distintos e a faculdade de pensar não tivessem se desenvolvido.

Os dois sentidos de influência entre linguagem e pensamento continuam a acontecer diante de nossos olhos, afirma Sapir: “o instrumento torna possível o produto, o produto aperfeiçoa o instrumento.” (*loc. cit.*, p. 29) A explicação do processo é grandiosa e mostra reflexos de um determinismo lingüístico que vai influenciar Whorf anos mais tarde:

O advento de um novo conceito é invariavelmente facilitado pelo uso mais ou menos forçado de um antigo material lingüístico; o conceito não atinge uma vida individual e independente senão depois de ter encontrado uma encarnação lingüística própria. Na maioria dos casos, o novo símbolo é apenas qualquer coisa extraída do material lingüístico já existente, à custa de métodos norteados por precedentes, que se impõem ditatorial e esmagadoramente. Assim que possuímos a nova palavra, sentimos intuitivamente, como que com um suspiro de alívio, que o conceito está em nossas mãos. Só depois de termos o símbolo é que sentimos também ter uma chave para o conhecimento ou compreensão imediata do

⁶³ Parece-me natural que a questão é, em grande parte, terminológica, já que, mais tarde, como será visto no capítulo seguinte, os neo-whorfianos conseguiram formular experimentos para demonstrar a existência de algum grau de influência da linguagem em elementos da cognição como a orientação espacial ou o funcionamento da memória a fim de corroborar teses fundamentalmente Sapir-Whorfianas.

conceito. Seríamos tão prontos a morrer pela “liberdade”, a lutar pelos “ideais”, se estas duas palavras não estivessem estridulando dentro de nós? *Aliás, a palavra, como bem sabemos, pode deixar de ser uma chave; pode também ser um grilhão...* (Sapir, 1954: 30, grifo meu)

Esse processo da construção do conceito e da reflexão contrária da influência da língua no pensamento exemplifica o que seria o modo universal de entender a linguagem humana como “humilde” possibilitadora do pensamento. Associado a esse fato está o Edward Sapir etnólogo, estudioso de línguas exóticas e afastadas do cânone das línguas indo-europeias, que vê como ofensa a crença rasteira de que as línguas de culturas chamadas de “primitivas” são, por isso mesmo, também primitivas. Para Sapir, “não é menos notável do que essa universalidade [a que aludimos na discussão de sua definição de linguagem] a sua quase incrível diversidade” (*loc. cit.*, p. 34).

Mas é exatamente pela exaltação da diversidade lingüística e pela defesa dos povos injustamente considerados “primitivos” que ficamos esperando de Sapir uma teoria de influência causal entre língua e cultura que não encontramos. Aliás, é justamente o contrário que ele faz questão de enfatizar fortemente no encerramento do livro.

No penúltimo capítulo, *Língua, Raça e Cultura*, Sapir procura dissociar radicalmente as línguas das culturas e “raças” que as falam, basicamente através da separação da ligação direta entre língua e cultura. Afinal, para ele, é bastante fácil provar que não há relações diretas entre as línguas e os povos que as falam, já que muitas línguas penetram em várias culturas e mesmo raças e povos considerados inimigas acabam compartilhando línguas iguais, por percalços históricos dos mais variados, que são responsáveis por relativizar a própria noção de relativismo lingüístico-cultural. Assim, por exemplo, o inglês é tanto a língua dos negros norte-americanos quanto a da rainha da Inglaterra (Sapir, 1954: 207).

E quanto ao modo como a própria “índole” de um povo pode influenciar a sua cultura e a sua própria língua? Sapir parte para uma argumentação que suspende a tentativa de dissociação completa de língua, raça e cultura e apresenta sua visão do que afirma ser “um dos mais difíceis problemas da psicologia social” (*loc. cit.*, p. 214).

A argumentação segue o seguinte rumo: ainda que aceitássemos que a “índole” de um povo tivesse alguma influência na modelagem de sua cultura, não seria necessário que essa modelagem também se desse na língua. Sapir é bastante categórico quanto ao fato de que é muito difícil encontrar relações diretas de influência desse tipo

(é, inclusive, uma “futilidade” procurá-las). Para ele, a língua “preocupa-se tanto com as emoções e os sentimentos dos indivíduos que a falam, como o curso de um rio com os humores atmosféricos da paisagem” (*loc. cit.*, p. 214). A partir deste momento, presencia-se uma das mais fortes defesas de um universalismo quase anti-relativista, que permite inclusive o questionamento acerca da própria inserção do nome de Sapir na formulação de Whorf do RL. Em suas palavras,

A linguagem e os nossos canais de pensamento estão inextricavelmente ligados, e, a certos respeito, são uma e a mesma coisa. Como nada prova que haja diferenças raciais notáveis da conformação básica mental, segue-se que a variabilidade infinita da forma lingüística, que é um segundo nome para a variabilidade infinita do processo mental, não pode ser um índice de diferenças raciais notáveis. O paradoxo é apenas aparente. O conteúdo latente de todas as línguas é o mesmo: é a “ciência” intuitiva da experiência. A sua forma manifesta é que nunca se repete, pois essa forma, que chamamos morfologia lingüística, não é nem mais nem menos do que uma “arte” coletiva de pensar, uma arte despida das irrelevâncias do sentir dos indivíduos. Em última análise, portanto, é tão excessivo fazer emanar da raça a língua, como a forma do soneto. (Sapir, 1954: 214-5)

A tensão entre uma visão que iguala linguagem e pensamento, que a posiciona anteriormente ao pensamento, que defende que o pensamento em grande parte depende da linguagem e uma visão radicalmente contra qualquer tipo de relação entre língua, índole do povo, raça e cultura é muito forte em Sapir. Ligando todos esses elementos, Sapir nos diz que a língua é um “como” se pensa, enquanto que a cultura é “o quê” a sociedade faz e pensa. Como produto, a cultura não exerce nenhuma influência na nossa constituição interior. Já a língua, como meio, molda o pensamento na medida em que pode variar livremente. O aspecto criativo da linguagem como discutirei no capítulo 5 fica aqui destituído de valor: a língua é o molde dos pensamentos, mas as alterações que possam ocorrer nela têm pouca influência na moldagem mais íntima:

A deriva da língua não diz absolutamente respeito a mudanças de conteúdo senão a meras mudanças de expressão formal. É possível mudar mentalmente todos os sons, vocábulos e conceitos concretos de uma língua, sem mudar sua atualidade íntima, mais levemente que seja, tal como um molde fixo pode verter-se, conforme se queira, água, gesso ou ouro líquido. (*loc. cit.* p. 215)

O ponto aqui é importante: a argumentação é toda ela voltada para uma igualdade e um anti-determinismo universalista, ao contrário daquela visão romântica e caridosa relativista que motiva tantas formulações do RL (como vimos no capítulo 1);

Sapir foge do atrelamento de línguas mais complexas a formas melhores de vida social e a raças superiores. O anti-relativismo de Sapir recebe a formulação mais explícita ao final do capítulo:

Daí se segue que todas as tentativas para estabelecer conexão entre tipos dados de morfologia lingüística e certas formas correlatas de desenvolvimento cultural, são vãs. (...) Tipos simples e complexos de linguagem, da mais infinita variedade, são encontradiços no uso falado, qualquer que seja o nível de progresso cultural que se submeta a exame. Em se tratando de forma lingüística, Platão vai de par com um porqueiro da Macedônia, Confúcio com um selvagem do Assam, caçador de cabeças. (...)

O lingüista não deve jamais cometer o erro de identificar uma língua com o dicionário que dela se extrai. (Sapir, 1954: 215-6)

Sapir, com esse encerramento majestoso do tratado (o próximo capítulo, depois disso, trata de língua e literatura) dá um fechamento ao mesmo tempo à tradição que segue a linhagem de Herder aos estruturalistas norte-americanos, da qual faz parte juntamente com Boas e, paradoxalmente, às especulações futuras sobre aproximações irrefletidas e não-científicas sobre os modos diferenciados de segmentação dos conceitos que os vocabulários de línguas diferentes possam apresentar (como aquelas das formulações ingênuas do RL que vimos no capítulo 1). De uma forma ou de outra, Whorf será ao mesmo tempo um discípulo brilhante e alguém que comete o erro que Sapir adverte aos lingüistas que jamais cometam, no fim da passagem citada acima.

3.2.1. A hipótese de Whorf merece o nome de Sapir?

Landar (1966) discute especificamente a atribuição do nome de Sapir à hipótese de Whorf (ele se pergunta, aliás, se o termo “hipótese” não seria melhor substituído por “metáfora de base arquetípica”; Landar, 1966: 217). A mesma discussão feita acima é usada como base argumentativa para Landar, que procura atribuir a Whorf uma leitura equivocada de Sapir e à tradição posterior uma ligação excessivamente apressada entre os dois quanto à visão da relação causal entre língua e cultura/pensamento⁶⁴. Landar

⁶⁴ Para Joseph, Love & Taylor (2001: 16), também, a associação do nome de Sapir ao da hipótese de Whorf é “desafortunada”, já que, para Sapir, um fato essencial sobre a linguagem, a capacidade que ela tem de moldar culturas, é contrabalaneada pelo seu papel complexo de produtor e produto de personalidade e conformação psicológica individual. Rollins (1972: 572) também critica a associação direta entre Sapir e Whorf na chamada “hipótese”. Para ele, a visão geral de Sapir mudou muito ao longo do tempo e, mais fundamentalmente, Sapir compartilhava da visão de Boas de que o que falta nas línguas pode ser preenchido por seus sistemas criativos.

chama de “triste fato da história” que os ensinamentos de Sapir não tenham sido compreendidos por Whorf. Em um dos freqüentes e repetidos ataques que Whorf costuma receber (veremos adiante como Pinker usa uma argumentação parecida), Landar (*loc. cit.*, p. 222) defende que a formação acadêmica e os interesses de Whorf o impediam de compreender adequadamente o ponto de vista de Sapir (esta discussão será feita na seção seguinte).

A explicação de Landar para a associação direta entre Sapir e Whorf no contexto do estabelecimento da hipótese clássica do RL do século XX é mais ou menos como se segue: Sapir é “transferido” para os trabalhos de Whorf através da “*transdução* ou transferência da linguagem de Sapir para dentro da descrição do sistema de Whorf”⁶⁵. Afinal, continua, “as palavras que um homem usa são coloridas pelo contexto”⁶⁶ (Landar, 1966: 222). A explicação parece nebulosa. No entanto, ela é seguida de um fato importante: um texto posterior de Sapir, uma conferência chamada “*The Status of Linguistics as a Science*”, publicada em 1929 no periódico *Language*, apresenta formulações muito mais relativistas, dentre elas um trecho clássico que foi utilizado por Whorf como epígrafe em um dos seus artigos mais importantes para o estabelecimento da sua versão da hipótese do RL (Whorf, 1956: 134). A citação deve ser apresentada em sua totalidade:

Os seres humanos não vivem no mundo objetivo sozinhos, nem sozinhos no mundo da atividade social como entendida comumente, mas estão deveras à mercê da língua particular que se tornou o meio de expressão de sua sociedade. É certamente uma ilusão imaginar que alguém se ajusta à realidade essencialmente sem o uso da língua e que a língua é meramente um meio incidental de resolver problemas simples de comunicação e de reflexão. O cerne da questão é que o “mundo real” é, em grande medida, construído sobre os hábitos lingüísticos do grupo. Não há duas línguas que sejam suficientemente similares para serem consideradas como representantes da mesma realidade social. Os mundos em que as sociedades diferentes vivem são mundos distintos, não meramente o mesmo mundo com rótulos diferentes grudados a ele⁶⁷. (Sapir, 1929: 209)

⁶⁵ “transduction or transfer of Sapir’s language into a description of Whorf’s system”.

⁶⁶ “the words a man uses take color from context”.

⁶⁷ “Human beings do not live in the objective world alone, nor alone in the world of social activity as ordinarily understood, but are very much at the mercy of the particular language which has become the medium of expression for their society. It is quite an illusion to imagine that one adjusts to reality essentially without the use of language and that language is merely an incidental means of solving specific problems of communication or reflection. The fact of the matter is that the 'real world' is to a large extent unconsciously built up on the language habits of the group. No two languages are ever sufficiently similar to be considered as representing the same social reality. The worlds in which different societies live are distinct worlds, not merely the same world with different labels attached.”

Apesar do tom fortemente relativista, a passagem continua a não misturar os elementos linguagem e cultura, defendendo um relativismo lingüístico ligado ao modo de conceber a realidade exterior, que não será a mesma posição que Whorf adotará.

Uma análise mais detida desta palestra de Sapir poderá iluminar alguns pontos nessa complexa relação de tensão entre relativismo e universalismo encontrada em Sapir.

A primeira observação importante a respeito da motivação do trecho anterior é que o artigo em questão é uma espécie de tentativa de elevar a lingüística a um *status* importante dentre as outras ciências humanas. No caso específico do estudo das culturas, segundo Sapir, é através da língua que esse estudo pode se tornar científico. Um estudo antropológico sobre uma cultura primitiva sem o estudo aprofundado da língua falada por essa cultura é como um estudo de história sem o acesso às fontes. O “simbolismo lingüístico” guia o estudioso através dos meandros da cultura: “em um certo sentido, a rede de padrões culturais de uma civilização é *indexada* na língua que expressa essa civilização”⁶⁸ (*loc. cit.*, grifo meu). A aparente mudança de perspectiva de Sapir tem agora um tom de propaganda que pretende, principalmente, legitimar os estudos da linguagem não no que já tinham conseguido de importante (e a lingüística indo-européia do século XIX é citada como modelo), mas no que poderia vir a fazer pela ciência como um todo.

A partir daqui, uma “teoria” do RL de Sapir pode ser esboçada: a linguagem é um produto social (cf. já Sapir, 1954[1921]), portanto, as palavras, elementos formados socialmente, são formulações específicas de grupos sociais distintos que levam o conteúdo de sua significação socialmente dependente aos sistemas de pensamento destes grupos. Para Sapir,

Mesmo atos simples de percepção estão muito mais à mercê dos padrões sociais chamados palavras do que nós podemos suspeitar. Se alguém desenhar uma dúzia de linhas, por exemplo, de diferentes formas, as perceberá como divisíveis em categorias como “retas”, “tortas”, “curvadas”, “em ziguezague” por causa da sugestividade dos próprios termos lingüísticos. Nós vemos, ouvimos e de outra forma experienciamos em grande medida do modo como o fazemos porque os hábitos lingüísticos de nossa comunidade predispõem certas escolhas de interpretação⁶⁹. (Sapir, 1929: 210)

⁶⁸ “in a sense, the network of cultural patterns of a civilization is *indexed* in the language which expresses that civilization”.

⁶⁹ “Even comparatively simple acts of perception are very much more at the mercy of the social patterns called words than we might suppose. If one draws some dozen lines, for instance, of different shapes, one perceives them as divisible into such categories as 'straight', 'crooked', 'curved', 'zigzag' because of the

Pretendo apresentar as pesquisas relativistas experimentais contemporâneas no capítulo seguinte, mas já é importante apresentar essa formulação relativista de Sapir como muito mais próxima das versões plausíveis e testáveis do relativismo do que as de Whorf. Há em Sapir uma agudeza de observação motivada por questões mais objetivas que parece estar ausente em Whorf e seus textos mais inflamados e retóricos. A relação entre a língua e a cultura não é a de interdependência causal forte determinista, mas, antes, “podemos pensar na língua como o guia simbólico da cultura⁷⁰” (*loc. cit.*).

Uma formulação alternativa do RL de Sapir se encontra em uma passagem de um texto de 1931 citado por Joseph, Love & Taylor:

A linguagem... não apenas se refere à experiência amplamente adquirida sem o seu auxílio mas na verdade define a experiência para nós por meio de sua completude formal e por causa de nossa projeção inconsciente de duas expectativas implícitas no campo da experiência... Categorias tais como número, gênero, caso, tempo... não são descobertas na experiência como impostas sobre ela por causa do controle tirânico que a forma lingüística tem sobre a nossa orientação no mundo.⁷¹ (Sapir, 1931 *apud* Joseph, Love & Taylor, 2001: 10)

No entanto, um dos pontos mais importantes deste texto de Sapir, também tratado de modo bastante superficial, é a relação dos filósofos com a linguagem. O texto faz um estudo dos modos como se interrelacionam lingüística e antropologia, psicologia, biologia, física, mas é no ponto dedicado à filosofia que Sapir nos apresenta uma discussão de bastante impacto que, infelizmente, não foi desenvolvida com mais vagar. Trata-se, antes de tudo, de um reconhecimento de como a filosofia já na década de 1920 se preocupava fundamentalmente com problemas de linguagem (é reconhecidamente uma abordagem do final do século XIX e do século XX o movimento da filosofia que concentra seus esforços em problemas da linguagem, a filosofia analítica, que tem entre seus mais importantes representantes nomes como os de Gottlob Frege (1848-1925), Bertrand Russell (1872-1970) e Ludwig Wittgenstein (1889-1951)).

classificatory suggestiveness of the linguistic terms themselves. We see and hear and otherwise experience very largely as we do because the language habits of our community predispose certain choices of interpretation.”

⁷⁰ “we may think of language as the symbolic *guide to culture*”.

⁷¹ “Language... not only refers to experience largely acquired without its help but actually defines experience for us by reason of its formal completeness and because of our unconscious projection of its implicit expectations into the field of experience... Such categories as number, gender, case, tense... are not so much discovered in experience as imposed upon it because of the tyrannical hold that linguistic form has upon our orientation in the world.”

A crítica de Sapir ao modo tradicional de identificar categorias gramaticais a elementos metafísicos é moderna e atualizada, já que Sapir procura aconselhar os filósofos para que tomem cuidado com os prejuízos⁷² de sua própria língua; ele o faz na esteira dos lógicos e filósofos analíticos que buscavam uma linguagem independente de certas características da língua natural tais como ambigüidades, indeterminação/indefinitude etc., como o fizeram tanto os três citados acima, quanto outros proponentes de teorias lingüísticas formais de base lógica. Assim, Sapir já em 1929 colocava o lingüista no papel de auxiliar no processo de libertar os filósofos e lógicos das amarras da língua natural, conforme podemos ver com a passagem abaixo:

O filósofo precisa entender sobre a linguagem ao menos para proteger-se contra seus próprios hábitos lingüísticos, e, portanto, não é surpreendente que a filosofia, ao tentar livrar a lógica dos impedimentos da gramática e entender o conhecimento e o significado do simbolismo, seja compelida a fazer uma crítica preliminar do próprio processo lingüístico. Os lingüistas deveriam estar em uma posição excelente para auxiliar no processo de tornar claras para nós mesmos as implicações de nossos termos e procedimentos lingüísticos. De todos os estudantes do comportamento humano, *o lingüista deveria, pela própria natureza do seu assunto, ser o mais relativista no sentimento, e o que menos fosse tomado pelas formas de sua própria fala*⁷³. (Sapir, 1929: 212, grifo meu)

Mais uma vez Sapir adverte o lingüista incauto para que ele não se deixe enredar pelas prisões de sua própria língua: o lingüista deve ser, sim, afirma, o mais relativista de todos os cientistas do comportamento humano, mas não para propor o determinismo lingüístico da relação ingênua entre categorias gramaticais e categorias do pensamento, ao contrário, para livrar a ciência do comportamento humano dos preconceitos de visões irrefletidas e ingênuas sobre o próprio processo lingüístico.

Joseph, Love & Taylor (2001) identificam neste mesmo ponto do texto de 1929 de Sapir uma das saídas para o dilema apresentado pelo texto de 1921, colocado da seguinte maneira:

⁷² Apesar de soar como cognato mal traduzido, “prejuízo” neste sentido se aproxima menos da tradução de “prejudice” do inglês e mais da idéia de algo que se perde, como no antônimo de “lucro” em português.

⁷³ “The philosopher needs to understand language if only to protect himself against his own language habits, and so it is not surprising that philosophy, in attempting to free logic from the trammels of grammar and to understand knowledge and the meaning of symbolism, is compelled to make a preliminary critique of the linguistic process itself. Linguists should be in an excellent position to assist in the process of making clear to ourselves the implications of our terms and linguistic procedures. Of all students of human behavior, *the linguist should by the very nature of his subject matter be the most relativist in feeling, the least taken in by the forms of his own speech.*”

Os sentidos romântico e antropológico de “cultura” são responsáveis pela tensão no *Language* de Sapir entre afirmações tais como, por um lado, ‘a fala é... uma função “cultural”’ (Sapir, 1921: 210) e ‘a língua e as nossas sendas mentais estão inseparavelmente interligadas; são, em um certo sentido, uma e a mesma coisa’ (Sapir, 1921: 232) e, por outro lado, ‘E eu não posso acreditar que a cultura e a linguagem sejam em algum sentido verdadeiro relacionados causalmente’ (Sapir, 1921: 233) e ‘faremos bem em considerar as derivações da língua e da cultura como sendo processos não-comparáveis e não-relacionados’ (Sapir, 1921: 234).⁷⁴ (Joseph, Love & Taylor, 2001: 8)

Para os autores, é exatamente a nova posição de Sapir sobre a língua como algo que estabelece “problemas” filosóficos na sua relação com o pensamento que ajuda a livrá-lo da tensão resultante do dilema exposto acima, e, em especial, a livrá-lo das implicações românticas de um relativismo de tradição de Humboldt e de Herder.

Um dos pontos mais importantes do trabalho de Joseph, Love & Taylor é que, ao longo da tradição dos estudos sobre os autores e propostas relativistas quanto à linguagem, pensamento e cultura, muito pouco se discutiu sobre o seguinte: se a língua que falamos molda o nosso modo de pensar, o que dizer do fato de que “língua”, de maneira geral, é um termo que abrange uma série de formulações teóricas de diversas naturezas, tais como um símbolo político, um conjunto de palavras em um dicionário, o conjunto de dialetos e idioletos falados por um certo grupo social, e não, ao contrário, uma entidade única e uniforme (cf. Joseph, Love & Taylor, 2001: 14)? A crítica que neste ponto os autores fazem a Sapir pode ser facilmente expandida para abarcar todas as formulações mais ingênuas de hipóteses de RL: sem uma definição precisa de “língua”, não há nem mesmo como começar a investigar a sério a relação desta com o pensamento do grupo que a fala⁷⁵.

O saldo que se pode aduzir da discussão que apresento sobre Sapir é positivo: embora não tenha empreendido esforços específicos no sentido de formular uma hipótese relativista da influência da linguagem no pensamento e na cultura, acabou por iniciar a tradição explorada por Whorf, ainda que seu papel e seu próprio nome na formulação famosa de Whorf sejam mais facilmente entendidos como uma homenagem que se reverteu em força e visibilidade para o discípulo Whorf. No entanto, as tensões

⁷⁴ “The anthropological and romantic senses of ‘culture’ are responsible for the tension in Sapir’s *Language* between statements such as, on the one hand, ‘speech is ... a “cultural” function’ (Sapir, 1921: 210) and ‘Language and our thought-grooves are inextricably interwoven, are, in a sense, one and the same’ (Sapir, 1921: 232) and, on the other, ‘Nor can I believe that culture and language are in any true sense causally related’ (Sapir, 1921: 233) and ‘we shall do well to hold the drifts of language and of culture to be non-comparable and unrelated processes (Sapir, 1921: 234).’

⁷⁵ Naturalmente, a definição de “pensamento” também seria urgente nesse caso, bem como a separação clara entre “língua” como manifestação individual de “linguagem”, a capacidade lingüística abstrata.

estabelecidas entre a relação de influência causal língua-pensamento por um lado e a independência relativa entre língua, raça e cultura, por outro, além do papel preponderante da língua na formação individual da personalidade e da alteridade colocam Sapir no patamar de Humboldt quanto à sua visão complexa das tensões inerentes ao processo lingüístico, com a diferença de que Sapir buscou conscientemente se afastar da tradição romântica que acabava por permitir julgamentos valorativos sobre culturas mais ou menos primitivas, o que a nova antropologia e etnografia em um mundo revirado como o da primeira metade do século XX não poderiam aceitar.

3.3. Benjamin Lee Whorf (1897-1941)

3.3.1. A biografia romanesca de Whorf na introdução de Carroll (1956)

Apesar de não ter sido um procedimento comum nesta tese até agora apresentar biografias dos autores discutidos, abrirei uma exceção para Benjamin Lee Whorf, pois há um jogo retórico curioso no modo como se constrói sua biografia pelos seus partidários, quase sempre procurando legitimar a genialidade incontestada que paira ao seu redor, visando aumentar o poder de sua autoridade no campo dos estudos da linguagem, apesar de sua atuação e formação terem sido restritas, quando não falhas. A seção sobre Whorf será aquela em que eu menos conseguirei a neutralidade de quem se propôs a analisar o RL “de fora”, pois seu texto provoca reações muito variadas e opostas, às vezes, em uma distância muito pequena entre um momento e outro.

No prefácio escrito por Stuart Chase ao livro que reúne seus textos mais relevantes (Carroll, 1956⁷⁶), Whorf é de imediato comparado a Albert Einstein, e colocado ao seu lado como uma das pessoas que, “*once in a blue moon*”, vêm e mostram para o mundo alguma coisa muito importante. Para Chase, Einstein nos trouxe a teoria da relatividade do espaço e do tempo, enquanto Whorf nos ensinou o modo como a língua pode moldar nossos pensamentos mais internos (Chase, 1956: v).

Um dos papéis desta tese deve ser o de ajudar a desmistificar o ar de genialidade incontestada que paira tanto sobre a hipótese de Whorf quanto sobre a sua própria pessoa. Ao mesmo tempo, assim como é relevante mostrar como Whorf é retratado como um

⁷⁶ O livro, editado por John B. Carroll, será citado com a data de edição, mas farei referência aos textos de Whorf pelo ano de cada texto, de acordo com a datação estabelecida por Carroll.

ser superior por Chase e por muitos estudiosos que simplesmente identificam praticamente todas as visões relativistas quanto à linguagem com as figuras de Whorf e de seu mestre Sapir⁷⁷, esquecendo-se tanto da história pregressa da hipótese que tentamos levantar no capítulo anterior quanto da fase científica das pesquisas do RL que descreveremos no capítulo seguinte, também é relevante dedicar parte deste capítulo a mostrar como Whorf também sofre, por outro lado, ataques muito severos de oponentes que costumam desqualificar sua contribuição para os estudos do RL como aquela de um leigo que acabou recebendo crédito excessivo por uma hipótese que não tem valor heurístico nenhum e que mal passa de uma formulação quase tautológica (cf., especialmente, vários trabalhos de Steven Pinker, como apresento ao final da seção).

Assim, espero, um dos papéis da tese será o de possibilitar (assim como vários autores tentaram fazer – cf. Gumperz & Levinson (1996) e Steiner (2005), especialmente) uma visão mais ampla do conjunto de propostas ligadas ao RL em vários momentos e de vários tipos, propondo, especialmente, o fim da denominação da hipótese do RL como “hipótese Sapir-Whorf”.

Nesse sentido, naturalmente, esta é uma das seções mais importantes de toda a tese. Nas palavras de Chase ecoam muitas opiniões glorificantes emitidas a respeito de Whorf, assim como nas palavras de Pinker ecoam as críticas mais freqüentes que se ouvem a respeito dele.

Assim, logo depois do elogio descabido e da comparação com Einstein, Chase já nos dá a informação de que Whorf não foi treinado como lingüista profissional. Ele se formou em engenharia química pelo MIT e a sua incursão pela lingüística foi algo motivado por uma espécie de “impulso interior” (Chase, 1956: v).

Ainda mais laudatória é a introdução escrita pelo editor do livro, John Carroll. Temos então uma biografia de Whorf que deixa escapar vários elementos dignos da eulogia do gênero da épica antiga: Whorf não foi treinado, foi um lingüista “intuitivo”, mas isso mal importa, já que ele é retratado como uma espécie de “gênio” em tudo o

⁷⁷ Um exemplo no mínimo curioso é o modo como Steele (2003) apresenta, em um periódico de ensino de sociologia, uma proposta metodológica para abordar assuntos abstratos nas aulas de sociologia, e escolhe como exemplo a “hipótese Sapir-Whorf”. Naturalmente, como a grande maioria das menções ao RL faz da mesma forma menção apenas a Sapir e a Whorf, este trabalho se apresenta peculiar e exemplar ao mesmo tempo por apresentar toda a hipótese basicamente a partir de um breve trecho de Sapir e outro de Whorf, ambos pertencentes aos conjuntos de trechos canônicos e antológicos dos autores. Aparentemente, nenhuma reflexão sobre a proposta em si anteriormente a Sapir nem posteriormente a Whorf é necessária, e costuma-se abordar o tema de forma assim superficial em uma quantidade bastante grande de trabalhos. (cf. uma série de publicações, entre elas Kay & Kempton, 1984; Marking, 1962; Cole & Scribner, 1974; Kramsch, 1998; Landar, 1966; Lyons, 1968 e 1987; Montgomery, 1985; Tyler, 1978.)

que fazia. Afinal, segundo Carroll, ele conseguiu “reconhecimento em suas atividades de negócios ao mesmo tempo em que avançava à alta eminência no trabalho acadêmico – *mesmo* sem ter passado pelas preliminares formais do estudo acadêmico representadas por um título avançado...”⁷⁸ (Carroll, 1956: 1 grifo meu). Como veremos, não é consensual que a ausência de treinamento específico e de um título na área tenham tornado Whorf mais excelente em sua atuação na área da lingüística. No entanto, não podemos deixar de lembrar a tradição que também localiza na ausência de treinamento específico de Boas, por exemplo, um ponto positivo pela excelência de sua obra ao fim e ao cabo.

Nascido em uma família de artistas, designers e intelectuais, Benjamin Whorf é retratado de forma quase romanesca por Carroll como alguém muito forte, capaz de defender os irmãos mais jovens na escola, concentrado a ponto de não reconhecer mesmo os amigos na rua, fascinado por química, poeta e devorador de livros.

Tendo sido selecionado ainda enquanto estudante no MIT para trabalhar como estagiário numa empresa de seguros contra incêndio, Whorf é então descrito como “o melhor técnico de prevenção de incêndio que já existiu” pelo colega da pós-graduação do MIT que o selecionou (Carroll, 1956: 4). A partir daí uma série de elogios à sua carreira de técnico de prevenção de incêndios (que durou por toda a sua vida) é associada à sua excelência intuitiva com línguas. Uma anedota a respeito de sua excelência profissional precisa ser recontada aqui, para auxiliar a minha argumentação:

Em uma ocasião, enquanto inspecionava uma usina química, Whorf não foi admitido em uma certa instalação sob a alegação de que ela abrigava um processo secreto. O próprio gerente da usina, a quem ele foi encaminhado, insistiu que ninguém de fora poderia inspecionar aquele prédio. Whorf disse: “Vocês estão fazendo o produto tal-e-tal?” A resposta foi: “Sim.” Whorf pegou uma caderneta, rapidamente escreveu uma fórmula química, e a entregou para o gerente da usina, dizendo: “Eu acho que é isso que vocês estão fazendo.” O produtor, surpreso, respondeu: “Como é que você sabia disso, Senhor Whorf?”, ao que Whorf calmamente respondeu: “Vocês não poderiam fazê-lo de nenhum outro modo.” É desnecessário dizer que então ele foi admitido no prédio que continha o processo secreto. (Carroll, 1956: 4)⁷⁹

⁷⁸ “recognition in his business activities at the very same time that he advanced to high eminence in scholarly work – without *even* having undergone the usual preliminaries of formal academic study signalized by an advanced degree...”

⁷⁹ “On one occasion while inspecting a chemical plant he was refused admission to a certain building on the ground that it housed a secret process. Even the head of the plant, to whom he was referred, insisted that no outsider could inspect this building. Whorf said, “You are making such-and-such product?” The answer was “Yes,” whereupon Whorf picked up a pad, quickly wrote down a chemical formula, and handed it to the head of the plant, saying, “I think this is what you are doing.” The surprised manufacturer replied, “How in the world did you know, Mr. Whorf?”, to which he answered calmly, “You couldn’t do

O tom romanesco, quase hollywoodiano, do relato, é importante para entendermos que a figura de Whorf inspira uma opinião de que se trata de um indivíduo calmo, sereno, quase ficcional, de um espírito profundamente sábio e genial. Como o seu nome vem associado à hipótese do RL mais famosa do século XX, a que mais freqüentemente é considerada por muitos como a verdadeira e única hipótese do RL, a argumentação de uma biografia engrandecedora em nível pessoal e de desenvolvimento intelectual certamente redime um homem de negócios, de mente ágil e prática, de ter supostamente desenvolvido a tese mais incrível da lingüística sem nem ao menos ser lingüista. A argumentação é complexa, e muito comumente é feita do modo absolutamente contrário; afinal, o que teria a dizer de novo e revolucionário à ciência da linguagem um diletante que trabalhou a vida toda com relatórios de segurança de incêndios?

Outra informação importante sobre a motivação de Whorf para os estudos da linguagem nos é dada por Carroll: seu interesse crescente pela religião e pela língua hebraica o levou ao místico Antoine Fabre d’Olivet (1768-1825), que acreditava que a exegese dos significados mais profundos dos textos sagrados passava por uma análise místico-filológica dos radicais hebraicos. Whorf interessou-se especialmente pelo método de análise de Fabre d’Olivet, que envolvia um simbolismo fonético que ele começou a aplicar às línguas indígenas – que começou a estudar por acaso, na biblioteca que frequentava⁸⁰. Aos poucos, segue Carroll enumerando os feitos, Whorf conseguiu uma bolsa de pesquisa para estudar no México, bolsa que, mais uma vez, é descrita como concedida apenas a pesquisadores reconhecidos e institucionalizados.

Continuando a carreira como estudioso dos hieroglifos maias e da língua e cultura asteca, Whorf só conheceu Sapir num congresso em 1928, e manteve pouco contato com ele até que Sapir ocupou a cadeira de antropologia para ensinar lingüística em Yale em 1931. Whorf matriculou-se no programa, foi aluno da primeira turma de Sapir, e recebeu um A em um trabalho sobre a estrutura das línguas atabascas. Ainda que nunca tenha terminado o doutorado, Whorf foi leitor em antropologia em Yale nos

it in any other way.” Needless to say, he was admitted to the building which contained the secret process.”

⁸⁰ Nas palavras do próprio Whorf (1936c: 74-5), Fabre d’Olivet “recusou-se a impingir os padrões do latim e do grego sobre o hebraico”. Isso certamente o influenciaria muito em sua busca por análises lingüísticas livres dos moldes da tradição gramatical, o que o impele em direção a línguas que ele mesmo chamou de “exóticas” (Whorf, 1937a: 87) e de línguas faladas por comunidades primitivas. Parece ser um passo subsequente natural uma proposta relativista quanto à relação entre linguagem e pensamento.

anos de 1937 e 1938⁸¹. Carroll atribui a Sapir o estímulo de Whorf para estudar a língua hopi, parente do asteca, língua responsável pelos trabalhos de lingüística mais importantes e famosos de Whorf. Carroll nos informa que Whorf iniciou os estudos sobre a língua hopi em 1932 através de um falante nativo que vivia em Nova Iorque⁸², e que passou um pequeno tempo em uma reserva de índios hopi no Arizona. Após vários anos de estudos e vários artigos lidos e publicados para audiências de leigos, Whorf acreditava que tinha o papel de popularizar a lingüística para o grande público. No entanto, diz Carroll,

Ele percebeu, contudo, que seria impossível popularizar a lingüística, e que não haveria muito sentido em fazê-lo, a menos que a lingüística levasse consigo uma mensagem de apelo popular. Essa mensagem, acreditava Whorf, era a de que a lingüística tinha muito a dizer sobre o modo como pensamos.⁸³ (Carroll, 1956: 18)

Esse papel quase missionário de divulgador da ciência da linguagem através de uma crítica do modo academicista e pouco popular inerente às ciências mais herméticas que se pode notar nas entrelinhas na passagem acima tem diversos paralelos em outros momentos (cf. a discussão sobre a “lingüística crítica” em Gonçalves & Beccari, 2008 ou até mesmo o modo popular do discurso de Pinker, aqui-inimigo de Whorf), mas, mais importante, demonstra que parte do apelo das propostas identificadas como “hipótese Whorf” pode derivar dessa vontade evangelizatória e missionária de levar a lingüística para além do seu círculo fechado de pesquisadores especialistas. Grande parte da retórica de Whorf pode ser derivada daí, e os seus artigos “Science and Linguistics” e “Linguistics as an exact science”, de 1940, trazem importantes discussões a respeito. Aqui, nos aproximamos de mostrar de que maneira os interesses relativistas de Whorf quanto à língua têm, de fato, muito em comum com aqueles interesses

⁸¹ Em carta a Carroll publicada em Whorf (1937b: 102) com o título de *Discussion of Hopi Linguistics*, Whorf informa que o período de *lectureship* abrangeria o período letivo de janeiro a junho de 1938, e ele daria duas horas de aula por semana para um curso intitulado “Problems of American Linguistics”.

⁸² Na referida carta, inclusive, datada de 1937 (de cinco anos depois do início dos estudos de Whorf sobre o hopi e quatro anos antes de sua morte), Whorf confessa a Carroll que “o informante mesmo não consegue dar nenhuma explicação” para um certo ponto complicado da gramática do hopi. O que interessa é que, por muito tempo, Whorf teve “o” informante, e não um contato direto com a língua. Outro questionamento sobre os métodos de Whorf pode ser levantado a partir de um outro depoimento, tirado do artigo *Some verbal categories of Hopi*, publicado na *Language* em 1938, em que Whorf relata seu desenvolvimento com relação à língua, e diz: “as sentenças que eu inventava e submetia ao meu informante hopi estavam geralmente erradas” (Whorf, 1938a: 112).

⁸³ “He realized, however, that it would be impossible to popularize linguistics, and there would be little purpose in doing so, unless linguistics held a message of popular appeal. This message, Whorf believed, was that linguistics has much to say about how and what we think.”

instigadores de propostas relativistas em geral: há, de fato, um humanismo solidário por trás do modo como Whorf é descrito por Carroll; há um anti-epistemologismo-ocidental-etnocentrista, e podemos constatar a elevação quase romântica das palavras de Whorf citadas ao final do trecho biográfico da introdução de Carroll, não publicadas entre os artigos que compõem a edição de 1956:

Não foi percebido suficientemente que o ideal de fraternidade e cooperação global falha se não incluir a capacidade de se ajustar intelectual e emocionalmente à nossa irmandade com outros países. O Ocidente conquistou alguma compreensão emocional sobre o Oriente através da abordagem de tipo estética e beletrista, mas ela não cobriu a lacuna intelectual; não estamos mais próximos da compreensão dos tipos de pensamento lógico que se refletem nas formas verdadeiramente orientais de pensamento científico e análise da natureza. Isso requer pesquisa lingüística sobre as lógicas das línguas nativas, e a percepção de que elas têm *validade científica igual à dos nossos hábitos de pensamento*.⁸⁴ (Whorf *apud* Carroll, 1956: 21, grifo meu)

É importante já mencionar que se pode encontrar em Whorf uma espécie de filosofia da ciência relativista, e que a sua hipótese do RL diz respeito ao relativismo cultural, conceitual e científico. Mais adiante, através da análise dos artigos de 1940, analisarei esse ponto com mais cuidado.

3.3.2. Análise dos textos da primeira fase da produção de Whorf

Quanto aos termos em que o próprio Whorf desenvolve a sua hipótese relativista, acredito que será mais proveitoso para um capítulo como este se apresentarmos as discussões mais relevantes em ordem cronológica dos textos coletados e editados por Carroll (1956)⁸⁵.

Em um texto lido em um encontro da Sociedade Lingüística Americana em 1935 (portanto, apenas alguns anos depois do início da carreira de lingüista de Whorf, e mais curta ainda carreira de estudioso dos hopi), Whorf, ao discutir o sistema aspectual da

⁸⁴ “It is not sufficiently realized that the ideal of worldwide fraternity and cooperation fails if it does not include ability to adjust intellectually as well as emotionally to our brethren of other countries. The West has attained some emotional understanding of the East through the esthetic and belles-lettres type of approach, but this has not bridged the intellectual gulf; we are no nearer to understanding the types of logical thinking which are reflected in truly Eastern forms of scientific thought or analysis of nature. This requires linguistic research into the logics of native languages, and realization that they have *equal scientific validity with our own thinking habits*.”

⁸⁵ Carroll mesmo dá a informação de que a coletânea, embora não seja a versão completa dos trabalhos sobre linguagem de Whorf, traz “quase todos” os textos relevantes para o estabelecimento da sua hipótese do RL (Carroll, 1956: 23).

língua hopi, externa uma das primeiras formulações de sua hipótese, ainda nos moldes de observações sobre a implicação da diferença específica entre os sistemas aspectuais hopi e inglês, e não nos moldes de um princípio geral (como vai fazer mais tarde).

Para ele, as subcategorizações aspectuais do hopi são tão diferentes das do inglês que “[elas são] uma ilustração de como a língua produz uma organização da experiência” (Whorf, 1936a: 55). O trecho que se segue é uma das primeiras formulações claras do RL whorfiano:

Estamos inclinados a pensar na linguagem simplesmente como uma técnica de expressão, e a não perceber que a linguagem, primeiramente, é uma classificação e arranjo do fluxo da experiência sensorial que resulta em uma certa ordem de mundo, em um certo segmento do mundo que é facilmente exprimível pelo tipo de meio simbólico que a linguagem emprega. *Em outras palavras, a linguagem faz, de um modo mais cru mas também de um modo mais amplo e versátil a mesma coisa que a ciência faz.*⁸⁶ (Whorf, 1936a: 55)

Assim inicia-se uma seqüência de textos que apresentam análises de línguas afastadas do núcleo das línguas indo-européias mais conhecidas⁸⁷ e que propiciam a formulação da hipótese da influência direta da língua no pensamento, freqüentemente enunciada com alguma relação com o papel determinístico da própria noção de ciência e do modo como ela também exerce certa influência sobre a nossa conformação intelectual. Esse é um lado pouco explorado da famosa “hipótese Sapir-Whorf”: se, em geral, os oponentes de Whorf se concentram em mostrar que sua análise lingüística não é tão sofisticada ou confiável, por outro eles deixam passar uma ligação importante entre o relativismo lingüístico e o científico.

A partir dessa primeira formulação, inicia-se uma das argumentações mais claramente deterministas de Whorf: se a estrutura lingüística (especialmente tempo-aspectual) da língua dos hopi é tão diferente da nossa, a própria concepção de tempo deve ser radicalmente diferente, a ponto de percebermos a realidade temporal de maneiras mais ou menos apropriadas com relação a certas teorias (tanto de organização mesma de mundo quanto teorias científicas). Nas palavras de Whorf,

⁸⁶ “We are inclined to think of language simply as a technique of expression, and not to realize that language first of all is a classification and arrangement of the stream of sensory experience which results in a certain world-order, a certain segment of the world that is easily expressible by the type of symbolic means that language employs. *In other words, language does in a cruder but also in a broader and more versatile way the same thing that science does.*”

⁸⁷ A que Whorf mais tarde vai denominar de línguas SAE, ou “standard average european” – o europeu médio padrão, tanto como falante quanto como língua.

Os hopi, na verdade, possuem uma língua mais bem equipada para lidar com tais fenômenos vibracionais do que a nossa terminologia científica mais recente. (...) De acordo com os conceitos da física moderna, o contraste entre partícula e campo de vibração é mais fundamental no mundo da natureza do que contrastes tais como tempo e espaço, ou passado, presente e futuro, que são os tipos de contrastes que nossa língua impõe sobre nós. O aspecto-contraste do hopi que nós observamos, sendo *obrigatório* sobre as formas verbais, praticamente *força* os hopi a perceber e observar os fenômenos vibratórios, e, além disso, os encoraja a encontrar nomes para esses fenômenos e classificá-los.⁸⁸ (Whorf, 1936a: 55-6, grifo meu)

Whorf está falando do que ele identifica como “aspecto segmentativo” do hopi. Segundo ele, um processo morfológico de reduplicação da sílaba final de um verbo mais o acréscimo de *-ta* à forma resultante gera uma diferença de significado responsável pela noção de “onda vibratória”, responsável pela proposta determinista acima. Os exemplos seriam como “*ho’ci* → *hoci’cita* = it forms a sharp acute angle [forma um ângulo agudo] → it is zigzag [está em ziguezague]” ou “*wa’la* → *wala’lata* = it makes one wave, gives a slosh [faz uma onda, dá uma jorrada] → it is tossing in waves, it is kicking up a sea [está ondeando, quebrando um mar]”⁸⁹ (*loc. cit.*, p. 52-3).

A despeito da estranheza natural dos exemplos, a argumentação é bastante forte: a presença de um sufixo de aspecto segmentativo capacita os hopi a pensar no tempo de modo mais adequado segundo a física moderna do que nós, falantes de línguas indo-européias (incluo o português aqui pelo parentesco muito mais aproximado com o inglês do que com as línguas ameríndias). A obrigatoriedade da marcação aspectual segmentativa é a responsável principal por essa formulação determinística, ainda que o processo morfológico descrito seja muito parecido com outros processos geradores de aspectos de repetição de eventos em unidades multiplicadas, como os freqüentativos do português ou do latim, por exemplo (representados pelo infixos *-it-*, presente tanto em formas como “saltar → saltitar” quanto em formas como as mais produtivas do latim, e.g. “clamare → clamitare = gritar → gritar repetidamente em intervalos de tempo curtos e seguidos”).

⁸⁸ “The Hopi actually have a language better equipped to deal with such vibratile phenomena than is our latest scientific terminology. (...) According to the conceptions of modern physics, the contrast of particle and field of vibrations is more fundamental in the world of nature than such contrasts as space and time, or past, present, and future, which are the sort of contrasts that our language imposes upon us. The Hopi aspect-contrast which we have observed, being *obligatory* upon their verb forms, practically *forces* the Hopi to notice and observe vibratory phenomena, and furthermore encourages them to find names for and to classify such phenomena.”

⁸⁹ Temo, aqui, piorar ainda mais os exemplos conturbados de Whorf ao traduzi-los para o português deixando a sua tradução em nota ou eliminá-la do corpo do texto. Portanto, a tradução entre colchetes virá logo após a tradução em inglês dos exemplos de outras línguas de Whorf.

Longe de propor contra-argumentos para todos os exemplos de Whorf, acredito que os problemas encontrados tanto na dificuldade gerada pela estranheza dos exemplos escolhidos por Whorf quanto pela sua apresentação de dados de difícil acesso e verificação (como sói acontecer nas pesquisas etnolingüísticas de línguas muito afastadas do núcleo das línguas indo-européias, facilmente acessíveis) são os mais freqüentemente escolhidos pela crítica de Whorf adiante para refutar a passagem de exemplos empíricos pouco numerosos, não experimentais e baseados na sua interpretação dos dados dos informantes hopi para uma hipótese geral de RL determinista forte.

O que parece estar em questão aqui é, ainda, antes, o caráter caridoso, tolerante e inversor da ordem etnocêntrica da ciência da linguagem universalista e preconceituosa que precede as pesquisas descritivistas do século XX. Whorf quer mostrar que não somos detentores do verdadeiro conhecimento, do melhor modo de interpretar o mundo, apenas porque somos falantes de línguas indo-européias. Trata-se, novamente, de propor teses relativistas em favor da igualdade entre as línguas. Nas palavras de Carroll, na segunda parte da introdução ao livro de Whorf já discutida aqui,

[Whorf] teria esperado que a consciência plena do relativismo lingüístico poderia conduzir a atitudes mais humildes sobre a suposta superioridade das línguas do padrão médio europeu e a aceitar com grande disposição uma “irmandade de pensamento” entre os homens (...) ⁹⁰ (Carroll, 1956: 27)

O problema, no entanto, é que o modo de apresentação de Whorf, desde os primeiros textos, como vemos, coloca a cultura remota dos hopi como superior à nossa, cancelando o caráter caridoso da hipótese ao inverter os papéis. Nesse sentido, mais caridosa e igualitária é a proposta universalista radical que propõe que todas as línguas são cortadas a partir do mesmo molde universal e que suas variações superficiais pouco ou nada dizem sobre as nossas diferenças intelectuais e culturais. Por outro lado, a proposta de um relativismo epistemológico é interessante, na medida em que inverte uma outra crença, essa sim muito mais brutal: a de que a ciência ocidental é completamente equivalente à verdade objetiva última e inquestionável. É a partir da relativização da influência das línguas nos nossos sistemas intelectuais que Whorf

⁹⁰ “[Whorf] would hope that a full awareness of linguistic relativity might lead to humbler attitudes about the supposed superiority of standard average European languages and to a greater disposition to accept a “brotherhood of thought” among men (...)”

parece propor algo muito mais caridoso: a relativização dos sistemas de crenças epistemológicas.

Em um texto que Carroll propõe ser datado de cerca de 1936, intitulado *An American Indian Model of the Universe* (Whorf, 1936b: 57), Whorf continua a desenvolver sua teoria de que os hopi vêem o mundo de forma diferente de nós, europeus-médios-padrão (os seus “SAE”). A argumentação nesse texto é um pouco mais desenvolvida e audaciosa: segundo Whorf, os hopi não possuem um conceito de tempo similar ao nosso, devido ao fato de que sua língua codifica as experiências com o tempo de maneira diferente das nossas línguas.

Os hopi não compartilham da nossa percepção do tempo como um fluxo contínuo do passado em direção ao futuro ou do futuro em direção ao passado. Antes, por não terem palavras que se refiram ao que nós chamamos de passado, presente ou futuro, os hopi possuem uma língua cuja “metafísica” temporal (Whorf, 1936b: 58-9) organiza as experiências de seus falantes em duas “grandes formas cósmicas”, ou melhor, as experiências *manifestas* vs. *manifestantes* ou, ainda, *objetivas* vs. *subjetivas*. O domínio do manifesto ou objetivo abarca tudo o que está acessível aos sentidos, enquanto que o domínio do subjetivo ou do manifestante abarca tudo o que chamamos de futuro, “*mas não meramente isso*” (*loc. cit.*, grifo do original): inclui tudo que chamamos de “mental” (tudo o que, para os hopi, está no “coração” de homens, plantas, animais, e de tudo o que existe, ou ainda, do próprio Cosmos⁹¹). Além disso, o domínio subjetivo abarca aquilo que existe no domínios dos desejos, expectativa e propósito (*loc. cit.*, p. 60).

Lingüisticamente, esse domínio do subjetivo que se manifesta através do desejo, da expectativa e do futuro, se dá por meio de expressões verbais de “vir a ser” (*will come*) e “ir até” (*will come to*) ainda que, afirma Whorf, os hopi nem mesmo possuam verbos equivalentes a “ir” e “vir”. Assim, o subjetivo ligado aos verbos de ir e vir é expresso através de perífrases como “eventuates to here [‘eventua’ até aqui] (*pew’i*)”, “eventuates from it (*angqö*) [‘eventua’ a partir daqui]” ou “arrived [chegou] (*pitu*, pl. *öki*)”.

Além dessas informações confusas sobre a manifestação lingüística do domínio do subjetivo, Whorf ainda nos informa que o aspecto inceptivo (e outro intimamente

⁹¹ Para rebater o aparente misticismo de afirmações desse tipo, Whorf simplesmente declara que a própria ciência ocidental é mística, sem dar justificativa ou embasamento algum para uma afirmação assim tão bombástica.

relacionado, chamado de “expectivo”) como parte do presente também faz parte desse domínio. Curiosamente, para amplificar o efeito de confusão e de incomensurabilidade, o sufixo de inceptivo é creditado por Whorf tanto com a capacidade de focalizar início quanto término de eventos⁹².

No entanto, o grande problema que se costuma identificar nos trabalhos de Whorf é exatamente a falta de sistematicidade no tratamento dos exemplos e a obscuridade e confusão na apresentação das traduções. Um exemplo é o que se segue:

A forma inceptiva de *tunátya*, que é *tunátyava*, não significa “começa a esperar”, mas, ao contrário, “vem a ser, tendo sido esperado”. Por que ela deve logicamente ter esse significado terá ficado claro pelo que já foi dito.⁹³ (Whorf, 1936b: 62)

Em primeiro lugar, da exposição anterior, pouco se deduz logicamente, ao contrário do que espera Whorf. Em segundo lugar, a ausência de séries de exemplos melhor explicadas e tratadas nos deixa com a sensação de que se trata, na verdade, de um conhecimento arcano ao qual apenas os iniciados têm acesso. A impressão de relativismo forte é amplificada pela tradução quase ininteligível da passagem de “começa a esperar” para “vem a ser, tendo sido esperado”.

A impressão geral que se tem do trabalho descrito, que se insere em uma seqüência de textos de Whorf sobre a relação entre o sistema tempo-aspectual dos hopi e o seu modo radicalmente diferente de ver o mundo, é menos a de corroboração da sua hipótese do RL e mais a de que, tendo sido dado um tratamento melhor aos dados, com um instrumental teórico mais adequado (penso aqui, especialmente, em teorias semânticas de tempo, aspecto e de eventualidades como as que estão disponíveis hoje em dia e que não estavam na época de Whorf), teríamos um estudo interessante sobre uma língua que se organiza, sim, possivelmente, de modo bastante diverso das nossas línguas-padrão européias, mas não necessariamente criando um filtro pelo qual a visão de mundo dos hopi seja entendida como incomensurável com relação à nossa.

Aqui se pode demonstrar com um exemplo como a descrição do hopi de Whorf não apresenta um argumento necessariamente favorável ao RL, mas se enquadra em teorias mais modernas universalistas, como a teoria da semântica de eventos de Parsons

⁹² Processo que não é muito diferente, por exemplo, do encontrado nas sentenças fornecidas por Luiz Arthur Pagani: (a) “Pedro sai em 5 minutos” => “Pedro termina de sair em 5 minutos” *versus* (b) “Pedro corre em 5 minutos” => “Pedro começa a correr em 5 minutos”.

⁹³ “The inceptive form of *tunátya*, which is *tunátyava*, does not mean ‘begins to hope’, but rather ‘comes true, being hoped for.’ Why it must logically have this meaning will be clear from what has already been said.”

(1990). Whorf declara que o hopi, “com sua preferência pelos verbos, em contraste com a nossa preferência pelos nomes, transforma perpetuamente nossas proposições sobre coisas em proposições sobre eventos”⁹⁴ (Whorf, 1936b: 63). Ora, o que parece estar em jogo é que a suposta preferência por verbos dos hopi é um dos fatores que possibilitam o alto grau de diferença e conseqüente relativismo com relação às “nossas” línguas⁹⁵. No entanto, toda a proposta da semântica de Parsons tem a ver com uma semântica universalista que concebe todas as nossas proposições em proposições sobre eventos⁹⁶.

Parsons (1990) considera o evento⁹⁷ um primitivo semântico. O evento passa a ser o núcleo semântico da sentença, ou seja, a sentença denota um evento, com seu agente, paciente, tema e assim por diante. Assim, ao analisarmos uma sentença como “Brutus esfaqueou César”, a teoria prevê no mínimo uma análise que diga que:

Para um evento *e*,
e é um esfaqueamento
 o agente de *e* é Brutus
 o objeto de *e* é César
e culminou em algum tempo no passado

Assim, se todas as línguas organizam suas proposições em torno da noção de evento e não mais em torno da noção de proposição, a informação de Whorf de que a língua dos hopi é “centrada no evento” passa a ser menos impactante e menos propensa à incomensurabilidade. A própria teoria de Parsons (1990) iluminaria diversos aspectos excessivamente obscuros das análises de Whorf.

Várias informações sobre a gramática do hopi são complementadas e reformuladas conforme os anos passam e Whorf parece conhecer melhor a língua. Por

⁹⁴ “with its preference for verbs, as contrasted to our own liking for nouns, perpetually turns our propositions about things into propositions about events”

⁹⁵ Aliás, torna-se excessivamente complicada a proposta quando Whorf fala que os hopi tornam as nossas proposições em proposições deles. Há, aqui, no mínimo, infelicidade na construção lingüística da idéia.

⁹⁶ Parsons mesmo faz um histórico de sua proposta, que deve basicamente a Davidson mas que estaria disponível, ainda que de maneira embrionária, há bem mais tempo.

⁹⁷ A noção de evento como entidade fundamental da nossa ontologia semântica não nos é assim tão estranha quanto parece propor Whorf. A própria noção é essencial para diversas esferas da nossa atividade, como demonstra o exemplo de debate sobre eventos encontrado em Pinker (2007: 1-6) sobre quantos eventos ocorreram relacionados aos ataques terroristas na manhã do dia 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque. A destruição das Torres Gêmeas, o ataque terrorista mais famoso da história, gerou uma querela sobre a própria noção de evento, cujos interessados principais foram a companhia seguradora e o “proprietário” do World Trade Center, já que, segundo o contrato de seguro, este último deveria receber três bilhões e meio de dólares por “evento destrutivo”. Naturalmente, como os ataques não foram simultâneos, houve uma disputa entre os advogados das duas partes, de forma que os advogados da seguradora argumentaram que se tratava de apenas um evento, conforme ele se representava mentalmente, enquanto que os advogados do proprietário argumentavam em favor de retratar o evento fisicamente e falar de dois ataques.

exemplo, na já citada carta a Carroll, Whorf abandona a idéia de que o hopi não tem tempo verbal e afirma que a língua possui três tempos: o passado, o futuro e o genérico (Whorf, 1937b: 103). Em um artigo publicado em 1938 na revista *Language* (um ano depois da carta), Whorf reformula mais uma vez a idéia do sistema temporal do hopi e afirma que os tempos do hopi “traduzem, mais ou menos, os tempos do inglês” (Whorf, 1938a: 113). Temos agora, no lugar de “passado”, o “reportivo” (que inclui presente, passado e tudo que é factual, verificável), no lugar do “futuro”, o “expectivo” (que inclui não apenas futuro e verbos ligados a desejo, expectativa e volição em geral, mas também formas como “I was going to...” e, no lugar do “genérico”), o “nômico” (que lida com expressões lingüísticas de generalização não-factual). Aos poucos, Whorf parece se afastar da crença radical de que o hopi não tem tempo como nós temos (afinal, não parece tão diferente dos sistemas lingüísticos do padrão europeu médio (*SAE*) separar os tempos em factuais, modalizados (afinal, o futuro, antes de ser tempo, é modo) e os genéricos), assim como em diferentes momentos afirma que os hopi não têm distinção entre nomes e verbos (Whorf, 1937b: 94) e depois diz que essa diferença está oculta nos criptotipos e categorias cobertas.⁹⁸

A coletânea de textos editada por Carroll apresenta uma série de outros artigos (alguns publicados, outros encontrados posteriormente – como a carta de Whorf a Carroll, que o editor confessa nunca ter recebido), que, organizadas cronologicamente, nos mostram uma percepção aguçada do papel da lingüística tanto para a antropologia quanto para a psicologia. É possível, também, perceber a progressão de Whorf quanto às análises lingüísticas, que vão ficando cada vez mais robustas e complexas. Grande parte desses textos sequer discute profundamente a questão da influência causal entre linguagem e pensamento, de modo a constituir uma “primeira fase” da obra de Whorf, mais fortemente dedicada à análise empírica de diversas línguas afastadas do cânone lingüístico do padrão europeu médio, como o asteca, o shawnee, o maia e, especialmente, o hopi. É sobre o hopi a maioria dos textos anteriores ao artigo de 1939 intitulado *The relation of habitual thought and behavior to language*, que inicia (mesmo que ainda centrado fundamentalmente no hopi) discussões mais gerais sobre a hipótese relativista.

⁹⁸ Em vários dos textos da primeira fase, Whorf se utiliza das noções de categorias cobertas (como o gênero no inglês) e de criptotipos (uma categoria coberta de tipo especialmente sutil e obscuro) que servem, em geral, de instrumentação teórica para as análises das várias línguas que Whorf empreende – o que, inclusive, defende que funcionaria para aumentar o hermetismo, concisão e obscuridade das análises whorfianas, passo fundamental para o estabelecimento do seu relativismo.

3.3.3. Elementos intermediários entre as análises iniciais e a proposta madura de Whorf

Antes de discutir propriamente a fase mais relativista de Whorf, é importante mencionar alguns detalhes e afirmações cruciais encontradas esparsamente nos artigos da fase inicial, que antecipam grande parte dos fundamentos de sua hipótese relativista.

No texto não publicado intitulado *A linguistic consideration of thinking in primitive communities* (Whorf, 1936c: 65), como justificativa para o tipo de trabalho que desenvolvia, Whorf identifica na lingüística a possibilidade de prover a antropologia e a psicologia com dados relevantes sobre a relação entre os modos de pensamento e as culturas dos povos. Assim, Whorf estabelece um programa de investigação em que a lingüística é a responsável por tornar acessíveis os dados que tornem claras as relações entre os povos, as culturas e as estruturas mentais. Há, aqui, ainda que por motivos quase políticos e filosóficos (como veremos adiante, Whorf propôs como que uma filosofia da ciência para a lingüística), uma das formulações categóricas e já um tanto relativistas do conjunto da obra de Whorf, como podemos ver na citação abaixo:

O etnólogo engajado no estudo de uma cultura primitiva viva deve ter se perguntado com freqüência: “O que essas pessoas pensam? Como elas pensam? Seus processos intelectuais e racionais são similares aos nossos ou radicalmente diferentes?” Mas logo ele deve ter deixado de lado a idéia como um enigma psicológico e desviado sua atenção imediatamente de volta para assuntos mais facilmente observáveis. E ainda o problema do pensamento e do pensar na comunidade nativa não é pura e simplesmente um problema psicológico. É um problema amplamente cultural. É, além disso, amplamente uma questão de um agregado especialmente coesivo de fenômenos culturais que nós chamamos de linguagem. *Pode-se aproximar-se dela através da lingüística e, como espero mostrar, a aproximação requer um novo tipo de ênfase na lingüística (...)*⁹⁹ (Whorf, 1936c: 65-66).

⁹⁹ “The ethnologist engaged in studying a living primitive culture must often have wondered: “What do these people think? How do they think? Are their intellectual and rational process akin to ours or radically different?” But thereupon he has probably dismissed the idea as a psychological enigma and has sharply turned his attention back to more readily observable matters. And yet the problem of thought and thinking in the native community is not purely and simply a psychological problem. It is quite largely cultural. It is moreover largely a matter of one especially cohesive aggregate of cultural phenomena that we call language. *It is approachable through linguistics, and, as I hope to show, the approach requires a rather new type of emphasis in linguistics (...)*”.

Assim, a despeito de todos os questionamentos sobre os métodos e os dados de Whorf, a proposta é bastante clara: a língua é responsável por tornar possível o estudo científico do pensamento e da cultura. No entanto, isso só seria possível através da abordagem dos lingüistas importantes que influenciaram Whorf: Boas, Bloomfield e Sapir.

Completando a argumentação, Whorf assume finalmente a postura relativista de identificação do pensamento com a linguagem, passo argumentativo que, como já vimos no capítulo anterior, é fundamental para o desenvolvimento de uma hipótese do RL: “Podemos, então, distinguir o pensamento como uma função que é em grande medida lingüística”¹⁰⁰ (*loc. cit.*, p. 66).

Um segundo ponto relevante diz respeito a comentários mais gerais de Whorf sobre a natureza ao mesmo tempo radicalmente diferente de línguas como o hopi frente às nossas línguas européias comuns e uma suposta aproximação de fundo. De início, em um artigo de 1938 já mencionado, Whorf afirma que, após ter passado por uma fase em que acreditava que o hopi era uma língua familiar, com as mesmas categorias gramaticais, uma “língua exótica cortada em grande medida do mesmo padrão do indo-europeu” (Whorf, 1938a: 112), com o passar do tempo, ao perceber que suas sentenças em hopi eram rejeitadas pelo seu informante, identificou seus erros, aprendeu mais e percebeu que o padrão do hopi era muito diferente. Em suas palavras,

Acontece que as categorias do hopi são suficientemente como as indo-européias para dar uma primeira impressão enganadora de identidade estragada com irregularidades desagradáveis, e suficientemente diferentes para produzir, depois de terem sido determinadas corretamente, um novo ponto-de-vista na direção de distinções similares feitas em muitas línguas indo-européias modernas e antigas. Foi-me quase tão iluminador ver o inglês de um ângulo inteiramente novo requisitado para traduzi-lo em hopi como foi descobrir os significados das próprias formas do hopi.¹⁰¹ (Whorf, 1938a: 112)

No entanto, no mesmo artigo, após apresentar uma série de categorias de modalidade que, a rigor, corresponderiam ao subjuntivo indo-europeu, Whorf afirma que nenhuma delas se alinha perfeitamente com ele. Logo após apresentar uma

¹⁰⁰ “We are thus able to distinguish thinking as the function which is to a large extent linguistic”.

¹⁰¹ “It happens that Hopi categories are just enough like the Indo-European ones to give at first a deceptive impression of identity marred with distressing irregularities, and just enough different to afford, after they have been correctly determined, a new viewpoint toward the, on the whole, similar distinctions made in many modern and ancient Indo-European tongues. It was to me almost as enlightening to see English from the entirely new angle necessitated in order to translate it into Hopi as it was to discover the meanings of the Hopi forms themselves.”

seqüência de exemplos de subjuntivos em inglês e dos seus respectivos correspondentes nas categorias de modalidade do hopi, Whorf faz uma afirmação surpreendente, que, se não trai toda a sua visão relativista, ao menos apresenta uma conjectura bastante selvagem sobre a relação entre as famílias lingüísticas indo-européia e uto-asteca:

Ou, no fim das contas, o padrão é assim tão diferente do indo-europeu? Permanece um fato que as línguas uto-astecas em geral, e o hopi especificamente, são, quanto às línguas americanas, estranhamente reminiscentes do IE em seu tipo de gramática. Poderia ser possível que nas formas antigas do IE, talvez no hitita, possam existir padrões de construção sintática que se prestariam a uma análise que seguisse de algum modo o esquema do hopi?¹⁰² (Whorf, 1938a: 123)

Seguindo a lógica usual de Whorf que logo nos levará à sua formulação já clássica da hipótese do RL, uma passagem como essa parece minar todos os esforços empreendidos até então em apresentar a língua hopi como emblema de incomensurabilidade e diferença radical com relação às línguas do padrão europeu médio (o seu SAE), já que esse padrão europeu nada mais é do que o conjunto de línguas de prestígio da Europa, quase todas indo-européias.

A partir do artigo de 1939 intitulado *The Relation of Habitual Thought and Behavior to Language*, publicado no livro dedicado à memória de Edward Sapir, editado por Leslie Spier em 1941, pode-se identificar a segunda fase da produção de Whorf, marcada por textos com mais densidade nas formulações explicitamente relativistas. É neste texto que Whorf se utiliza do trecho famoso de Sapir discutido acima como epígrafe, tanto como homenagem ao mestre quanto como suporte retórico para a formulação relativista que ele mesmo estava prestes a estabelecer.

A primeira parte da formulação nesse texto diz respeito a uma série de exemplos elencados por Whorf de situações em que a linguagem influencia o pensamento na vida cotidiana. Segundo ele, nos seus muitos anos de trabalho como inspetor da companhia seguradora de incêndio, ele teria analisado muitos relatórios de circunstâncias ligadas a inícios de incêndios e de explosões. De acordo com Whorf, muitos dos casos envolviam algum grau de influência das formulações lingüísticas nos atos que acabavam por causar os incêndios ou explosões. Num dos exemplos famosos, a expressão “empty gasoline drum [galão de gasolina vazio]”, por causa da palavra “empty” e seus significados

¹⁰² “Or is the pattern so very different from Indo-European after all? It remains a fact that the Uto-Aztec languages in general, and Hopi especially, are for American languages unusually reminiscent of IE in their type of grammar. Could it be possible that in ancient forms of IE, perhaps in Hittite, patterns of syntactic construction may exist that would lend themselves to an analysis following somewhat the Hopi outline?”

ligados a “inofensivo” motiva um comportamento mais descuidado do que a expressão “gasoline drums” que, pela falta do adjetivo “empty”, exige maior cuidado dos envolvidos. Em outro exemplo, o sufixo *-stone* da palavra *limestone*¹⁰³ (carbonato de cálcio) causou descuido quanto à presença de fonte de calor, que queimou a substância, para a surpresa dos envolvidos¹⁰⁴.

Os exemplos de Whorf são bastante questionáveis (cf. Pinker, 2002 e discussão adiante); responsabilizar a linguagem por acidentes causados por descuidos de profissionais ligados a indústrias e ambientes em que há risco de incêndio devido à presença de vários tipos de substâncias perigosas e esquecer-se do fator irresponsabilidade e imprudência (ou até mesmo estupidez, em alguns casos) constitui argumentação no mínimo fraca.

Um parêntese importante deve ser feito aqui: não se pode deixar de discutir alguns outros exemplos bastante estranhos de traduções feitas por Whorf: o da língua apache (Whorf, 1941a: 241) que, segundo Whorf, para dizer “It is a dripping spring [é uma fonte gotejante/é uma primavera chuvosa]” só pode utilizar seu sistema lingüístico de modo a produzir algo que se pode traduzir como “As water, or springs, whiteness moves downward. [como água, ou fontes, a branqueza move-se para baixo]”; um ainda mais esquisito dos nootka, que, para dizer “he invites people to eat [ele convida pessoas para comer]”, acabam produzindo algo como “he, or somebody, goes for (invites) eaters of cooked food [ele, ou alguém, vai até (convida) comedores de comida cozida]”; um terceiro exemplo, não menos pior, também do nootka, é de uma de suas muitas “sentenças de uma palavra só”, como *mamamamahln'iqk'okmaqama*, que Whorf traduz como “they each did so because of their characteristic of resembling white people [cada um deles o fez por causa de sua característica de parecerem-se com pessoas brancas]”. Para Joseph, Love & Taylor (2001: 53), as traduções de Whorf são “deliberadamente não-simpáticas”. Elas servem para fins argumentativos importantes. O caso da tradução da sentença “the boat is grounded on the beach [o barco está parado na praia]” para o nootka, que resultaria em algo como “moving pointwise – on the beach – it is [movendo-se com a ponta adiante – na praia – está]” serve para reforçar o fato de que os nootka não têm palavra para “boat”, e, ao invés disso, precisam formular a

¹⁰³ *-stone* como sufixo seria confundido pelo falante incauto com *stone* como substantivo, significando “pedra”, naturalmente não-inflamável, pensaria o estulto homem comum.

¹⁰⁴ Joseph, Love & Taylor (2001: 45), inclusive, questionam se, ao trocar-se a forma *limestone* por *calcium carbonate*, o leitor saberia necessariamente que o carbonato de cálcio, ao entrar em contato com ácido acético, converte-se em acetato de cálcio, que, em contato com o calor, produz acetona inflamável.

questão em termos de posicionamento relativo a outro objeto. No entanto, perguntam os autores, não estaria Whorf confundindo o pensamento puro com a sua formulação verbal? Há aqui um problema bastante sério derivado do fato de que temos acesso a uma tradução estranha de uma língua pouco conhecida, que supostamente apresenta características estranhas, feita pelo próprio pesquisador, que quer mostrar aquela estranheza.¹⁰⁵ Joseph, Love & Taylor (*loc. cit.*) dizem que traduções deliberadamente estranhas para fins argumentativos como estes fariam inclusive com que uma língua bastante próxima do inglês, como o francês, apresentasse resultados muito esquisitos de traduções de sentenças simples. Assim, “je me suis lavé les mains [eu lavei as mãos]” poderia ser traduzido em um procedimento parecido com o de Whorf por “I me am washed the hands”. Para eles, inclusive (Joseph, Love & Taylor, 2001: 54), “nós deveríamos ficar chocados quando um exemplo de bobagem como ‘movendo-se com a ponta adiante – na praia – está’ é produzido como uma tradução, pois não corresponde a nada em nossos padrões de pensamento.”¹⁰⁶

Voltando aos exemplos anteriores, eles apenas servem para iniciar a discussão sobre a forma da relação entre língua e pensamento e comportamento habitual. Para Whorf, a investigação pode ser resumida em duas perguntas:

(1) Os nossos conceitos de ‘tempo’, ‘espaço’ e ‘matéria’ são apresentados substancialmente da mesma forma pela experiência a todos os homens, ou eles são em parte condicionados pelas estruturas das línguas particulares? (2) Há afinidades perceptíveis entre (a) normas culturais e comportamentais e (b) padrões lingüísticos em larga escala?¹⁰⁷ (Whorf, 1939: 138-9)

E a curiosa continuação desta passagem é cautelosa e um tanto cética:

Eu seria o último a fingir que há algo tão definido como uma ‘correlação’ entre cultura e linguagem, e especialmente entre rúbricas etnológicas tais como

¹⁰⁵ Por exemplo, não podemos deixar de mencionar o “experimento” de tradução *online* automática reportado por Eco (2007), no qual ele mesmo traduz via *websites* de tradução automática trechos de seus romances do italiano para uma outra língua, desta para uma terceira, e desta terceira para o italiano de novo, obtendo resultados esperadamente bizarros. Ou ainda, como narra Renato Miguel Basso (comunicação pessoal), há a história – ainda que soe como lenda urbana – do tradutor automático que, ao rodar o resultado da tradução do inglês para o chinês de “out of sight, out of mind” [“o que os olhos não vêem o coração não sente”] no tradutor de chinês para inglês, produziu o resultado “blind idiot” [“idiota cego”].

¹⁰⁶ “we should be simply baffled when a piece of gibberish such as ‘moving pointwise – on the beach – it is’ is produced as a translation, since it should not correspond to anything in our thought patterns.”

¹⁰⁷ “(1) Are our own concepts of ‘time’, ‘space’, and ‘matter’ given in substantially the same form by experience to all men, or are they in part conditioned by the structure of particular languages? (2) Are there traceable affinities between (a) cultural and behavioral norms and (b) large-scale linguistic patterns?”

‘agricultura, caça’ etc. e rúbricas lingüísticas tais como ‘flexional’, ‘sintético’ ou ‘isolante’.¹⁰⁸

Quanto a essa citação, as respostas às duas perguntas derivam diretamente de uma comparação entre vários aspectos “diferentes” do hopi e as nossas línguas européias-padrão (novamente, o *SAE*). A formulação, no entanto, é claramente programática e estabelece o caminho de uma pesquisa relativista sobre a linguagem. No entanto, Whorf continua a desenvolver toda a sua argumentação apenas no seu conhecimento de hopi e nas comparações baseadas nas traduções que ele mesmo faz dos termos, sempre com a perspectiva de que o hopi tem que ser diferente, e isso claramente influenciaria o modo como eles pensam e agem no mundo real. Assim, evitando o tom repetitivo das análises dos textos de Whorf, parece-me que todo o seu programa de investigação parte da premissa da diferença radical e somente se dá na medida da sua descrição pessoal de não-nativo e de quem aprendeu a descrever a língua mas não a falá-la (cf. Whorf, 1939: 138). Além disso, a impossibilidade de avançar a investigação de maneira experimental fez com que todo o trabalho de Whorf tivesse esse tom pessoal e, de certa forma, político, uma vez que sempre procura mostrar que a língua “exótica” tem um poder expressivo igual ou até mesmo superior às nossas com relação a vários aspectos.

A impossibilidade de levar a cabo experimentos gera um caráter curioso do trabalho de Whorf: as longas descrições das características do hopi não são suficientes para nos convencer em nada sobre os resultados concretos na mente de um falante hopi advindos das diferenças tão radicais propostas por Whorf com relação às nossas línguas. Em outras palavras, Whorf não consegue listar objetivamente os elementos de diferença que se esperam de qualquer afirmação determinista de que a língua influencia a cultura e o pensamento. Todas as respostas são subjetivas e arcanas, já que, aparentemente, Whorf tem acesso às mentes dos hopi de um modo que só podemos aceitar via mera crença. Um exemplo bastante peculiar se segue no mesmo artigo: os falantes de inglês, quando pensam em uma roseira específica, sabem que ela está sendo meramente representada em sua mente. Para Whorf, os hopi não pensam da mesma forma: a sua língua apresenta características que subvertem a lógica espacial, de modo que seus

¹⁰⁸ “I should be the last to pretend that there is anything so definite as “a correlation” between culture and language, and especially between ethnological rubrics such as ‘agricultural, hunting,’ etc., and linguistic ones like ‘inflected,’ ‘synthetic,’ or ‘isolating.’”

pensamentos se dirigem até a roseira, levando consigo influências psíquicas para a própria roseira em si, fora da mente dos falantes. Em suas palavras:

O mundo mental dos hopi não possui espaço imaginário. O corolário a isso é que ele não pode localizar o pensamento que lida com o espaço real em lugar algum exceto no espaço real, nem isolar o espaço real dos efeitos do pensamento. Um hopi naturalmente suporia que o seu pensamento (ou ele mesmo) dirige-se até a planta no campo. Se for um bom pensamento, será bom para a planta; se for um mau pensamento, será o contrário.¹⁰⁹ (Whorf, 1939: 150)

No mesmo parágrafo, Whorf justifica parte da afirmação com “assim disse o meu informante”. Ou seja, uma teoria determinista radical continua a ser construída sobre informações de apenas um falante nativo, através da imaginação de apenas um pesquisador, e sem nenhuma justificativa empírica exceto as traduções e descrições convolutas desse mesmo pesquisador. Resumindo, o que temos é um conjunto de afirmações sobre o “poder do pensamento” derivadas de uma lingüística descritiva defectiva e incipiente¹¹⁰.

Isso, naturalmente, sem falar na hipótese de que o próprio Whorf sofra de uma espécie de determinismo radical no seu desconhecimento da noção de mau-olhado (cf. Luiz Arthur Pagani, comunicação pessoal), olho gordo ou, ainda, mais eruditamente, da etimologia de “inveja/*envy*”, que derivam do latim *invideo*, ou seja, “olhar para dentro ou incisivamente contra alguma coisa”.

Finalmente, quanto às perguntas propostas pelo texto, Whorf responde: quanto à pergunta 1, os conceitos de tempo e matéria são dependentes das línguas específicas (Whorf, 1939: 158). Assim, o sistema newtoniano de tempo-espaço é tão dependente das línguas européias quanto da própria cultura e sociedade na qual se desenvolveu, assim como o sistema de tempo dos hopi, baseado na duração e não no nosso modo de entender o tempo, depende de sua língua. A segunda pergunta, então, é respondida positivamente: as relações entre língua e cultura existem, mas não podem ser nomeadas de “correlação”, no sentido de identificar os sentidos possíveis das influências. O que é importante aqui é a proposição final do artigo, onde, apesar de todas as críticas que

¹⁰⁹ “The Hopi thought-world has no imaginary space. The corollary to this is that it may not locate thought dealing with real space anywhere but in real space, nor insulate real space from the effects of thought. A Hopi would naturally suppose that his thought (or he himself) traffics with the plant in the field. If it is a good thought, one about health and growth, it is good for the plant; if it is a bad thought, the reverse.”

¹¹⁰ Logo na seqüência da discussão da roseira, na página seguinte, Whorf fala do “poder do pensamento” que uma torcida em um jogo de futebol possui quase nos mesmos termos em que fala do pensamento “voador” dos hopi.

pudemos levantar por causa das análises e discussões obscuras e convolutas de Whorf, ele declara o campo aberto para pesquisas, e não entende seu trabalho como resposta final para as perguntas postas:

Essas conexões devem ser encontradas não tanto ao focar a atenção nas rubricas típicas das descrições lingüísticas, etnográficas ou sociais, quanto ao examinar a cultura e a língua (sempre e somente quando as duas tiverem estado juntas historicamente por um tempo considerável) como um todo no qual se pode esperar que as concatenações que correm ao longo dessas linhas compartimentadas existam, e, se elas existirem, que sejam encontráveis, em última instância, através de estudo.¹¹¹ (Whorf, 1939: 159)

3.3.4. A produção madura de Whorf

Seguem-se os textos finais, de 1940 e 1941, a partir dos quais a hipótese do RL é popularizada e personificada em Whorf: os quatro textos que se seguem, *Science and linguistics* (1940a), *Linguistics as an exact science* (1940b), *Languages and Logic* (1941a) e *Language, mind, and reality* (1941b) são os textos da fase madura da produção de Whorf que mais fogem da análise descritiva de línguas como o hopi e mais se aproximam de um esboço de teoria da linguagem. Esses textos, especialmente o primeiro deles, além de tornarem explícitas as visões relativistas de Whorf, também explicitam claramente a sua visão mais bem estabelecida sobre a relação entre mente e linguagem, além de, de certa maneira, estabelecerem uma espécie de filosofia da ciência.

Em *Science and Linguistics*, Whorf inicia a argumentação ao estabelecer a noção de “lógica natural”, um tipo de substituto da noção de senso comum, que diz respeito ao fato de que todas as pessoas, como usam a linguagem naturalmente, acabam estabelecendo profundas crenças sobre o seu próprio uso da linguagem, além de uma espécie de “teoria da linguagem” ingênua, pré-científica, que também diz respeito ao modo como as pessoas naturalmente entendem a relação entre linguagem e pensamento (Whorf, 1940a: 207).¹¹²

¹¹¹ “These connections are to be found not so much by focusing attention on the typical rubrics of linguistic, ethnographic, or social description as by examining the culture and the language (always and only when the two have been together historically for a considerable time) as a whole in which concatenations that run across these departmental lines may be expected to exist, and, if they do exist, eventually to be discoverable by study.”

¹¹² Assim como discutimos em Gonçalves & Beccari (2008), a questão colocada por Whorf (na referência citada, pelo lingüista Kanavilil Rajagopalan) diz respeito a um problema de filosofia da ciência e de retórica, já que concerne a uma busca pela cientificidade em um campo em que absolutamente todos os

Essa lógica natural leva os usuários da língua a entendê-la de modo superficial, considerando-a como mero instrumento de comunicação, e não como instrumento de formulação de idéias. Essa “formulação”, para o lógico natural, diz respeito a um processo que parece independente da linguagem, o do pensamento, que, nessa visão limitada, é indiferente às línguas particulares. Essa é a visão do pensamento independente da linguagem, o contrário do relativismo. Ela tem ligações íntimas com o que Whorf chama de “reputação” da matemática ou da lógica formal de representarem as leis do pensamento puro.

No entanto, diz Whorf, há duas falácias na idéia da lógica natural: (i) os falantes não percebem que os fenômenos da linguagem são, para os falantes, de certa forma inconscientes e inacessíveis para a faculdade da consciência crítica e para o controle do mesmo falante. É dessa primeira falácia que deriva a posição radical de Whorf de que mesmo a lógica e a matemática são construtos que devem muito às formulações lingüísticas – é como se, por exemplo, o cálculo de predicados da lógica só se tivesse desenvolvido em virtude de as nossas línguas indo-européias (e, especificamente, a língua grega que falavam os primeiros filósofos a desenvolver a nossa lógica formal) serem de natureza a facilitar a visão de que as proposições são unidades separáveis em *ónoma* e *réma*, ou sujeito e predicado, base de toda a lógica de predicados; (ii) os falantes, ao não entenderem os processos subjacentes às suas capacidades expressivas, julgam que o mero acordo intersubjetivo através da fala os leva à compreensão da própria fala, o que, sabemos, é dar um passo para além do que podemos como meros usuários das línguas. O papel de compreender o que está por trás da complexidade das línguas é do lingüista, e não do falante comum (assim como um ser-humano comum pode entender alguns mecanismos de funcionamento do seu próprio cérebro sem jamais conseguir explicar como ele faz tudo o que faz¹¹³) (cf. Whorf, 1940a: 211).

É a partir dessa refutação da lógica natural que Whorf materializa a sua formulação mais famosa do RL (Whorf, 1940a: 212): a ciência da linguagem só pôde refutar as falácias universalistas da lógica natural a partir de pesquisas que cada vez abrangiam mais línguas diferentes dos padrões das línguas indo-européias mais tradicionalmente estudadas. Só através da pesquisa da lingüística comparativa e depois

usuários da língua se consideram especialistas nela. As propostas do que Rajagopalan chama de “lingüística crítica” dizem respeito exatamente a isso. Segundo Whorf, “o fato de que toda pessoa fala fluentemente desde a infância torna todo homem sua própria autoridade no processo pelo qual ele formula e se comunica” (Whorf, 1940a: 207).

¹¹³ Ou, de acordo com um exemplo de Whorf, jogar sinuca bem não requer muito conhecimento das leis da mecânica que operam na mesa de sinuca.

do descritivismo etnolingüístico norte-americano é que se pôde perceber que as línguas não são meros instrumentos para dar voz às idéias, mas, antes, são os próprios moldes dessas idéias (é desnecessário dizer que o fato de Whorf não ter lido Condillac, Hamann, Herder e Humboldt é, no mínimo, infeliz). Daí temos finalmente os trechos antológicos de Whorf:

Nós dissecamos a natureza ao longo de linhas estabelecidas pelas nossas línguas nativas. As categorias e tipos que isolamos do mundo dos fenômenos nós não encontramos lá porque eles olham cada observador no rosto; ao contrário, o mundo é apresentado em um fluxo caleidoscópico de impressões que tem que ser organizado pelas nossas mentes – e isso significa, em grande medida, pelos sistemas lingüísticos em nossas mentes. Nós cortamos a natureza, organizamo-la em conceitos e atribuímos significado como fazemos, em grande medida, porque somos signatários de um acordo para organizá-la desse modo – um acordo que se mantém ao longo da nossa comunidade de fala e que é codificado nos padrões da nossa língua. O acordo é, naturalmente, implícito e tácito, MAS SEUS TERMOS SÃO ABSOLUTAMENTE OBRIGATÓRIOS; não podemos falar de maneira nenhuma exceto se subscrevermos à organização e classificação de dados que o acordo estabelece.¹¹⁴ (Whorf, 1940a: 213-4; maiúsculas no original)

Assim, ao mesmo tempo em que estabelece um princípio de relativismo quanto à língua, Whorf determina que a imparcialidade ou a objetividade completa na relação do indivíduo com o exterior é não somente uma ilusão, mas também impossível. Isso o leva a uma visão relativista não somente quanto à relação entre os falantes de línguas diferentes e concepções de mundo diferentes, mas também com relação à incomensurabilidade das teorias científicas, praticamente nos moldes em que filósofos posteriores estabelecerão, mas com ênfase na linguagem como a geradora da impossibilidade de comensurabilidade, tradução e intercompreensão total. É no trecho imediatamente seguinte que inicia-se uma proposta declarada de *linguistic relativity*:

Este fato é bastante significativo para a ciência moderna, pois significa que nenhum indivíduo é livre para descrever a natureza com imparcialidade absoluta, mas é restrito a certos modos de interpretação mesmo quando ele se considera mais livre. A pessoa mais livre em tais respeitos seria um lingüista familiarizado com muitos sistemas lingüísticos amplamente diferentes. Até aqui nenhum

¹¹⁴ “We dissect nature along lines laid down by our native languages. The categories and types we isolate from the world of phenomena we do not find there because they stare every observer in the face; on the contrary, the world is presented in a kaleidoscopic flux of impressions which has to be organized by our minds – and this means largely by the linguistic systems in our minds. We cut nature up, organize it into concepts, and ascribe significances as we do, largely because we are parties to an agreement to organize it in this way – an agreement that holds throughout our speech community and is codified in the patterns of our language. The agreement is, of course, an implicit and unstated one, BUT ITS TERMS ARE ABSOLUTELY OBLIGATORY; we cannot talk at all except by subscribing to the organization and classification of data which the agreement does.”

lingüista está em tal posição. Somos então introduzidos a um novo princípio de relatividade, que propõe que os observadores não são conduzidos pelas mesmas evidências físicas à mesma imagem do universo, a menos que seus panos-de-fundo lingüísticos sejam similares, ou que possam ser calibrados de alguma maneira¹¹⁵. (Whorf, 1940a: 214)

A proposta é considerada radical mesmo por Whorf, que, no entanto, explica que a enxergamos como radical porque estamos presos na visão de mundo dos “dialetos do indo-europeu” que são as nossas línguas diferentes. Mesmo a suposta unanimidade na descrição do mundo objetivo da ciência ocidental é derivada dessa prisão da mente específica da qual não saímos. Para Whorf, “all modern Indo-European-speaking observers” não podem ser igualados a “all observers” (*loc. cit.*), o que é um passo argumentativo importante não somente no estabelecimento da hipótese do RL whorfiano, mas também na legitimação do tipo de trabalho que os cientistas da linguagem da época (ao menos aqueles em cuja linhagem Whorf se inseria) se importavam mais em fazer.

Seguem-se exemplos (Whorf, 1940a: 215ss.), e, como sempre, eles seguem o formato de algumas curiosidades esparsas e não apresentadas de maneira objetiva e abrangente, como se deveria esperar para a corroboração de uma hipótese tão polêmica. Alguns desses exemplos incluem o caso do termo hopi que significa tudo aquilo que voa, exceto os pássaros. Assim, aviador, vassoura de bruxa, dragão, abelha e avião são denotados pela mesma palavra (Whorf não nos diz qual é a palavra). O exemplo é colocado em paralelo com o das palavras diferentes dos esquimós para tipos diferentes de neve.

Novamente, a informação de que a língua dos hopi não tem tempo fortalece a afirmação de que nem mesmo os termos que representam grandes generalizações para a cultura ocidental são universais: os hopi não dizem “I stayed five days [Eu fiquei [por] cinco dias]”, mas sim “I left on the fifth day [Eu parti no quinto dia]”. Novamente, o texto de Whorf dá a desagradável impressão de que os dados são insuficientes e vagos demais para corroborar uma hipótese tão forte. Ao mesmo tempo em que podemos apontar para o problema mais grave dos textos de Whorf, que vão ser amenizados com

¹¹⁵ “This fact is very significant for modern science, for it means that no individual is free to describe nature with absolute impartiality but is constrained to certain modes of interpretation even while he thinks himself most free. The person most free in such respects would be a linguist familiar with very many widely different linguistic systems. As yet no linguist is in any such position. We are thus introduced to a new principle of relativity, which holds that all observers are not led by the same physical evidence to the same picture of the universe, unless their linguistic backgrounds are similar, or can in some way be calibrated.”

as pesquisas experimentais posteriores que apresentaremos no capítulo seguinte, a proposta de Whorf é apresentada juntamente com os benefícios que ele mesmo aduz, e que freqüentemente não são citados pelos seus críticos mais ferrenhos: o RL de Whorf é de enorme auxílio para a ciência em si:

Uma contribuição significativa para a ciência do ponto de vista lingüístico pode ser o maior desenvolvimento de nossa noção de perspectiva. Não mais seremos capazes de ver alguns dialetos recentes da família indo-européia, e as técnicas de racionalização elaboradas a partir dos seus padrões, como o ápice da evolução da mente humana, nem sua atual disseminação como devida à sobrevivência por melhor adaptação ou a nada além de alguns eventos da história – eventos que poderiam ser chamados de afortunados somente dos pontos de vista paroquiais daqueles dos grupos favorecidos. Eles, e nossos próprios processos de pensamento com eles, não mais podem ser vistos como provenientes da gama da razão e conhecimento mas somente como uma constelação em um firmamento galático. Uma percepção justa do incrível grau de diversidade do sistema lingüístico que abrange o globo nos deixa com o sentimento inescapável de que o espírito humano é inconcebivelmente antigo; que os poucos milhares de anos de história cobertos pelos nossos registros escritos não são mais do que a espessura de um risco de lápis na escala que mede nossa experiência passada neste planeta (...)¹¹⁶ (Whorf, 1940a: 218)

Mais uma vez só se pode lamentar que Whorf não tenha lido Humboldt. O tom grandiloqüente e profético das palavras de Whorf não se enquadra no modelo de discurso da ciência contemporânea, e, a rigor, nem mesmo o seu trabalho. Os ensaios sobre lingüística e ciência que ele escreve são como manifestos contrários ao epistemologismo ocidental, do universalismo irrefletido e mal-digerido, ao positivismo lógico jamais identificado por Whorf, mas sempre combatido. A arrogância da ciência moderna tem um dos seus combatentes mais fortes no RL proposto por Whorf.¹¹⁷

Joseph, Love & Taylor (2001: 51) apresentam uma discussão muito importante sobre esse texto de Whorf: para eles, dizer que a ciência é relativa à língua não significa

¹¹⁶ “One significant contribution to science from the linguistic point of view may be the greater development of our sense of perspective. We shall no longer be able to see a few recent dialects of the Indo-European family, and the rationalizing techniques elaborated from their patterns, as the apex of the evolution of the human mind, nor their present wide spread as due to any survival from fitness or to anything but a few events of history – events that could be called fortunate only from the parochial point of view of the favored parties. They, and our own thought processes with them, can no longer be envisioned as spanning the gamut of reason and knowledge but only as one constellation in a galactic expanse. A fair realization of the incredible degree of diversity of linguistic system that ranges over the globe leaves one with an inescapable feeling that the human spirit is inconceivably old; that the few thousand years of history covered by our written records are no more than the thickness of a pencil mark on the scale that measures our past experience on this planet (...)”

¹¹⁷ Cf. Steiner (2005: 117): “Whorf foi incansável em enfatizar o preconceito embutido, a arrogância axiomática da filologia tradicional e universalista, com sua raramente dissimulada presunção de que o sânscrito e o latim constituem o modelo natural ótimo de todas as línguas humanas (...).”

dizer que a realidade descrita pela ciência também o seja. Assim, relativiza-se também a profundidade pela qual se estabelece a relação causal entre ciência e línguas particulares. Para os autores, uma dificuldade bastante séria com relação a essa abordagem de Whorf é aquela relacionada ao fato de que, em geral, muitos momentos da ciência moderna foram marcados por afastamentos radicais e muitas vezes conscientes do senso comum estabelecido pela linguagem ordinária. O exemplo mais óbvio é o que diz que o heliocentrismo em si já entra em sério choque com expressões da linguagem ordinária como “o sol nasce no leste”. Eles citam inclusive a física newtoniana, tão frequentemente citada por Whorf, como exemplo de ciência que foge das formulações lingüísticas cotidianas, e argumentam que, especialmente a partir do século XX, as ciências se emancipam tão fortemente da linguagem ordinária que mal se podem compreender os fundamentos das ciências mais duras sem algum treinamento específico formal quanto a elas. Assim, para eles, Whorf deixa de lado muitas das implicações da ciência moderna para a hipótese relativista que tenta estabelecer, e generaliza a noção de arrogância da ciência moderna, entendendo todos os cientistas como defensores da verdade absoluta. Whorf simplesmente ignora a filosofia da ciência contemporânea (especialmente porque ela ganharia ainda mais fôlego após a sua morte) na sua proposta de que a ciência lida com modelos de descrição da realidade, e jamais com a verdade universal e incontestável.

Cassirer (1942) analisa a questão com mais profundidade, apresentando os modos como a linguagem pode exercer influência sobre o pensamento ocidental. Dois de seus pontos são mais relevantes para a discussão do RL e seu lugar na história do pensamento ocidental sobre a linguagem: o primeiro (Cassirer, 1942: 312) diz respeito ao modo como, de alguma forma, as categorias da realidade aristotélicas se relacionam com categorias da linguagem, identificando a ontologia filosófica de Aristóteles com a própria língua grega. Outra, ainda mais relevante pela proximidade com o tema desta tese (*loc. cit.*, p. 317), é o modo especial como o debate entre empiristas e racionalistas se apropria das questões da linguagem: os empiristas, ancestrais dos relativistas, reconhecem o poder específico da língua particular, cheia de acidentes e idiossincrasias, enquanto que os racionalistas, ancestrais das teorias universalistas, procuram aperfeiçoar a linguagem¹¹⁸, propondo formas e modos lingüísticos que se aproximem do

¹¹⁸ Cf. Ricken (1994) e Harris & Taylor (1989) sobre os problemas da imperfeição da linguagem no século XVIII.

universal e, portanto, da verdade, como as características universais (cf. Eco, 2001) e, mais recentemente, a lógica simbólica.

Um dos momentos mais importantes da abordagem de Cassirer (*loc. cit.*, p. 321) é a aproximação que ele empreende entre a relatividade einsteiniana como teoria científica e o relativismo/relatividade filosófico-epistemológicos, como se aquela fosse um modo de corroborar estes, o que nos leva, naturalmente (e já para além da argumentação de Cassirer que, apesar de humboldtiano e de comentar em seu texto o RL de Sapir, ainda não identifica a hipótese com a formulação mais explícita de Whorf), a entender o RL como uma decorrência dessa cadeia de ligações entre o relativismo como doutrina filosófica, como doutrina lingüística e como teoria científica.

O próximo ensaio de Whorf, *Linguistics as an exact science*, também escrito para o periódico *Technology Review* em 1940, apenas continua a desenvolver o tema do RL como fundamental para a ciência como um todo. Num trecho que segue a mesma linha de raciocínio do trecho mais profético citado acima, Whorf desdenha do objetivismo das atividades mentais mais caras da ciência moderna:

Não há necessidade de se fazer apologia à fala, a mais humana de todas as ações. Os animais podem pensar, mas eles não falam. ‘Falar’ DEVERIA SER uma palavra mais nobre e digna do que ‘pensar’. Além disso, devemos encarar o fato de que a ciência começa e termina na fala. Isso é o contrário de qualquer coisa ignóbil. Palavras tais como ‘analisar, comparar, deduzir, raciocinar, inferir, postular, teorizar, testar, demonstrar’ significam que, sempre que um cientista faz alguma coisa, ele fala sobre o que faz¹¹⁹. (Whorf, 1940b: 220-1)

No entanto, logo após parafrasear a sua própria argumentação no artigo anterior de 1940, Whorf suaviza o tom determinista que pode transparecer de afirmações como a citada anteriormente, ao dizer que a ciência não foi causada pela gramática, mas sim que foi “simplesmente colorida por ela”¹²⁰ (*loc. cit.*, p. 221).

O artigo é dedicado principalmente a discutir em que medida a lingüística pode ser considerada uma ciência exata, tema que causará muita preocupação aos lingüistas do século XX e XXI. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o conteúdo principal do texto não é mais fundamentalmente a repetição e corroboração da hipótese relativista,

¹¹⁹ “There is no need to apologize for speech, the most human of all actions. The beasts may think, but they do not talk. ‘Talk’ OUGHT TO BE a more noble and dignified word than ‘think’. Also we must face the fact that science begins and ends in talk; this is the reverse of anything ignoble. Such words as ‘analyze, compare, deduce, reason, infer, postulate, theorize, test, demonstrate’ mean that, whenever a scientist does something, he talks about things that he does.”

¹²⁰ “simply colored by it”.

mas, pelo contrário, uma tentativa de apresentar um formalismo muito específico de previsão dos padrões silábicos do inglês, o texto se encerra com uma espécie de profecia sobre o futuro da ciência da linguagem que diz muito sobre o que os próprios seguidores de Whorf viriam a fazer (como veremos no próximo capítulo), ao mesmo tempo em que, de certa forma, redime Whorf pela incapacidade de estabelecer a hipótese do RL como teoria:

A lingüística ainda está em sua infância no que concerne aos recursos para o equipamento necessitado, seu suprimento de informantes, e o mínimo de ferramentas, livros e assim por diante. Financiamento para suprimentos mecânicos, como os que eu menciono acima, no momento é apenas um sonho bom. Talvez essa condição resulte da falta de publicidade que as outras ciências recebem e, no fim das contas, recebem merecidamente. Todos sabemos que as forças estudadas pela física, química e biologia são poderosas e importantes. As pessoas geralmente não sabem ainda que as forças estudadas pela lingüística são poderosas e importantes, que seus princípios controlam toda sorte de acordo e entendimento entre os seres humanos, e que, mais cedo ou mais tarde, a lingüística terá que sentar e julgar enquanto as outras ciências trazem seus resultados para o seu tribunal para questionar o que eles querem dizer. Quando chegar esse tempo, haverá laboratórios de lingüística tão grandes e bem-equipados como há os das outras ciências.¹²¹ (Whorf, 1940b: 232)

Naturalmente, se não dermos muita atenção para a profecia carôntica / cristã de um juiz sentado no dia do julgamento final das ciências, Whorf antecipa a existência de um período como o de algumas décadas depois, quando já se poderá fazer pesquisa experimental mesmo na linhagem relativista que ele inicia dentro da ciência da linguagem¹²². Além disso, a importância que se vai dar à lingüística no pós-guerra norte-americano vai ajudar a elevá-la a ciência de ponta em termos de laboratórios, financiamento (ainda que não necessariamente no Brasil) e relativamente bem divulgada enquanto ciência importante. Por outro lado, tirando os ambientes em que a profecia aparentemente se realizou (como talvez o MIT de Chomsky a partir dos anos 1950), a

¹²¹ “Yet linguistics is still in its infancy so far as concerns wherewithal for its needed equipment, its supply for informants, and the minimum of tools, books, and the like. Money for mechanical aids, such as I referred to above, is at present only a happy dream. Perhaps this condition results from lack of the publicity the other sciences receive and, after all, fairly earn. We all know that the forces studied by physics, chemistry, and biology are powerful and important. People generally do not yet know that the forces studied by linguistics are powerful and important, that its principles control every sort of agreement and understanding among human beings, and that sooner or later it will have to sit and judge while the other sciences bring their results to its court to inquire into what they mean. When this time comes, there will be great and well-equipped laboratories of linguistics as there are of other exact sciences.”

¹²² E aqui preciso confessar que, apesar de todas as críticas que tentei fazer à atribuição apressada da originalidade do RL ao trabalho de Sapir e de Whorf, é claro que este último é o primeiro a formular a hipótese pensando em uma ciência da linguagem, e não em uma filosofia da linguagem, como o fizeram os autores que analisei no capítulo anterior.

lingüística ainda sofre para ter seus resultados compreendidos e divulgados pela comunidade científica (cf. os clamores da lingüística crítica de Rajagopalan em Rajagopalan, 2003 e Gonçalves & Beccari, 2008).

No ano seguinte, em que viria a falecer prematuramente, Whorf escreve os últimos dois textos da coletânea editada por Carroll, dos quais o primeiro, *Languages and logic*, é importante por suavizar um pouco o tom determinista dos dois últimos com relação à dependência da ciência das línguas particulares. Assim, segundo Whorf, apesar de a ciência ser, em grande parte, dependente da linguagem, há uma base subjacente com uma lógica discernível. Segundo Whorf (1941a: 239), “A ciência não é compelida a ver os seus procedimentos de pensamento e raciocínio transformados em processos meramente subservientes a ajustes sociais e motivações emocionais.”¹²³

Mais adiante, ao explicar melhor a argumentação precedente, Whorf esclarece a questão nos seguintes termos: “A afirmação de que ‘pensamento é uma questão de LINGUAGEM’ é uma generalização incorreta da idéia mais correta de que ‘pensamento é uma questão de línguas diferentes’”¹²⁴ (*loc. cit.*), em um passo argumentativo que, nos mesmos moldes do relativismo universalista dialético de Humboldt e Benjamin (cf. capítulo anterior), identifica nas línguas diferentes modos complementares de alcançar a verdade.

Finalmente, no último ensaio da coletânea, *Language, thought, and reality*, escrito para a revista *Theosophy*, da Índia, encontramos muitas das afirmações esotéricas, holísticas e quase alucinadas de Whorf, como a seguinte, que não se pode deixar de citar:

A fala é o melhor espetáculo que o homem representa. É a sua própria “representação” no palco da evolução, na qual ele vem antes da descida da cortina cósmica e “faz o seu negócio”. Mas nós suspeitamos que os Deuses, ao observar, percebem que a ordem na qual esse incrível conjunto de artimanhas cresce até um grande clímax foi roubada – do Universo!¹²⁵
(Whorf, 1941b: 249)

¹²³ “Science is not compelled to see its thinking and reasoning procedures turned into processes merely subservient to social adjustments and emotional drives.”

¹²⁴ “The statement that ‘thinking is a matter of LANGUAGE’ is an incorrect generalization of the more nearly correct idea that ‘thinking is a matter of different tongues’”.

¹²⁵ “Speech is the best show man puts on. It is his own “act” on the stage of evolution, in which he comes before the cosmic backdrop and really “does his stuff”. But we suspect the watching Gods perceive that the order in which his amazing set of tricks builds up to a great climax has been stolen – from the Universe!”

É também neste texto que encontramos as afirmações mais radicais do determinismo de Whorf, como a de que uma estação de rádio e uma usina de energia são ambos “processos lingüísticos”, ainda que não pensemos neles dessa forma (*loc. cit.*, p. 250). É também neste último texto que encontramos uma das formulações mais claras do RL como decorrência do fato de que o próprio pensamento dos homens é, fundamentalmente, lingüístico:

E cada língua é um vasto sistema-padrão, diferente dos outros, no qual estão ordenadas culturalmente as formas e categorias pelas quais a personalidade não apenas se comunica, mas também analisa a natureza, nota ou negligencia certos tipos de relações e fenômenos, canaliza seu raciocínio e constrói o lar de sua consciência.¹²⁶ (Whorf, 1941b: 252)

A leitura determinista da obra de Whorf é a que freqüentemente mais se critica e teme. A possibilidade de completa rendição da nossa liberdade individual de pensamento, criação e intercompreensão causa pavor em qualquer pessoa sensata: se a língua que falamos nos impede totalmente de conceber certas coisas ou se ela pode ser usada para nos limitar em nossas ações, ela é uma arma (cf. Orwell, 1950 e Pinker, 2002, 2004, 2007, *inter alia*). No entanto, assim como já discuti no capítulo 1, o determinismo enquanto hipótese científica é bastante frágil, uma vez que ele carrega em si a própria negação: o exemplo de Whorf é interessante. O fato de ele conseguir traduzir do hopi, do nootka, do apache etc. por si só já mostra que a incomensurabilidade entre os sistemas lingüísticos é apenas aparente (cf. Joseph, Love & Taylor, 2001: 55, para quem “a tese do determinismo acarreta sua impossibilidade”).

No entanto, apesar de apresentar essa doutrina como “nova para a ciência ocidental”, demonstrando mais uma vez o desconhecimento do histórico profícuo do RL na ciência e filosofia ocidental, pela primeira vez Whorf argumenta através de exemplificação mais vasta mesmo com palavras do inglês, além de esboçar uma discussão sobre semântica que está na base das teorias relativistas e menos objetivistas da lingüística: é porque o significado do que Whorf chama de *lexations* [lexações?] é indeterminado e está mais próximo das variáveis do que das constantes da lógica

¹²⁶ “And every language is a vast pattern-system, different from others, in which are culturally ordained the forms and categories by which the personality not only communicates, but also analyzes nature, notices or neglects types of relationship and phenomena, channels his reasoning, and builds the house of consciousness.”

matemática¹²⁷ que se torna possível que línguas diferentes representem construções de realidades diferentes para os falantes (e, naturalmente, a indeterminação do significado explicaria, inclusive, o relativismo intra-lingüístico, em algum grau).

Os exemplos são vários, como *hand* [mão] e *bar* [barra/bar], que são lexações iguais em expressões muito diferentes como em “a good hand on gardening [uma boa mão para jarginagem]”, “a good hand of cards [uma boa mão de cartas de baralho]”, “chocolate bar [uma barra de chocolate]”, “to be behind bars [estar atrás das barras]”, entre outros, mas também termos tidos como objetivos e científicos, como “electrical” em “electrical apparatus [aparato elétrico]” e “electrical expert [expert em eletricidade]” (Whorf, 1941b: 260)

Assim, segundo Whorf (1941b: 261), “a referência é a menor parte do significado, a ‘padronização’ é a maior. A ciência, a busca pela verdade, é uma espécie de loucura divina como o amor.^{128,129} A obra de Whorf se interrompe prematuramente com sua morte em 1941, e será então sempre associada fundamentalmente à hipótese do RL.

3.3.5. As leituras críticas da obra de Whorf

A crítica à obra de Whorf é extensa e freqüentemente focaliza os mesmos problemas: a metodologia da descrição lingüística, o radicalismo de certas afirmações e o problema da tradução. Quanto a este último, conforme já discuti no capítulo 1 e acima, Steiner (1972) elabora um argumento importante mostrando que a possibilidade de tradução demonstra a circularidade do argumento relativista quanto à linguagem (também da mesma forma que se pode perceber em Humboldt). Para Steiner (1972: 24), há tautologia na afirmação de que um falante de uma língua diferente percebe a experiência de modo diferente, e, segundo ele, ela é derivada do fato de que nós deduzimos que essas diferenças vêm da fala, gerando a circularidade. O fato de os falantes de línguas hopi ou de línguas africanas conseguirem se ajustar ao “nosso

¹²⁷ Há, aqui, a pré-definição da noção de indeterminação do significado: as palavras podem assumir significados de uma forma mais ou menos específica, mas não têm um único significado, fixo, determinado, mesmo para falantes de uma mesma comunidade lingüística.

¹²⁸ “reference is the lesser part of meaning, patternment the greater. Science, the quest for truth, is a sort of divine madness like love.”

¹²⁹ Na esteira dos ditos curiosos de Whorf, ele se arrisca inclusive pelo campo da psicoterapia ao afirmar que muitas neuroses são simplesmente o trabalho compulsivo de certos sistemas de palavras, e que a cura basear-se-ia em mostrar ao paciente como funciona o processo e o padrão da linguagem. (Whorf, 1941b: 269)

mundo” é um problema para as teses de Whorf. Mais adiante, Steiner nos diz que, fundamentalmente, o problema envolve a questão maior da tradução (para ele, não há problema de linguagem maior que este): segundo o RL, as línguas só podem ser traduzidas em graus parciais, de modo que

a matriz do sentimento e do contexto associativo que dá energia ao uso em qualquer língua dada pode ser transferida para outro idioma apenas parcialmente, e em virtude de manobras metafrásticas e perifrásticas que inevitavelmente diminuam a intensidade, os meios evocativos, e a autonomia formal do original.¹³⁰ (Steiner, 1972: 24)

No entanto, a crítica de Steiner a Whorf é menos grave do que a que ele faz no mesmo texto a Chomsky, ao opor o universalismo chomskiano ao monadismo relativista em uma análise da relevância dessas posições para questões de literatura. Isso inclusive porque o próprio Steiner, em sua obra principal de 1975, *Depois de Babel* (traduzida em Steiner, 2005), ao discutir os temas fundamentais sobre a teoria da linguagem e da tradução, muito freqüentemente analisa as posições relativistas com bastante profundidade e simpatia (cf., principalmente, os capítulos 2 e 3 da referida obra, nos quais, inclusive, Steiner historia o RL de modo bastante acurado e elegante). Uma das passagens mais simpáticas com relação a Whorf diz respeito ao caráter anti-imperialista caridoso de sua obra:

Whorf foi incansável em enfatizar o preconceito embutido, a arrogância axiomática da filologia tradicional e universalista, com sua raramente dissimulada presunção de que o sânscrito e o latim constituem o modelo natural ótimo de todas as línguas humanas; ou, pelo menos, um modelo claramente preferível a todos os demais. (Steiner, 2005: 117)

Davidson (1973-1974), ao criticar o relativismo conceitual radical, também parte de uma crítica de Whorf e também discute o problema da tradução. O fato de Whorf ter usado o inglês para nos dizer como é o sistema conceitual dos hopi é sintomático de que deve ser relativizada a própria afirmação radical de que os sistemas conceituais dos hopi e dos falantes de inglês não podem ser calibrados (nos termos whorfianos). A possibilidade da intercompreensão mina grande parte dos esforços do estabelecimento

¹³⁰ “the matrix of feeling and associative context which energizes usage in any given tongue can be transferred into another idiom only partly, and by virtue of periphrastic and metaphrastic manoeuvres which inevitably downgrade the intensity, the evocative means, the formal autonomy of the original”.

da tese da incomensurabilidade ou da intraduzibilidade acarretados por versões fortes das teses relativistas.

Rollins (1972) reavalia as idéias lingüísticas de Whorf não apenas como uma versão avançada de um relativismo cultural fortemente voltado para o modo como a língua influencia as culturas e povos, e apresenta uma argumentação sobre a visão religiosa de Whorf como motivadora das críticas à ciência ocidental. O texto analisa um romance que começou a ser escrito por Whorf aos 28 anos de idade, intitulado *The Ruler of the Universe*, que foi publicado no ano em que Whorf começou seus estudos sobre a linguagem. Para Rollins, a relação entre ciência e religião em Whorf, cristão ortodoxo de formação metodista, era de fundamentalismo, e, ainda, a nova física de Einstein e Heisenberg levaria a ciência do homem para mais perto da religião do que a ciência de Newton e Darwin. A preocupação de Whorf com a guerra e a possibilidade de os avanços motivados por ela permitirem que o homem controle a natureza também influenciam o ideário humanista, caridoso e religioso de Whorf. Essas leituras não estão claras em toda a obra de Whorf, e mesmo Carroll, na já citada introdução, pouco fala da fase romancista de Whorf, relegando-a a breves comentários sobre as incursões do jovem Whorf pelos caminhos da literatura. Na seqüência, a argumentação passa para os próprios textos de Whorf que estabelecem a hipótese do RL, aqueles que classifiquei acima como pertencentes a uma “fase madura” em sua obra. A argumentação de Rollins é convincente: o fato de Whorf segmentar todas as línguas importantes da família indo-européia no anagrama SAE (*Standard Average European*) é um modo de simplificar e rarefazer o status de superioridade que nós todos, leitores, acadêmicos, pertencentes a esse mundo “padrão médio” europeu, inconscientemente carregamos. Assim, nós todos, transformados em meros falantes médios, somos confrontados com uma visão de mundo radicalmente diferente da nossa, a dos hopi, cheia de mistérios romantizados aos quais não tivemos acesso por causa de nosso pertencimento a essa visão limitada do universo. A partir daí, atribui-se à visão de mundo simplista dos SAE a ciência que naturalmente deriva dela, que em grande parte foi criada via influência do modo lingüístico comum a todos os falantes SAE: das nossas línguas SAE é gerada a lógica que rege toda a ciência, já que a ciência só pode ser enunciada de acordo com as nossas línguas. Rollins cita Whorf:

Às vezes se diz que o espaço, tempo e matéria newtonianos são percebidos por todos intuitivamente, em conseqüência de que a relatividade é citada como algo

que mostra como análise matemática pode provar que a intuição está errada. Esse... colocar a culpa na intuição pela nossa lentidão em descobrir os mistérios do Cosmo, tais quais a relatividade, é... errado... A resposta é: o espaço, tempo e matéria newtonianos não são intuições. Eles são recebidos da cultura e da linguagem. É de lá que Newton os pegou.¹³¹ (Whorf 1956: 152-153 *apud* Rollins, 1972: 576-577)

O fato de nós, falantes de SAE, sermos obrigados a falar de tempo, espaço, matéria e substância com as nossas línguas limitadas, que nos obrigam a reificar esses elementos “como garrafas em uma fileira” (Whorf *apud* Rollins, 1972: 578) e o fato de os hopi terem à sua disposição uma língua livre dessas limitações, mais apropriada para falar em eventificação vibratória, torna-os mais aptos a entender a nova física, pós-newtoniana, relativista, de Einstein (além, é claro, de ser uma língua mais apropriada para lidar com fatores espirituais e sentimentais – lembremo-nos de que, em hopi, segundo Whorf, o domínio do mental está no que eles chamam por uma palavra não mencionada que ele traduz por “heart” – cf. Rollins, 1972: 579). Para um crítico da ciência tradicional positivista ocidental cheio de pretensões religiosas, românticas e humanístico-caridosas como Whorf, uma língua tão incrível como esta deveria ser apresentada como melhor do que as línguas SAE, daí toda a estrutura de sua obra, desde os primeiros textos de análise lingüística mais bruta até os manifestos filosóficos quase panfletários anti-epistemologistas, teosóficos, de sua última fase. Segundo Rollins (*ibidem*, p. 582),

A *Weltanschauung* dos hopi que Whorf descreve certamente contrasta vividamente com aquela determinada pela linguagem e cultura do ocidente. O hopi está sempre em contato com os processos primários da natureza, e não é, portanto, capaz da brutalização que o homem ocidental mostrou repetidamente no seu uso da ciência e da tecnologia para encontrar armas letais cada vez mais eficientes. A dimensão subjetiva forte da língua hopi (que, significativamente, não interfere na “ciência” dos hopi) parece prover um canal através do qual as afecções sociais e transcendentais podem fluir sem o tipo de conflitos que constantemente confrontam o crente e o poeta em uma era da ciência.¹³²

¹³¹ “It is sometimes stated that Newtonian space, time, and matter are sensed by everyone intuitively, whereupon relativity is cited as showing how mathematical analysis can prove intuition wrong. This . . . laying the blame upon intuition for our slowness in discovering mysteries of the Cosmos, such as relativity, is . . . wrong. . . . The answer is: Newtonian space, time, and matter are no intuitions. They are receipts from culture and language. That is where Newton got them.”

¹³² “The Hopi *weltanschauung* which Whorf describes certainly contrasts vividly with that determined by the language and culture of the West. The Hopi is always in contact with the primary processes of nature, and is thus not capable of the brutalization which Western man has repeatedly displayed in his use of science and technology to find ever more efficient weapons of death. The Hopi language's strong subjective dimension (which, significantly, does not interfere with Hopi “science”) seems to provide a channel through which the social and transcendental affections can flow without the kind of conflicts which constantly confront the believer and the poet in an age of science.”

Um dos textos mais importantes de crítica a Whorf é o artigo de Black (1959). Para Black (1959: 228), poucos são os livros de importância e interesse tão grande como o de Whorf: “só um leitor mentalmente lento seria indiferente às visões de Whorf.”¹³³

O filósofo procura sistematizar o que Whorf chamou de *linguistic relativity* para transformar a hipótese em algo testável, e o faz através da segmentação de todo o trabalho de Whorf em dez teses principais e da análise ponto a ponto das teses. A importância do texto de Black reside exatamente na agudez da análise e do resultado promissor ao transformar uma crítica da falta de rigor teórico e metodológico de Whorf em um caminho para a pesquisa experimental posterior. A proposta se resume na seguinte formulação:

O objetivo de tornar suficientemente preciso para ser testado e criticado aquilo que Whorf chamou de “*linguistic relativity*” encontra obstáculos formidáveis em seus escritos: formulações variantes dos pontos principais são geralmente inconsistentes, há muito exagero, e um misticismo vaporoso embaça as perspectivas já suficientemente vagas.¹³⁴ (Black, 1959: 228)

A seguir, resenho as dez proposições que Black identifica em Whorf e, logo após cada uma delas, discuto a sua leitura de Whorf. No entanto, Black enumera as dez proposições mas não discute todas. Dessa forma, quando não houver nada além dos títulos das proposições de Black, sigo o seu cansaço apenas mencionando os títulos, como ele.

Proposição 1: As línguas incorporam “modos integrados de fala” ou “sistemas lingüísticos de fundo” que consistem em modos prescritos de expressar o pensamento e a experiência (Black, 1959: 229).

Por “sistemas lingüísticos de fundo” [*background linguistic systems*], Whorf quer dizer mais do que simplesmente o léxico e a gramática que a língua impõe aos seus usuários. Pelo menos assim, para Black, Whorf foge da pura tautologia das versões

¹³³ “it would take a dull reader to be indifferent to Whorf’s views”.

¹³⁴ “The aim of rendering what Whorf called “linguistic relativity” sufficiently precise to be tested and criticized encounters formidable obstacles in his writings: variant formulations of the main points are often inconsistent, there is much exaggeration, and a vaporous mysticism blurs perspectives already sufficiently elusive.”

ingênuas do RL. Nesse sentido, Black identifica em Whorf a discussão sobre os criptotipos como a que define esses sistemas lingüísticos de fundo. O problema dos criptotipos de Whorf, diz Black, é que eles são tão complicados de encontrar nas línguas, mesmo através dos estudos do lingüista, que dificilmente deveriam influenciar o falante comum, que, por sua vez, jamais se tornaria consciente deles. Aqui, para Black, Whorf comete a chamada “falácia do lingüista”, ao imputar aos falantes que está estudando as suas próprias atitudes sofisticadas (Black, 1959: 230).

Proposição 2: Um falante nativo tem um “sistema conceitual” distinto para “organizar a experiência” (Black, 1959: 229)

O problema na argumentação de Whorf quanto ao “organizar” a experiência está no fato de que ele teria usado metáforas que envolvem atos como dissecar, cortar, segmentar a realidade da experiência através da linguagem. Para Black, “falar não é esquartejar, *contra* Bergson e outros críticos da análise. Dissecar um sapo é destruí-lo, mas falar sobre o arco-íris deixa-o inalterado.”¹³⁵ (*loc. cit.*, p. 231). O problema, argumenta Black, é que Whorf decide adotar a visão de que a função da linguagem é a de estabelecer a realidade em primeiro lugar. No entanto, os seres humanos têm muito mais conceitos que palavras, e o exemplo de Black é o velho exemplo dos sistemas lingüísticos diferentes que possuem números diferentes de termos de cores para lidar com um espectro físico de cores que é fundamentalmente o mesmo. Ainda que tenhamos poucas palavras para expressar cores (de duas a onze, cf. capítulo 1), todos nós seres humanos supostamente vemos as cores do mesmo jeito. Assim, se a presença de palavras para designar certas coisas sugere a existência de conceitos para essas coisas, diz Black, a ausência de palavras não diz quase nada. Outro argumento contra as diferenças nos sistemas conceituais é a própria possibilidade de tradução de uma língua para outra (que está até mesmo na base das pesquisas que afirmam que certas línguas possuem apenas dois termos de cores – como saber isso e como explicar isso se não via linguagem em si?).

Black suaviza um pouco o tom da crítica ao reconhecer que a argumentação de Whorf é diferente em virtude do fato de ele se importar mais com conceitos estruturais do que simplesmente conceitos semânticos. Mais uma vez, ainda assim, o problema é

¹³⁵ “to speak is not to butcher, *pace* Bergson and other critics of analysis. To dissect a frog is to destroy it, but talk about the rainbow leaves it unchanged”.

que qualquer verificação extra-lingüística das diferenças estruturais é impossível para Whorf:

Ele faz muito do fato de que a expressão “É uma fonte gotejante/Esta primavera está chuvosa” (a propósito, um exemplo estranho) é expresso em apache por uma construção bastante diferente, produzida inadequadamente como “Como água, ou fontes, a brancura se move para baixo” (p. 241). Whorf acrescenta: “Quão completamente diferente do nosso jeito de pensar!” Mas qual é a evidência de que os apache pensam diferente? A dificuldade é que os conceitos estruturais hipostasiados estão tão ligados às construções gramaticais definidoras que se torna difícil conceber qualquer verificação extra-lingüística. Ter o conceito de um predicado (para todos, exceto para o lingüista ou o filósofo) é quase a mesma coisa que usar uma língua que insista no uso de predicados, e a posição de Whorf se reduz a dizer que não se pode falar gramaticalmente sem usar uma gramática. Isso é bem diferente da assunção de que falar gramaticalmente é o mesmo que moldar a “realidade” em uma estrutura isomórfica com a gramática. Aqui, novamente, Whorf comete a “falácia do lingüista”.¹³⁶ (Black, 1959: 232)

Proposição 3: Um falante nativo tem uma “visão de mundo” distintiva a respeito do universo e de suas relações com ele.

No caso específico da proposta de Whorf, esta proposição diz respeito à suposta tese de que cada língua (e, em última instância, cada falante) carrega sua própria metafísica. Ao longo da discussão de Whorf, e mesmo nas páginas anteriores, vimos que a discussão é freqüentemente levada a extremos de considerar que os hopi teriam maiores condições de perceber e entender a física pós-newtoniana do que um falante de línguas SAE. A crítica de Black à “metafísica” dos hopi merece citação:

Os hopi pensam na realidade principalmente em termos de *eventos* (p. 147): objetivamente, estes são constituídos por traços diretamente perceptíveis tais como contornos, cores, movimentos (p. 147), subjetivamente como “a expressão de fatores de intensidade invisíveis, dos quais dependem sua estabilidade e persistência, sobre a fugitividade e as proclividades” (p. 147). QUANTO disso

¹³⁶ “He makes much of the fact that the statement “It is a dripping spring” (an odd example, by the way) is expressed in Apache by a very different construction, inadequately rendered by “As water, or springs, whiteness moves downwards” (p. 241). Whorf adds: “How utterly unlike our way of thinking!” But what is the evidence that the Apache thinks differently? The difficulty is that the hypostatized structural concepts are so bound to the defining grammatical constructions that it becomes hard to conceive of any extra-linguistic verification. Having the concept of a predicate (for all except the linguist or the philosopher) is about the same as using a language that insists upon the use of predicates, and Whorf's contention reduces to saying that one cannot speak grammatically without using a particular grammar. It is a far cry to the assumption that to speak grammatically is to mold “reality” into a structure isomorphic with the grammar. Here, again, Whorf commits the “linguist's fallacy.””

tudo o hopi médio reconheceria? Talvez isso tudo o deixasse tão estupefato quanto um aldeão grego lendo Aristóteles.¹³⁷ (Black, 1959: 234)

Um exemplo adicional retoma a discussão de Whorf sobre o modo como a nossa estrutura SAE de sujeito antes do predicado nos leva a “ler ação em cada sentença, mesmo em ‘I hold it’ [eu mantenho/sustento algo]” (*loc. cit.*). Naturalmente, Black se mostra confuso quanto ao que possa significar a idéia de “ler ação em cada sentença”, e, ainda quanto a de que forma não seria assim para os hopi. A problemática fica ainda mais aguda quando Whorf afirma que os hopi conseguem lidar com todos os fenômenos do universo de maneira pragmática ou operacional ainda que não possuam referência implícita ou explícita ao tempo do mesmo modo que nós. Black se preocupa, então, ironicamente, com de que forma eles conseguem viver sem estabelecer referências temporais, ou, antes, ele afirma que gostaria de descobrir qual é o segredo deles para conseguir viver assim.

*Proposições 4 e 5*¹³⁸: O sistema lingüístico de fundo determina parcialmente¹³⁹ o sistema conceitual associado e determina parcialmente a visão de mundo associada.

A crítica de Black quanto a essas duas proposições da obra de Whorf retoma a problemática da confusão entre pensamento e linguagem que Whorf comete. Se o pensamento é meramente um “aspecto da linguagem” (Black, 1959: 236), o sentido causal que leva a essas determinações é uma decorrência lógica. Para Black, a visão de que o pensamento é mera decorrência da linguagem é descartada pela simples verificação da maior extensão dos conceitos para os quais não há palavras, como vimos acima. O determinismo de Whorf só procede em um sistema em que o pensamento seja subordinado à linguagem.

Proposição 6: A realidade consiste de um fluxo caleidoscópico de impressões.

¹³⁷ “The Hopi think of reality mainly in terms of *events* (p. 147): objectively these are constituted by such directly perceptible features as outlines, colors, movements (p. 147), subjectively as “the expression of invisible intensity factors, on which depend their stability and persistence, or their fugitiveness and proclivities” (p. 147). HOW much of all this would the average Hopi recognize? Perhaps it might leave him as dumbfounded as a Greek peasant reading Aristotle.”

¹³⁸ As proposições 4 e 5 aparecem em conjunção no texto de Black, dando as primeiras mostras de sua impaciência.

¹³⁹ “Parcialmente” é um palpite de Black, já que ele assume não conseguir decidir se Whorf pretendia que a determinação fosse parcial ou total.

A realidade assim descrita por Whorf consiste de uma grande massa crua de experiência, anterior à linguagem, que não apresenta nenhum tipo de sistematicidade anterior à nossa capacidade de verbalização. Black critica essa visão em termos bastante severos:

Bem, é fútil argumentar contra esse estado de coisas: a insistência na continuidade e no fluxo da experiência é irretocável porém vazia, já que nada imaginável está sendo negado; mas é um salto corajoso para a posição de que a referência costumeira a intervalos de tempo e relações temporais envolve falsificação. Quando Whorf afirma que “se ‘dez dias’ podem ser considerados como um grupo, tem que ser um grupo ‘imaginário’, mentalmente construído” (p. 136), ele deve estar assumindo que a lógica da contagem requer a existência simultânea das coisas contadas. Talvez a melhor coisa que se possa dizer em favor da metafísica de Whorf é que, em toda sua crueza amadoresca, ela não é pior do que alguns sistemas filosóficos que estiveram consideravelmente em voga.¹⁴⁰ (Black, 1959: 237)

As quatro proposições a seguir foram formuladas mas não receberam comentários de Black:

Proposição 7: Os “fatos” que são percebidos são uma função da língua na qual eles são expressos.

Proposição 8: A “natureza do universo” é uma função da língua na qual ela é declarada.

Proposição 9: A gramática não reflete a realidade, mas varia arbitrariamente com a língua.

Proposição 10: A lógica não reflete a realidade, mas varia arbitrariamente com a língua.

Black considera que as críticas às seis primeiras proposições já demonstram os problemas principais na abordagem de Whorf, e considera que a exposição ficaria

¹⁴⁰ “Well, it is futile to argue against this picture: insistence upon the continuity and flow of experience is unexceptionable but empty, since nothing imaginable is being denied; but it is a bold leap to the contention that customary reference to time-intervals and temporal relations involves falsification. When Whorf claims that “if ‘ten days’ be regarded as a group it must be as an ‘imaginary,’ mentally constructed group” (p. 136), he must be taking the logic of counting to require the simultaneous existence of the things counted. Perhaps the best to be said for Whorf’s metaphysics is that in all its amateurish crudity it is no worse than some philosophical systems that have had a considerable vogue.”

tediosa se ele continuasse. Por isso apenas elabora as proposições sem ao menos comentá-las.

No entanto, mesmo depois de sistematicamente reduzir as teses principais de Whorf a problemas graves e quase insolúveis, Black termina o texto com um momento curioso de louvor ao norte-americano:

Esta análise ameaça tornar-se tediosa e não precisa ser prolongada, já que já se disse o suficiente para revelar as dificuldades básicas da posição de Whorf. Eu me tornei particularmente interessado ao longo da exposição em quanto o esboço geral de Whorf foi controlado por concepções filosóficas. Teria sido presunçoso apressar-se até o solo em que tantos lingüistas temem pisar, se a filosofia não estivesse tão fortemente entrelaçada com a lingüística. Eu não quero que as conclusões negativas alcançadas deixem uma impressão de que os escritos de Whorf são de pouco valor. Bastante freqüentemente na história do pensamento, as posições mais insensatas provaram-se as mais sugestivas. Os erros de Whorf são mais interessantes que os lugares-comuns cuidadosamente elaborados dos escritores mais cautelosos.¹⁴¹ (Black, 1959: 238)

Um dos críticos contemporâneos mais ferrenhos de Whorf é o cientista cognitivo Steven Pinker, professor da Universidade de Harvard, autor de vários livros de alcance popular sobre a mente e a linguagem, motivo pelo qual, inclusive, ele é comumente mal visto pelos acadêmicos em geral. Deixando de lado a ressalva de que seus livros muitas vezes são escritos com a retórica forte e apaixonada de um defensor da ciência cognitiva moderna para uma audiência que vai desde o leigo interessado em assuntos da ciência contemporânea a acadêmicos das várias áreas envolvidas, o que nos interessa é que, em vários de seus livros, Pinker estabelece críticas severas contra as versões fortes do RL e também diminui a importância dos achados experimentais sobre as versões mais leves do RL¹⁴².

Em *O Instinto da Linguagem* (2002, 1ª edição em inglês de 1994), Pinker classifica a hipótese do relativismo lingüístico como um *absurdo convencional*, daqueles que se parecem com algo que contraria o senso-comum, que todos já ouviram

¹⁴¹ “This examination threatens to become tedious and need not be prolonged, since enough has been said to reveal the basic difficulties of Whorf’s position. I have been particularly interested throughout in the extent to which Whorf’s outlook was controlled by philosophical conceptions. It would have been presumptuous to rush in where so many linguists fear to tread, were not so much philosophy entwined with the linguistics. I do not wish the negative conclusions reached to leave an impression that Whorf’s writings are of little value. Often enough in the history of thought the unsoundest views have proved the most suggestive. Whorf’s mistakes are more interesting than the carefully hedged commonplaces of more cautious writers.”

¹⁴² Curiosamente, para Adam Schaff, em 1964 (na tradução que utilizamos, Schaff, 1974: 110), o lado mais positivo do trabalho de Whorf é a “verificação empírica” que ele forneceu à tese básica do RL: “o mérito de Whorf consiste justamente em ter empreendido essas verificações empíricas”.

falar e imaginam se tratar de algo “comprovado cientificamente”, de acordo com o jargão da retórica fraca do cientificismo neo-positivista. Junto com a hipótese do RL encontra-se, por exemplo, o absurdo convencional de que usamos apenas uma pequena porcentagem do nosso cérebro ou que as mensagens subliminares nos fazem comprar coisas (cf. Pinker, 2002: 62) – o que talvez possamos classificar como “lendas urbanas da ciência”.

A partir daí, Pinker associa a idéia do RL a Sapir e a Whorf, imputando a este a responsabilidade por ter tornado popular a idéia determinista da versão forte do RL. Pinker classifica a história do desenvolvimento das teses relativistas quanto à linguagem como “não intencionalmente cômica” (*loc. cit.*, p. 64), e as critica com um certo tom de complacência arrogante, afirmando que agora que os cientistas podem ter acesso mais direto ao cérebro humano na pesquisa sobre a mente humana, as hipóteses do RL não podem mais se sustentar.

Chegando finalmente ao que Pinker nos diz sobre o “estudioso amador” Whorf, a crítica não é tão diferente daquela que desenvolvi nas páginas acima: ela diz respeito fundamentalmente ao tratamento dado aos exemplos e à derivação direta do comportamento lingüístico de sociedades estranhas de modos de pensamento radicalmente diferentes. Iniciando a discussão, Pinker retoma o exemplo de Whorf sobre o tambor de gasolina “vazio”, e o faz ao considerar que, se o vapor combustível que preenchia o volume do tambor é transparente, o que causou o acidente foi a *visão*, e não a *linguagem* do acidentado.

Outros pontos importantes sobre a argumentação de Whorf questionados por Pinker dizem respeito ao modo como este passa de exemplos de línguas exóticas traduzidos para o inglês para a tese de que os falantes destas línguas pensam diferentemente de nós. Inicialmente, Pinker cita estudos de Lennenberg e Brown que afirmavam que Whorf não tivera sequer contato com os falantes apache, e que a argumentação é toda baseada na gramática de suas línguas. Assim, a tradução dos exemplos auxilia a estabelecer a ponte entre língua diferente – mente diferente: Pinker compara a tradução de “Esta primavera está chuvosa”¹⁴³ em inglês para “Como água, ou

¹⁴³ “It is a dripping spring”. A tradução de Manuel Reis em Schaff (1974: 119) traduz a sentença como “É uma fonte que brota”, enquanto que Claudia Berliner, traduzindo Pinker (2002: 66), escolhe “Esta primavera está chuvosa.” Prefiro a tradução com “fonte” porque na “glosa” de Whorf parece haver uma aposição explicativa em “as water, or springs (...)”. No entanto, é curioso como o próprio exemplo original de Whorf em inglês é tão estranho que nem mesmo sua glosa para o próprio inglês, nem as traduções em publicações em português resolvem o problema do sentido da sentença. Que modo de pensar incrível, o de Whorf! Que exemplo tão peculiar!

primaveras, a brancura move-se para baixo” (já discutimos esse exemplo acima, e Pinker afirma que, de acordo com a glosa do próprio Whorf, ele poderia propor uma tradução bem menos absurda para a sentença: “Coisa clara – água – está caindo”) com um inventado de acordo com as mesmas idéias de produção de efeito severo de estranheza: “He walks [Ele está andando]” poderia se tornar “As solitary masculinity, leggedness proceeds” (“Enquanto solitária masculinidade, dotado de pernas prossegue” é a tradução dada em Pinker (2002: 67)). Mais uma vez se percebe que Whorf pode ter tratado os exemplos de forma negligente, inclusive pela falta de cuidado na apresentação da gramática e dos exemplos de forma sistemática, através de glosas claras, e não apenas através de traduções distorcidas e convolutas, que, naturalmente, acentuam a impressão de incomensurabilidade.

A questão dos termos de cor também é criticada por Pinker (2002: 68). Os argumentos de Pinker são fisiológicos: os olhos registram o fluxo contínuo das cores através de três tipos de pigmentos que nossos olhos ligam aos neurônios, de modo que não há, possivelmente (para Pinker, “seria ridículo pensar assim”), argumentação que consiga ligar as diferenças lingüísticas constatadas por Whorf (mas também, cf. cap. 1, por muitos outros) quanto aos termos de cores à influência direta destes nos processos neurofisiológicos dos seres humanos.

Um último ponto é o do vocabulário esquimó, que Pinker discute se utilizando do famoso artigo de Geoffrey Pullum sobre a assim chamada Grande Farsa do Vocabulário Esquimó (Pullum, 1991: 159-171). Para Pullum, Whorf foi, juntamente com Boas, responsável por popularizar a crença de que os esquimós têm muitas palavras diferentes para “neve”, o que seria prova incontestada de que eles pensam diferentemente. Pinker e Pullum nos lembram do ponto já mencionado que diz que, ao invés de ser caridosa e igualitária, esse tipo de abordagem antropológica acaba por ter o irônico resultado de nos fazer olhar para o outro, afastado da nossa cultura, como diferente de nós de um modo inferior, cf. Pinker (2002: 71):

Que irônica deturpação! A relatividade lingüística é um produto da escola de Boas, como parte de uma campanha para mostrar que culturas não letradas eram tão complexas e sofisticadas como as européias. No entanto, as anedotas supostamente destinadas a ampliar as idéias devem seu caráter atraente a uma

sensação de superioridade que leva a tratar a psicologia de outras culturas como estranhas e exóticas [sic] em comparação com a nossa.¹⁴⁴

O texto de Pullum é bastante importante para ligar a Grande Farsa a Whorf, e nos apresenta uma visão simultaneamente cruel e respeitosa¹⁴⁵ sobre ele:

Neste capítulo, (...) sou bastante cruel com a memória daquele belo lingüista amador. (...) Whorf tem um lugar duradouro na história da lingüística, um lugar a que poucos de nós podem aspirar. Basicamente, ele é responsável por abrir o nosso acesso a uma língua inteira que tinha sido anteriormente inacessível (a forma clássica do maia que está por trás dos hieróglifos maias até que Whorf os decifrou); ele cunhou termos duradouramente úteis (“alofone” é um exemplo) e apresentou novos e intrigantes conceitos (o conceito de criptotipo, por exemplo); e ele executou trabalhos acadêmicos importantes quase inteiramente sem cargos remunerados no mundo acadêmico – um feito incomum na época, e quase inexistente hoje.¹⁴⁶ (Pullum, 1991: 160)

Comparando a farsa do vocabulário do esquimó ao Alien do filme famoso e a antropóloga Laura Martin (que dedicou anos de estudos para mostrar que se trata de uma farsa, estudos que Pullum procura reavivar com seu texto) à atriz Sigourney Weaver no mesmo filme, Pullum vê em Whorf um catalisador da produção de monstros, já que seu texto de 1940, *Science and linguistics*, foi citado e comentado de modo que, para Pullum, “não se poderia queimá-los todos com o mesmo lança-chamas”¹⁴⁷ (*loc. cit.*, p. 163). Whorf inflou a proposta de Boas de os esquimós terem quatro raízes para se referir a “neve” listando sete termos, e as análises de Martin e Pullum são bastante acuradas e precisas ao mostrar que, a partir daí, os números variaram de forma selvagem, de quatro ou sete a várias centenas (*loc. cit.*). No entanto, continua Pullum, mesmo o inglês teria diversas raízes para denotar “neve”, e mesmo os especialistas nas línguas esquimós não são unânimes em apresentar um número fixo de termos para

¹⁴⁴ Nos dois livros posteriores de Pinker (2004 e 2007) encontramos uma laboriosa refutação do RL com bases na ciência cognitiva. Apresentarei essa discussão mais abrangente de Pinker sobre o RL no próximo capítulo, quando os neo-whorfianos das vertentes experimentais serão apresentados.

¹⁴⁵ Como não é incomum. Vimos acima pelo menos Black (1959) fazer algo parecido.

¹⁴⁶ “In this chapter, (...) I'm rather cruel to the memory of that fine amateur linguist. (...) Whorf has a lasting place in the history of linguistics, a place few of us can aspire to. He is basically responsible for opening up our access to an entire language that had previously been inaccessible (the classical form of Mayan that lay behind the Mayan hieroglyphs until Whorf deciphered them); he coined lastingly useful terms (allophone is an example) and introduced intriguing new concepts (the concept of a cryptotype, for instance); and he did important academic work almost entirely without having paid positions in the academic world - an uncommon achievement then, and one almost unheard of now.”

¹⁴⁷ Que, no filme, seria operado pela personagem da atriz mencionada. A metáfora é *pop*, mas muito interessante: poucos leram efetivamente os textos de Whorf, mas muitos gostam de derivar críticas negativas ou teorias incríveis a partir deles. Um só pesquisador sério não conseguiria limpar o caminho das crias (negativas ou positivas) de Whorf para despi-lo das armaduras e máscaras póstumas.

“neve”, simplesmente porque a língua possui um mecanismo morfossintático capaz de gerar muitas formas via flexão e derivação, e nem todas diretamente identificáveis como “neve” (como temos, por exemplo, em *neve*, *nevasca*, *nevado* etc.) Nas palavras de Pullum,

Perceba-se que a proposição de Whorf¹⁴⁸ inflacionou os quatro termos de Boas para pelo menos sete (1: “caindo”, 2: “no chão”, 3: “endurecida”, 4: “lamacenta”, 5: “voadora”, 6, 7 [sic]: “e outros tipos de neve”). Note-se também que suas afirmações sobre os falantes de inglês são falsas; eu me lembro da substância em questão ser chamada de *neve* quando fofa e branca, “*slush*” [“neve lamacenta”?] quando parcialmente derretida, “*sleet*” [“granizo”?] quando cai em um estado semi-derretido e “*blizzard*” [“nevasca”?] quando caindo forte o suficiente para tornar a direção uma coisa perigosa. O comentário de Whorf sobre sua própria comunidade de fala não é mais confiável do que as suas generalizações escorregadias sobre que coisas são “sensual e operacionalmente diferentes” ao esquimó genérico.¹⁴⁹ (Pullum, 1991: 163)

Apesar da irreverência do texto de Pullum, o tema é bastante sério e diz respeito em grande parte à recepção posterior de Whorf não somente no que concerne ao problema do vocabulário de neve dos esquimós, mas sim ao fato problemático de se aceitar uma série de elementos de antropologia ou lingüística popular não somente como elementos de cultura geral mal digerida (ou, nos termos de Pinker, como absurdo convencional), mas, fundamentalmente, sobre a problemática do que Pullum identifica como “preguiça intelectual”, ligada à ausência de evidências e argumentação sólida na apresentação de hipóteses importantes e tidas como científicas. Afinal, sobre a quantidade de palavras que os esquimós têm para “neve”, afirma Pullum irônico, “nove, quarenta e oito, cem, duzentas, quem se importa? É um monte, certo?”¹⁵⁰ (“*loc. cit.*, p. 165)¹⁵¹

¹⁴⁸ Pullum refere-se a uma passagem já discutida: Whorf, 1956: 216.

¹⁴⁹ “Notice that Whorf’s statement has illicitly inflated Boas’ four terms to at least seven (1: “falling”, 2: “on the ground”, 3: “packed hard”, 4: “slushy”, 5: “flying”, 6, 7, ...: “and other kinds of snow”). Notice also that his claims about English speakers are false; I recall the stuff in question being called *snow* when fluffy and white, *slush* when partly melted, *sleet* when falling in a half-melted state, and a *blizzard* when pelting down hard enough to make driving dangerous. Whorf’s remark about his own speech community is no more reliable than his glib generalizations about what things are “sensuously and operationally different” to the generic Eskimo.”

¹⁵⁰ “nine, forty-eight, a hundred, two hundred, who cares? It’s a bunch, right?”

¹⁵¹ O restante do texto procura mostrar o que de fato pode-se considerar como a quantidade de palavras que os esquimós têm para “neve”. Um dicionário diz “duas”, um especialista diz “algumas”, mas com diversas ressalvas. A questão é, para Pullum, que não importa, pois até mesmo falantes de outras línguas podem ter o mesmo número de palavras ou mais, que daí decorrem duas coisas: (i) isso não diz quase nada sobre a estrutura do sistema conceitual dos esquimós e (ii) não importa, se você não for um esquimó que come banha de baleia e empresta suas esposas para estrangeiros (para a argumentação completa, cf. Pullum, 1991).

Eu gostaria, no entanto, de encerrar este capítulo com um tom um pouco menos crítico e negativo sobre a idéia de que as proposições do RL, ainda que muito criticadas pela sua “acientificidade” ou pela pressa e falta de cuidado nas formulações, ao menos nas que identificamos neste capítulo como “clássicas”.

Adam Schaff, ao analisar o RL também como basicamente uma proposição fundamentalmente devida a Sapir e Whorf (já que, para ele, de Herder a Humboldt tínhamos uma posição bastante diferente, filosófica, e a tradição norte-americana do início do século XX deve à germânica dos séculos XVIII e XIX apenas o pano-de-fundo intelectual importado através de Boas e, só em alguma medida, de Sapir – cf. Schaff, 1974: 96-100). Para este filósofo polonês, inclusive, Whorf mais do que Sapir teria “cientificizado” a hipótese do RL (*loc. cit.*, p. 110). Ainda assim, as críticas arroladas nesta seção foram todas listadas por Schaff como irrelevantes face à importância de Sapir e (principalmente) Whorf no estabelecimento de uma das hipóteses mais importantes para a pesquisa na relação da linguagem com o pensamento:

É incontestável que essa ideia, formulada em termos gerais, - poderíamos tê-la deduzido também da filosofia da linguagem de Herder-Humboldt. Mas entra aqui em jogo uma diferença capital, sobretudo para um materialista. A hipótese de Sapir-Whorf, quaisquer que sejam as objecções formuladas contra ela, nasceu enquanto generalização inferida a partir de materiais empíricos, ainda que essa generalização tenha sido demasiado prematura e estreita. Eis a razão por que, se quisermos proceder hoje a uma análise científica do problema do papel activo da linguagem no processo do conhecimento, teremos de ter em conta essa hipótese (o que não significa que a tenhamos de aprovar em toda a sua extensão). (Schaff, 1974: 136-7)

Capítulo 4 – A pesquisa em relativismo lingüístico hoje: os neo-whorfianos

Neste capítulo, pretendo discutir algumas pesquisas experimentais com base nas hipóteses relativistas, resenhando algumas das mais relevantes, com a finalidade de demonstrar que há um caminho metodologicamente interessante sendo trilhado, que procura diminuir as dificuldades associadas à visão clássica de Whorf, conforme a apresentei no capítulo anterior. O capítulo terá como base as obras de referência fundamentais sobre o neo-whorfianismo dos últimos anos, Gumperz & Levinson (1996) e Gentner & Goldin-Meadow (2003), além de alguns outros textos mais recentes.

Juntamente com essa discussão, o capítulo abrigará uma discussão da refutação cognitivista contemporânea do RL, especialmente via Pinker (2007), e uma contra-discussão baseada em Levinson (2003).

O objetivo principal do capítulo é mostrar a evolução que a pesquisa experimental trouxe para os modelos da hipótese do relativismo lingüístico apresentados nos capítulos 2 e 3.

4.1. Gumperz & Levinson (1996)

John J. Gumperz e Stephen C. Levinson editaram em 1996 o importante *Rethinking Linguistic Relativity*, que contém contribuições debatidas pelos participantes do simpósio Wenner-Green 112, ocorrido na Jamaica, em 1991. O livro traz autores de origem diversa apresentando visões diversas sobre o relativismo e o determinismo lingüísticos pós-Whorf, já em um momento em que a repercussão acalorada das décadas de 1940, 50 e 60 sobre a hipótese clássica de Sapir e Whorf se encontrava mais amena e distante. Na introdução ao livro, Gumperz e Levinson (Gumperz & Levinson, 1996: 2) partem do pressuposto de que o fundo intelectual preponderante na primeira metade do século XX, o empirismo mais radical aliado ao estruturalismo na lingüística, motivaram parte dos problemas que dão ensejo às críticas freqüentes que se faz a Whorf desde então (cf. nossa discussão no capítulo anterior). A segunda metade do século XX, dominada pelas ciências cognitivas e seu racionalismo universalista, favorecem um

novo olhar para as questões do RL, que leva a discussão para além de uma simples dicotomia universalismo *vs.* relativismo.

Gumperz e, especialmente, Levinson (este último um autor de trabalhos muito importantes na área da pragmática, por exemplo, com a teoria da polidez, que busca universais inter-lingüísticos de uso de estratégias de minimização de dano proporcionado pelos atos de fala – cf. Brown & Levinson, 1987), juntamente com nomes relevantes do renascimento das pesquisas contemporâneas sobre o RL, como John Lucy, re-editam com este livro não apenas a hipótese do RL, mas, em especial, a possibilidade de torná-la testável cientificamente, como parte do paradigma das ciências cognitivas experimentais.

Um dos modos de produzir essa virada do novo RL é anunciado já na introdução citada: Gumperz e Levinson reconhecem que, ao longo da tradição histórica do RL (mais ou menos nos moldes em que a historiamos nos capítulos 2 e 3), pouco se fez para tornar específicos e precisos os conceitos envolvidos, especialmente (e, é claro, infelizmente) os de linguagem, cultura e pensamento. A proposta do que chamo aqui de neo-whorfianismo é a de verificar se, restritas as discussões a termos bem definidos e variáveis mais facilmente testáveis, o RL em algum grau pode ser corroborado e visto como uma hipótese científica produtiva. Para os autores, conforme se definam mais precisamente tanto as noções de linguagem, cultura e pensamento quanto o que se quer verificar com relação ao RL (e não, simplesmente, como se fazia, verificar-se a monolítica “influência da cultura e/ou língua no pensamento”), resultados aparecerão, de modo a mostrar que a proposta original “ainda está viva, mas funcionando de uma maneira que difere daquela como foi originalmente concebida” (Gumperz & Levinson, 1996: 2).

Uma parte importante da referida introdução lida com uma tentativa de demonstrar que os caminhos percorridos pelas hipóteses do RL ao longo do século XX especialmente após Whorf, passaram por um terreno fortemente empirista, caminhando para o que freqüentemente se considerou a refutação mais importante da hipótese, o livro de Berlin & Kay (1969)¹⁵². O debate dos anos 1940 a 1960 que levou a essa refutação fazia parte do ambiente intelectual que foi suplantado pelas ciências cognitivas a partir de meados dos anos 1950:

¹⁵² Um breve histórico da problemática dos termos de cores e do debate em torno de Berlin & Kay (1969) foi feito no capítulo 1.

Nesse clima intelectual mudado, e sob a luz de um conhecimento bem maior que temos agora tanto sobre linguagem quanto sobre processamento mental, seria sem sentido tentar reviver idéias sobre o relativismo lingüístico em suas formas originais. Entretanto, houve toda uma série de mudanças intelectuais recentes que tornam o solo mais fértil para algumas das sementes originais crescerem em novos brotos.¹⁵³ (Gumperz & Levinson, 1996: 7)

4.2. *Gentner & Goldin-Meadow (2003)*

As organizadoras dessa coletânea de artigos neo-whorfianos se posicionam na mesma linhagem de reavivamento das hipóteses ligadas ao RL em um panorama dos estudos experimentais proporcionados pela revolução cognitiva. Vários dos autores que contribuem para a coletânea também estavam presentes no simpósio que deu origem a Gumperz & Levinson (1996). Entre eles, o próprio Stephen Levinson, Melissa Bowerman e Dan Slobin. Assim, pode-se ver esse *Language in Mind* como uma espécie de continuação do trabalho de Gumperz e Levinson.

Na introdução do livro, intitulada *Whiter Whorf*, as autoras discutem de imediato um tópico bastante importante para essa nova tradição relativista: até poucos anos atrás qualquer versão mais próxima da tese de Whorf era tida como pouco respeitável. Elas recuperam duas críticas famosas à hipótese, cuja mera apreciação já imputaria os rótulos de *lunatic* ou *simpleton* ao apreciador, a de Pinker (2002[1994]), que já discutimos brevemente no capítulo anterior, e a de Sterelny (1987):

O argumento em favor de um relativismo lingüístico importante evapora sob escrutínio. O único respeito em que a linguagem clara e obviamente influencia o pensamento acaba por ser bastante banal: a linguagem nos fornece a maioria dos nossos conceitos.¹⁵⁴ (Sterelny, 1987, *apud* Gentner & Goldin-Meadow, 2003: 3)

A posição da crítica é classificada pelas autoras de esquizofrênica: ao mesmo tempo em que a hipótese do RL é identificada freqüentemente como banal ou trivial, os críticos afirmam que a língua nos fornece a maior parte de nossos conceitos, o que, segundo elas, nem mesmo os relativistas mais whorfianos defenderiam. Considero um

¹⁵³ “In this changed intellectual climate, and in the light of the much greater knowledge that we now have about both language and mental processing, it would be pointless to attempt to revive ideas about linguistic relativity in their original form. Nevertheless, there have been a whole range of recent intellectual shifts that make the ground more fertile for some of the original seeds to grow into new saplings.”

¹⁵⁴ “The argument for an important linguistic relativity evaporates under scrutiny. The only respect in which language clearly and obviously does influence thought turns out to be rather banal: language provides us with most our concepts.”

outro ponto de aparente esquizofrenia o fato de Steven Pinker ter sido um dos cognitivistas que se opuseram mais ferrenhamente contra o relativismo e o determinismo lingüístico e que, em 2007, publicou um livro cujo subtítulo é “a língua como uma janela para a natureza humana” (Pinker, 2007), no qual, freqüentemente, aproxima-se da idéia relativista mais fraca de que a língua exerce algum tipo de influência no nosso modo de representar a realidade. Talvez o próprio texto de Pinker possa ser considerado como um ponto de virada na perspectiva de que o RL é anti-científico e tema para lunáticos, dissolvendo um pouco do caráter esquizofrênico da crítica ao RL em um ambiente científico-acadêmico bem mais aberto para discussões sobre a natureza das relações de dependência entre linguagem, cultura e pensamento.

A proposta de um Whorf *mais branco* passa por uma discussão do fato de que já não é mais considerada tão imbatível a posição cognitivista universalista de que as estruturas semânticas das línguas variam apenas superficialmente, porque derivam de um sistema conceitual universal (Gentner & Goldin-Meadow, 2003: 7). O foco das pesquisas então se afasta de questões mais complicadas como os sistemas de termos de cores e se aproxima de territórios mais facilmente testáveis das estruturas conceituais e semânticas das línguas, como os termos de relações espaciais. Desta forma, os pressupostos cognitivistas passam a subjazer também à pesquisa sobre o RL, em um movimento da história da ciência que produz resultados mais positivos que negativos, uma vez que as dicotomias aparentemente intransponíveis do tipo universalismo vs. relativismo e empirismo vs. racionalismo deixam de fazer sentido. Assim, a convivência de paradigmas antes irreconciliáveis traz mais progresso do que aporias.

O avanço com relação a Gumperz & Levinson (1996) reconhecido pelas autoras não diz respeito à orientação teórica geral, mas, antes, a melhores análises dos dados lingüísticos, melhor compreensão dos processos psicológicos e métodos de testá-los e, fundamentalmente, ao acúmulo de pesquisa em temas mais específicos dentro do campo mais amplo das pesquisas sobre o RL (um ponto para o qual já apontavam Gumperz & Levinson na seção anterior). Em um tom argumentativo bastante próximo do destes autores, Gentner e Goldin-Meadow afirmam:

No passado, testes empíricos da questão linguagem-pensamento não se mostraram convincentes em nenhum lado do debate. Sugerimos que esse empate aconteceu, em parte, porque a questão linguagem-pensamento não é uma, mas muitas. Se a linguagem tem um impacto no pensamento depende, é claro, de como definimos linguagem e de como definimos pensamento. Mas também

depende de o que consideramos ser o critério para “ter um impacto em”.¹⁵⁵ (Gentner & Goldin-Meadow, 2003: 12)

Assim, o rigor metodológico, uma abordagem cognitivista e a intenção de fazer renascer o RL em um novo cenário, menos “lunático”, é o que caracteriza o momento atual das pesquisas sobre a hipótese do RL. Apresentarei a seguir apenas alguns dos experimentos dessa linhagem neo-whorfiana, de forma a dar uma idéia geral de como as propostas de Gumperz, Levinson, Lucy, Bowerman, Sperber, Gentner, Goldin-Meadow e vários outros estão sendo abordadas e executadas.

4.3. John Lucy e a nova abordagem dos estudos neo-whorfianos

John Lucy pode ser considerado um dos principais neo-whorfianos (cf. algumas de suas obras citadas nas referências a esta tese: 1992a, 1992b, 1996 e 1997), no sentido em que propõe os moldes em que a pesquisa em RL deve ser feita para ser considerada empiricamente viável e cientificamente relevante. Além disso, é pesquisador dessa área há décadas, tendo produzido grande parte do material importante da geração pós-Whorf do RL.

Lucy (1996), mais especificamente, nos traz, além de uma resenha bastante ampla dos moldes da pesquisa contemporânea mais relevante sobre o RL e as diferentes formas em que ele pode ser aplicado a estudos no campo da linguagem e cognição, os requisitos fundamentais para que a pesquisa sobre o RL possa ser realizada sem incorrer nos mesmos erros e problemas já identificados nos proponentes “pré-científicos” de hipóteses do RL (incluindo nisso Whorf, a quem Lucy poupa de críticas mais severas).

Inicialmente, após a distinção fundamental entre relativismo semiótico, estrutural e discursivo, Lucy identifica, dentro da pesquisa existente sobre o RL (que, para ele, está localizado mais especificamente no que ele chama de relativismo estrutural), a grande separação entre modelos de pesquisa sobre o RL executadas por antropólogos e por psicólogos/psicolinguistas. Uma outra categorização, ainda, é a que

¹⁵⁵ “In the past, empirical tests of the language-and-thought question have not proven convincing to either side in the debate. We suggest this stalemate has come about, in part, because the language-and-thought question is not one but many. Whether language has an impact on thought depends, of course, on how we define language and how we define thought. But it also depends on what we take to be the criterion for ‘having an impact on.’”

separa a pesquisa sobre relativismo estrutural em pesquisa sobre léxicos e pesquisa sobre gramáticas.

Tendo identificado as categorias acima listadas com exemplos mais importantes de trabalhos em cada linha e os criticado com base em seus pontos fracos principais, é a partir destes que Lucy elabora o que ele chama de uma proposta para uma nova abordagem (na qual se encaixam, naturalmente, os seus trabalhos - cf., principalmente, Lucy, 1992a e 1992b).

Purgando a nova abordagem dos problemas das anteriores, aquela deveria (i) basear-se em comparações entre duas ou mais línguas; (ii) lidar com variáveis lingüísticas relevantes ao invés de um conjunto de vocabulário pequeno; (iii) avaliar o desempenho cognitivo dos sujeitos testados para além apenas de contextos verbais explícitos, possibilitando a medição da influência da língua na cognição e, principalmente, (iv) focar-se em categorias lingüísticas referenciais, ou seja, as que denotam relações ou elementos objetivos no mundo exterior, para que a medição do impacto cognitivo seja mais facilmente mensurável empiricamente (Lucy, 1996: 48-9).

Um exemplo principal seria o seu próprio trabalho de comparação da língua dos maia yucatec com o inglês norte-americano (Lucy, 1992a). Uma das diferenças principais entre essas duas línguas (requisito (i) acima) é que os falantes de maia yucatec marcam plural (requisito (ii) acima) em um conjunto relativamente menor de palavras, e essa marcação é opcional, ao contrário da marcação obrigatória do inglês. Os experimentos não-verbais envolvendo memorização e agrupamento de imagens de elementos referenciais (requisitos (iii) e (iv) acima) mostraram diferenças que se relacionam com as diferenças estruturais entre as línguas, uma vez que os falantes de maia yucatec mostraram-se sensíveis à questão de número apenas com objetos que, lingüisticamente, seriam denotados por substantivos que poderiam ser marcados com a categoria de número.

Uma avaliação de sua proposta, ainda que longa, deve ser citada pelo modo como explica resumidamente e simboliza bastante apropriadamente o espírito da pesquisa empírica sobre o RL dos neo-whorfianos:

Note-se que esta pesquisa inicia-se com uma comparação lingüística que coloca ambas as línguas no mesmo patamar. Localiza e então examina em detalhes um contraste léxico-gramatical pervasivo e semanticamente significativo, que é claramente relevante para uma série de outras línguas. Ela não tenta trabalhar dentro de uma única língua, nem considera o inglês como o padrão para avaliar as

outras línguas, nem focaliza uma categoria menor ou que ocorra raramente. A pesquisa então se pergunta sobre as possíveis implicações dos padrões linguísticos para a interpretação da experiência de forma geral. Essas implicações são então convertidas em previsões qualitativas específicas sobre a performance não-verbal de falantes individuais das línguas – tanto onde elas serão semelhantes quanto onde elas serão diferentes. Essas previsões são depois testadas com uma seqüência de tarefas simples usando materiais desenvolvidos para maximizar a interpretabilidade do mundo real. A pesquisa não olha simplesmente para os efeitos da língua em outros comportamentos verbais, nem molda a avaliação em termos de deficiências, precisão, ou de uma hierarquia de complexidade, e nem executa a avaliação sem consideração séria sobre o contexto cultural. Resumindo, embora muito permaneça por fazer especialmente com relação a traçar ramificações mais amplas desses padrões, o estudo articula uma abordagem de pesquisa nessa área que remedia muitas das deficiências dos trabalhos anteriores.¹⁵⁶ (Lucy, 1996: 51)

4.4. Dan Slobin e o “*thinking for speaking*”

Slobin (1996 e 2003) apresenta a sua proposta de implementação da metodologia de trabalho neo-whorfiana experimental mais ou menos como esboçada por Lucy acima. O foco da proposta de Slobin é a alteração dos termos do debate da influência da língua sobre o pensamento para termos mais especificamente processuais, que ele chama de *thinking for speaking* (que traduzirei como “pensar para falar”, preservando a idéia de que se trata de processos *online* que ocorrem durante os momentos de fala dos interlocutores). Para ele, a mudança de nomes abstratos (pensamento e linguagem) para nomes de atividades deve chamar mais atenção para os processos mentais que ocorrem durante as formulações das sentenças (Slobin, 1996: 71)¹⁵⁷.

Slobin segue uma orientação boasiana no sentido em que procura verificar quais são os efeitos específicos decorrentes de categorias gramaticais que *devem* ser expressas

¹⁵⁶ “Notice that this research begins with a linguistic comparison which places both languages on an equal footing. It locates and then examines in detail a pervasive and semantically significant lexico-grammatical contrast, one patently relevant to a wide array of other languages. It does not attempt to work within a single language, nor take English as the standard for assessing other languages, nor focus on a minor or rarely occurring category. It then asks about the possible implications of the linguistic patterns for the interpretation of experience generally. These implications are then converted into specific qualitative predictions about the nonverbal performance of individual speakers of the languages – both where they will be similar and where they will be different. These predictions are then tested with an array of simple tasks using materials designed to maximize real-world interpretability. The research does not simply look for language effects in other verbal behaviors, nor does it frame the assessment in terms of deficits, accuracy, or a hierarchy of complexity, nor does it undertake the assessment without serious consideration of the cultural context. In short, although much remains to be done especially with regard to tracing broader cultural ramifications of these patterns, the study articulates an approach to research in this area that remedies many of the deficiencies of earlier work.”

¹⁵⁷ Não deixa de ser um pouco irônico que a proposta já se inicia com a mudança dos termos linguísticos em que se coloca a questão, de modo que aparentemente Slobin parece esperar exercer influência retórica no modo como entendemos as questões colocadas.

em determinadas línguas (cf. discussão sobre Boas no capítulo anterior). O ponto principal é que quaisquer que sejam os efeitos específicos provenientes da organização específica de uma dada língua são relevantes e merecem atenção do pesquisador em RL (Slobin, 2003: 159).

Seguindo mais ou menos a proposta de explicitação metodológica de Lucy (ver acima), Slobin propõe as características da pesquisa experimental de foco no “pensar para falar”:

1. A pesquisa lida com uma seleção de línguas e com um domínio semântico codificado com frequência nelas.
2. O domínio semântico é codificado por construções gramaticais especiais ou por seleções lexicais obrigatórias em ao menos mais de uma língua dentre as estudadas.
3. O domínio específico é relativamente mais codificável em algumas dessas línguas.
4. A pesquisa lida com uma seleção de situações discursivas nas quais o domínio semântico é acessado regularmente. (Slobin, 2003: 161)

A proposta experimental é descrita de modo bastante claro, e os experimentos devem mostrar resultados cognitivos para além das ocasiões discursivas pura e simplesmente (cf. Lucy, acima). Assim, Slobin espera conseguir demonstrar diferenças na constituição da atenção e memória seletiva dos falantes de línguas diferentes com relação a domínios semânticos específicos (Slobin, 2003: 159).

Ainda que em teoria a proposta seja bastante interessante, é fácil perceber, ao menos através das descrições dos experimentos levados a cabo por Slobin e seus colaboradores e alunos, em vários lugares e estudando o pensar para falar em várias línguas (espanhol, alemão, hebraico, entre outras), que os efeitos extra-lingüísticos esperados não são demonstrados como extra-lingüísticos de maneira inequívoca, e ficamos com a sensação de que a pesquisa insiste na circularidade há muito criticada das propostas relativistas na lingüística. Analisemos o “experimento do sapo”.

Slobin e seus colaboradores apresentaram figuras representando eventos a falantes de várias línguas, e pediram que eles descrevessem os eventos. As figuras foram retiradas de um livro infantil intitulado “Frog, where are you?”. A primeira figura

representa um cachorro próximo a uma colméia e um menino sentado em um galho de uma árvore próxima. Na segunda figura, o cachorro aparece correndo, fugindo das abelhas, e o menino está caído no chão, provavelmente em consequência da fuga do cachorro.

A proposta dos experimentos envolve mostrar as figuras para falantes de várias línguas e várias faixas etárias e pedir que eles descrevam os eventos ali retratados. As diferenças no modo de narrar a “mesma” história aparecem nas narrativas de falantes de línguas que apresentam diferenças substanciais no modo de lidar com os eventos (por exemplo, línguas com mais possibilidades de marcação de aspecto *vs.* línguas com menos formas de marcação de aspecto, línguas com obrigatoriedade de marcação de eventos como presenciados pelo locutor ou não presenciados *vs.* línguas em que essa marcação não é obrigatória, e assim por diante). Para Slobin, os resultados das narrativas são relevantes como elementos de verificação da hipótese do RL na medida em que

O mundo não apresenta “eventos” e “situações” para serem codificados pela linguagem. Ao contrário, as experiências são filtradas através da linguagem em eventos verbalizados. Um “evento verbalizado” é construído *on-line*, no processo da fala. Humboldt, Whorf e Boas estavam certos em sugerir que as categorias gramaticais obrigatórias exercem uma função nessa construção.¹⁵⁸ (Slobin, 1996: 75)

Nesse sentido, a proposta de comparar produções discursivas incitadas pelas mesmas figuras é válida: a língua é o filtro a partir do qual “produzimos” os eventos no mundo. No entanto, o problema com a abordagem é que frequentemente ela mostra apenas que línguas diferentes falam sobre as “mesmas coisas” de modos diferentes. Ou seja, a verificação dos efeitos cognitivos extra-lingüísticos proposta como fundamental por Lucy e assim reconhecida por Slobin não é apresentada.

Temos, no exemplo do experimento do sapo, diferenças na representação temporal nos resultados de falantes de inglês e espanhol:

- (a) The boy *fell out*... and the dog *was being chased* by the bees. [literalmente: o menino caiu e o cachorro estava sendo perseguido pelas abelhas]

¹⁵⁸ “The world does not present “events” and “situations” to be encoded in language. Rather, experiences are filtered through language into verbalized events. A “verbalized event” is constructed *on-line*, in the process of speaking. Von Humboldt and Whorf and Boas were right in suggesting that the obligatory grammatical categories of a language play a role in this construction.”

- (b) Se *cayó* el niño y le *perseguían* al perro las avispas. [literalmente: se caiu o menino e lhe perseguiram ao cachorro as abelhas] (Slobin, 1996: 79)

As diferenças nos usos de construções imperfectivas/progressivas e perfectivas são entendidas como fundamentais para demonstrar diferentes “padrões de pensar para falar”. No entanto, ainda que os dados quantificados em tabelas demonstrando a ocorrência maior ou menor de um certo tipo de verbo em um certo tipo de língua sejam fornecidos, os experimentos não apresentam o resultado esperado do impacto destas diferenças em domínios cognitivos para além da língua (ao menos não nos dois textos citados, que se pretendem resumos das pesquisas feitas e em andamento), criando um desconfortável efeito de circularidade: as línguas produzem resultados diferentes nos enunciados linguísticos diferentes das línguas diferentes exatamente porque elas são línguas diferentes.

Um segundo exemplo, agora do texto de 2003, continua a tratar a questão da representação dos eventos como fundamental para diferenciar as línguas. Slobin separa as línguas estudadas em dois grandes grupos: as línguas orientadas para o satélite (como o inglês e o alemão) e as línguas orientadas para o verbo (como o francês e o português). As primeiras codificam informação de movimento no evento principalmente através de verbos compostos com preposições e expressões locativas, enquanto que as segundas confiam mais em verbos singulares (ou algo como “de uma palavra só”) para tanto. Os exemplos dessa diferença “fundamental” usados por Slobin (2003: 162) são:

- (c) The dog went *into* the house. [lit. o cão foi *para dentro* da casa]
(d) Le chien est *entré* dans la maison. (glosado por ele como “The dog *entered* the house” [lit. o cão entrou na casa *versus* o cão adentrou a casa]).

Para um ponto considerado tão fundamental para corroborar a sua hipótese do “pensar para falar”, esses exemplos parecem bastante inconclusivos. Primeiro, porque tanto em (c) quanto em (d) há “satélites” ligados aos verbos, que auxiliam a representação do movimento *para dentro de* algum local (note que o *dans* do francês não aparece em itálico no exemplo de Slobin). Segundo, porque, na glosa inglesa do exemplo (d), Slobin retira a preposição *dans*, usando o verbo *enter* como transitivo direto, o que mostra tanto que ele manipula o exemplo conscientemente quanto que o

inglês também possui verbos de movimento sem satélite, tão comuns e úteis como os primeiros. O ponto aqui não é o debate dos exemplos individualmente, e sim a percepção de que os resultados a que a metodologia de Slobin chega são questionáveis e circulares: as línguas possuem categorias gramaticais obrigatórias, que fazem com que seus falantes usem ou deixem de usar certos traços do evento “no mundo” no momento em que vão representá-lo com a língua. Isso parece bastante óbvio e pouco faz além do que Boas já tinha demonstrado: as línguas diferem naquilo que são obrigadas a dizer. No entanto, a mera diferença não é suficiente para demonstrar em que medida os domínios cognitivos da atenção e da memória (os explicitamente mencionados por Slobin) são afetados em falantes de línguas diferentes.

A proposta como um todo, no entanto, apresenta pontos positivos, especialmente por sistematizar a pesquisa inter-lingüística experimental de cunho relativista, e caminha no sentido de buscar os efeitos mensuráveis das diferenças entre as línguas nas cognições de seus falantes. A preocupação metodológica e a repetição dos experimentos em ambientes variáveis, por diversos pesquisadores em diversas instituições, com falantes de idades e línguas diferentes são os elementos positivos mais salientes da proposta neo-whorfiana experimental de Slobin e colegas.

4.5. Stephen C. Levinson: o domínio do espaço como espaço de controvérsia

Um dos domínios de grande interesse para os cientistas cognitivos interessados em corroborar experimentalmente a posição neo-whorfiana de que diferenças entre as línguas causam diferenças cognitivas perceptíveis é o da referência ao espaço.

O campo experimental mais interessante diz respeito às diferenças entre as línguas com termos de localização espacial relativos ao locutor (como a nossa) e as línguas com termos de localização espacial absolutos. O resultado é algo como “esquerda, direita, frente e trás” vs. “oeste, leste, norte, sul”. Levinson (1996: 182) descreve a língua tzeltal, da família maia, como não tendo termos que descrevam “to the left [para a esquerda]” ou “to the right [para a direita]”, como tendo os termos “face [rosto]” e “back [costas]” apenas relacionados a partes do corpo, e nunca ligados a referência espacial centrada no falante. Isso, já em estudos anteriores e em experimentos “informais”, havia mostrado que os falantes de tzeltal confundem imagens espelhadas ou não conseguem lidar com tarefas ligadas a inversões laterais.

Levinson (2003) descreve os resultados de experimentos feitos com falantes de tzeltal visando demonstrar que os sistemas de localização relativos causam certos efeitos cognitivos. Dentre as previsões iniciais de Levinson e seu grupo, estava a de que falantes de línguas de posicionamento absoluto devem se comportar melhor em tarefas de localização de coordenadas espaciais, como sul ou norte, bem como lidar melhor com tarefas de memorização de posicionamento de objetos quanto a seu posicionamento relativo independente do locutor (como A estar ao sul de B, e não à frente ou atrás do locutor). Os resultados apontam para uma maior capacidade dos falantes dessas línguas em relação aos falantes de línguas de posicionamento relativo, como as nossas.

Outro tipo de experimento para verificar os efeitos de se falar línguas de posicionamento absoluto é o de rotação: Levinson (2003: 41) descreve um exemplo no qual os sujeitos eram apresentados a uma seta posicionada sobre uma mesa, apontando para a esquerda/sul. Quando o falante sofria uma rotação de 180° e tinha que colocar a seta na mesma posição em que estava antes, se era falante de línguas de posicionamento relativo, posicionava-a virada para o leste (por causa do termo “esquerda”, que parte do interlocutor), e se era falante de línguas de posicionamento absoluto, posicionava a seta apontando para o sul (por causa do posicionamento fixo do sul, preferida por causa da língua). Diversos tipos de experimentos de rotação foram feitos pelos grupos de neo-whorfianos, como os que envolviam rotação e memorização da posição relativa de objetos nas mesas, e a maior parte deles demonstrou alguma influência da codificação linguística das relações espaciais em outros domínios cognitivos não-lingüísticos.

As referências em Gumperz & Levinson (1996) e Gentner & Goldin-Meadow (2003), tanto para experimentos que apresentam resultados favoráveis quanto para repetições dos experimentos que chegaram a conclusões não-relativistas ligadas ao domínio do espaço (cf. Li & Gleitman, 2002), serão mais úteis para o interessado nos rumos do RL contemporâneo e sua corroboração empírica do que este capítulo, que, dadas as dimensões desta tese, não pode se pretender como uma resenha muito extensa da pesquisa contemporânea sobre o RL.

4.6. Steven Pinker e os neo-whorfianos

Já analisei outro trabalho de Pinker no capítulo anterior em sua posição de crítico de Whorf. Em seu mais recente livro (Pinker, 2007: 124), o psicólogo

cognitivista nos fala que em seu livro de 1994 (Pinker, 2002) ele mesmo deu à hipótese Sapir-Whorf um *atestado de óbito*. No entanto, a proposta desse mesmo livro, cujo subtítulo, algo relativista, é “Language as a window into human nature [Linguagem enquanto janela para a natureza humana]”, e que se propõe a tratar, como tema principal, da semântica conceitual, parece apoiar em alguma medida uma versão menos radical do RL: a de que a língua que falamos influencia de alguma maneira a nossa “natureza humana”. O primeiro parágrafo do prefácio merece citação:

Há uma teoria de tempo e espaço subjacente ao modo como usamos as palavras. Há uma teoria da matéria e uma teoria da causalidade, também. Nossa língua tem um modelo de sexo dentro dela (aliás, dois modelos), e uma concepção de intimidade e poder e justiça. Divindade, degradação e perigo estão profundamente imersos em nossa língua materna, juntamente com uma concepção de bem-estar e uma filosofia do livre-arbítrio. Essas concepções variam nos seus detalhes de língua para língua, mas sua lógica geral é a mesma. Elas se somam tornando-se um modelo de realidade distintivamente humano, que difere de modos importantes da compreensão objetiva da realidade suplementada pelas nossas melhores ciência e lógica. Embora essas idéias estejam interconectadas à língua, suas raízes são mais profundas que a língua em si. Elas estabelecem as regras fundamentais para o modo como entendemos nosso entorno, como atribuímos crédito ou culpamos os nossos semelhantes, e como negociamos nossos relacionamentos com eles. Um olhar próximo para a nossa língua – nossas conversas, nossas piadas, nossos xingamentos, nossas disputas legais, e os nomes que damos aos nossos filhos – pode, por conseguinte nos dar um *insight* sobre quem nós somos.¹⁵⁹ (Pinker, 2007: 1)

Ora, excetuando-se o trecho breve “Essas concepções variam nos seus detalhes de língua para língua, mas sua lógica geral é a mesma”, a proposta é, em linhas gerais, parecida com as propostas relativistas menos extremas que foram apresentadas ao longo dos capítulos anteriores: a língua de uma comunidade reflete suas características mais profundas, e resta ao pesquisador verificar em que medida as influências entre língua, natureza, cultura e pensamento ocorrem, e em que sentido(s). Naturalmente, Pinker é um dos representantes dos inimigos ferrenhos do RL nas suas versões irrefletidas ou

¹⁵⁹ “There is a theory of space and time embedded in the way we use words. There is a theory of matter and a theory of causality, too. Our language has a model of sex in it (actually, two models), and a conception of intimacy and power and fairness. Divinity, degradation, and danger are also ingrained in our mother tongue, together with a conception of well-being and a philosophy of free will. These conceptions vary in their details from language to language, but their overall logic is the same. They add up to a distinctively human model of reality, which differs in major ways from the objective understanding of reality eked out by our best science and logic. Though these ideas are woven into language, their roots are deeper than language itself. They lay out the ground rules for how we understand our surroundings, how we assign credit and blame our fellows, and how we negotiate our relationship with them. A close look at our speech – our conversations, our jokes, our curses, our legal disputes, the names we give our babies – can therefore give us insight into who we are.”

deterministas, “fortes”, e o movimento do auto-proclamado “atestado de óbito” das idéias de Whorf para uma versão que nos parece bastante razoável de compreender a língua como o que nos torna humanos é algo que interessa sobremaneira para esta tese, especialmente na medida em que se aproxima da concepção de aspecto criativo/constitutivo geral da linguagem como será apresentado no próximo capítulo.

Assim, apresentar a visão dos neo-whorfianos sobre eles mesmos apregoada por um inimigo ferrenho também pertencente à classe dos cientistas cognitivos experimentais, porém inatista e universalista, é um jeito interessante de conhecer as limitações da pesquisa experimental e o debate de maneira mais generalizada.

A importância desse trabalho de Pinker está exatamente no fato de lidar com o problema da relação da linguagem com a natureza humana do ponto de vista semântico. Assim, a visão ingênua de que linguagem e pensamento são a mesma coisa é atacada fortemente, mas a influência da linguagem no pensamento não é descartada. Numa breve anedota, Pinker nos conta que, ao ouvir uma palavra estranha em sua própria língua, precisou recorrer a um colega mais ilustrado para conhecer o significado dela. A idéia de Pinker é que, ao menos em algum grau, alguma mudança em seu cérebro ocorreu quando ele aprendeu a nova palavra. Há, portanto, uma inegável influência da linguagem sobre a mente humana. Ainda que óbvia, essa afirmação abre caminho para entender a proposta “relativista” de Pinker: “(...) existe um modo pelo qual as palavras estão ligadas à realidade ainda mais diretamente. Elas não são apenas sobre fatos sobre o mundo e armazenadas na cabeça de uma pessoa, mas são entremeadas no tecido causal do mundo em si mesmo.”¹⁶⁰ (*loc. cit.*, p. 9). Tendo garantido essa parte do argumento, Pinker passa a se perguntar se a língua *determina* o pensamento, tornando mais difícil ou impossível pensar algumas coisas ou fugir da sua “prisão lingüística”.

4.6.1. As dez versões do RL para Pinker (2007)

É importante deixar claro, aqui, que a instância do RL a que Pinker se opõe é a versão forte, a do determinismo lingüístico. Assim, para apresentar o DL como uma teoria à qual se deve preferir a semântica conceitual, Pinker separa e critica dez

¹⁶⁰ “there is a way in which words are tied to reality even more directly. They are not just about facts about the world stored in a person’s head but are woven into the causal fabric of the world itself.”

diferentes “versões” do RL/DL ou, como ele as chama, “hipóteses de Whorf” (Pinker, 2007: 126ss.).

4.6.1.1. As versões banais: de 1 a 5

A primeira é a versão que diz que a língua afeta o pensamento porque adquirimos a maior parte do nosso conhecimento através das conversas e da leitura. Naturalmente, a banalidade dessa versão se dá porque ela nada mais faz do que definir língua como meio principal de comunicação dos seres humanos.

A segunda é a que diz que estruturas sentenciais nos obrigam a moldar os eventos de acordo com as características da nossa língua (como Slobin (1996) quis demonstrar com o experimento de narrativas em línguas diferentes partindo de figuras). Ainda que não comente o fato de que línguas diferentes criam moldes estruturais diferentes para os eventos (ou impedem a construção da representação dos eventos de certas formas – cf. acima, neste mesmo capítulo, a discussão de Slobin (1996) ou outros capítulos não discutidos de Gumperz & Levinson (1996) e Gentner & Goldin-Meadow (2003)), Pinker considera essa versão quase tão banal quanto a primeira, visto que os falantes de uma mesma língua não são *forçados* a moldar ou construir um evento de uma maneira específica, e podem fazer escolhas ou avaliar escolhas alheias no modo de construção dos eventos.

A terceira versão é a que diz que o inventário lexical de uma língua reflete o tipo de coisas com as quais os falantes de uma língua têm que lidar em suas vidas e, portanto, sobre as quais podem pensar. A banalidade dessa versão do relativismo já foi demonstrada em vários lugares acima nesta tese, em especial com relação à grande farsa do vocabulário esquimó. Pinker ressalva, no entanto, que, mesmo dentro de uma comunidade de falantes de uma mesma língua, é possível que o aprendizado ou uso constante de certos conjuntos lexicais gere maior familiaridade ou interesse com aquele campo semântico ou aquele aspecto do mundo.

A quarta versão é a que confunde *língua* com o inventário de significados possibilitados por ela (excluindo daí o aspecto gramatical ou material da língua) e que, portanto, identifica diretamente língua e pensamento. Essa versão é naturalmente vácuca pela própria confusão que faz com relação ao uso do termo *língua*.

A quinta versão é curiosa porque envolve uma espécie de meta-formulação do RL. O exemplo de Pinker é o de experimentos para testar a hipótese whorfiana: ao se entregarem três fichas de cores verde, azul e azul esverdeado para um sujeito e solicitar que ele escolha as duas que pertencem à mesma categoria, a natureza ambígua da proposta do experimento fará com que o sujeito escolha as duas que, em sua língua, sejam descritas pelo mesmo nome. Assim, os nomes das entidades são atributos relevantes para os falantes das línguas. O que Pinker nos diz aqui é que a escolha do falante não diz respeito ao modo como ele efetivamente pensa, mas sim ao modo como ele tem que executar uma tarefa ambígua e mal-formulada, utilizando-se da língua. Para Pinker, trata-se de um modo de influência da língua no pensamento, mas um modo vazio, já que motivado por uma formulação de tarefa pouco clara e com pouca relevância.

4.6.1.2. As versões mais interessantes: 6 e 7

A sexta versão diz respeito ao fato de que podemos usar a língua objetivamente como um dos modos de acesso à nossa memória de trabalho/de curta duração (*working memory*), através de pequenos trechos de fala interior, chamados por Pinker de *loops* fonológicos. Eles auxiliam computações mentais do mesmo modo que a memória de trabalho de um computador. Assim, o uso da versão física da língua como *medium* para a memória de trabalho facilita a computação mental (por exemplo, matemática, mnemônica ou lógica). Da mesma forma, a presença de certos termos para expressar conceitos complexos em certas línguas ou grupos lingüísticos favorece a computação mental acerca do campo conceitual em questão, já que o processamento pode lidar com aquele conceito como um “pacote” fechado pelo termo, liberando espaço de trabalho para o restante do processamento. Esta versão do RL não é determinista para Pinker (nem “*completely boring* [completamente chata]”) pois as línguas não são objetos estanques e podem se alterar através de neologismos, empréstimos, processos de gramaticalização, entre outros processos criativos e expansivos. Um outro ponto importante para ele é que muitos dos *loops* fonológicos que utilizamos na memória de trabalho não são exatamente lingüísticos: pode se tratar de códigos, abreviações, siglas, expressões mnemônicas, números, entre outros. Pinker relata o experimento feito por Stanislas Dehane e Elizabeth Spelke com falantes de inglês e russo, no qual os falantes

respondiam perguntas sobre somas de números de dois dígitos de duas formas: de forma aproximada e de forma exata. Para lidar com resultados aproximados, os falantes utilizavam um sistema de cálculo mental, enquanto que para lidar com resultados exatos, os falantes freqüentemente fizeram uso de *loops* fonológicos do tipo “palavras mentais” para auxiliar na computação.

A sétima versão é a que diz que línguas diferentes forçam os falantes a prestar atenção a certos aspectos do mundo quando os obrigam a dizer certas coisas. Assim, o inglês e o português nos forçam a pensar em quando os eventos acontecem e em suas estruturas temporais, enquanto que o turco nos força a dizer sempre se um evento foi presenciado pelo falante ou se eles souberam dele por outrem. Expressões para lidar com o domínio do espaço fazem a mesma coisa: os falantes de inglês são obrigados a distinguir *in* de *on*, que são duas preposições que denotam relações espaciais geralmente denotadas pela mesma preposição em português. Neste ponto, podemos mencionar os experimentos e pesquisas neo-whorfianas (algumas resenhadas neste capítulo) como Pinker também faz. A sua crítica, no entanto, se parece com a que já esbocei acima: o fato de falantes de uma língua serem obrigados a prestar atenção a certos aspectos da realidade não quer dizer, em absoluto, que eles não sejam capazes de lidar com os aspectos não obrigatórios em suas línguas. Assim, temos meios de dizer se o evento foi presenciado por nós ou se soubemos dele por outrem também em português e inglês.

4.6.1.3. As versões genuinamente deterministas: de 8 a 10.

A oitava é a que diz que as palavras e estruturas gramaticais exercem efeito profundo no modo como pensamos, mesmo quando não estamos usando a língua.

A nona é a versão radical que iguala pensamento e linguagem em todos os aspectos, postulando que a língua é o próprio *medium* do pensamento. Daí deriva a consequência de que não se pode pensar sobre um conceito que não tenha a ele anexada uma palavra.

A décima, finalmente, é a mais radical: se duas culturas falam línguas cujos repertórios de conceitos/palavras são diferentes, suas crenças são incomensuráveis, e a comunicação entre elas é impossível. Esta é a versão que Pinker identifica em Whorf.

Essas versões fortes do RL são as que Pinker chama de versões tradicionalmente *sexies*, ou “sedutoras”. São as versões chocantes, mas que atraem as pessoas com uma

aura de misticismo e fascínio. As versões triviais pouco interessam, e as versões que Pinker considera interessantes se confundem em alguma medida com as determinísticas, mesmo na pesquisa experimental contemporânea. Para ele (*loc. cit.*, p. 135-6), uma demonstração da validade do determinismo relativista precisa mostrar três coisas: (a) que os falantes de uma certa língua consideram extremamente difícil, ou mesmo impossível, pensar algo que seja natural para falantes de uma outra língua; (b) que a diferença encontrada é genuinamente de raciocínio (ou, nas palavras de Lucy acima, extra-lingüísticas), e não apenas de linguagem ou misturada com a linguagem, o que impossibilita a medição objetiva do experimento através de resultados subjetivos demais e (c) que a diferença encontrada seja causada pela língua específica, e não encontrada por outras razões e apenas refletida na língua. Até onde fui com a pesquisa desta tese, não encontrei nenhum experimento que conseguisse provar o determinismo lingüístico nesse grau.

4.6.2. O anti-determinismo de Pinker (2007)

Uma das auto-proclamadas comprovações do determinismo lingüístico, a de Peter Gordon com seu estudo dos índios brasileiros pirahã, é usada por Pinker como parte do argumento para a refutação do DL. Gordon (2004) afirma que os pirahã só possuem termos numéricos equivalentes a “um”, “dois” e “muitos”. Por isso, o resultado das tarefas experimentais de contagem a que eles chegaram foram muito insatisfatórios, afirma. No entanto, Pinker cita um estudo similar com outra tribo amazônica, a dos mundurukú, estudada por Dehaene e Pica (cf. Pinker, 2007: 140), cuja língua possui termos de números que vão de “um” a “cinco”. Os resultados dos testes deveriam ser ligeiramente melhores, o que não aconteceu. A argumentação é simples: a dificuldade nos testes com contagem e enumeração nessas tribos não se dá por falta de vocabulário de números, mas, antes pela falta de necessidade cultural do estabelecimento de sistemas complexos de contagem. Essas tribos lidam com a enumeração dos objetos de modo diferente, identificando individualmente cada um deles, e é a ausência da necessidade cultural de um sistema complexo de contagem que causa a existência de poucos termos numéricos, e não o contrário.

Mais adiante (*loc. cit.*, p. 141ss.), Pinker critica os experimentos feitos por Levinson e seu grupo com os falantes de tzeltal (mencionados na seção anterior),

mostrando que eles falham nos três requisitos para a comprovação das versões fortes/deterministas do RL. Para começar, a aparente dificuldade que os falantes de tzeltal têm em organizar os objetos nos experimentos de rotação em que lhes são apresentadas seqüências de objetos da esquerda para a direita que, tendo eles sido girados 180° para uma outra mesa e tendo sido solicitados que produzam “a mesma” seqüência, os falantes de tzeltal não produzem a mesma seqüência relativa a eles (da esquerda para a direita), mas produzem a seqüência relativa ao posicionamento absoluto dos objetos. Para Levinson, tais resultados mostram que a língua dos tzeltal, que possui termos de localização espacial como “morro acima” e “morro abaixo” ao invés de “para cima” ou “para baixo”, influencia seus falantes em tarefas simples, de modo que eles não conseguem reproduzir seqüências de objetos relativas a eles mesmos. Para Pinker, as causas são várias. Primeiro, o falante interpreta o pedido de produzir “a mesma” seqüência de modo ambíguo, e resolve o problema da maneira tão ambígua quanto a própria formulação do problema. Isso se dá especialmente porque, no dia-a-dia da comunidade dos falantes de tzeltal, eles se utilizam da localização com termos espaciais geocêntricos com maior freqüência do que a localização egocêntrica que, para nós, falantes de inglês ou português, é mais saliente. Os tzeltal vivem a vida sob a sombra de uma grande encosta de montanha, e a localização das coisas, mesmo relativas a elas próprias, é mais facilmente memorizada e referida com termos de localização que levam em conta a montanha como um grande ponto de referência.

Para Pinker, portanto, os experimentos se apresentam de forma ambígua, e os sujeitos fazem o que podem para completá-los. Assim, não é a sua língua que impossibilita a realização adequada da tarefa. Por um lado, a tarefa pode ser replicada (e foi, como se vê em Li & Gleitman, 2002, trabalho também citado por Pinker) de forma a minimizar as diferenças, e, por outro, o sentido da influência causal é o da cultura para a língua, assim como vimos com as tribos amazônicas acima que têm poucos termos para numerais. Os melhores experimentos neo-whorfianos, portanto, ainda são insuficientes para corroborar qualquer versão forte, sexy e não tediosa (nas palavras de Pinker) do RL.

4.7. *Levinson e o anti-universalismo*

Como Pinker, um anti-relativista, recebeu foco bastante grande neste capítulo, acho justo que Levinson receba a posição de última palavra. Especialmente porque percebe-se que, mesmo que dentro da grande área da pesquisa em psicologia e lingüística cognitivistas experimentais, os dois fazem parte de tradições diferentes, e são oponentes em um debate que envolve prestígio acadêmico, financiamento, paradigmas científicos, e, em última instância, que re-encena o debate básico entre racionalistas e empiristas.

Levinson é um dos representantes mais importantes do relativismo neo-whorfiano. Seus trabalhos na área de pragmática e de psicolingüística experimental vêm se tornando referência básica há décadas. No texto citado de 1996, além de também apresentar a questão do *tzeltal*, Levinson constrói uma argumentação contrária às teorias universalistas e inatistas.

Levinson identifica o que chama de inatismo simples com as teorias universalistas da sintaxe (ligadas geralmente a Chomsky) e da semântica (ligadas aos trabalhos de Jerry Fodor). Para Levinson, é improcedente o argumento que diz que as variações entre as línguas são apenas “ruído” e que todas as línguas são essencialmente a mesma em um nível mais profundo.

Seu principal argumento é contra a semântica universal de Fodor: não há, diz Levinson (2003: 26), nenhum mecanismo biológico que corrobore a tese do universalismo da semântica: não há nenhum aparato biológico que garanta a universalidade e o inatismo de um sistema de armazenamento de significados que nos dá todos os significados de todas as palavras em todas as línguas. Assim, a cultura é responsabilizada por lidar com a maior parte dos conteúdos das línguas (ao menos, afirma Levinson, o significado), ao mesmo tempo em que esses conteúdos recebem restrições de nossa dotação biológica inata, especialmente a capacidade de aprendizado.

Assim, ao invés de colocar o foco principal no aparato biológico, a pesquisa em língua e pensamento deve entender o aparato biológico como o responsável por colocar limites no aprendizado, capacitar a percepção da diferença biológica e prever as possibilidades das diferentes línguas. Trata-se de uma espécie de nativismo cuja ênfase recai sobre o ambiente, invertendo os papéis, por exemplo, das teorias inatistas dos chomskyanos (que, por sua vez, não descartam o componente externo, cultural, mas

antes, dão-lhe pouquíssima importância, já que o produto final, a língua, é basicamente a mesma que qualquer outra língua que o indivíduo poderia aprender). Para Levinson,

O Nativismo Simples bloqueou a discussão sensata e bem-informada sobre a relação entre linguagem e pensamento durante décadas. Uma vez que os fatos sobre a diversidade lingüística sejam apreciados apropriadamente, ficará claro que o Nativismo Simples deixa de ser de qualquer interesse real.¹⁶¹ (Levinson, 2003: 28)

A crítica à visão do nativismo simples de Levinson baseia-se no fato de que, até hoje, não foram encontrados universais lingüísticos substanciais. Ao comentar uma passagem de Li & Gleitman (2002: 266) que termina com a afirmação “as gramáticas e léxicos de todas as línguas são amplamente similares”¹⁶², Levinson conclui que não há nenhum sentido de “amplamente” que torne a afirmativa verdadeira. Isso porque

Se houvesse, os lingüistas poderiam produzir uma enorme quantidade de universais lingüísticos absolutos – mas eles não podem fazê-lo. Como Greenberg (1986, 14) colocou, ou os universais da linguagem são triviais (“Todas as línguas faladas têm vogais”) ou eles são generalizações condicionais com generalidade estatística. É fundamentalmente importante para a ciência cognitiva que não se perca de vista o alcance da variação lingüística humana.¹⁶³ (Levinson, 2003: 28)

Após listar alguns domínios em que considera haver variação substancial entre as línguas (como o domínio do espaço, dos termos de cores, entre outros), Levinson conclui que a visão do nativismo semântico simples, como sustentada por Gleitman, Pinker e Fodor, deve ser falsa, pelo simples fato de que não se encontram universais substantivos na semântica das línguas. Porém, o debate também é ideológico, como já apontei em outros momentos desta tese. Se o relativismo tem seu lado caridoso, o universalismo também tem uma justificativa igualitária: a independência entre pensamento e da linguagem possibilita a liberdade de vontade e ação.

Então, o whorfianismo e o determinismo lingüístico têm que ser impossíveis! Este imperativo moral não cabe aqui, não somente porque não estamos no ramo

¹⁶¹ “Simple Nativism has blocked sensible and informed discussion of the relation between language and thought for decades. Once the facts about linguistic diversity are properly appreciated, it will be clear that Simple Nativism ceases to be of any real interest.”

¹⁶² “the grammars and lexicons of all languages are broadly similar”.

¹⁶³ “If there were, linguists could produce a huge range of absolute linguistic universals – but they cannot do so. As Greenberg (1986, 14) has put it, either language universals are trivial (“All spoken languages have vowels”), or they are conditional generalizations with statistical generality. It is fundamentally important to cognitive science that the range of human linguistic variation is not lost sight of.”

da pregação, mas também porque, a despeito de alguns usos lingüísticos incautos, ninguém, nem mesmo Whorf, jamais considerou que o nosso pensamento está nas garras infernais da nossa língua.¹⁶⁴ (Levinson, 2003: 33).

É bastante curioso que ambos os lados do debate se utilizem do argumento de que o outro lado é anti-democrático, determinista e não-igualitário.

Em um último argumento contra a semântica cognitiva universal (como a defendida por Fodor), Levinson diz o seguinte: se todos os sistemas conceituais são derivados de primitivos semânticos universais (para Levinson, 20 ou 100, tanto faz), o que se pode fazer quando se encontra uma língua com uma palavra cujo significado não pode ser deduzido do inventário universal de primitivos? Criar mais um primitivo, naturalmente. Esse tipo de universalismo não serve como bom modelo científico, afirma Levinson, pois cria uma teoria não-falsificável. Quaisquer elementos muito diferentes do padrão serão simplesmente incorporados ao padrão, inflando o conteúdo dito “universal” do núcleo semântico universal biologicamente determinado, prevendo o absurdo de que todos os seres humanos devem possuir um inventário de primitivos semânticos fixo (aumentado pelos teóricos a cada nova descoberta aberrante), ainda que nem todos os primitivos sejam usados (e, então, teríamos de nascer com os primitivos que permitem os conceitos como “computador”, “MP3”, ou “hambúrguer” em qualquer lugar do mundo ou em qualquer época em que nascêssemos como falantes de qualquer língua natural).

Qualquer acordo mais pacífico entre os dois lados do debate está longe de acontecer. No entanto, os construtos teóricos racionalistas cognitivistas aliados a uma percepção mais aberta da variação entre as línguas poderia produzir um meio-termo bastante produtivo, como programa de pesquisa revolucionário e, talvez, mais produtivo. Por exemplo, para que Pinker fosse forçado a se tornar um neo-whorfiano, bastaria que as diferenças substanciais entre as línguas eliminassem a barreira teórica do universalismo semântico, e sua visão de “língua como janela para a natureza humana” ganharia em riqueza heurística, e sua posição de que a língua exerce alguma influência no modo como somos e pensamos deveria ganhar naturalmente a decorrência de que as diferenças entre as línguas produzem influências diferentes (ou seja, a hipótese do RL seria deduzida de seu próprio trabalho).

¹⁶⁴ “So Whorfianism and linguistic determinism *have* to be impossible! This moral imperative is beside the point, not only because we are not in the preaching business, but also because, despite some incautious language, no one, not even Whorf, ever held that our thought was in the infernal grip of our language.”

Não é exatamente esse compromisso que procuro com esta tese, mas pode-se dizer que, se vier a existir, ele se aproxima de algo nesse sentido. Com o próximo capítulo, pretendo mostrar que as possibilidades criativas da linguagem são uma maneira de valorizar as hipóteses relativistas, eliminando, ao mesmo tempo, o perigo do determinismo total.

Capítulo 5 – O aspecto criativo e o relativismo

O objetivo específico deste capítulo é costurar as diferentes visões sobre o aspecto criativo da linguagem, sobre a linguagem como atividade constitutiva, como sistema aberto e criativo, em uma posição que dê algum sentido para as propostas relativistas, tentando ligar esses dois temas de alguma forma significativa.

Antes disso, um dos pontos de partida mais importantes deve ser a tentativa de estabelecer coerência a partir da multiplicidade de referências, visões, posicionamentos e tempos distintos, ao definir o que chamo aqui de aspecto criativo. Nas seções a seguir, apresentarei visões formais, discursivas e filosóficas da capacidade criativa da linguagem, visando definir, em última instância, através da multiplicidade da caracterização disso que podemos chamar ora de uma propriedade ora de uma função da linguagem, a própria capacidade criativa e constitutiva da linguagem.

Desse modo, o primeiro passo seria demonstrar a proposta de que a linguagem, por definição, pode ser entendida como a capacidade abstrata do estabelecimento de relações inter-subjetivas, ao possibilitar o processo de significação e representação, de externalização dos pensamentos mais íntimos de modo que eles se tornem acessíveis, de construção e compartilhamento do conhecimento como um todo. A bibliografia disponível seria imensa, mas creio ser necessário, de início, apenas um dos textos ficcionais do Borges argentino, *A Biblioteca de Babel* (Borges, 1972: 84ss.), para exemplificar o poder criativo do sistema produtivo da linguagem através de seus elementos discretos combinados de acordo com regras sintáticas pré-estabelecidas finitas em expressões de número (quase) infinito.

Borges alega não ter sido o primeiro a descrever a biblioteca em questão (Borges, 1972: 13): ela já teria sido referida por Aristóteles em sua discussão sobre Demócrito – filósofo grego do século V a.C. responsável pelo atomismo que em parte fundamenta grande parte das gramáticas antigas (cf. Neves, 2002 e 2005, por exemplo). De qualquer modo, a formulação dada pelo escritor argentino é impressionante: a biblioteca é descrita como sendo composta por um número *indefinido* de salas hexagonais, nas quais quatro paredes sustentam prateleiras com um número fixo de livros, e duas servem de conexão com os outros hexágonos. O mais interessante é a

descrição do conteúdo efetivo da biblioteca: não há livros idênticos, todos os livros são compostos pela combinação de vinte e dois caracteres, além do ponto, da vírgula e do espaço, e o estudioso que chegou a essas conclusões, na ficção borgiana, também

deduziu que a Biblioteca é total e que suas prateleiras registram todas as possíveis combinações dos vinte e tantos símbolos ortográficos (número, ainda que vastíssimo, não infinito), ou seja, tudo o que é dado expressar: em todos os idiomas. Tudo: a história minuciosa do futuro, as autobiografias dos arcanjos, o catálogo fiel da Biblioteca, milhares e milhares de catálogos falsos, a demonstração da falácia do catálogo verdadeiro, o evangelho gnóstico de Basílides, o comentário desse evangelho, o comentário do comentário desse evangelho, a relação verídica de tua morte, a versão de cada livro em todas as línguas, as intercalações de cada livro em todos os livros. (Borges, 1972: 88-9)

Ora, aqui temos a formulação mais completa daquilo que os autores têm considerado como sendo o caráter aberto da linguagem, ou a sua propriedade de poder gerar (quase) infinitas expressões a partir de um número finito de elementos atômicos e, em níveis mais complexos de estrutura gramatical, de regras de combinação fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas, textuais, pragmáticas, discursivas e mesmo estilísticas, artísticas, literárias. A linguagem possibilita a *criação* pelo seu próprio modo de constituição, e, ao mesmo tempo em que a possibilidade da criação indefinida e eterna assombra pela vastidão e da possibilidade da incomensurabilidade, estabelece-se uma tensão dialética entre a potencialidade da criação infinita e a virtualidade de que tudo já foi dito e já figura tanto nas estantes indefinidamente numerosas da biblioteca de Babel quanto no poço indefinidamente extenso da experiência humana. Assim,

Não posso combinar certos caracteres

dhcmrlchtdj

que a divina Biblioteca não tenha previsto e que nalguma de suas línguas secretas não contenham um terrível sentido. Ninguém pode articular uma sílaba que não esteja cheia de ternuras e de temores; que não seja nalguma dessas linguagens o nome poderoso de um deus. Falar é incorrer em tautologias. Esta epístola vazia e palavrosa já existe num dos trinta volumes das cinco prateleiras de um dos incontáveis hexágonos – e também sua refutação. (Um número n de linguagens possíveis emprega o mesmo vocabulário; em alguns, o símbolo *biblioteca* admite a correta definição *ubíquo e perdurável sistema de galerias hexagonais*, mas *biblioteca* é *pão* ou *pirâmide* ou qualquer outra coisa, e as sete palavras que a definem têm outro valor. Tu, que me lêes, estás seguro de entender minha linguagem?) (Borges, 1972: 93)

A tensão entre sistema e criação está colocada de forma bastante clara aqui: se não há seqüência de caracteres que já não exista na biblioteca, nada de novo pode ser feito, como já diz o prólogo da comédia *Eunuco* do romano Terêncio, no século II a.C.¹⁶⁵. No entanto, o mecanismo gerativo da biblioteca é composto apenas de 25 elementos, a produtividade do sistema fixo via criatividade estaria garantida. “Falar é incorrer em tautologias” é a sentença-chave da citação acima; se tudo que pudermos dizer já está dito em potencial em alguma das múltiplas linguagens possíveis a partir dos mesmos sistemas de base finitos e econômicos, a linguagem humana não é nada além do redizer de expressões contáveis, finitas e pertencentes a um conjunto de conjuntos de expressões, palavras, idioletos, idiomas, línguas e linguagens que abarca toda a possibilidade das línguas humanas. Assim, esta tese já foi escrita com as mesmas palavras em algum outro lugar, em algum outro tempo, e estará disponível na biblioteca borgeana. Por outro lado, a indefinição quanto ao tamanho final do tesouro da linguagem abarcado na metáfora da biblioteca se garante pelas possibilidades criativas do próprio sistema, e cada simples variação em algum enunciado ou em algum dos livros da biblioteca gera um novo enunciado, um novo exemplar nas intermináveis estantes.

Dessa forma, a aparente contradição implícita no texto de Borges derivada do fato de a biblioteca ser descrita como indefinidamente grande, mas não infinita, apesar de conter todas as coisas que pudessem vir a ser ditas¹⁶⁶, resolve-se da seguinte maneira:

Acabo de escrever *infinita*. Não interpolei esse adjetivo por um costume retórico; digo que não é ilógico pensar que o mundo é infinito. Aqueles que o julgam limitado, postulam que em lugares remotos os corredores e escadas e hexágonos podem cessar inconcebivelmente – o que é absurdo. Aqueles que imaginam sem lindes, esquecem que os abrange o número possível de livros. Ouso insinuar esta solução do antigo problema: *a Biblioteca é ilimitada e periódica*. Se um eterno viajor a atravessasse em qualquer direção, comprovaria ao fim dos séculos que os mesmos volumes se repetem na mesma desordem (que, reiterada, seria uma ordem: a Ordem). Minha solidão alegra-se com essa elegante esperança. (Borges, 1972: 94)

¹⁶⁵ A passagem, assombrosa, em que Terêncio se defende de detratores que lhe acusaram de ter traduzido peças gregas para o latim que já tinham sido traduzidas anteriormente por outros autores latinos, é a seguinte (verso 41): “nullumst iam dictum quod non dictum sit prius.”, ou seja, “Nada há que já foi dito que não tenha sido dito antes”.

¹⁶⁶ A formulação mais clara de Borges sobre isso está em nota de rodapé: “Repito-o: basta que um livro seja possível para que exista. Somente está excluído o impossível. Por exemplo: nenhum livro é ao mesmo tempo uma escada, ainda que, sem dúvida, haja livros que discutem, neguem e demonstrem nessa possibilidade e outros cuja estrutura corresponde à de uma escada.” (Borges, 1972: 92, nota)

Tal infinitude se dá graças ao que chamo de aspecto criativo. A tensão constante entre o conteúdo limitado, definido e contável resultante da concepção de linguagem como mero repositório de expressões prontas¹⁶⁷ e a infinitude selvagem permitida pela criatividade que passa por cima do próprio sistema lingüístico e gera novas línguas a cada instante de uso lingüístico¹⁶⁸ só poderá se resolver se o aspecto criativo for delimitado de modo a poder ser elemento fundamental na superação da tensão entre esses dois pontos aparentemente extremos da escala das concepções de linguagem.

É curioso notar que desde o alvorecer dos estudos gramaticais no ocidente, a tradição atomista considera o processo morfológico e sintático sempre como resultante de combinação de símbolos atômicos. Borges está, na verdade, retomando a concepção estóica e epicurista de Demócrito, Leucipo e Epicuro, mais tarde absorvida na teoria da linguagem de Aristóteles (mais uma vez, cf. Neves, 2002 e 2005). Para essas concepções, o mundo é feito de átomos que caem indeterminadamente e que se unem ao acaso, resultando em construções maiores. A base dessa física atomista vai se expandir inclusive para as teorias da linguagem entre os gregos, e uma discussão da origem da linguagem nesses termos pode ser encontrada no poema didático do romano Lucrecio, *De Rerum Natura* (“sobre a natureza das coisas”), que resume as doutrinas filosóficas de Epicuro.

Passemos aos modos mais específicos de concepção de aspecto criativo. Aquilo que chamo ao longo da tese de *aspecto criativo* foi chamado de maneiras diferentes, e entendido de maneiras diferentes, de modo que precisarei sistematizar suas diferentes formulações. Assim, enquanto para alguns autores, como veremos na seção 5.1, o aspecto criativo é uma característica puramente formal das línguas, para outros, como os pensadores dos séculos XVIII e XIX, representados fundamentalmente por Humboldt, cuja concepção é adotada posteriormente por Cassirer, Schaff e Steiner, é uma alternativa a ver a língua como produto fechado, de forma que ela passe a ser entendida como processo/atividade (seção 5.2). Finalmente, para Franchi e seus leitores (seção 5.3), a linguagem passa a ser vista como uma espécie de fusão ou antes de

¹⁶⁷ Esse é o único lugar de onde poderia surgir uma concepção de língua como simplesmente responsável por etiquetar os objetos e conceitos fixos do mundo, de forma que as diferentes línguas pudessem ser vistas anti-relativisticamente como diferentes nomenclaturas para a mesma realidade e conjunto de conceitos. Essa concepção, como veremos, não se dá bem com a noção de aspecto criativo como discuto neste capítulo.

¹⁶⁸ Que parece ser o lugar em que se vislumbram línguas incomensuráveis entre si, resultantes da atividade histórica idiossincrática de cada povo ou grupo de falantes, cenário ideal para a corroboração do relativismo radical e do determinismo lingüístico. Essa concepção também será descartada aqui.

transcendência das duas posições anteriores, e sua formulação de atividade constitutiva encerra o capítulo.

5.1. Analogia, recursividade e o aspecto formal do aspecto criativo

Esta seção une pensadores radicalmente distantes, tanto temporal quanto conceitualmente, em um histórico seletivo dos modos como se pode considerar a linguagem como sistema aberto pelas suas características formais. Assim, Varrão, gramático romano do século I a.C., propunha que a analogia é, em grande medida, responsável por permitir que aprendamos a língua, já que, sem os sistemas de regularidade paradigmática, estaríamos perdidos com um sistema que é meramente um inventário caótico de palavras ou formas aleatoriamente escolhidas.

Para preencher ao menos em alguma escala a lacuna temporal e teórica, a visão de analogia de Saussure discutida representa o modo como a analogia é relacionada com a capacidade criativa das línguas pelos estruturalistas em geral, para finalmente ligar os dois autores à concepção de Chomsky de criatividade fundamentada na noção de regularidade.

5.1.1. Varrão e a analogia

Através da leitura de Varrão se pode perceber que o enciclopedista já teria reconhecido o potencial do aspecto criativo não só como presente na linguagem, mas também como fundamental para ela. É importante nesse momento retomar as discussões sobre a teoria lingüística / gramatical de Varrão conforme, por exemplo, nos apresentam os textos de Collart (1978) e Taylor (1977), além dos estudos recentes desenvolvidos em solo brasileiro sobre o autor, como a tese de doutoramento de Coradini (1999) e, por exemplo, Gonçalves (2005), Valenza (2006) e Ruy (2006).

Do ponto de vista do que se pode identificar como um sistema ou uma teoria gramatical em Varrão, é possível esquematizá-lo da seguinte forma: as palavras são “criadas” pelo mecanismo de *impositio*, o que é discutido ao longo dos outros três livros que restaram da obra (que deveria ter 25 livros no total), do V ao VII, do ponto de vista da etimologia. A partir do momento que uma palavra é *imposita* (criada, imposta, postulada), ela passa a existir e ser parte do sistema da língua, e, portanto, passa a fazer

parte de paradigmas de conjugação ou declinação (ou, se indeclinável, de nenhum dos dois). O pertencimento a algum dos dois sistemas faz com que seja possível que a palavra sofra modificações em sua forma para poder ser usada em certa expressão, o que, para Varrão, recebe o nome de *declinatio*. A *declinatio* pode ser *naturalis* ou *uoluntaria*. A declinação (ou flexão) que Varrão chama de natural nada mais é do que aquela exigida pelos paradigmas existentes na língua, ou seja, trata-se de um processo simples de flexão morfológica. A declinação voluntária é aquela que transforma a palavra de acordo não com as necessidades naturais das declinações ou conjugações, mas com a vontade do usuário, e que, portanto, depende das possibilidades estabelecidas pela *consuetudo*, ou “uso”, que depende não do falante comum, mas das possibilidades estabelecidas pelos falantes imbuídos da autoridade lingüística de criação de novas palavras a partir das existentes, e, de certa forma, pode ser aproximada do processo morfológico descrito contemporaneamente como derivação morfológica.

Varrão explica os dois processos de *declinatio* da seguinte maneira:

Os tipos de declinação são dois: a voluntária e a natural. A voluntária é aquela em que se declina tal como a vontade de cada um impeliu. Assim, depois que três pessoas compraram escravos em Éfeso, eventualmente um deles declina o nome do escravo a partir do nome daquele que o vendeu, Artemidoro, e o chama de Artema, outro deles nomeia o seu escravo a partir da região de onde comprou, e o chama Íon, da região da Jônia, e outro chama seu escravo de Efésio, a partir do nome da cidade de Éfeso. Assim, cada um nomeia seu escravo por motivo diferente, como se viu.

Por outro lado chamo de declinação natural não a que provém da vontade dos indivíduos, mas a que vem do consenso comum. Dessa forma, tendo sido colocados os nomes naqueles escravos, todos declinam os casos e dizem da mesma forma os genitivos *Artemidori* (de Artemidoro), *Ionis* (de Ion) e *Ephesi* (de Efésio), assim como os declinam em todos os outros casos. (Varrão, De Lingua Latina, VIII, 21-2)¹⁶⁹

A explicação é bastante clara, e envolve os dois mecanismos fundamentais do sistema varroniano: a *impositio* dos nomes dos escravos segue o processo de *declinatio uoluntaria* pois os donos individuais exercem seu direito de chamar seus escravos do que bem entenderem, bastando que haja derivação do nome a partir de outro já disponível (por isso, aqui, não se trata de *impositio* no sentido estrito, e sim de

¹⁶⁹ “Declinationum genera sunt duo, voluntarium et naturale; voluntarium est, quo ut cuiusque tulit voluntas declinavit. Sic tres cum emerunt Ephesi singulos servos, nonnunquam alius declinat nomen ab eo qui vendit Artemidorus, atque Artemam appellat, alius a regione quod ibi emit, ab Ionia Iona, alius quod Ephesi Ephesium, sic alius ab alia aliqua re, ut visum est.

Contra naturalem declinationem dico, quae non a singulorum oritur voluntate, sed a communi consensu. Itaque omnes impositis nominibus eorum item declinant casus atque eodem modo dicunt huius Artemidori et huius Ionis et huius Ephesi, sic in casibus aliis.”

declinatio, já que os nomes não são criados a partir do nada, e sim de declinação voluntária a partir de nomes pré-existentes). Essa vontade individual, exercida através dos poderes de criação disponíveis para os usuários da língua, uma vez instituídos os nomes, deixa de existir, já que, a partir da ligação do nome ao indivíduo, o uso dele deverá seguir os princípios da *declinatio naturalis*, ou seja, qualquer uso do nome seguirá necessariamente os mecanismos de flexão já disponíveis para os falantes: aqui, especificamente, as declinações nominais.

Embora o tratado de Varrão discuta com mais profundidade uma série de outras questões, como, em especial, a influência da regularidade (analogia) e da irregularidade (anomalia) nos processos como os descritos acima, nos interessa em especial a justificativa para a existência do mecanismo de *declinatio* dado por Varrão. O trecho a seguir explica a necessidade da *declinatio*, estabelece uma relação de dependência do mecanismo lingüístico e dos processos de criação, flexão e de derivação:

A declinação foi introduzida não somente na língua latina, mas também na de todos os homens, por uma causa útil e necessária: pois se assim não fosse, nem poderíamos aprender um número tão grande de palavras (infinitas são as maneiras com relação às quais elas se declinam) nem se tornaria claro que há reconhecimento dos elementos entre as que aprendemos a partir daquelas. Mas, agora, por essa razão, vemos aquilo que é parecido e aquilo que se propaga: quando declinamos *legi* a partir de *lego*, duas coisas se tornam aparentes ao mesmo tempo: que de certo modo se diz a mesma coisa e que não são atos realizados ao mesmo tempo. Mas se, por exemplo, uma dessas duas palavras fosse trocada por *Priamo* e a outra por *Hécuba*, não se teria a unidade de significado que aparece em *lego*, *legi* e *Priamus*, *Priamo*. (VIII, 3, grifo meu)¹⁷⁰

Duas coisas são fundamentais aqui: (i) a percepção de que o mecanismo de *declinatio* é *universal* e (ii) a percepção da necessidade do sistema gramatical econômico e elegante defendido por Varrão por motivos *cognitivos*.

Quanto ao ponto (i), há, em Varrão, claramente, a percepção de que as diferentes línguas não só existem, como também devem respeitar princípios parecidos de construção. Naturalmente, ao menos o grego era conhecido por praticamente todo falante culto de latim, e sabemos que Varrão não se excluía deste grupo, em especial

¹⁷⁰ “*Declinatio inducta in sermones non solum Latinos, sed omnium hominum utili et necessaria de causa: nisi enim ita esset factum, neque discere tantum numerum verborum possemus (infinitae enim sunt naturae in quas ea declinantur) neque quae didicissemus ex his, quae inter se rerum cognatio esset, appareret. At nunc ideo videmus, quod simile est, quod propagatum: legi cum de lego, declinatum est, duo simul apparent, quodam modo eadem dici et non eodem tempore factum; at si verbi gratia alterum horum diceretur Priamus, alterum Hecuba, nullam unitatem adsignificaret, quae apparet in lego et legi et in Priamus Priamo.*”

pelos inúmeros testemunhos de erudição não apenas quanto à busca de fontes gregas para a controvérsia por ele explorada, mas também pelas demonstrações em muitas etimologias de que havia uma relação de alguma natureza entre o grego e o latim. O que é mais interessante é constatar a hipótese de Varrão de que o princípio norteador da língua latina deve estar presente em todas as línguas, pois os motivos para isso são claros: o sistema gramatical exerce uma função fundamental na organização da linguagem, e não poderíamos passar sem ele.

Sabemos, após séculos de estudos sobre praticamente todas as línguas encontradas no mundo (as quais Varrão nem sonharia conhecer), que é muito grande a proporção das línguas que são dotadas de morfologia nominal e verbal, mais ou menos complexa. Os processos morfológicos podem ser muito diferentes entre si, de modo que as línguas podem inclusive ser classificadas segundo o tipo de sistema morfológico que apresentam: línguas sem flexão morfológica estão de um lado da escala, e na outra ponta encontramos línguas flexionais como o latim, o grego, o sânscrito, o russo, entre outras, que recebem afixos portadores de várias informações gramaticais ao mesmo tempo (como desinências que ao mesmo tempo levam informação de número e pessoa, de modo, voz, tempo e aspecto, e assim por diante). No meio do caminho temos as línguas chamadas aglutinantes, que pospõem a um tema afixos exclusivos para uma informação gramatical de cada vez, construindo blocos morfológicos extensos.

Isso tudo mostra que a intuição de Varrão sobre a presença da *declinatio* nas línguas de todos os indivíduos não era completamente despropositada, e que a nossa leitura de um aspecto criativo da linguagem em Varrão não é absurda.

Mais interessante do que apenas a constatação da hipótese de Varrão é o que possibilita essa visão: é exatamente o mecanismo *recursivo* da *declinatio* que permite ao erudito romano afirmar que *infinite enim sunt naturae in quas ea declinantur* (“infinitas são as naturezas nas quais elas se declinam”). Os modos infinitos, aqui, naturalmente, dizem respeito ao fato de que qualquer ocorrência de *impositio* cria uma palavra que deverá ser inserida no sistema regular de declinações ou conjugações da língua. Da mesma forma, quando ocorre alguma instância de *declinatio uoluntaria*, a palavra ou muda de classe ou se transforma em outra palavra, passando a poder ser flexionada também de acordo com o sistema regular dos paradigmas disponíveis na língua. Isso gera um número de possibilidades de flexões praticamente infinito¹⁷¹.

¹⁷¹ Neste ponto, é importante fazer mais uma ressalva. Conforme nos aponta Maximiliano Guimarães (comunicação pessoal), é muito arriscado aproximar de uma noção formal de recursividade ou de

O segundo ponto importante apresentado pela última citação é a motivação desta estrutura produtiva e criativa da *declinatio*: não fossem as declinações e as regras de criação e derivação de palavras (que são finitas), teríamos desorganização e caos regendo os processos de formação de palavras e, segundo Varrão, não poderíamos aprender um número tão grande de palavras. É o princípio da economia em um sistema gramatical expresso em termos de limitação cognitiva: sabendo apenas cinco declinações nominais e quatro conjugações verbais – para se usar as descrições gramaticais dos próprios latinos, vide Donato –, os falantes de latim não precisavam armazenar em seu léxico mental todas as instâncias de cada palavra em cada possibilidade de flexão. Ora, isso ocorre em todas as línguas que têm mecanismos de flexão, e é o mesmo princípio que faz com que um dicionário possa ser construído por pessoas humanas: caso resolvêssemos fazer um dicionário de uma língua que apresentasse todas as flexões possíveis de todas as palavras flexionáveis, além de apresentar todas as possibilidades de derivação morfológica de palavras em outras palavras, a rigor, o trabalho seria colossal, e, no limite, impossível. Essa quase-infinitude não está expressa em termos claros em Varrão, mas fica claro a partir do texto citado que há aí uma espécie de embrião da noção atual defendida por Chomsky (e apresentada adiante) de que a recursividade é a única característica lingüística exclusivamente humana.¹⁷²

Resta discutir ainda uma questão extremamente importante sobre a aproximação que fazemos aqui entre a *declinatio* varroniana e o aspecto criativo a partir da recursividade que discutiremos a seguir. É claro que não se trata, a rigor, da mesma coisa. A recursividade é um mecanismo mais proeminentemente sintático, e não morfológico. No entanto, há alguns motivos para que possamos aproximar as duas coisas: a sintaxe de Varrão não chegou até nós, mas, pelo que se deduz a partir do conjunto dos trabalhos sobre gramática antiga que chegaram até nós, possivelmente Varrão não chegaria a desenvolver uma sintaxe como a que hoje baseia a moderna linha teórica sintática chomskiana ou as teorias formais como a gramática categorial (Wood, 1993; Borges Neto, 1999). No entanto, podemos considerar que uma língua clássica, assim como as línguas com sistemas morfológicos mais ricos, com casos explícitos,

infinitude matemática à intuição de uma infinitude sentida por Varrão quase como que intuitivamente, a partir da percepção de que o número de formas possíveis derivadas da aplicação dos mecanismos de *impositio* e *declinatio*. Afinal, ainda que as regras morfológicas permitam flexão e derivação a partir de imposições vocabulares (mesmo que de radicais absolutamente desconhecidos para a língua em questão), o resultado final constituiria um conjunto finito de formas, ainda que numerosíssimas.

¹⁷² Cf. nota anterior.

possui uma sintaxe mais fortemente dependente da morfologia do que as línguas sem casos explícitos. Assim, o processo morfológico é como que uma parte do processo sintático, visão compartilhada por Chomsky e pelos categorialistas, que entendem a morfologia como a sintaxe operando dentro da palavra. Além disso, naturalmente, grande parte da sintaxe, mesmo conforme vista pelos antigos que tiveram algo mais substancial a dizer sobre ela (como o grego Apolônio Díscolo e seu discípulo latino Prisciano (cf. Robins, 1983 e Neves, 2002)), é fortemente dependente da morfologia.

Outro ponto importante das idéias de Varrão quanto à noção de analogia e do seu poder heurístico é encontrado no modo como a analogia é explicada a partir da aproximação com modelos matemáticos de proporção. O artigo de Taylor (1977) explora a teoria lingüística de Varrão sob a ótica dos modelos matemáticos presentes nela. Para Taylor, gramaticalmente é claro para onde Varrão aponta quando fala de *similitudo* (semelhança) em relação à *analogia* e aproxima esses princípios de outros aspectos da vida dos homens que não só a língua, tais como os números, as moedas, o sistema de parentesco, entre outros (Taylor, 1977: 318):

um sistema apropriado de classificação lingüística acarreta – e eu uso o verbo em seu sentido lógico de que qualquer coisa que possa ser dita de um membro ou palavra pode ser dita de qualquer e todos os outros dentro daquela classe. É neste ponto que Varrão localiza o restante de sua discussão (Livro X, §§ 43-50) na matemática e na língua e estabelece paralelos entre a *ratio* (razão) dos números expressa proporcionalmente, e é aqui que ele formula seus modelos matemáticos de flexão.¹⁷³

Os quatro modelos de proporção explorados por Varrão são:

- O tipo *deiunctum* de analogia: *ut unum ad duo, sic decem ad uiginti*, ou seja, 1:2::10:20. Lingüisticamente, para Varrão, esse modelo de analogia utiliza-se de um padrão como modelo para outro, sem repetir termos. Um exemplo seria: *rex:regi::lex:legi* (“rei”, “lei”).

- O tipo *coniunctum* de analogia: *ut unum ad duo, sic duo ad quattuor*, ou seja, 1:2::2:4. E aqui, de uma forma derivada de outra, derivamos ainda uma terceira, de

¹⁷³ “(...) a proper system of linguistic classification entails - and I use the verb in its logical sense that anything which can be said of one member or word can be said of any and all others within that class. It is at this point that Varro devotes the remainder of his discussion (X, §§ 43-50) to mathematics and language and draws parallels between the *ratio* of linguistic forms and the *ratio* of numbers expressed proportionally, and it is here that he formulates his mathematical models of inflection.”

forma que a segunda se repete e serve de base para a terceira. O exemplo lingüístico de Varrão é: *legebam:lego::lego:legam*¹⁷⁴.

- O tipo menos comum, chamado de *quadruplex*, apresenta menos relevância para a análise de formas lingüísticas, e é explicado assim: *ut ad tria unum et duo, sic ad sex duo et quattuor*, ou seja, 1 e 2:3::2 e 4:6. Linguisticamente, poucas são as formas explicadas por esse processo, e algumas incluem possibilidades de realizações duplas de certas instâncias morfológicas, como o genitivo de *Diomedes* em *Diomedis* ou *Diomedi*, que possibilita uma análise de *Hercules* da seguinte forma: *Diomedis* e *Diomedi:Diomedes::Herculis* e *Herculi:Hercules*.

- O último tipo, com mais números e mais abrangente, descreve-se como *in primo uerso uersu sit unum duo quattuor, in secundo decem uiginti quandraginta, in tertio centum ducenti quadringenti*. (X, 43), ou seja: 1:2:4::10:20:40::100:200:400. Ou seja, aqui temos o princípio matemático de um paradigma flexional. O exemplo de Varrão coloca gêneros diferentes de um adjetivo em cada linha, e casos diferentes em cada coluna, da seguinte forma:

<i>albus</i> : masculino nominativo sing.	<i>albo</i> : masculino dativo singular	<i>albi</i> : masculino genitivo singular
<i>alba</i> : feminino nominativo singular	<i>albae</i> : feminino dativo singular	<i>albae</i> : feminino genitivo singular
<i>album</i> : neutro nominativo singular	<i>albo</i> : neutro dativo singular	<i>albi</i> : neutro genitivo singular

A conclusão dessa exposição, decorrente da forma como Varrão aproxima a gramática da matemática, para Taylor, é clara: “as palavras, para que sejam classificadas conjuntamente, devem exibir, em termos de suas formas e conteúdos morfológicos, o mesmo tipo de relacionamento exato como os números apresentam em proporções matemáticas”¹⁷⁵ (Taylor, 1977: 322).

Não estamos sozinhos ao identificar em Varrão a percepção do aspecto criativo da linguagem. Como diz Uhlfelder (1966: 593) em um texto sobre a noção de *natura*

¹⁷⁴ Aqui a discussão se torna mais interessante, uma vez que Varrão afirma que da forma imperfectiva de *lego* derivamos a forma do presente (*lego*), e desta, derivamos o futuro (*legam*). O que está em jogo não é exatamente a precedência de certas formas com relação a outras, mas antes uma percepção de que o sistema verbal latino apresenta-se bastante simétrico e regular na maneira como seus tempos se relacionam. Está aqui a base das discussões sobre *consecutio temporum*, ou a correta seqüência dos tempos verbais.

¹⁷⁵ “words, in order to be classified together, must exhibit, in terms of their phonological form and morphological content, the same type of exact relationships as numbers in mathematical proportions.”

nos textos dos gramáticos antigos: “Varrão declara explicitamente que a flexão é uma característica linguística universal”¹⁷⁶. Citamos também Atherton:

Tornou-se, hoje em dia, algo pacificado que os usuários da língua podem dizer e compreender coisas que eles nunca disseram ou ouviram antes: o que quer que eles saibam, rege ou abarca não um conjunto finito de sentenças, mas um número indefinidamente grande delas. E a sua criatividade é geralmente considerada como algo dependente do domínio de um sistema criativo (gerativo). Um linguista moderno pode querer afirmar que usuários comuns, sem ensino declarativo, dominaram um conjunto de regras, ao invés de, menos controvertidamente, as línguas serem descritíveis como regidas por conjuntos finitos de regras capazes de produzir um grupo indefinidamente grande de sentenças. Muito tempo atrás Humboldt descreveu a linguagem como algo que “faz uso infinito de recursos finitos”. Varrão chegou a uma conclusão semelhante antes – mas, como vimos, ele fez pouco disso, e outros gramáticos parecem nem mesmo ter chegado tão longe.¹⁷⁷ (Atherton, 1996: 257)

Também é importante mencionar que, ainda que Varrão não se distanciasse do padrão das gramáticas antigas (nunca preocupadas com a fala ordinária de qualquer indivíduo, e sim preocupadas com a correção encontrada nos textos literários, que elas deveriam ajudar o receptor a explicar, julgar e criticar), ao falar sobre “todas as línguas” e “podermos aprender todas as palavras que aprendemos”, Varrão passa para a esfera do falante individual. Ainda segundo Atherton (1996: 245), “talvez de maneira única na Antigüidade, Varrão reconheceu a capacidade demonstrada pelos falantes comuns, até mesmo escravos, de domínio dos padrões flexionais que tornam o aprendizado da língua possível e o uso da língua mais fácil e mais eficiente(...)”¹⁷⁸.

¹⁷⁶ “Varro explicitly states that inflection is a universal linguistic feature.”

¹⁷⁷ “It has today become something of a commonplace that language users can say and understand things they have never said or heard before: whatever it is they know, it governs or embraces, not a finite set of utterances, but an indefinitely large number of them; and their creativity is often taken to lie in their mastery of a creative (generative) system. A modern linguist might want to claim that ordinary, untutored users have mastered a set of rules, rather than that, less controversially, languages must be describable as governed by finite sets of rules capable of producing an indefinitely large number of sentences. Long ago von Humboldt described language as ‘making infinite use of finite resources’. Varro arrived at a similar conclusion even earlier - but, as we saw, he made very little of it, and other grammarians seem not even to have got so far.”

¹⁷⁸ “perhaps uniquely in antiquity, Varro recognized the mastery displayed by ordinary speakers, even slaves, of the inflectional patterns which make language learning possible and language use easier and more effective (...)”

5.1.2. Saussure e a analogia como fator criativo

Ferdinand de Saussure foi um dos autores da lingüística moderna que discutiram a analogia como fator de possibilidade criativa para a linguagem através da vontade individual do falante¹⁷⁹. Se, por um lado, Varrão está preocupado apenas em explicar o uso sistêmico da língua e, por outro, como veremos adiante, Chomsky busca na recursividade uma propriedade formal que dê conta da aparente infinitude de possibilidades de geração de sentenças nunca antes produzidas, Saussure encontra na analogia um dos motores da mudança lingüística motivada pelo nível lingüístico individual, ou seja, o da *fala*, em oposição à mudança que se dá no nível social, ou seja, o da *língua*.

No *Curso de Lingüística Geral*, publicado pelos seus estudantes em 1916 (e citado aqui na 26ª edição, de 2004), Saussure propõe a famosa segmentação da faculdade da linguagem em língua (*langue*), conjunto de fatos sociais e externos convencionais que permitem que o falante, através de sua fala individual (*parole*), compreenda e se faça compreender. Saussure, versado na lingüística do século XIX, assume a posição cientificizante de tomar como objeto do estudo da lingüística apenas a língua, que pode ser observada, e separa o estudo dos estados a-históricos da língua (lingüística sincrônica) do que vê a língua ao longo da passagem do tempo (lingüística diacrônica).

No entanto, a velha tensão encontrada em Humboldt e seus contemporâneos está presente claramente na obra de Saussure. Por exemplo, para ele, “a cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado.” (Saussure, 2004: 16)

Para além dessa distinção inicial entre língua e fala, para entendermos a proposta de analogia como possibilitadora da criação individual da fala na língua como um todo, é preciso entender a teoria semiológica de Saussure. Sua postulação de que o signo é uma unidade que contém ao mesmo tempo o conceito (significado) e a imagem acústica (significante) tem uma decorrência importante: aquilo que Saussure chama de caráter imotivado do signo, que ficará famoso com a formulação “arbitrariedade do signo”. Mesmo Saussure, contudo, no texto editado pelos seus discípulos, adverte para o fato de que o signo ser “arbitrário” nesse contexto não quer dizer que ele seja modificável pela simples vontade individual do falante comum, e sim que não há necessariamente

¹⁷⁹ Outros são Bloomfield e Jespersen, por exemplo.

nenhuma motivação natural para a relação que une o significante ao significado (como queria a personagem de Crátilo no diálogo epônimo de Platão).

É importante notar que a teoria do signo de Saussure também precisa ser complementada pela discussão sobre duas características simultâneas: sua imutabilidade e sua mutabilidade (Saussure, 2004: 88ss.). Se, por um lado, o fato de que a língua é constituída de acordos sociais bem estabelecidos, de forma que os signos são transferidos a cada geração, além do fato importante de que a língua precisa de uma quantidade muito grande de signos para funcionar adequadamente são motivos importantes para que eles sejam considerados imutáveis, haverá, por outro lado, motivos para que eles sejam considerados mutáveis: o tempo, em especial, responsável pela manutenção do signo, é naturalmente responsável pela alteração inevitável que se verá atuar nele. Ainda que a matéria velha persista em sua maior parte, haverá possibilidade do “deslocamento da relação entre significado e significante” (Saussure, 2004: 89). É a partir desse ponto que Saussure precisa definir o que poderá causar alterações na língua.

Curiosamente, Saussure descreve vários mecanismos possibilitadores de mudança, mas toma sempre o cuidado necessário para esclarecer o nível em que cada mudança pode ocorrer: as mudanças no nível da fala não são importantes, a não ser que passem a fazer parte da fala de um grupo de pessoas grande o suficiente para gerar algum reflexo na língua. Em um ponto da argumentação, ao fazer uma de suas inúmeras comparações entre língua e o jogo de xadrez (*loc. cit.*, p. 104), Saussure argumenta da seguinte maneira: assim como no xadrez, estados sucessivos do jogo não se influenciam mutuamente, e é possível analisar cada estado, tanto da língua quanto de um jogo em movimento, como único, e entender as relações das peças entre si apenas naquele contexto. Porém, tendo sido feito um movimento (que, na comparação, é análogo a uma instância de mudança), todo o sistema sofre alguma conseqüência, que pode ser de pouca, média ou grande monta. Nesse ponto, Saussure afirma que

Existe apenas um ponto em que a comparação falha: o jogador de xadrez tem a *intenção* de executar o deslocamento e de exercer uma ação sobre o sistema, enquanto a língua não premedita nada; é espontânea e fortuitamente que suas peças se deslocam – ou melhor, se modificam; (...) (Saussure, 2004: 105)

Portanto, será mister para Saussure definir as mudanças lingüísticas como elementos tão imotivados quanto possível, para evitar que a análise coloque ênfase do

processo diacrônico na vontade individual dos falantes isolados, o que o deixaria na situação ruim de ter que explicar todas as leis fonéticas (tidas como absolutas e universais não apenas por ele, mas também por vários dos antecessores neogramáticos e mesmo por alguns dos lingüistas comparativistas anteriores) em termos de motivação, propensão ou aptidão de um grupo social para certas mudanças. Isso constituiria uma espécie de prisão determinista análoga à dos relativistas radicais estudados nos capítulos anteriores, mas cujo sentido de influência causal se inverteria: o povo, a raça ou o grupo seriam dotados de características que inevitavelmente gerariam mudanças de um ou de outro tipo. Isso não deixou de ser proposto, por exemplo, por aqueles que consideram que as línguas dos trópicos são mais coloridas e ensolaradas na sua profusão de sílabas CV com vogais abertas alegres, contra as línguas de regiões temperadas setentrionais, com suas muitas consoantes e encontros consonantais obscuros e frios¹⁸⁰. Assim, a proposta de Saussure é a do cientista que propõe a análise neutra e imparcial dos fenômenos sincrônicos separados dos diacrônicos, estabelecendo claramente os planos de atuação do lingüista nos dois domínios.

A posição de Saussure sobre o papel do indivíduo na mudança lingüística se altera sutilmente quando começa a lidar com a questão da analogia. Num primeiro momento, a diacronia é ligada fortemente à *fala*:

Uma vez de posse desse duplo princípio de classificação, pode-se acrescentar que *tudo quanto seja diacrônico na língua, não o é senão pela fala*. É na fala que se acha o germe de todas as modificações: cada uma delas é lançada, a princípio, por um certo número de indivíduos, antes de entrar em uso. O alemão moderno diz: *ich war, wir waren*, enquanto o antigo alemão, do século XVI, conjugava: *ich was, wir waren* (o inglês diz ainda: *I was, we were*). Como se efetuou essa substituição de *was* por *war*? Algumas pessoas, influenciadas por *waren*, criaram *war* por analogia; era um fato da fala; esta forma, freqüentemente repetida e aceita pela comunidade, tornou-se um fato de língua. Mas todas as inovações da fala não têm o mesmo êxito e, enquanto permanecem individuais, não há porque levá-las em conta, pois o que estudamos é a língua; elas só entram em nosso campo de observação no momento em que a coletividade as acolhe. (Saussure, 2004: 115, grifo do original)

No entanto, quando discute especificamente a questão da diacronia, Saussure identifica as mudanças fonéticas como as responsáveis pela mudança lingüística mais substancial e implacável, enquanto que a analogia, ainda que tratada como causa

¹⁸⁰ Saussure mesmo dá um contra-exemplo para esse tipo de proposta, com o finlandês que, ainda que falado por um povo vizinho dos povos nórdicos cujas línguas apresentam a característica frieza e crueza proverbiais, é cheia de sílabas CV com vogais abertas e “harmoniosas”.

principal de mudança (outras causas de mudança, como a chamada etimologia popular ou a aglutinação, são muito menos importantes), é considerada ora produtora de mudança efetiva, ora como produtora de mudanças menores e menos perceptíveis.

No capítulo dedicado à analogia Saussure analisa primeiramente um exemplo do latim que se parece bastante com os encontrados em Varrão: a forma de nominativo singular *honos* foi por um tempo a forma que não sofreu mudança no paradigma nominal de radical terminado em *-s*, sujeito à mudança fonética chamada rotacismo, ou a mudança do *-s-* intervocálico em *-r-*. Com a passagem do tempo, a aplicação da analogia gerou *honor*, pois a forma acusativa *honorem* era análoga a formas como *oratore*, de nominativo *orator*. Assim, de acordo com a proposta já de Varrão, a série *oratore:orator::honorem:x* resulta em *honor* no lugar de *x*, anteriormente ocupado por *honos*.

Pela própria descrição do processo analógico de Saussure, decorre daí a conclusão que os procedimentos analógicos não são mudanças propriamente: a forma deduzida do padrão analógico coexiste com a forma anterior, e uma das duas cai em desuso:

Enquanto a mudança fonética nada introduz de novo sem antes anular o que precedeu (*honorem* substitui *honosem*), a forma analógica não acarreta necessariamente o desaparecimento daquela a que vem duplicar. *Honor* e *honos* coexistiram durante certo tempo e era possível usar uma pela outra. (Saussure, 2004: 190)

Aqui começamos a compreender a argumentação de Saussure: a analogia não produz *mudança*, e sim *criação*. A analogia é o mecanismo através do qual o indivíduo, no nível imediato da fala, é capaz de introduzir novidades na língua, o nível social da faculdade da linguagem de Saussure: “a criação, que lhe constitui o fim, só pode pertencer, de começo, à fala; ela é obra ocasional de uma pessoa isolada.” (*loc. cit.*, p. 192). A conclusão é fundamental para a argumentação deste capítulo:

A analogia nos ensina, portanto, uma vez mais, a separar a língua da fala; ela nos mostra a segunda como dependente da primeira e nos faz tocar com o dedo o jogo do mecanismo lingüístico (...). Toda criação deve ser precedida de uma comparação inconsciente dos materiais depositados no tesouro da língua, onde as formas geradoras se alinham de acordo com suas relações sintagmáticas e associativas. (*ibidem*)

Aqui, a tensão dialética que explorarei na seção seguinte entre usuário e língua, entre prisão e canção órfica, começa a tomar forma: a criação só se dá com base no material já existente da língua, de forma que o indivíduo consegue expandir os limites de sua consciência lingüística de forma a agir sobre ela e produzir algum tipo de alteração no material pré-existente que pode vir a ser aceito pelos outros usuários, tornando-se a norma posterior. Essa tensão também se dá no sentido em que Saussure considera a analogia como procedimento criador *conservador*, já que opera sobre material necessariamente existente. Além disso,

A língua retém somente uma parte mínima das criações da fala; mas as que duram são bastante numerosas para que se possa ver, de uma época a outra, a soma das formas novas dar ao vocabulário e à gramática uma fisionomia inteiramente diversa. (Saussure, 2004: 197)

Assim, a analogia exerce ação sobre a língua. Por outro lado, mais uma vez Saussure parece não querer dar ênfase demasiada para o processo criativo analógico, tanto quando considera o procedimento analógico como conservador, quanto quando afirma que “as inovações da analogia são mais aparentes que reais. A língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido.” (*loc. cit.*, p. 200)

5.1.3. Chomsky, o aspecto criativo do uso da linguagem e a recursividade

Esta seção olha para a idéia de Chomsky de aspecto criativo como resultante de suas propostas de que a recursividade sintática é a característica formal que possibilita o que ele entende por capacidade gerativa da linguagem, base para a idéia de uma gramática gerativa, como a que vem propondo desde meados dos anos 1950.

Assim, a idéia de gerativismo, implícita na maneira como a gramática de uma língua proposta inicialmente por Chomsky como fundamentada em um sistema de regras recursivas capazes de gerar sentenças nunca antes proferidas, baseia-se, indiretamente, na noção de aspecto criativo da linguagem. No entanto, para a teoria gerativa desde suas primeiras formulações (cf. Chomsky, 1957 e 1965, por exemplo), a idéia de poder gerativo baseia-se em definições formais de funções recursivas que permitem que certas regras sintagmáticas livres-de-contexto, por exemplo, associem categorias e itens lexicais de modo a construir outras categorias. Uma gramática de

estrutura sintagmática elementar, como as de *Syntactic Structures* (1957), por exemplo, poderia ser escrita mais ou menos como se segue:

- a. S -> SN SV
- b. SN -> DET N
- c. SN -> N
- d. SV -> V SN
- e. SN -> SN SP
- f. SP -> PREP SN
- g. N -> menino, menina, bolo
- h. V -> vê, ama, come
- i. PREP -> do, da
- j. DET -> o, a

Embora a gramática de estrutura sintagmática exemplificada acima seja trivial e muito diferente do que propõem as versões mais recentes das teorias gerativas (cf., por exemplo, as teorias de Regência e Ligação / Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981) e o Programa Minimalista (Chomsky, 1995)), ela já serve para nos mostrar algumas características das tentativas de formalização de regras internalizadas de que os falantes disporiam para interpretar e produzir sentenças de acordo com a gramática de sua língua, que seria, por sua vez, o estágio final do desenvolvimento da Gramática Universal, geneticamente inscrita em todos os seres humanos normais. Isso se percebe, por exemplo, a partir da constatação de que o conjunto de regras sintagmáticas como as acima poderia ser aumentado bastante, para dar conta das muitas possibilidades de estruturas sintáticas disponíveis em português, e de que o conjunto de itens lexicais que compõem as regras de reescritura de (g) a (j) poderiam incluir todos os itens possíveis do léxico da língua. No entanto, mesmo com uma gramática de um fragmento quase ínfimo da língua como a esboçada acima, já é possível perceber que, a partir de recursos finitos (seis regras de estrutura sintagmática e quatro regras de elementos terminais que incluem um número limitado de itens lexicais), o número de possíveis sentenças (embora semanticamente pouco criativas e até mesmo implausíveis) é bastante grande, como percebemos nos exemplos de sentenças geráveis abaixo:

- (1) O menino ama a menina.

- (2) O menino ama a menina do bolo.
- (3) O menino come o bolo da menina.
- (4) O menino da menina come o bolo da menina do menino.

Desconsiderando as restrições que impeçam a geração de sentenças como “*O menina come a bolo da menino*”, temos a clara percepção de que certas regras são responsáveis pela possibilidade de recursividade, o que permite que, caso seja necessário, uma língua possa gerar categorias que apresentem a mesma categoria dentro de si, e assim por diante. Veríamos um exemplo simples disso, em uma sentença como “O menino ama a menina do bolo do menino”, em que o SN objeto contém outros SNs (via regra (e), que permite a recursividade, ainda que de modo bastante primitivo), de forma que, seguindo as regras disponíveis, é possível ampliar o tamanho do SN supostamente indefinidamente.

Além disso, ao longo dos primeiros anos do desenvolvimento das idéias de Chomsky sobre a linguagem, o “Aspecto Criativo do Uso da Linguagem” (*creative aspect of the language use*, doravante CALU) foi considerado por Chomsky, seguindo Descartes (cf. Chomsky, 1972) como o terceiro componente da faculdade da linguagem humana, juntamente com o léxico e com a gramática (ou a sintaxe).

Além disso, mais recentemente Baker (2005) analisa o CALU chomskiano como uma capacidade inata, de caracterização computacional complexa e responsável por executar tarefas cognitivas abduativas, como as que derivam conclusões não a partir da forma das premissas, mas a partir de seu conteúdo (na linha de Fodor, conforme discussão no texto de Baker).

A analogia proposta por Baker parece dar conta da complexidade envolvida na noção de aspecto criativo, especialmente no sentido em que ela não pode ser considerada simplesmente como uma característica formal: se pensarmos na linguagem em termos de uma comparação com a construção civil (reproduzo aqui a analogia de Baker), o léxico pode ser comparado aos tijolos, cimentos e materiais parecidos; a gramática/sintaxe pode ser comparada com os modelos (códigos, para Baker) de construção factíveis, de acordo com as possibilidades de engenharia, e, finalmente, o aspecto criativo seria comparado com os arquitetos e empreiteiros, que se utilizam da capacidade de criação sobre os modelos dados de maneira imprevisível e inovadora. Sem o aspecto criativo, a linguagem seria previsível e fechada como os behavioristas gostariam que fosse: Skinner dizia poder prever as respostas lingüísticas a estímulos

pré-definidos como se pode prever o comportamento de animais irracionais guiados pelo instinto.

Outro ponto importante do texto de Baker diz respeito à discussão da caracterização do aspecto criativo elaborada por Chomsky (1972): o aspecto criativo caracteriza o uso lingüístico como (i) irrestrito (*unbounded*); (ii) livre de estímulos e (iii) apropriado a situações. Quanto ao primeiro ponto, o uso da linguagem é criativo no sentido em que produzimos e compreendemos qualquer sentença possível da língua, a partir dos elementos léxico e gramática. Isso não seria compartilhado por autômatos e animais, defendem Descartes e Chomsky (cf. discussão abaixo de Chomsky (1972)); sobre o segundo, não precisamos reagir a estímulos determinados com respostas específicas, e isso fica a partir da simples percepção de que as pessoas são propensas a se utilizar da linguagem de modos surpreendentemente inovadores, e não apenas a produzir sentenças pré-definidas como respostas a estímulos definidos (mais uma vez, como queria Skinner). Sobre o terceiro ponto, a linguagem humana é criativa nos dois sentidos anteriores, mas é apropriada à situação de modo que, caso não tenhamos algum tipo de afasia que desabilite esse componente, não respondemos de maneiras absolutamente imprevisíveis a situações específicas. Assim, ao mesmo tempo que reagimos de maneira apropriada (e Grice (1975) é um exemplo excelente de uma tentativa de sistematização dessa questão) aos contextos específicos, nossa ação lingüística não é totalmente determinada pelo contexto, o que gera resultados poderosos e imprevisíveis.

Baker (2005) também argumenta favoravelmente a classificar o aspecto criativo como inato, e a argumentação é interessante:

Eu portanto me atenho ao que poderia ser o mais simples nesse conjunto de idéias: a questão de se os meus pais são autômatos ou não. Certamente as pessoas maduras sabem que eles não são, e isso é bastante significativo sobre o modo como eles vivem – particularmente sobre como eles falam com os outros. Mas não falamos de uma maneira irrestrita e livre com coisas que consideramos ser autômatos, tais como bonecas e sistemas de menu de voz no telefone. Então, parte do CALU é saber com quem não usá-lo – a saber, aqueles que também têm a capacidade do CALU. Agora, ou a noção de que os meus pais são usuários do CALU e não autômatos é inata, ou é aprendida. Suponhamos que seja aprendida. Como ela poderia ser aprendida? Que tipos de experiências a criança teria com outras pessoas que a convenceriam de que eles não são autômatos? Esses tipos de experiências estão disponíveis para a criança? Se não, e se as crianças regularmente adquirem essa crença, então nós temos um argumento de pobreza de estímulo que se aplica a pelo menos essa parte importante do CALU. E eu assumo que, se os argumentos de pobreza de estímulo se aplicam a isso, o componente

mais simples do CALU, então *a fortiori* eles provavelmente se aplicam também aos outros aspectos do CALU, mais complexos e misteriosos.¹⁸¹ (Baker, 2005: 8)

Passemos a um histórico da formulação do aspecto criativo na obra de Chomsky. No *Aspects of the theory of syntax*, Chomsky diz que “dentro da teoria lingüística tradicional, foi claramente entendido que uma das qualidades que todas as línguas têm em comum é o seu aspecto “criativo” (Chomsky, 1965: 6). Nesse momento, Chomsky parece estar muito preocupado em defender que sua teoria é cartesiana, e ele avalia a distinção que Descartes e seus seguidores propuseram entre homem e animal com base principalmente na capacidade de criar novas instâncias de língua com o vocabulário e gramática pré-existentes. Assim, é no *Lingüística Cartesiana* (Chomsky, 1972, original de 1966) que Chomsky desenvolve a noção de aspecto criativo como algo fundamentalmente “humanizador”, desenvolvendo mais a fundo a proposta do livro de 1964, *Current Issues in Linguistic Theory*, no qual inicia a defesa da visão cartesiana de que o homem é mais que um atômato, possuidor da “verdadeira linguagem”, dotada do aspecto criativo que tornaria uma teoria lingüística que não o abordasse algo simplesmente de interesse marginal (Chomsky, 1964: 8).

O livro *Lingüística Cartesiana* inicia-se com um capítulo exatamente sobre essa questão, no qual Chomsky cita textualmente Descartes nos poucos momentos de sua obra em que fala sobre questões da linguagem. Segundo Descartes (*apud* Chomsky, 1972: 14):

é um fato muito notável que não há homens tão embotados e estúpidos, sem mesmo excluir os dementes, que não sejam capazes de arrumar várias palavras juntas, formando com elas uma proposição pela qual dão a entender seus pensamentos; enquanto, por outro lado, não há outro animal, por mais perfeito e afortunadamente construído que seja, que faça a mesma coisa.

¹⁸¹ “I therefore retreat to what might be the simplest in this cluster of ideas: the question of whether my parents are automata or not. Surely mature people know that they are not, and it has great significance in how they live – in particular how they talk to others. We do not talk in a free, unbounded way to things that we believe are automata, such as dolls and voice-menu systems on the phone. So part of the CALU is knowing who to use it with – namely those that have the CALU capacity themselves. Now either the notion that my parents are CALU users, not automata, is innate, or it is learned. Suppose it is learned. How could it be? What kind of experiences would the child have with other people that would convince him that they are not automata? Are those kind of experiences available to the child? If not, and if children do regularly acquire this belief, then we have a poverty of stimulus argument that applies to at least this important part of the CALU. And I assume that if poverty of stimulus arguments apply to this the simplest component of the CALU, then *a fortiori* they probably apply to the other, more complex and mysterious aspects of the CALU as well.”

Esse trecho citado de Descartes resume a argumentação encontrada na literatura a respeito do que constitui o que chamamos de língua/linguagem humana e que nos separa radicalmente dos animais ou das possíveis máquinas que produzem instâncias de linguagem ou traduzem de uma língua para outra. Os animais que “falam”, como os chimpanzés que são ensinados a falar (cf. Joseph, Love & Taylor, 2001) ou as abelhas que dançam em movimentos específicos para cada ato de comunicação (cf., por exemplo, Benveniste (1995)), não são capazes de organizar sua fala de modo a estruturar o pensamento ou “criar” como fazem os humanos. Assim, para Chomsky,

o homem tem uma faculdade, peculiar à espécie, um tipo único de organização intelectual, que não pode ser atribuído a órgãos periféricos ou relacionados à inteligência geral e se manifesta naquilo que podemos designar como “aspecto criador” do uso ordinário da língua, tendo a propriedade de ser ao mesmo tempo ilimitada em extensão e livre de estímulos. (Chomsky, 1972: 14)

Para Chomsky, identificar em Descartes parte da origem da noção de aspecto criativo faz parte de uma argumentação filosófica intrincada que busca fundamentação epistemológica e histórica para parte de seu conjunto de postulados básicos para uma teoria da linguagem que¹⁸², durante os anos 50 e 60 – em que as primeiras versões da teoria formaram-se –, tentava se estabelecer em meio a teorias estruturalistas amplamente disseminadas, de orientação muitas vezes fortemente empirista¹⁸³.

Chomsky diferencia-se radicalmente de Descartes em suas posições quanto à natureza da linguagem, e defende que, ao se considerar a Gramática Universal como parte da dotação genética do homem, a linguagem seja, portanto, eminentemente de natureza biológica. Descartes fala do aspecto criativo da linguagem, em linhas gerais, para refutar uma visão mecanicista radical e para propor a existência do *espírito* como entidade responsável pelas capacidades racionais humanas. Ou seja, Chomsky está longe de propor uma teoria epistemológica racionalista clássica, e a busca apenas na

¹⁸² Além disso, é claro, Chomsky constrói uma história monumental que visa legitimar certas afirmações e reafirmar suas posturas como pertencentes a uma longa tradição filosófica, que aqui identificamos com a tradição filosófica racionalista (cf. Lahud, 2004; Aarsleff, *apud* Otero (ed.), 1994). Curiosamente, e não apenas nesse livro, Chomsky se apropria, por exemplo, de citações de Humboldt para justificar a sua proposta de gramática gerativa baseada na questão da criatividade e da recursividade, reconstruindo Humboldt como um racionalista universalista, sem levar em conta o lado complexo e dialético da tensão que identificamos no pensamento de Humboldt no capítulo 2.

¹⁸³ Para Bloomfield, para quem “As únicas generalizações úteis sobre a lingua(gem) são as indutivas.” (Bloomfield, 1935: 20 *apud* Lyons, 1987: 47), a capacidade criativa não passa de capacidade para produzir novas formas a partir do mecanismo de analogia (*apud* Chomsky, 1972: 23). Bloomfield está em sintonia com Saussure nessa opinião, mas, como vimos na sub-seção anterior, Saussure admite algum grau de aspecto criativo nas criações analógicas.

medida em que suas teorias sobre linguagem e mente precisam pressupor um afastamento radical das posições mecanicistas/behavioristas que não dão conta de explicar, através de atividades repetitivas e experiências abundantes, como preenchemos nossa suposta *tabula rasa* com tanta informação a partir de estímulo tão escasso.

O próximo cartesiano que Chomsky cita é o filósofo Géraud de Cordemoy (1626-1684), que, em seu trabalho *Discours physique de la parole* (1668), antecipa grande parte da filosofia da linguagem contemporânea com idéias como a seguinte:

(...) toda a razão que temos para acreditar que há espíritos unidos aos corpos dos homens que nos falam é que nos dão muitas vezes pensamentos novos, que não tínhamos, ou nos obrigam a modificar os que tínhamos (...) (Chomsky, 1972: 19)

Além de apresentar-se defensor do aspecto criativo da linguagem, Cordemoy, com esse trecho, lembra-nos de grande parte das discussões contemporâneas sobre a questão da intersubjetividade e da língua como atividade constitutiva, ao postular que a criatividade decorre do fato de que poder dizer coisas novas e nunca antes ditas é parte fundamental da constituição do sujeito e do próprio discurso (cf., por exemplo, Tyler, 1978; Benveniste, 1995; Geraldi, 2000; Franchi, 2002, e discussão sobre a questão adiante).

Em seguida, Chomsky menciona o *Ensaio* de Herder como pertencente à tradição racionalista que reconstrói para si. Chomsky lê Herder da seguinte maneira (Chomsky, 1972: 25):

Sendo livre para refletir e contemplar, o homem é capaz de observar, comparar, distinguir propriedades essenciais, identificar e dar nomes. É nesse sentido que a linguagem (e a descoberta da linguagem) é natural no homem, que “o homem foi criado como ser falante”. De um lado, Herder observa que o homem não tem linguagem inata, o homem não fala por natureza. De outro lado, a linguagem, no seu modo de ver, é tão especificamente um produto da organização intelectual particular do homem, que é capaz de afirmar: “pudesse eu reunir todos os fios e mostrar o conjunto do tecido que se chama natureza humana, infalivelmente seria um tecido criado para a linguagem”.

Chomsky também alista Schlegel em sua linhagem de ancestrais intelectuais, para quem a linguagem é “a mais maravilhosa criação da faculdade poética humana” (*loc. cit.*, p. 27). Assim, Chomsky utiliza-se, na construção da sua história intelectual, de autores que claramente misturam a noção tradicional de criatividade com a que ele identifica como aspecto criativo da linguagem. A discussão de Schlegel diz respeito

muito mais ao fazer poético que constitui parte da capacidade criativa dos seres humanos que interessava aos românticos do que propriamente a uma história das noções que possam ajudar a corroborar as hipóteses inatistas/gerativistas. Contudo, isso não tira o interesse da escolha de Chomsky: a flutuação nas noções de aspecto criativo em Chomsky se dá também em grande parte por motivos de escolha de filiação teórica, mas não apaga as marcas sutis da idéia de Shelley retomada por Steiner de que a linguagem é perpétua canção órfica, capaz de criar, em última instância, a própria realidade.

Finalmente, a discussão de Chomsky sobre o aspecto criativo da linguagem chega na figura de Humboldt, que, como vimos anteriormente, estabelece uma série de conceitos fundamentais para a discussão sobre língua e aspecto criativo, como a distinção entre linguagem enquanto *energeia* (atividade/processo) em oposição a *ergon* (produto, ato). Assim, Humboldt interessa a Chomsky por defender que a língua é algo que está em processo, sendo, pois, “o trabalho do espírito, que se repete constantemente para tornar possível que o som articulado expresse o pensamento”. (Humboldt, *apud* Chomsky, 1972: 30). O aspecto criativo da linguagem como definido por Humboldt é formulado em termos que lembram muito os utilizados por Chomsky em suas obras, e é transcrito por Chomsky da seguinte forma: “[A língua] deve portanto fazer com meios finitos um uso infinito, e só consegue isso porque a força criadora das idéias e da linguagem é a mesma.”

Embora Chomsky liste Humboldt como influência importantíssima no desenvolvimento de suas idéias, há pelo menos uma ressalva que considero importante nas palavras do norte-americano (*op. cit.*, p. 32):

[Para Humboldt], de modo mais geral, uma língua humana, como totalidade orgânica, interpõe-se entre o homem e “a natureza interna e externa que atua sobre ele”. Embora as línguas tenham propriedades universais, atribuíveis à mentalidade humana enquanto tal, cada língua oferece um “mundo de pensamento” e um ponto de vista de tipo único. Ao atribuir este papel na determinação dos processos mentais às línguas individuais, Humboldt separa-se radicalmente do quadro da lingüística cartesiana, evidentemente, e adota um ponto de vista que é mais tipicamente romântico.

Chomsky defende-se, dessa forma, de parte das acusações que viria a receber dos críticos de sua história monumental, ressaltando que a filiação de Humboldt ao quadro que ele identifica como cartesiano na história do pensamento sobre a linguagem é, no mínimo, controversa e complicada (cf. cap. 2). No entanto, Chomsky defende que a visão de Humboldt é “cartesiana” no sentido em que seus conceitos de língua como

processo e não como produto e língua primordialmente como meio de expressão do pensamento, ao invés de mero sistema funcional que possibilitaria a comunicação, permitem que ele seja “alistado” em seu exército intelectual. Voltaremos a discutir esse ponto adiante neste mesmo capítulo.

O saldo da discussão do aspecto criativo no *Linguística Cartesiana* é consideravelmente positivo. Se, por um lado, Chomsky constrói a história intelectual de forma bastante enviesada, por outro, como vemos abaixo, abre caminho para a ligação direta entre o que chama de “novo relativismo dos românticos” e a noção de aspecto criativo como fundamental para o estudo da linguagem:

Sob o impacto do novo relativismo dos românticos, a concepção da linguagem como instrumento constitutivo do pensamento sofre significativa modificação; é explorada a noção de que a diferença de língua pode conduzir a diferenças tornando-os menos incomparáveis nos processos mentais. (Chomsky, 1972: 41)

Além disso, o saldo é positivo pela constatação importantíssima que citamos abaixo:

Em resumo, é a diversidade do comportamento humano, sua adequação às novas situações e a capacidade, que o homem possui, de inovar – sendo o aspecto criador do uso da linguagem que fornece a principal indicação disso – que leva Descartes a atribuir a posse do espírito aos outros homens, pois considera esta faculdade como situada além das limitações de qualquer mecanismo imaginável. Assim, uma psicologia totalmente adequada exige que se postule um “princípio criador”, ao lado do “princípio mecânico”, que basta para explicar todos os outros aspectos do mundo inanimado e animado e também uma significativa gama de ações e “paixões” humanas. (Chomsky, 1972: 16)

Nos anos seguintes, Chomsky tratou de aspecto criativo com alguma liberdade, ora tratando-o como um dos “mistérios” do estudo da linguagem no capítulo “*Problems and mysteries in the study of human language*” em Chomsky (1975), ora como característica formal bem definida e constitutiva da faculdade da linguagem em sentido estreito (como veremos adiante). Drach (1981), ao lidar com a flutuação na concepção de criatividade em Chomsky, identifica aí dois problemas fundamentais: a ligação da noção de aspecto criativo ora com a competência ora com o desempenho e ora a recusa da associação do aspecto criativo com a noção de recursividade ora a sua aceitação.

Drach identifica o primeiro problema na própria formulação terminológica de Chomsky: o aspecto criativo do *uso* da linguagem é tratado como mistério por Chomsky (1975) exatamente por fazer parte do conjunto de questões inalcançáveis pelo cientista

da linguagem: o conjunto das questões acerca do *desempenho* lingüístico. Drach (1981: 46) nos lembra de ocasiões, como em um texto de 1967, em que Chomsky lista entre as questões de competência relevantes para sua discussão exatamente o CALU. O segundo problema, mais importante para a minha abordagem, é um refinamento do primeiro, pois Chomsky fez questão de deixar bem claro que há

uma tendência desafortunada de confundir o que eu chamei de “aspecto criativo do uso da linguagem” com algo bastante diferente, a saber, a propriedade recursiva das gramáticas. Essa confusão é conceitual, é uma confusão de desempenho e competência, em essência. Eu usei o termo “aspecto criativo do uso da linguagem”, como a expressão implica, para me referir a uma propriedade do uso da linguagem, do comportamento lingüístico... A propriedade recursiva das gramáticas gerativas provê os meios para o aspecto criativo do uso da linguagem, mas é um erro crasso confundir os dois, como fazem alguns lingüistas¹⁸⁴. (Chomsky, 1974 *apud* Drach, 1981: 46-7)

Ora, para Drach, a confusão é justificável. Além de Chomsky colocar às vezes a capacidade criativa ao lado do desempenho, separando-a da competência, onde estaria localizada a recursividade, e outras vezes considerar o aspecto criativo como parte da competência, a autora encontra marcas textuais justificáveis para atribuir a flutuação conceitual e terminológica a Chomsky. O caso mais interessante é o do livro *Language and Mind*, de 1968, em que se pode ler, à página 101: “nós não entendemos, e, por tudo que sabemos, nós podemos nunca vir a entender o que torna possível à inteligência humana normal usar a linguagem como um instrumento para a livre expressão do pensamento e sentimento”¹⁸⁵ e, logo na seqüência, à página 103, “Mas eu acho que estamos lentamente chegando a compreender o mecanismo que torna possível esse uso criativo da linguagem, o uso da linguagem como um instrumento do livre pensamento e expressão”¹⁸⁶ (Chomsky, 1968 *apud* Drach, 1981: 51).

Chomsky (1982) respondeu ao artigo de Drach. A argumentação de Chomsky no texto é basicamente retórica, e ele contra-ataca mostrando todos os erros de leitura e os

¹⁸⁴ “an unfortunate tendency to confuse what I have called ‘the creative aspect of language use’ with something quite different, namely, the recursive property of grammars. This is a conceptual confusion, a confusion of performance and competence, in essence. I have used the term ‘creative aspect of language use,’ as the phrase implies, to refer to a property of the use of language, of linguistic behavior... The recursive property of generative grammars provides the means for the creative aspect of language use, but it is a gross error to confuse the two, as some linguists do.”

¹⁸⁵ “We do not understand, and for all we know, we may never come to understand what makes it possible for a normal human intelligence to use language as an instrument for the free expression of thought and feeling.”

¹⁸⁶ “But I think that we are slowly coming to understand the mechanisms that make possible this creative use of language, the use of language as an instrument of free thought and expression.”

truques retóricos de sua opositora. Um dos pontos mais interessantes diz respeito exatamente ao famoso caso de suposta incoerência de Chomsky apontada no parágrafo anterior: Chomsky nos informa que Drach escolheu o segundo trecho, da página 103, omitindo o trecho que estabeleceria ligação razoável entre os dois por ela citados: “Nós não podemos agora dizer nada de informativo sobre o uso criativo da linguagem normal em si mesmo” (Chomsky, 1968 *apud* Chomsky, 1982: 428) é o trecho que viria imediatamente antes do segundo trecho citado por Drach. Além dessa informação, Chomsky persiste afirmando que o aspecto criativo é, sim, um mistério, por pertencer não apenas ao domínio do desempenho, mas, mais especificamente, para ele, ao domínio da produção, alheio ao que a gramática gerativo-transformacional (nos termos do debate no início dos anos 1980) poderia se propor a fazer. Assim, a indecisão (na visão de Drach) sobre a filiação do aspecto criativo nos trabalhos de Chomsky parece dizer respeito muito mais ao fato de que se trata de uma capacidade de difícil explicação pela ciência lingüística normal (cf. também discussão de Baker, 2005). A aceitação do aspecto criativo em toda sua plenitude teria conseqüências teóricas complicadas para a gramática gerativa.

No entanto, a versão formalizável do aspecto criativo chomskiano é que vem recebendo o foco da discussão sobre linguagem mais recentemente. Em um texto recente, Hauser, Chomsky & Fitch (2002) renovam o debate sobre a tentativa de estabelecer o que é exclusivamente humano na faculdade da linguagem, e por que os seres humanos desenvolveram a linguagem da forma que o fizeram. Isso leva Chomsky e os dois biólogos a reforçar que tal empreitada precisa envolver um casamento entre áreas, principalmente entre biologia e lingüística que, segundo eles, ainda que tivesse sido iniciado há cerca de 50 anos, ainda não tinha sido consumado. A proposta é explicada pelos autores da seguinte maneira:

Há, contudo, um consenso emergente que diz que, embora os seres humanos e os animais compartilhem de uma diversidade de recursos computacionais e perceptuais importantes, houve um remodelamento evolucionário substancial desde que divergimos de um ancestral comum há seis milhões de anos. O desafio empírico é determinar o que foi herdado não modificado desse ancestral comum, e o que foi sujeito a modificações menores, e o que (se algo é) é qualitativamente novo. O desafio evolucionário adicional é determinar que pressões seletivas levaram a mudanças adaptativas ao longo do tempo e entender as várias restrições que canalizaram esse processo evolutivo. Responder a essas

perguntas requer um esforço colaborativo entre lingüistas, biólogos e antropólogos.¹⁸⁷ (Hauser, Fitch & Chomsky, 2002: 1570)

O que é importante nesta nova perspectiva é a ênfase que volta a existir no componente “recursivo” da linguagem humana como um dos elementos exclusivamente humanos. Ainda que Chomsky tenha sido forçado a separar aspecto criativo e recursividade, na base da discussão de criatividade estava a idéia de que a linguagem humana é uma espécie de cálculo que se estabelece a partir de um inventário finito de elementos lexicais e regras de combinação, responsáveis pelo caráter “aberto” do sistema, capaz de gerar infinitas expressões.

Para os três autores, a definição clássica de língua-I ou *língua interna* como dada ao longo da obra de Chomsky pode ser muito ampla para estudos mais específicos sobre a faculdade da linguagem. Por isso, propõem uma separação metodológica entre “faculdade da linguagem em sentido amplo” (*broad sense*; FLB) e “faculdade da linguagem em sentido estreito” (*narrow sense*, FLN).

A faculdade da linguagem em sentido amplo (FLB) inclui, segundo os autores, um sistema computacional interno (o FLN) combinado com pelo menos dois outros sistemas internos ao organismo, o sistema “sensório-motor” e o “conceitual-intencional”. É importante, para a definição da FLB que, ainda que se possa questionar a exclusividade na espécie humana desses sistemas não específicos da linguagem, os autores consideram não-controverso que os seres humanos, e não outros animais, conseguem dominar qualquer língua natural sem instrução alguma.

A faculdade da linguagem em sentido estrito (FLN) é parte da FLB, mas é apenas a parte responsável pelo módulo computacional lingüístico abstrato, independente dos outros módulos. A FLN constitui-se de uma sintaxe como módulo principal, dotada da capacidade da *recursividade*. Essa sintaxe é responsável pela geração de representações internas, que são mapeadas no componente sensório-motor pelo sistema fonológico e no componente intencional-conceitual pelo sistema semântico. Isso nos dá a versão mais atual da arquitetura da faculdade da linguagem de

¹⁸⁷ “There is, however, an emerging consensus that, although humans and animals share a diversity of important computational and perceptual resources, there has been substantial evolutionary remodeling since we diverged from a common ancestor some 6 million years ago. The empirical challenge is to determine what was inherited unchanged from this common ancestor, what has been subjected to minor modifications, and what (if anything) is qualitatively new. The additional evolutionary challenge is to determine what selectional pressures led to adaptive changes over time and to understand the various constraints that channeled this evolutionary process. Answering these questions requires a collaborative effort among linguists, biologists, psychologists, and anthropologists.”

Chomsky, que, mais uma vez, lança o foco principal sobre a capacidade de geração e compreensão de expressões infinitas a partir de elementos finitos.

Assim, vemos que a criatividade baseada na recursividade sintática está no núcleo da proposta da arquitetura da linguagem de Chomsky até os trabalhos mais recentes.

Ao fim da seção, o que eu espero ter conseguido demonstrar, com essa análise pouco respeitosa quanto à cronologia e que estabeleceu focos de pesos diferentes em assuntos possivelmente de menor importância relativa nos autores em questão (por exemplo, Chomsky certamente foi radicalmente simplificado e o que importa da leitura que fiz não é o que costuma importar para seus leitores habituais), é que há um nível puramente formal do que englobo aqui sob a rubrica de aspecto criativo da linguagem e que esse nível puramente formal foi pensado de maneiras diversas. Como podemos ver na análise de Saussure, as implicações do poder individual de criação através de mecanismos existentes na própria língua foram pouco exploradas, até sob pena de inviabilizar o tratamento científico sério que os autores esperavam dar para a matéria, cada um a seu modo e tempo.

De qualquer forma, é a partir da constatação mais ampla da existência dessas propriedades formais de criatividade e daquela mais tímida de que essas propriedades podem gerar inovação nas línguas que passo para a análise de proponentes mais ousados de relação entre linguagem e criatividade. Essa é a versão do aspecto criativo que podemos identificar como “propriedade” das línguas. Passamos agora aos autores que propõem que o aspecto criativo é parte das funções da linguagem, e não apenas uma de suas propriedades.

5.2. O caráter ativo da linguagem: *energeia versus ergon*

5.2.1. Humboldt e o aspecto criativo

Mais uma vez Wilhelm von Humboldt será abordado como representante de um corpo de doutrinas e idéias extenso, a partir dos quais elabora uma complexa obra concernente ao fenômeno da linguagem e sua relação com o pensamento e com a conformação humana (a sua *Bildung*). Assim, em mais uma seção dedicada a Humboldt,

passarei brevemente por outros autores que o influenciaram e que anteciparam de alguma forma as formulações do aspecto criativo e da tensão entre linguagem e indivíduo que encontramos em seus textos.

Ricken (1994: 179), discutindo a relação entre linguagem e pensamento em Condillac (cf. cap. 2), antecipa a discussão de um tema que será absolutamente crucial no modo como Humboldt entende a linguagem e sua função criativa:

A linguagem articulada fonética tem uma função para o pensamento similar àquela dos símbolos matemáticos para o cálculo. Assim como o desenvolvimento de símbolos matemáticos é ao mesmo tempo a expressão e o instrumento do pensamento matemático, também a língua e outros sistemas de símbolos permitem-nos combinar e arranjar as idéias, ou seja, eles tornam a atividade cognitiva criativa possível. Além da expressão do que já é conhecido, os signos lingüísticos permitem a descoberta do que ainda não é conhecido. (Ricken, 1994: 179)¹⁸⁸

Além de repetir a formulação de Humboldt de que os símbolos lingüísticos permitem a descoberta do anteriormente desconhecido, Ricken atribui à *Logique* de Condillac a formulação da proposta de *língua como cálculo*: os elementos da língua se combinam entre si para produzir outros elementos pertencentes à língua, e a língua passa a ser entendida como um sistema abstrato capaz de se conter a si mesma, sem a necessidade lógica de qualquer relação com o mundo objetivo a que ela pode, mas não precisa, se referir (do mesmo modo que a álgebra pode fazer através dos números, axiomas e operações dedutivas, sem jamais ter que se ligar ao que efetivamente pode ser considerado como manifestação da abstração matemática no mundo real).

Assim, a língua/linguagem passa a ser entendida como um mecanismo analítico capaz de revelar, através de suas próprias operações, novos modos de representação de qualquer realidade, existente ou possível, e falar de si mesma, e se constituir a si mesma para além do conjunto inicial de possibilidades dadas apenas pelos elementos atômicos e axiomas. Aqui começamos a vislumbrar o aspecto criativo como característica poderosa da linguagem em um nível além do meramente formal.

Outro autor que influenciou Humboldt em sua formulação dos princípios criativos da linguagem foi Johann David Michaelis. Em sua obra ganhadora do prêmio

¹⁸⁸ “Articulated phonetic language has a function for thinking similar to that of mathematical signs in calculations. Just as the development of mathematical signs is at once the expression and instrument of mathematical thinking, so too do language and other adequate sign systems enable us to fix and combine ideas, that is they make cognitive activity possible. Beyond the expression of what is already known, linguistic signs thus permit the discovery of what is not yet known.”

da Academia de Berlim, Michaelis apresenta uma visão interessante da interdependência entre opiniões e linguagem, postulando um tipo de tese parecida com a do ciclo de influência indivíduo-linguagem-indivíduo. Trata-se, portanto, de um dos principais trabalhos a abordar a capacidade criativa do indivíduo na formação da linguagem e vice-versa. Portanto, Michaelis apresenta um texto relevante para a ponte que esta tese pretende fazer entre RL e o aspecto criativo da linguagem. Vejamos um trecho em que Michaelis lida com a capacidade criativa dos indivíduos e seu impacto no tesouro da língua:

As línguas são uma coleção do conhecimento e do gênio das nações, para a qual cada um deu a sua contribuição: que não se entenda somente os acadêmicos, que, pelo contrário, geralmente possuem um pequeno gênio, e mais freqüentemente são cegos pela prepotência, e que, no fim das contas, dificilmente constituem a centésima parte da humanidade. O sábio homem comum sagaz talvez seja o maior contribuinte, e o analfabeto contribui freqüentemente em grande parte, já que seus pensamentos estão, como se pode dizer, mais proximamente aliados à natureza. O herético irá às vezes contribuir com o que o pregador ortodoxo irá evitar, já que o primeiro pensa mais livremente, e o último tem os pontos de vista confinados. Da mesma forma não é raro que mesmo os ortodoxos, os mais exasperadamente contrários às heresias, adotarão a linguagem dos heréticos, se eles forem desconhecedores da forja que as forjou. Mesmo o gênio das crianças, quando no seu vigor inicial, e desprovido de preconceitos, trará contribuições felizes, associações corajosas de idéias, ainda que evidentemente verdadeiras, todas enriquecendo e aumentando esse tesouro nacional. (Michaelis, 1771: 12-13)¹⁸⁹

O que temos aqui, para além de um esboço de teoria de mudança lingüística, é, antes, um modo de entender como as influências individuais no “gênio da língua” (que será uma noção importante para Humboldt) são capazes de moldar a língua, antes de a língua moldar qualquer realidade dos falantes. Trata-se já da concepção circular de influência do homem sobre a língua, que mais tarde continuará existindo mesmo em Saussure (como vimos acima).

Desde os primeiros textos de Humboldt, a linguagem é descrita como uma atividade, e não um produto, como o *medium* do pensamento e não como mero reflexo

¹⁸⁹ “Languages are a collection of wisdom and genius nations, and to which every one has contributed something: let not this be understood of the learned only, who, on the contrary, have often but a narrow genius, who are still more often blinded by prepossession, and who, after all, scarce make the hundredth part of mankind. The bare man of wit perhaps is a larger contributor, and the illiterate has often a greater share in it, his thoughts being, as I may say, more nearly allied to nature. The heretic shall sometimes contribute to it what the orthodox preacher will carefully avoid, the former thinking more freely, and his point of view being left confined. It is likewise not seldom seen that even the orthodox, the most exasperated against heresies, shall yet adopt their language, if they are but strangers to the mint where it was coined. The genius even of children, when in their first vigour, and void of all prejudices, shall produce happy strokes, bold associations of ideas, yet evidently true, all increasing and enriching this national treasure.”

do mundo subordinado ao pensamento. Na já mencionada carta a Schiller, temos a seguinte formulação de linguagem como fundamentalmente uma atividade criadora:

Evidentemente, a linguagem constitui toda a nossa atividade de espírito subjetivamente (segundo a maneira de nosso procedimento); mas ela também produz concomitantemente os objetos, na medida em que são objetos de nosso pensamento. (...) Portanto, a língua é, se não como um todo, pelo menos em termos sensoriais o meio, através do qual o homem constrói simultaneamente a si mesmo e ao mundo, ou melhor, através do qual se torna consciente de si mesmo, pelo ato de externar um mundo à parte, de dentro de si. (Humboldt, 2006: 181-183)

Pode-se ver aqui a força da visão fundamental humboldtiana de que nós criamos a realidade através da linguagem. A linguagem já é apresentada como o meio constitutivo da atividade subjetiva e do próprio pensamento, além dos objetos do mundo. Schaff (1974: 252) criticará essa visão como muito forte e mística, e preferirá dizer que a linguagem é responsável pela criação de uma *imagem de mundo*, mas Humboldt identifica a realidade objetiva com os objetos do pensamento humano, colocando a linguagem em posição de maior importância no estabelecimento da subjetividade e da objetividade mediada pelo sistema conceitual ao mesmo tempo.

Na *Introdução ao Kawi*, Humboldt dá mais uma formulação do modo como a língua não somente influencia mas, em última análise, *permite* o pensamento, em uma passagem das mais citadas de toda a sua obra a respeito da linguagem:

A linguagem é o órgão formador do pensamento. A atividade intelectual, completamente interior e inteiramente do espírito, de certo modo passageira, sem deixar rastros, pelo som da fala torna-se externa e perceptível aos sentidos. Ela e a língua são, então, *uma só* e inseparáveis uma da outra. A atividade intelectual até mesmo por si está vinculada à necessidade de entrar em associação com o som da fala, pois, caso contrário, o pensar não conseguiria chegar à nitidez, a idéia não poderia tornar-se conceito. A associação inseparável do pensamento, das ferramentas vocais e do ouvido para formarem a língua está arraigada invariavelmente na disposição original da natureza humana, que dispensa maiores explicações. (Humboldt, 2006: 125)

Nesse ponto, Humboldt diz que a atividade intelectual depende fortemente da possibilidade formativa da nossa atividade lingüística e que, sem ela, os conceitos não poderiam ser expressos. Essa dependência acarreta algum tipo de influência que diferentes línguas possam ter na maneira de externar essa atividade intelectual da qual Humboldt fala. Aqui, é possível encontrar uma longa explicação para o modo como entendemos a realidade e possibilitamos a relação com ela através da linguagem. Assim,

a possibilidade do pensamento diz respeito ao fato de que criamos a materialidade dos conceitos via linguagem, “a própria linguagem reproduz junto com o objeto por ela representado a sensação por ele causada” (*loc. cit.*, p. 129). Segundo Humboldt, inclusive, é a natureza da externação do som articulado para fora e para cima que eleva o homem à posição ereta e o separa dos animais¹⁹⁰: “Finalmente combina com o som da linguagem a posição ereta do ser humano, negada aos animais, que por meio dele é quase que convocado para o alto” (*loc. cit.*). O poder da palavra é tanto o de constituir a possibilidade da reflexão e da própria intelectualidade quanto o de iniciar a humanidade enquanto raça separada do restante do reino animal, após a cisão, irracional, “pois a fala não quer se esvaír de forma surda no solo, ela exige jorrar livremente dos lábios na direção daquele a quem se dirige.” (*ibidem*)

Como já discuti no capítulo 2, Humboldt não pode ser considerado nem relativista nem universalista, exatamente pela tese, que perpassa a sua obra, de uma interdependência entre linguagem, falante e mundo, que sempre agem um sobre o outro de maneira circular:

Na medida em que agora as nações servem-se destes elementos lingüísticos a elas pré-existentes; na medida em que elas misturam sua natureza à representação dos objetos, a expressão não é indiferente e o conceito não é independente da língua. *Mas o ser humano condicionado pela língua atua novamente sobre ela*, e, cada uma em particular é, assim, o resultado de três efeitos diferentes e coincidentes: da natureza real dos objetos, pois a língua produz a impressão sobre o ânimo; da natureza subjetiva da nação; e da natureza característica da língua, que se manifesta através da matéria básica alheia nela misturada, e através da força, com a qual tudo o que um dia para ela se transportou, mesmo que criado originariamente de modo inteiramente livre, permite um aperfeiçoamento somente dentro de certos limites da analogia. (Humboldt, 2006: 77, grifo meu)

A “teoria” humboldtiana da linguagem exposta acima tem elementos relativistas mas também procura estabelecer que a relação causal língua-pensamento não começa aí: tudo que se dá na própria língua é resultado da manipulação dela pelos próprios falantes, uma vez constituídos e alterados também por ela. Nesse sentido, o que chamo de aspecto criativo se encontra nas palavras de Humboldt como um elemento fundamental da atividade lingüística humana: a própria existência da realidade mental

¹⁹⁰ Segundo Werner Heidermann, novamente em comunicação pessoal, trata-se, aqui, de um assunto de toda a antropologia: a “posição ereta” permitiria o desenvolvimento do pomo de Adão e do aparelho fonador.

depende da língua do falante assim como a língua depende da realidade física e mental na qual se insere esse mesmo falante.¹⁹¹

Repetindo um trecho já citado anteriormente no capítulo 2, a formulação clássica de língua como *energeia* se dá da seguinte forma para Humboldt:

A língua em si não é uma obra acabada (*Ergon*), mas sim uma atividade (*Energeia*). Por isso, sua verdadeira definição só pode ser aquela que a apreenda em sua gênese. Afinal, a língua consiste no esforço permanentemente reiterado do espírito de capacitar o som articulado para a expressão do pensamento. (Humboldt, 2006: 99)

É a partir da distinção estabelecida aqui que se pode falar em um aspecto criativo em Humboldt. Para Heidermann (2006: xxviii), “podemos entender a *energeia* também como a força que gera a confiança necessária à expressão do homem.” É o caráter de processo contínuo em oposição ao de produto que permite que a linguagem seja a canção órfica de Shelley e Steiner (2005: 251). A criatividade deixa de ser mera propriedade da gramática e passa a ser forma constitutiva e função criadora para a linguagem humana. Ainda para Heidermann (*loc. cit.*), “a língua não é um sistema acabado e fechado, não é um aparelho a ser aplicado, nem uma massa inerte e morta de regras – mas um organismo capaz de processar o mundo e torná-lo comunicável.” Ou, ainda, nas palavras do próprio Humboldt (2006: 95), “não se deve ver a língua como um mero produto morto, mas, muito pelo contrário, como um ato produtivo”.

É importante, então, compreender como Humboldt propõe que a língua é ao mesmo tempo criada pelo homem e definidora do ser humano. A melhor formulação dessa aparente contradição em Humboldt é: “O ser humano somente é ser humano através da linguagem. Mas para inventar a linguagem ele já teria que ser humano.” (*loc. cit.*, p. 51). A linguagem é elevada ao *status* de definidora da humanidade, separando qualquer comportamento lingüístico do nosso através da capacidade criativa específica da espécie humana (e diferente, portanto, das linguagens não-criativas encontradas em alguns graus nos papagaios, sistemas de automação de atendimento telefônico, abelhas, baleias, robôs ou chimpanzés). O processo de auto-definição do homem pela linguagem e da conseqüente ação do homem na própria linguagem é descrito abaixo:

¹⁹¹ Como bem lembra o prof. Luiz Arthur Pagani, a circularidade da influência causal entre linguagem e pensamento é um impedimento para o RL conforme ele se define formalmente no capítulo 2. No entanto, a visão de Humboldt possibilita uma tentativa de terceira via entre as posições radicais determinísticas do RL.

A linguagem é parte de mim porque a produzo da maneira como o faço; e como, ao mesmo tempo, a base disso está no falar e no ter falado de todas as gerações humanas, enquanto possa ter havido comunicação lingüística ininterrupta entre elas, assim, é a própria língua que me limita nesse processo. Tudo o que na língua me limita e me determina entrou nela por uma natureza humana intrinsecamente conectada comigo, e o que há de estranho nela, portanto, o é meramente para a minha natureza individual e momentânea, não para a minha natureza original e verdadeira. (Humboldt, 2006: 161)

Ora, o aspecto criativo da linguagem como propriedade do sistema lingüístico, como vimos nas seções anteriores, é capaz de criar indefinidamente, e de criar para além do sistema definido por regras, através de modificações individuais (baseadas na analogia ou no neologismo, por exemplo), e, a depender da sorte das modificações introduzidas no tesouro da língua, modificações individuais podem reverberar na língua como círculos concêntricos na água (a imagem é de Humboldt), mas sem que o sistema sofra grandes modificações imediatas. Assim, a atividade reiterada do uso criativo da linguagem é o que possibilita alguma liberdade para o ser humano nos domínios da aparente prisão determinística da linguagem que, na passagem acima, é dissolvida por Humboldt através da percepção de que “tudo o que na língua me limita e me determina entrou nela por uma natureza humana intrinsecamente conectada comigo”. Não é difícil ver como essa passagem elimina o perigo do determinismo lingüístico, e como isso é conseguido através da percepção de que a capacidade criativa do indivíduo é característica fundamental da linguagem como um todo.

O movimento é de duas mãos: a língua, pronta (de certo modo, “pronta” aqui significa vista sincronicamente), nos permite escolhas e disponibiliza o material com o qual estabelecer a relação intersubjetiva do uso da língua como meio de inserção no mundo social e psíquico humano; nossa liberdade individual, restrita pelas regras abstratas da língua pronta, nos permite subverter a língua pronta trazida pelas gerações anteriores e estabelecer novas relações, criar palavras, adaptar formas analogicamente e encaixá-las nos moldes paradigmáticos existentes, mas nada disso jamais será um perigo para a língua como organismo vivo e supra-existente, como procura garantir Humboldt através da passagem abaixo:

Ao refletir como cada geração de um povo sofre a influência formadora de tudo aquilo que a língua dele recebeu durante todos os séculos anteriores e como entra em contato com isto apenas a força de uma geração isolada e isso nem de forma pura, pois a geração em crescimento e a em decadência vivem mescladas entre si, então, torna-se claro quão reduzida é a força do indivíduo contra a língua. (Humboldt, 2006: 161)

A conclusão é que a capacidade criativa do ser humano com relação à linguagem é um modo de liberação das amarras da língua que pode exercer influência determinante no indivíduo, como querem os relativistas radicais ou os deterministas. Humboldt parece ter colocado o indivíduo e sua capacidade criativa no centro da solução do problema:

Ninguém pensa numa palavra justa e exatamente do mesmo modo que o outro, e a mais ínfima diferença tremula como um círculo na água, até atravessar a língua inteira. *Toda compreensão, portanto, é simultaneamente uma não-compreensão, toda sintonia de pensamentos é ao mesmo tempo uma divergência.* Na maneira pela qual a língua se modifica dentro de cada indivíduo, em oposição ao seu poder que apresentamos anteriormente, manifesta-se um poder do ser humano sobre ela. (Humboldt, 2006: 163-5, grifo meu)

O tom profético de Humboldt nesta passagem ilustra bem a profundidade do problema fundamental que tenta resolver em toda a sua obra: o relativismo derivado das visões de mundo particulares impossibilita o acesso à objetividade total (se é que há algo assim, já que mesmo os que defendem a existência do mundo objetivo entendem que ele somente existe através da existência de um aparelho perceptual, em última instância, subjetivo – cf. Schaff, 1974), e nem mesmo quando pensamos que estamos entendendo exatamente aquilo que o nosso interlocutor nos diz podemos ter certeza da compreensão mútua perfeita. No entanto, a individualidade do ser humano dotado da capacidade criativa via linguagem pode encontrar o caminho para fora da prisão determinística de uma visão de mundo radicalmente opressiva e criadora de realidades incomensuráveis com relação às dos seus companheiros humanos falantes de línguas diferentes da sua. É o caráter energético, mutável, processual, governado simultaneamente pelas regras universais de sua língua e pela sua própria propriedade e função criativa, que permite uma saída para o relativismo lingüístico que não precisa refutá-lo. Nas palavras de Harris & Taylor (1994: 157), “a evolução lingüística é o resultado contínuo dessa dialética entre o sentido lingüístico interno e a forma sonora; ou seja, entre a *energeia* e o *ergon*.¹⁹²” Essa conclusão será melhor explorada adiante.

¹⁹² “(...) linguistic evolution is the continuous outcome of this dialectic between inner linguistic sense and sound-form; that is, between *energeia* and *ergon*.”

5.2.2. O papel ativo da linguagem em Ernst Cassirer

Um dos filósofos de orientação kantiana e humboldtiana mais importantes do século XX, o alemão Ernst Cassirer, propôs, nos três volumes de sua *Filosofia das Formas Simbólicas*, uma análise dos símbolos como elementos constitutivos fundamentais da realidade. A linguagem, o mito, a arte, a ciência são modos diferentes de constituição do real que operam através dos símbolos. Naturalmente, a linguagem tem papel proeminente nesse processo. Cassirer segue a linhagem intelectualista de Kant ao defender que “o conhecimento é uma construção do espírito cognoscente” (Schaff, 1974: 53), mas ultrapassa tanto Humboldt quanto Kant ao atacar o dualismo segundo o qual há o mundo objetivo separado do modo subjetivo como o apreendemos. Para Cassirer, não há mundo objetivo: o conhecimento não reflete um mundo objetivo independente dele, mas, antes, o *cria*.

A oposição às teorias filosóficas do reflexo, que vêem o conhecimento como mera reprodução de um mundo objetivo dado, independente, é importante para a nossa concepção de linguagem como elemento fundamental na criação da realidade. Para Cassirer (2001a: 19), “toda a autêntica função do espírito humano partilha com o conhecimento a propriedade fundamental de abrigar uma força primeva formadora, e não apenas reprodutora.”

O signo adquire importância fundamental na maneira como ele possibilita a constituição de nossa relação com a imagem construída da realidade, através de seu papel criador, ativo:

Porque o signo não é um invólucro fortuito do pensamento, e sim o seu órgão essencial e necessário. Ele não serve apenas para comunicar um conteúdo de pensamento dado e rematado, mas constitui, além disso, um instrumento, através do qual este próprio conteúdo se desenvolve e adquire a plenitude do seu sentido. O ato da determinação conceitual de um conteúdo realiza-se paralelamente à sua fixação em um signo característico. Assim sendo, todo pensamento rigoroso e exato somente vem a encontrar sustentação no *simbolismo* e na *semiótica* sobre os quais se apóia. Para o nosso pensamento, toda e qualquer “lei” da natureza assume a forma de uma “fórmula” universal – mas uma forma somente pode ser representada por intermédio de uma combinação de signos universais e específicos. Sem estes signos universais, tal como fornecidos pela aritmética e pela álgebra, seria impossível expressar alguma relação especial da física, ou alguma lei particular da natureza. Nisso se evidencia o princípio fundamental do conhecimento, segundo o qual um universal somente pode ser captado no particular, e o particular pode ser concebido tão-somente em relação com universal. (Cassirer, 2001a: 31)

Como se pode perceber, o caráter ativo do símbolo é responsável por emancipar o sujeito da condição de mero espectador da realidade objetiva, e de estabelecer a relação dialética entre universal e particular, re-encenando o ciclo de influência entre indivíduo, realidade e linguagem já encontrado em Humboldt, possibilitando a superação da dicotomia simples entre relativismo e universalismo: só há universalidade a partir do particular, e vice-versa. Se o símbolo é ativo na construção do conhecimento e o conhecimento já existe de alguma forma, nossa atividade através do simbolismo é a de (re)construção da própria linguagem, da realidade, de nós mesmos e do conhecimento a todo momento, como queria Humboldt. Assim, a linguagem é o que nos permite constituir o mundo através dos símbolos, e não apenas representar as coisas como deveriam existir para todos os espectadores passivos da mesma forma. O que está em questão aqui é o papel *ativo* da linguagem na construção do conhecimento, do pensamento, e, em última instância, da realidade. Conforme explica Cassirer,

Não apenas a ciência, mas também a linguagem, o mito, a arte e a religião caracterizam-se pelo fato de nos fornecerem os materiais com os quais se constrói, para nós, o mundo do “real” e o espiritual, o mundo do Eu. Estas esferas tampouco podem ser colocadas em um mundo dado como simples *conformações*, pelo contrário, é necessário compreendê-las como *funções*, em virtude das quais se realiza, em cada caso, uma configuração particular do ser, bem como uma divisão e uma separação peculiares do mesmo. (Cassirer, 2001a: 39)

A teoria de Cassirer é bastante abrangente e pretende explicar os diferentes modos de criação da realidade funcionando via símbolos. Na passagem acima, vemos que cada um dos domínios da cultura identificados são responsáveis, a sua maneira, por estabelecer *funções* a que se aplicam as experiências para modelar a percepção individual da realidade. É bastante ambiciosa a teoria filosófica de Cassirer: de certo modo, são domínios análogos, porém não necessariamente de mesmo nível hierárquico, os domínios da linguagem, do mito, da religião, da arte e da ciência. Inclusive porque a linguagem é fundamental também para o estabelecimento de alguns desses domínios, como o da arte e o da ciência. Assim, eleva-se em Cassirer o papel da linguagem na constituição de uma espécie de prisma que molda a realidade através das atividades culturais humanas, como uma espécie de lente a partir da qual se pode enxergar qualquer construção da experiência humana, tanto subjetiva quanto objetivamente.

Ainda, na formulação seguinte, fica clara a recusa à teoria do reflexo que caracteriza a posição de Cassirer e que eleva a propriedade criativa da atividade simbólica:

O conhecimento, bem como a linguagem, o mito e a arte: nenhum deles constitui um mero espelho que simplesmente reflete as imagens que nele se formam a partir da existência de um ser dado exterior ou interior; eles não são instrumentos indiferentes, e sim as autênticas fontes de luz, as condições da visão e as origens de toda configuração. (Cassirer, 2001a: 42)

A recusa à metáfora do espelho tem conseqüências sérias para a concepção de linguagem do filósofo, e sua subscrição ao pensamento humboldtiano nos dá uma formulação bastante clara do papel ativo da linguagem na construção do conhecimento, pensamento e realidade, através do aspecto criativo inegável que possibilita a ação através da linguagem. A passagem abaixo, retomando a noção de forma interna de Humboldt, representa bastante emblematicamente o modo como Cassirer analisa a linguagem, defendendo a proeminência do aspecto criativo na atividade lingüística e simbólica humana:

O fato de cada idioma em si comportar uma forma íntima específica significa principalmente para ele que o mesmo jamais expressa na sua escolha das designações simplesmente a feição das coisas observadas, mas que esta escolha é determinada em primeiro lugar pela posição espiritual, pelo sentido dado à opinião subjetiva acerca dos objetos. Pois a palavra não é cópia do objeto em si, mas da imagem que este provocou sobre o espírito. Neste sentido, as palavras de línguas diversas não podem jamais ser sinônimas, e nem pode seu sentido, quando estudado com exatidão, ser abrangido por uma definição simples, que nada faz além de enumerar as marcas objetivas do objeto por elas designado. Sempre se trata de uma maneira específica de atribuição de sentido, que se externa nas sínteses e acoplações sobre as quais se fundamenta a formação dos conceitos lingüísticos. Se a lua é designada no idioma grego como aquela que “mede” (*mén*) e no latino como a que “brilha” (*luna, luc-na*), então é porque uma mesma observação sensual foi interpretada por diferentes conceituações, tendo sido por elas determinada. (Cassirer, 2001a: 357)

Aqui chegamos muito próximos da tentativa final desta tese, de unir a noção de aspecto criativo com a de relativismo lingüístico, buscando um saldo positivo: as línguas são formadas diferentemente porque não há um único processo de atribuição de sentidos para todos os seres humanos. A experiência humana, através de sua capacidade criativa e ativa de manipulação dos símbolos, estabelece a cada instante, em cada ocasião individual, novas ligações entre a experiência íntima, subjetiva, e o construto

objetivo resultante das atuações criativas individuais, em um trabalho constante de tensão entre o estabelecido pelas gerações de falantes que existiram anteriormente ao indivíduo e o próprio indivíduo, que se vê sob a influência inexorável de sua língua como visão de mundo da qual não pode sair, mas sobre a qual pode exercer influência, uma vez que não há realidade objetiva dada que não possa, e, em última instância, não deva, ser manipulada pela atividade criadora simbólica de cada um.

5.2.3. Adam Schaff e a construção da imagem do mundo

Adam Schaff, em seu *Linguagem e Conhecimento*, propõe uma análise histórica dos proponentes de teses de que a linguagem cria a imagem do mundo. Basicamente, Schaff relê Humboldt, Cassirer, alguns neo-humboldtianos como Weisgerber, alguns lógicos e filósofos como Carnap e Ajdukiewicz e analisa suas propostas visando estabelecer com clareza o que significa a tese de que a linguagem cria a imagem da realidade, a fim de propor a sua própria análise do caráter ativo da linguagem no conhecimento.

Esse trabalho de Schaff é importante pela maneira como sistematiza os posicionamentos de linguagem como atividade criativa do pensamento, conhecimento e realidade e pelo modo como propõe uma visão que tenta um compromisso entre posicionamentos aparentemente irreconciliáveis, como a teoria do reflexo e as teorias do papel ativo da linguagem na construção da imagem do mundo. A seguinte citação coloca o problema em termos claros:

ou o processo lingüístico é o acto de criação da imagem da realidade, ou é o acto do seu reflexo, da sua reprodução, etc. Nos termos desta alternativa, se o processo lingüístico é o acto do reflexo cognitivo da realidade, ter-se-ia de excluir o papel activo, criador, da linguagem nesse processo, e vice-versa. (Schaff, 1974: 214)

Após classificar as teorias que defendem que a linguagem cria *o mundo*¹⁹³ como pertencentes aos gêneros fantásticos e místicos e após desconsiderar as teorias “do gênero da hipótese Sapir-Whorf”, o polonês define o que entende exatamente por teorias que defendem que a linguagem cria uma imagem da realidade: basicamente, elas entendem “que a linguagem contém em si uma idéia do mundo definida, por outras

¹⁹³ É bastante importante, para Schaff, uma distinção entre a criação da imagem do mundo ou do mundo diretamente.

palavras – que determina o nosso modo de percepção e de concepção da realidade.” (Schaff, 1974: 215).

Ao analisar as teorias que se enquadram nesses moldes, Schaff freqüentemente subscreve as idéias mais gerais de Humboldt sobre a linguagem, retomando a proposta de influência mútua da linguagem no mundo do indivíduo e vice-versa, como se pode perceber no seu próprio texto:

Porquanto, que restará então por fazer, senão afirmar que se a linguagem *cria* – numa acepção definida deste termo – a nossa imagem do mundo é também um *produto social e histórico*? Na sua unidade com o pensamento, a linguagem formou-se, com efeito, no decorrer da evolução filogenética da humanidade, constituindo um produto e um elemento da actividade prática do homem, que transforma o mundo. Por outras palavras e mais concisamente: a *criadora* da imagem do mundo é, também ela, uma “criação” desse mundo. (Schaff, 1974: 219)

No entanto, essa posição não é a de Schaff. O trabalho citado como um todo explora a visão da linguagem como criadora da imagem da realidade em oposição à teoria do reflexo apenas para, ao final, possibilitar a proposição de uma terceira via, que não deixe de lado a função representativa da linguagem possibilitada pela teoria do reflexo – a de que a linguagem espelha, sim, uma realidade objetiva existente e independente do sujeito. A proposta é feita nos termos seguintes:

Resulta das nossas análises, que a *linguagem, nem cria a realidade* – no sentido literal da palavra “criar” –, *nem é o reflexo da realidade* – numa das acepções literais do termo “reflexo”. Com efeito, estabelecemos anteriormente que o reflexo contém sempre um certo elemento de subjectividade e é esse reflexo que, num sentido moderado da palavra, “cria” a imagem da realidade. O *reflexo da realidade objectiva e a “criação” subjectiva da sua imagem no processo do conhecimento não se excluem, mas completam-se, constituindo um todo*. Uma concepção deste gênero está em conformidade com o carácter objectivo e subjectivo do processo do conhecimento e constitui – como já dissemos – um bom ponto de partida para a análise do papel activo da linguagem nesse processo. (Schaff, 1974: 245)

A síntese de teoria do reflexo e de linguagem como criadora da imagem da realidade proposta por Schaff se aproxima bastante da maneira como pretendo analisar, em última instância, o aspecto criativo da linguagem como o elemento não proeminente, mas existente no processo lingüístico juntamente com outros elementos, como a conformação dada (talvez universal) das regras que estabelecem uma dada língua com base nas possibilidades existentes, e também a influência que o sistema lingüístico já

pronto exerce sobre os usuários quando se apoderam dele, estabelecendo, em última análise, um processo complexo e dialético entre linguagem como prisão e linguagem como possibilidade criativa (órfica, poética, constitutiva – os adjetivos seriam muitos) que permite a auto-regulação, a auto-constituição, a constituição do outro, do mundo, da realidade, do conhecimento.

Schaff é o autor que aproximou o RL do aspecto criativo da linguagem com mais clareza. Por exemplo, quando lida com o famoso exemplo dos termos para “neve” dos esquimós, o filósofo aproxima os pontos de vista do RL de que a língua do esquimó o condiciona a ver vários tipos de neve ao mesmo tempo em que aceita o ponto de vista de que o esquimó *cria* os termos para neve com base na necessidade que sua prática e experiência cotidianas estabelecem. Trata-se de uma proposição relativista cíclica que admite a influência no sentido inverso, também como propunha Humboldt:

Se o Esquimó vê dezenas de espécies de neve, enquanto o montanhês polaco só vê algumas e o cidadão uma única, isso significa, não que cada um deles *crie* voluntariamente uma imagem subjectiva do mundo, mas que procede simplesmente a uma outra articulação do mundo *objectivo*, na base da prática social e da prática individual associada à primeira. É, no entanto, um facto que o Esquimó, deste ponto de vista, *percebe* realmente o mundo de maneira diferente, mais concretamente que o habitante dum país tropical; consegue-o, entre outras razões, devido à influência da linguagem que lhe ensinaram e que o *obriga* a essa articulação complicada, pondo à sua disposição toda uma série de nomes concretos para os diferentes gêneros de neve, em vez de uma só noção geral. (Schaff, 1974: 255)

Ainda que tenhamos descartado a relevância empírica da questão dos termos esquimós para neve nos capítulos precedentes, interessa aqui ver como Schaff propõe uma saída para as proposições radicais do relativismo, que, para ele, vão muito além da sua proposta de que a língua exerce papel ativo na construção do conhecimento e da realidade: “a desgraça é que os partidários do relativismo lingüístico não entendem, de modo algum, esta versão moderada do papel da linguagem no conhecimento” (Schaff, 1974: 258). Naturalmente, Schaff está aqui generalizando todas as propostas relativistas como radicais e como filiadas diretamente às propostas deterministas de Whorf. Mas interessa, para além da crítica severa que faz acima aos relativistas inominados, perceber que o papel ativo da linguagem no conhecimento tem relevância direta para as propostas de que a linguagem influencia em alguma medida o pensamento humano. O relativismo é “essencialmente falso” para Schaff na medida em que subordina *completamente* a estrutura do conhecimento à linguagem (*loc. cit.*). A conclusão a que

Schaff chega, mesmo sem propor experimentos anti-relativistas ou refutar experimentos já propostos, é bastante atual: “se *sistemas lingüísticos diametralmente opostos* (e, por esse motivo, intraduzíveis um no outro) dessem origem a *imagens do mundo diametralmente diferentes, os comportamentos* dos homens que falam essas línguas deveriam ser – em condições idênticas – *totalmente diferentes.*” (Schaff, 1974: 259) Como vimos nos capítulos 3 e, principalmente, 4, ninguém conseguiu demonstrar até hoje nenhum comportamento “totalmente diferente” em função de línguas diferentes no sentido radical que poderia justificar as teses mais fortes do RL.

Outro elemento absolutamente relevante para esta tese e de que Schaff se utiliza para refutar o determinismo lingüístico é o da “dinâmica” das línguas (Schaff, 1974: 261). O argumento tem ligação direta com a questão do aspecto criativo: mudanças na sociedade acarretam a necessidade de alterações na língua, que se dão, por sua vez, necessariamente, em virtude das possibilidades criativas inerentes aos sistemas lingüísticos. Assim, o contato entre línguas supostamente incomensuráveis geraria alterações nas duas línguas por “contágio”: “O progresso da civilização, que significa também um progresso nos contactos entre as culturas humanas, age progressivamente sobre o nivelamento das diferenças entre os aparelhos conceptuais das diferentes línguas” (*loc. cit.*).

Em última análise, então, a proposta de Schaff é um misto das teorias da linguagem como criadora (da imagem) do mundo e das teorias do reflexo, das quais as primeiras devem ser parte integrante:

As teses que definem, nesses termos, o papel criador da linguagem não são, porventura, brilhantes; mas são, em contrapartida, racionais e podem, portanto, ser aceites pelas ciências positivas, que se dedicam às questões da cultura. Como dissemos, as teses deste gênero já não se situam, porém, no quadro da teoria inicial da linguagem concebida como *a criadora de uma imagem do mundo*: não são compreensíveis senão *no contexto da teoria do reflexo* de que se tornam efectivamente uma parte integrante, atribuindo-lhe um caráter específico, *dialéctico*. (Schaff, 1974: 221)

Essa posição dialética, um tanto humboldtiana e, além disso, bastante complexa, estará presente na proposta de linguagem como atividade constitutiva de Franchi, que encerrará o elenco de tratamentos do aspecto criativo deste capítulo.

5.2.4. George Steiner e a linguagem como perpétua canção órfica

A obra *Depois de Babel* (1975, citada aqui na tradução de Carlos Alberto Faraco de 2005) de George Steiner é referência fundamental para estudiosos da linguagem, tradução e literatura por se tratar de uma obra erudita de fôlego sobre os processos da linguagem como um todo. As referências de Steiner são inúmeras, e as suas idéias sobre a linguagem aparecem aqui e ali no livro, sem que se produza uma única teoria simples e linear a seu respeito. Dedico uma seção a este autor em virtude da clareza com que trata da questão da linguagem enquanto ativa e criativa na constituição do ser humano. Bastante influenciado por Humboldt, Steiner discute com maestria os temas do RL, sem adotar nenhuma posição em especial. No entanto, suas proposições e definições do aspecto criativo da linguagem são fundamentais para sua teoria da tradução e do fenômeno lingüístico como um todo. Assim, mais uma vez a minha análise partirá de trechos importantes. Primeiramente, Steiner nos fornece uma definição de língua como fluxo heraclitiano:

A língua – e esta é uma das proposições cruciais em certas escolas da semântica moderna – é o modelo mais notável do fluxo heraclitiano. Ela se altera a cada momento observado no tempo. A soma dos eventos lingüísticos se amplia quantitativa e qualitativamente a cada novo evento. Se eles ocorrem numa seqüência temporal, não há dois enunciados perfeitamente idênticos. Mesmo homólogos, eles interagem. Quando pensamos sobre a língua, o objeto de nossa reflexão se altera no processo (assim, variedades especializadas da língua ou metalinguagens podem ter uma influência considerável sobre as variedades coloquiais). Em suma: o tempo e a língua, na medida em que nós os experienciamos e “percebemos” em progressão linear, estão intimamente relacionados: ambos se movem e a flecha nunca está no mesmo lugar. (Steiner, 2005: 44)

A definição de língua de Steiner aqui é muito mais abrangente do que aquela que poderia servir de base para um estudo mais positivista e controlado sobre qualquer fenômeno lingüístico. Steiner se aproxima muito, aqui, das idéias de língua como organismo, por exemplo, de Humboldt: a língua se altera como um organismo a cada movimento interno e externo; a cada uso lingüístico, ampliamos o eterno poço das experiências humanas e um enunciado jamais é idêntico a outro, mesmo que, fisicamente, produzamos a mesma seqüência fonética. Por isso Borges pôde falar do Quixote de Pierre Menard, que, visto de fora do contexto ficcional, é textualmente idêntico ao de Cervantes. Por isso Petrólio pôde usar em seu romance os mesmíssimos

versos que Virgílio usara na Eneida para descrever como a rainha Dido baixa a cabeça em silêncio e não mais se move com as palavras do traidor Enéias no inferno. Petrônio, mais de um século depois, usa as exatas palavras de Virgílio para descrever a *mentula* (órgão sexual masculino, substantivo feminino) do protagonista cabisbaixa, inerte, no meio de uma crise grave de impotência sexual durante a qual o protagonista, assim como Enéias, tenta convencer o interlocutor imóvel e inflexível a se animar através de discurso¹⁹⁴. Por isso, posso me referir a esses autores aqui e agora.

Steiner explica melhor essa posição mais adiante:

A natureza mediadora da linguagem é um lugar-comum epistemológico. Assim é também o fato de que toda a asserção genérica passível de ser feita sobre a linguagem provoca uma contra-asserção ou uma antítese. Em sua estrutura formal, bem como em seu duplo foco, interno e externo, a discussão sobre a linguagem é instável e dialética. O que dizemos sobre ela é momentaneamente o caso. Num quadro idealizado em que a energia articulada seria integralmente conservada (a fábula de Rabelais de que todos os enunciados de fala ficam preservados intactos “em algum lugar”), o conjunto de todos os enunciados precedentes seria alterado, mesmo que minimamente, a cada vez que algo novo fosse dito. Tal alteração, por sua vez, afetaria todas as possibilidades de fala no futuro. Aquilo que é dito, as convenções que são seguidas em nossos mais recentes usos de significados e réplicas, modificam as formas que virão. (Steiner, 2005: 149)

Vemos então que Steiner entende a linguagem de uma maneira parecida com a maneira dialética de Humboldt e Cassirer: a “teoria” que subjaz os longos trechos citados nesta seção é a que procura desvincular a teoria geral da linguagem da ligação imediata com a teoria do reflexo, da qual deriva a visão simplista da linguagem como mero instrumento de comunicação. A função criativa da linguagem (e já não estamos mais falando apenas do aspecto criativo como propriedade formal, como em Varrão, Saussure, e Chomsky) é responsável por estabelecer o mundo em que vivemos e, nesse sentido, ela ultrapassa a visão tradicional de que a linguagem deve comunicar o mundo como ele já existe. Adicionalmente, se a linguagem tem esse poder, o modo como isso acontece diz respeito a esse processo contínuo de auto-constituição que é descrito na citação anterior. Cada ato enunciativo recria a própria linguagem, redefinindo seus limites.

¹⁹⁴ “illa solo fixos oculos auersa tenebat / nec magis incepto uultum sermone mouetur” (Virgílio, *Eneida*, 6.469-70; Petrônio, *Satyricon*, cap. 132): “ela, distante, mantinha os olhos fixos no chão / e nem mais move-se o rosto por causa do discurso iniciado”.

A definição de língua de Steiner passa, portanto, pela noção de criação constante, de atividade e não produto, *energeia* e não *ergon*. A identificação de traços humboldtianos na análise do aspecto criativo em Steiner não é acidental: há, mesmo, uma identificação de Humboldt e atividade criativa, e ela pode ser ilustrada pela seguinte passagem:

As capacidades configuradoras do intelecto (Coleridge deu a elas o nome de “processos esempláticos”) não se realizam, por assim dizer, por meio da linguagem. Elas são inerentes à linguagem. A fala é *poiésis* e a articulação lingüística humana é centralmente criativa. Pode ser que Humboldt tenha derivado de Schiller sua ênfase na linguagem como sendo ela mesma a mais abrangente obra de arte. Sua contribuição pessoal é insistir, de um modo que faz ressoar um tom bastante moderno, que a linguagem é um processo gerativo total. A língua não transmite um conteúdo preestabelecido ou existindo por si, como um cabo transmite mensagens telegráficas. O conteúdo é criado na e por meio da dinâmica do enunciado. A entelêquia, o fluxo intencional da fala (encontramos em Humboldt uma espécie de aristotelismo romântico) é a comunicação da experiência percebida e organizada. Mas a experiência somente adquire ordem e cognição na matriz da língua. Em última mas inexplicável instância, a língua (*die Sprache*) coincide com a “totalidade ideal do espírito” (*Geist*). (Steiner, 2005: 108)

As posições que atribui a Humboldt aqui são, de certa maneira, refletidas na visão geral de Steiner sobre a linguagem: a fala é *poiésis* e a linguagem é um processo gerativo total. É importante notar que Steiner filia-se a essa tradição que, para Schaff, seria considerada mística, mas que ele, assim como Schaff, se utiliza da construção teórica de linguagem como atividade criativa para refutar o determinismo e a incomensurabilidade, incapacitantes não apenas para uma teoria da tradução, mas, em última instância, para a própria atividade do homem falante. A função criativa da linguagem é, portanto, emancipatória, auto-reguladora e constituidora da consciência e da própria natureza humana. Isso tudo necessariamente passa pela superação tanto da teoria simplista da linguagem comunicativa quanto pelo poder da linguagem de dissolver qualquer determinismo:

Na função criativa da linguagem, a não-verdade ou o menos-que-a-verdade é, como vimos, um dispositivo básico. A estrutura relevante não é a da moralidade, mas a da sobrevivência. Em qualquer nível, da camuflagem grosseira à visão poética, a capacidade lingüística para esconder, informar mal, deixar ambíguo, levantar hipóteses, inventar é indispensável ao equilíbrio da consciência humana e ao desenvolvimento do ser humano em sociedade. Apenas uma pequena porção do discurso humano é explicitamente veraz ou informativo em qualquer sentido monovalente, não qualificado. (Steiner, 2005: 248)

Ora, a linguagem, portanto, não fala sobre o que é; antes, a linguagem é o que é. A função limitada da linguagem como reprodutora da realidade não pode ser transcendida simplesmente pelos mecanismos criativos formais que permitem gerar sentenças como “*colorless green ideas sleep furiously*”, mas, pelo contrário, pelos mecanismos que permitem atribuir sentido mesmo a uma sentença como essa, estabelecendo e criando as instâncias de relações do eu com a imagem do mundo a cada ato de linguagem. A passagem acima de Steiner como que explicita os mecanismos que permitem entender a linguagem como muito mais do que um simples mecanismo de explicitação do reflexo do mundo: a linguagem estabelece a imagem do mundo, a imagem do eu, a imagem do outro. Desse modo, o determinismo lingüístico deixa de ser possível, mas algum grau de relativismo deriva logicamente das abordagens da linguagem em sua função criativa. A passagem abaixo resume a questão:

Cada língua acumula os recursos da consciência, as visões de mundo do clã. Aproveitando um símile ainda profundamente enraizado na consciência lingüística do chinês, uma língua constrói uma parede ao redor do “reino do meio” da identidade do grupo. É um espaço escondido do estrangeiro e “contradiz” certos elementos do potencial total dos dados da percepção. Essa seleção, por sua vez, perpetua as diferenças em imagens do mundo exploradas por Whorf. A linguagem é uma “perpétua canção órfica” precisamente porque são dominantes nela os aspectos criativos e herméticos. Existiram e ainda existem milhares de línguas porque houve, particularmente nos estágios arcaicos da história social, o empenho dos inúmeros grupos humanos em manter para si as fontes singulares e herdadas de sua identidade e em criar seus próprios mundos semânticos, suas *alternidades*. (Steiner, 2005: 251)

O ponto principal de Steiner aqui coincide com o que proponho para esta tese: “O ser humano ‘tornou-se livre pela fala’ de todas as restrições orgânicas. A linguagem é uma criação constante de mundos alternativos” (*loc. cit.*, p. 254). A pluralidade das línguas e os graus elevados de diferenças entre elas, em parte resultantes da capacidade criativa dos indivíduos que as criam a cada ato de linguagem é antes um modo de dissolver o determinismo do que de instaurá-lo:

Cada língua diferente oferece sua própria negação do determinismo. “O mundo”, diz ela, “pode ser outro”. A ambigüidade, a polissemia, a opacidade, a violação das seqüências lógicas e gramaticais, as incompreensões recíprocas, a capacidade para mentir – isso tudo não constitui patologias da linguagem, mas as bases de seus poderes. Sem elas, teriam fenecido o indivíduo e a espécie. (Steiner, 2005: 254)

Chegamos aqui muito perto da nossa proposta de relação entre relativismo lingüístico e aspecto criativo: as diferenças entre as línguas são suficientemente relevantes para causar diferenças no modo de pensar e conhecer dos povos, mas jamais de modo a criar barreiras à intercompreensão, já que a própria linguagem é constituída por sua capacidade criativa e, ao mesmo tempo, constitui a experiência do indivíduo no mundo objetivo. O efeito criador é responsável por dissolver – através do poder órfico da linguagem de constituir a realidade – a prisão lingüística que criaram os relativistas radicais.

5.3. *Franchi e a linguagem como atividade constitutiva*

O artigo *Linguagem – Atividade Constitutiva*, publicado originalmente em 1977 na revista *Almanaque* e citado aqui na publicação de 2002 no primeiro número da *Revista do GEL*, constitui uma reflexão que retoma certos pontos da tese de doutoramento de Carlos Franchi. Franchi, nesse texto, lança as bases de uma definição de linguagem como atividade constitutiva que, em grande parte, retoma a noção de aspecto criativo, mas, com base nas idéias de Humboldt, avança para além de uma definição de criatividade meramente formal. Franchi está procurando uma definição de linguagem que dê conta de superar os problemas das abordagens mais tradicionais, que ele identifica como sendo fundamentalmente duas: (i) a definição de linguagem como nomenclatura, ou seja, a definição de linguagem como mero sistema de etiquetamento dos objetos da realidade através de rótulos fixos – a linguagem como comunicação, e (ii) a definição de linguagem como mero sistema autônomo formalizável capaz de engendrar todos os enunciados possíveis, ou, basicamente, a linguagem na perspectiva chomskiana (que, para Franchi, foi quem melhor concebeu a noção de linguagem como sistema formal). Franchi recusa a primeira proposta com base nas críticas tradicionais: a teoria do reflexo, que gera a visão de linguagem como mero instrumento de comunicação, não pode dar conta do caráter ativo que a linguagem tem na constituição dos sujeitos, das relações entre eles, dos seus enunciados, e da própria linguagem, em última instância. Ilari (2003), retomando Franchi para dar uma definição semântica de atividade constitutiva, rejeita a teoria da linguagem como nomenclatura atribuindo a Saussure a primeira recusa séria dessa proposta: Saussure teria mostrado, com a idéia de valores relacionais, que a linguagem não fala diretamente das coisas do mundo: “os

significados lingüísticos não se confundem com o mundo, nem com as idéias por meio das quais os categorizamos; os significados, como o resto dos significantes, são entidades intralingüísticas de natureza relacional” (Ilari, 2003: 46).

A segunda tese, a da linguagem como sistema formal autônomo, não é refutada de antemão por Franchi: ao contrário, sua reflexão procura estabelecer os limites e utilidade da formalização, ao criticar os modelos existentes e ampliar as possibilidades de tratamento da linguagem para o nível da constitutividade. Assim, se Chomsky já reconhecera em Humboldt seu antecessor na proposta de que a língua faz uso de recursos finitos para gerar um número praticamente infinito de expressões, ele o faz apenas na medida da criatividade formal no nível da sintaxe, que, para Franchi, não é capaz de explicar a criatividade no sentido semântico:

Nada mais enganoso: limitando Chomsky ao componente sintático o aspecto criador, construtivo da linguagem, (pelo princípio da recursividade) supõe sem mais que são as relações definidas nesse plano que se devem projetar sobre o plano semântico, explicando-se assim a compreensão de como se combinam as peças léxicas para a formação da significação das expressões complexas. (Franchi, 2002: 49)

Franchi procura, com seu texto, preencher as lacunas faltantes nos trabalhos daqueles que procuraram dar alguma relevância para a noção de criatividade e, para ele, de constitutividade. Ilari, em seu texto que se assume como um tipo de comentário de aprendiz com relação ao texto de Franchi, comenta sobre o modo como o relativismo lingüístico radical também deve ser evitado para se chegar a uma definição razoável de linguagem como atividade constitutiva: a tese determinista de que “somos falados pela nossa língua” é completamente avessa à proposta de qualquer capacidade ativa do indivíduo sob o jugo de sua língua. Ilari deriva a posição determinista de uma leitura equivocada da idéia da arbitrariedade saussureana. Sua análise é interessante:

A tomada de consciência da arbitrariedade radical das línguas historicamente dadas poderia levar a uma definição interessante de “constitutivo”, pois evoca imediatamente a questão de saber como elas se formaram e se estabilizaram. Mas o uso que foi feito pelos estruturalistas dessa concepção radical da arbitrariedade deixou muito a desejar. Em contexto didático, ela foi freqüentemente reduzida ao fato de que os sistemas vocabulares das várias línguas são diferentes entre si (por exemplo, insistiu-se em comparar línguas como o português, que usa a palavra “neve” para qualquer tipo de neve, com as línguas dos esquimós que aplicam à neve um grande número de palavras não equivalentes). E essas ilustrações didáticas foram por sua vez utilizadas como prova de que nossa atividade verbal é

limitada pelo código ou, como também se disse, que “somos falados pelo código”.

A tese de que somos falados pelo código é monstruosa. (Ilari, 2003: 47-8)

A refutação do determinismo exposto acima é feita por Ilari também com base na prática da tradução. Em sua análise da tradução como mais do que um simples processo de encontrar equivalências pré-existentes entre os sistemas lingüísticos (ou completamente incomensuráveis, resultantes de um mundo em que o determinismo lingüístico total tivesse sido instituído, ou totalmente equivalentes, resultantes de um mundo em que a teoria do reflexo e a teoria universalista aplicada sem restrições às línguas tivessem sido decretadas) e selecionar expressões pré-existentes na língua-alvo para funcionar “no lugar” das expressões da língua-fonte. Ilari recusa essa visão, e estabelece uma espécie de teoria da tradução na qual o tradutor necessariamente trabalha construtiva/constitutivamente com a língua de chegada para criar equivalências possíveis para as expressões da língua de saída. Isso, em si, ilustra a posição de linguagem como atividade constitutiva e, ao mesmo tempo, refuta o determinismo radical.

Assim, voltando a Franchi, a rejeição, por um lado, da visão simplista de linguagem como mero instrumento de comunicação, do determinismo radical, e, por outro lado, da definição de linguagem como sistema formal autônomo resulta em uma posição que começa a esboçar da seguinte maneira:

Certamente a linguagem se utiliza como instrumento de comunicação, certamente comunicamos por ela, aos outros, nossas experiências, estabelecemos por ela, com os outros, laços ‘contratuais’, por que interagimos e nos compreendemos, influenciamos os outros com nossas opções relativas ao modo peculiar de ver e sentir o mundo, com decisões conseqüentes sobre o modo de atuar nele. Mas, se queremos imaginar esse comportamento como uma ‘ação’ livre e ativa e criadora, suscetível de pelo menos renovar-se ultrapassando as convenções e as heranças, processo em crise de quem é agente e não mero receptáculo da cultura, temos então que apreendê-la nessa relação instável de interioridade e exterioridade, de diálogo e solilóquio: antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração; e antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento; e antes de ser veículo de sentimentos, idéias, emoções, aspirações, *a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos as nossas experiências.* (Franchi, 2002: 57, grifo meu)

A definição de linguagem de Franchi não elimina a definição de linguagem para comunicação, mas antes, considera que ela deva ser parte integrante do processo complexo, dialético, em que se estabelece a linguagem como elemento ativo na

construção e elaboração. Vemos, logo, a concepção humboldtiana de linguagem como ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, interna e externa, diálogo e solilóquio.

O papel ativo da linguagem na construção dos aspectos humanos da atividade lingüística lembra Schaff (retomado, mais tarde, por Ilari, na análise de Franchi), mas também lembra Chomsky. Ao retomar a definição de atividade constitutiva, Franchi dialoga novamente com a definição do criativo em Chomsky:

A linguagem não é somente o instrumento da inserção justa do homem entre os outros; é também o instrumento da intervenção e da dialética entre cada um de nós e o mundo.

Dizer isso nos lembra Chomsky (pelo menos em parte): a linguagem não é esse sistema de caráter aberto, público, universal, porque se adapta à multiplicidade das situações comunicativas; ela é um sistema aberto e criativo e, por isso, disponível ao atendimento das necessidades e intenções das mais variadas condições de comunicação. (Franchi, 2002: 58)

A relação com Chomsky é sempre cuidadosa: o final da citação acima, por exemplo, introduz uma nota na qual Franchi afirma explicitamente que a sua noção de criatividade deve, sim, à de Chomsky mas, por outro lado, é mais abrangente do que a dele, que se atém à questão da recursividade.

A definição de criatividade de Franchi é a que mais se aproxima da nossa proposta de aspecto criativo nesta tese: a capacidade de adaptação da linguagem às necessidades do indivíduo na sua eterna atividade de constituição de si, do mundo e da própria língua através da linguagem é o que impede o determinismo, como vemos em Schaff, Steiner e Franchi, mas é o que permite que línguas diferentes sejam reflexos de realidades significativamente diferentes, motivadas por características sociais e culturais diferentes; línguas que, por sua vez, quando os indivíduos começarem a utilizar para fins de inserção de si mesmos no mundo social, encontrarão já prontas, definidas, terminadas, mas também em eterna transformação, sujeitas aos impulsos individuais e às novas necessidades sociais e culturais, que fecham o círculo de influência indivíduo-língua-indivíduo, já atestado em Humboldt, mas proposto com maior clareza em Franchi.

A definição de linguagem como mescla de prisão com “perpétua canção órfica” é encontrada em cada nova maneira de especializar a definição dada por Franchi, e o resultado é a “perpétua prisão órfica” de que falo no título, ou seja, a linguagem restringe o indivíduo com a imposição de uma visão de mundo que, por sua vez, pode ser restrita pela atividade constitutiva, livre, criadora: o sistema formal autônomo é, por

outro lado, orgânico e não pode ser visto como um instrumento gigantesco dado e imutável do qual nós, meros operários, nos utilizamos. Mais uma vez, segundo, Franchi:

Pensamos que se tem privilegiado a linguagem (por sua aproximação às linguagens restritas dos sistemas formais) como instrumento de regularização e normalidade, limitando-se a sua virtualidade quando um de seus aspectos (essenciais) é o de prestar-se eficazmente à subversão das categorias e valores, à expressão da ‘esquizofrenia’ que cria universos encantados, poemas, teorias. (Franchi, 2002: 60)

Além de assumir Chomsky como ponto de partida para sua análise, Franchi manifestamente se assume humboldtiano, identificando no prussiano as origens de sua proposta de linguagem como processo histórico *energético*. Ao tratar de Humboldt, Franchi finalmente torna clara a relação que em Chomsky parece obscura e oportunista, a de que em Humboldt estariam as bases para o gerativismo do norte-americano. Como vimos acima, a criatividade de Chomsky não pode ir além da noção meramente formal de recursividade de um sistema de regras de reescritura sintática, em que um conjunto fixo de categorias abstratas e um conjunto lexical (possivelmente aberto, inclusive desde Varrão) engendram inumeráveis expressões e permitem a análise modelar da linguagem como fenômeno objetivo ou como potencialidade. No entanto, Chomsky tentava alistar Humboldt nas fileiras de seus antecessores históricos, dos quais ele, no fim das contas, esperaria emergir como ponto culminante de uma tradição (encabeçada oportunamente por Descartes) de racionalistas que pensaram a linguagem. Franchi coloca as coisas em seus devidos lugares ao esclarecer o que em Humboldt já aparecia como sugestão, e que parece ter sido ignorado por Chomsky, que a noção de *forma* lingüística humboldtiana não diz respeito ao *ergon*, mas sim à *energeia*, ou seja:

A partir da concepção de ‘forma interna’ de Humboldt, o modelo chomskiano, operando sobre um conjunto fixo e delimitado de categorias gramaticais, que se interpretam como categorias morfológicas e distribucionais, e sobre uma noção de ordem que reflete a linearidade do discurso, cuidando, enfim, da forma superficial das expressões, incide já, não sobre a atividade criadora da linguagem, no sentido humboldtiano, mas sobre os resultados dessa. E isso porque a ‘forma’ em Humboldt designa os princípios dinâmicos do ato mesmo de ‘dar forma’: designa a universalidade de um processo e não dos elementos variáveis que se tomam nesse processo que não está sujeito a um conjunto estável e permanente de categorias, pois responde à provocação da imaginação que constitui mas não se institui; que não se fixa, mas retorna e se renova. (Franchi, 2002: 64)

Além de fazer justiça a Humboldt, Franchi, no trecho acima, aponta para mais uma consequência importante de aceitar a definição de linguagem como atividade constitutiva: a criatividade, além de eliminar os riscos do determinismo, é característica e função da linguagem de modo a reconciliar a possibilidade de particularidades criativas motivadas pela sociedade e pelo indivíduo num nível aceitável de influência causal entre indivíduos e linguagem e a percepção de que a linguagem atua de maneira universal no modo como o aspecto criativo atua sobre o processo de auto-constituição do indivíduo, da linguagem e dos dois, no processo dialético do qual Humboldt já tentava falar, mas que Franchi finalmente define mais claramente. O aspecto criativo, portanto, é capaz de estabelecer uma ligação coerente entre o absolutamente particular e o transcendentemente universal, em criar uma terceira via que entenda a linguagem em sua plenitude, sem a necessidade de polarizar as concepções lingüísticas de forma maniqueísta entre relativistas e universalistas, comunicativas e formais, sociais e individuais. Os riscos do determinismo radical e do universalismo utópico se dissolvem em uma concepção de linguagem que a aborda em sua multifacetada historicidade, objetividade e subjetividade. A conclusão de Franchi sobre essa síntese dialética é, naturalmente, mais bem-acabada do que a minha:

Mas a reflexão anterior nos afasta de uma concepção empobrecida da linguagem como mero instrumento de comunicação ou de ação exterior do homem, ela conduz também a rejeitar uma redução da linguagem a um sistema formal. A linguagem, na medida em que ‘dá forma’ é bem já uma atividade quase-estruturante, mas não necessariamente ‘estruturada’, no sentido estrito do termo, ou se concebemos ‘estrutura’ como uma organização estável de categorias. Ao contrário da linguagem, os sistemas formais são o resultado de uma atividade reflexiva sobre a própria linguagem, que a toma em um momento de sua transitoriedade e a fixa e determina para dar conta de um momento dessa reflexão. A linguagem natural permanece sempre o instrumento de uma prática primitiva de estruturação dos fatos da experiência, de revisão e reformulação: uma espécie de ‘lógica’ primitiva e fraca que não se cinge às restrições das propriedades formais. (Franchi, 2002: 65)

A crítica ao modo chomskiano de conceber a infinitude de possibilidades expressivas permitidas pelo sistema recursivo não pára por aqui, pois, para Franchi, a verdadeira atividade constitutiva deve levar em conta o caráter histórico da linguagem, compreendendo-a não como um sistema fechado e monolítico de léxico, categorias e regras já dados com os quais, aplicadas as operações gramaticais recursivas, se dá “início” a todo processo lingüístico. Ao contrário,

Bem repetindo Humboldt, a linguagem é um processo, cuja forma é persistente, mas cujo escopo e modalidades do produto são completamente indeterminados; em outros termos, a linguagem em um dos seus aspectos fundamentais é um meio de revisão de categorias e criação de novas estruturas. (Franchi, 2002: 66)

Naturalmente, essa concepção não precisa prescindir das funções mais básicas, comunicativas, da linguagem, muito menos superar os mecanismos mais básicos, formais, da noção de criatividade analisadas anteriormente, a analogia e a recursividade. Naturalmente, exercem papel fundamental nessa concepção a capacidade de criação através do neologismo, da gramaticalização, e a cada instância de possibilidade de criação, consciente ou inconsciente, a língua se vê em um estágio fixo, a partir do qual se pode agir com ela, sobre ela e mesmo fazê-la agir (cf. Geraldi, 2000, que discuto adiante). Novamente segundo Franchi,

Por um lado, esse aspecto fundamental da linguagem a torna um instrumento dúctil e eficaz de contínua retificação de todo o anteriormente organizado, remanejando o que se poderia supor imanente, fixo, definitivo. Por outro lado, a atividade lingüística supõe ela mesma esse retorno sobre si mesma, uma progressiva atividade epilingüística: como “atividade metalingüística inconsciente (Culioli 1968), de modo a estabelecer uma relação entre os esquemas de ação verbal interiorizados pelo sujeito e a sua realização em cada ato do discurso; como atividade seletiva e consciente, na medida em que reflete sobre o processo mesmo de organização e estruturação verbal; justamente em virtude dessa função, operando sobre signos que se tornam como objetos dessa reflexão, o homem ultrapassa os limites do observável e do perceptível: passando pela metáfora e pela metonímia, a linguagem se refaz linguagem poética, ou se higieniza e contextualiza (no sentido mais estrito de ‘contexto verbal’), no discurso filosófico e científico, em que as palavras e expressões tomam seus sentidos nas cadeias das definições.” (Franchi, 2002: 66)

As formulações de Franchi são as que melhor definem a característica da linguagem chamada aqui de atividade constitutiva, que neste capítulo chamo, de maneira genérica, para abarcar as definições anteriores, de aspecto criativo. A visão de aspecto criativo em Franchi é a que permite a síntese das visões sobre a linguagem que permitem a superação do determinismo e a aceitação de um relativismo sensato, ainda que distante do que se estuda pelos neo-whorfianos do capítulo 4. Antes de passarmos para a conclusão, onde finalmente discuto essa síntese, uma apresentação de dois textos fortemente baseados em Franchi poderá ilustrar o modo como o aspecto criativo da linguagem é importante para os estudos da linguagem. Trata-se dos já mencionados textos de Geraldi (2000) e Ilari (2003).

5.3.1. Wanderley Geraldi, notável Franchiano

Portos de Passagem (2000), de Wanderley Geraldi, é um livro (a propósito, prefaciado por Franchi) sobre linguagem e ensino de língua portuguesa, que parte de uma concepção franchiana de linguagem para o terreno dos estudos do discurso, fundamentado fortemente em Bakhtin e Foucault, entre outros. Interessa, para esta tese, mais especificamente seu primeiro capítulo, no qual o autor discorre sobre a historicidade da linguagem e das ações da linguagem, das ações que se fazem com a linguagem e das ações que se fazem sobre a linguagem.

A concepção discursiva de linguagem apresenta-se em muitos pontos bastante próxima da concepção de linguagem como atividade constitutiva de Franchi, e diz respeito diretamente ao tema deste capítulo. Para Geraldi,

a linguagem (Osakabe, 1988) fulcra-se como evento, faz-se na linha do tempo e só tem consistência enquanto “real” na singularidade do momento em que se enuncia. A relação com a singularidade é da natureza do processo constitutivo da linguagem e dos sujeitos de discurso. Evidentemente, os acontecimentos discursivos, precários, singulares e densos de suas próprias condições de produção fazem-se no tempo e constroem história. Estruturas lingüísticas que inevitavelmente se reiteram também se alteram, a cada passo, em sua consistência significativa. Passado no presente, que se faz passado: trabalho de constituição de sujeitos e de linguagem. (Geraldi, 2000: 5)

Essa concepção de linguagem parte de pressupostos que se coadunam com o modo como a capacidade criativa emancipa o indivíduo e permite que ele molde a sua prisão lingüística privada. Para Geraldi, as premissas são: a língua não está pronta de antemão, e, portanto, não pode ser vista como mero instrumento de comunicação; os sujeitos se constituem como tais à medida em que se utilizam da linguagem, de forma a agir sobre o outro de várias maneiras, recebendo o reflexo que altera sua própria maneira de se conceber como sujeito; e nem o discurso nem os sujeitos estão livres da influência externa da sociedade e da cultura, de uma maneira mais ampla (como explica Foucault, 2004). Recuperando Franchi, Geraldi (2000: 15) identifica o caráter constitutivo da linguagem com a sua noção de historicidade da linguagem. Interessamos, a partir daí, mais especificamente, ver como relaciona-se o sujeito com as ações lingüísticas.

Primeiramente, mais uma vez a concepção de linguagem como constitutiva é o modo de união de visões diametralmente opostas sobre a linguagem, estabelecendo a unidade dialética que vimos em Humboldt e Franchi:

A historicidade da linguagem afasta, ao mesmo tempo, dois mitos: aquele da univocidade absoluta, identificável com o sonho da transparência, e aquele da indeterminação absoluta em que não seria possível atribuir qualquer significado a uma expressão fora do seu contexto. Entre os dois extremos está o trabalho dos sujeitos como atividade constitutiva. (Geraldi, 2000: 15)

Assim, Geraldi passa para uma discussão das ações lingüísticas, categorizando-as em três tipos básicos: as ações que se fazem *com* a linguagem, as ações que se fazem *sobre* a linguagem e as ações *da* linguagem.

5.3.2. Das ações que se fazem com a linguagem

Neste ponto, Geraldi discute basicamente o modo como os sujeitos se utilizam do discurso afetando o outro, consciente ou inconscientemente. Trata-se, fundamentalmente, de entender a constitutividade na linguagem de modo a verificar os modos como se pode exercer alguma influência no outro:

Dado que a fala se realiza entre os homens, as ações que com ela praticamos incidem sempre *sobre o outro*, pois através delas representamos, e apresentamos a nossos interlocutores uma certa construção da realidade, para com isso interferirmos sobre seus julgamentos, opiniões, preferências. (Geraldi, 2000: 28)

As ações que fazemos com a linguagem vão desde as mais simples, consideradas por muitos como as únicas ou as mais importantes coisas que fazemos com a linguagem (como comunicar o mundo objetivo, alheio a nós), até complexas coerções sutis através de atos ilocucionários e perlocucionários¹⁹⁵ (na terminologia famosa de Austin, retomada tanto por Franchi quanto por Geraldi), com os quais conseguimos que o interlocutor faça alguma coisa.

Num nível intersubjetivo, o diálogo estabelece na consciência do outro vários tipos de alteração. Por exemplo, se A diz a B que C morreu, dadas as circunstâncias

¹⁹⁵ O exemplo de Geraldi é: “tu podes abrir a porta?”, que, mais do que uma pergunta, faz com que o interlocutor faça alguma coisa; os exemplos famosos de atos perlocucionários são o do sacerdote que cria a união conjugal ou do juiz que sentencia um acusado através de enunciados lingüísticos.

griceanas típicas da conversação (que incluem, especialmente, a máxima que diz que as pessoas geralmente falam a verdade), *A cria* no conjunto mental de informações e crenças de B uma alteração sensível: C, que constava na ontologia mental de B como indivíduo vivo, passa para o grupo dos indivíduos mortos, mesmo que a morte de C não tenha se concretizado no chamado “mundo real”.

Mesmo informações tidas como objetivas podem ser apresentadas via linguagem com alterações sutis que carregam sentido adicional. No exemplo de Geraldi (2000: 31), 49% de pessoas entrevistadas que aprovam as atividades esportivas de Collor, se transformam, no texto da Folha de S. Paulo, em “quase metade” dos entrevistados. Geraldi se pergunta: por que não “menos que a metade”? Exatamente porque os modos como escolhemos representar a suposta realidade objetiva dependem de nossas inclinações, objetivos, modos de manipular o material lingüístico, o que fortalece a proposta de que não há descrição objetiva da realidade através da linguagem, não há “reflexo”.

5.3.3. Das ações que se fazem sobre a linguagem

As ações que se fazem sobre a linguagem são aquelas que consideramos como criativas do ponto de vista do modo como introduzem inovações, mais ou menos sutilmente, no modo como fazemos uso do sistema já existente. Aqui podemos falar dos modos criativos de subverter categorias, deslocando sentidos tidos como usuais, fazendo escolhas significativas a partir do material lingüístico que encontra-se à disposição e que retornam um material ligeiramente diferente. A ação poética, inovadora, criativa, nos sentidos mais usuais desses termos, pode ser classificada como ação sobre a linguagem. De acordo com Geraldi, essas ações se diferenciam das que fazemos com a linguagem, entre outras coisas, porque:

A ação sobre a linguagem é responsável por deslocamentos no sistema de referências, pela construção de novas formas de representação do mundo (note-se a importância das metáforas, dos raciocínios analógicos, das comparações, etc.) e pela construção de sentidos novos mesmo para recursos gramaticalizados, atribuindo-lhes sentidos que, embora externos à gramática, são fundamentais enquanto “efeitos de estilo”. (Geraldi, 2000: 43)

Um exemplo muito simples usado por Geraldi é o do uso das aspas em enunciados comuns, visando vários efeitos de sentido. Podemos usar aspas para

estabelecer relações metalingüísticas, como em “esta expressão está entre aspas”, para ironizar, como em “meu tio é ‘engenheiro’: qualquer coisa que estiver errada ele ‘conserta’”, e mesmo para criar um simples efeito de foco: o marketing intuitivo contemporâneo tem gerado muitas tiradas engraçadas, tais como “Duffy, a sua ‘cerveja’” ou “Curitiba, a ‘cidade européia’”.¹⁹⁶

A atividade retórico-poética exerce papel fundamental neste terreno: os recursos comuns da língua são levados a extremos de criação proposital, e muitos deles passam a viver na língua como parte do inventário comum após os atos criativos iniciais.

5.3.4. Das ações da linguagem

As distinções entre ações que se fazem com e sobre a linguagem não são tão claras quanto as distinções entre, de um lado, o conjunto dessas duas e, de outro, as chamadas ações da linguagem (e mesmo Geraldi o reconhece). As ações *com* e as ações *sobre* são ações que partem do indivíduo-sujeito naquele esquema de influências entre linguagem e usuário. As ações seguintes, chamadas de ações *da* linguagem, são o correspondente ao modo como a linguagem exerce o seu papel, voltando a influenciar o indivíduo que exerceu alguma ação sobre ela. É o equivalente à influência da linguagem sobre o indivíduo advogada pelos relativistas, mas sem que se entenda essa influência como mais importante ou eliminando a possibilidade da influência no outro sentido. Para Geraldi,

Como já vimos, não só a linguagem se constitui pelo trabalho dos sujeitos; também estes se constituem pelo trabalho lingüístico, participando de processos interacionais. E neste constituir-se dos sujeitos há uma ação da própria linguagem, que pode ser focalizada sob dois ângulos (no mínimo); um das restrições mais estritamente lingüísticas, em que a própria “sistematização aberta” da língua interfere nas formas de construção de raciocínios lógico-lingüísticos, outro relativamente aos sistemas de referência historicamente constituídos, dentro dos quais o sistema lingüístico se torna significativo: nascemos num mundo de discursos preexistentes e os sistemas de referências que eles revelam são incorporados pelo falante, constituindo, na expressão de Bakhtin, o material concreto da consciência dos sujeitos. (Geraldi, 2000: 51)

Os exemplos listados por Geraldi são curiosos: um deles diz respeito ao modo como o sistema gramatical (morfológico, nesse caso) é responsável por restringir as

¹⁹⁶ Exemplos inventados, baseados em vários exemplos de uso duvidoso das aspas presenciados por mim.

escolhas e facilitar certas análises. Ao criar *tancredar* ou *malufar*, usamos o sistema morfológico já existente; ao produzirmos *fazi* (para *fiz*) ou *di* (para *dei*) somos levados a essas escolhas pelo mesmo sistema morfológico. Ora, trata-se aqui de uma volta à discussão sobre analogia e anomalia como se dava já em Varrão, como vimos acima.

Um outro exemplo de Geraldí é o da análise da recorrência de vírgulas separando sujeito de predicado na escrita do português brasileiro contemporâneo como motivada por uma alteração prévia da língua que fez com que, aos poucos, na língua oral, fosse mais comum que as proposições se constituíssem em estruturas de tópico e comentário. Isso levaria aos poucos os indivíduos a reproduzirem na escrita a suposta nova ordem prosódica geral do português.

Muitos outros exemplos poderiam ser aduzidos, mas basta que notemos que é aqui que podemos perceber a atividade da própria língua na restrição das possibilidades do usuário, na condução a certos modos de expressão, possivelmente resultantes de modificações prévias no sentido inverso, ou seja, partindo dos indivíduos contra a língua. Aqui temos uma reformulação das teses relativistas fracas, por exemplo de Boas, Sapir, dos neo-whorfianos e mesmo de Pinker (cf. a discussão sobre o determinismo em Pinker, 2007 e cf. o capítulo 4 acima), quando assumem que a língua que falamos favorece certos modos de organizar a experiência. Aqui vemos mais uma vez que a língua age ao nos obrigar, por exemplo, a escolher entre *parede* ou *muro* quando um falante de inglês tem à sua disposição apenas *wall*¹⁹⁷.

Nenhuma dessas três classes de ações predomina sobre as outras, e todas elas fazem parte das possibilidades que a linguagem como atividade constitutiva traz. Se prevalecerem as ações que se fazem com a linguagem, corremos o risco de assumir a posição extremamente logocêntrica e fantástica da palavra mágica, a partir da qual podemos realizar qualquer coisa, e criar qualquer realidade, através da arbitrariedade total resultante da indeterminação ou do poder absoluto que a linguagem nos conferiria. Se prevalecerem as ações que se fazem sobre a linguagem, podemos recriar a novílingua de Orwell, estabelecendo todas as novas possibilidades lingüísticas com base no que quisermos, e as ações que se poderão fazer com ela serão nefastas (como quis mesmo o Big Brother no romance *Nineteen Eighty-Four*, mas como jamais ocorrerá, coisa que o próprio Orwell percebeu). Se prevalecerem as ações da linguagem, sucumbiremos ao determinismo lingüístico total, e seremos efetivamente prisioneiros da nossa língua.

¹⁹⁷ O exemplo é devido às já longínquas aulas do Borges brasileiro.

Assim, a concepção criativa e constitutiva só poderá conceber a linguagem como sendo resultado dos três tipos de ações, sob pena de não conseguirmos dar conta dos fatos lingüísticos como eles se nos apresentam.

5.3.5. Rodolfo Ilari em busca de uma definição semântica de atividade constitutiva

O já mencionado texto de Ilari (2003) procura partir da proposta de linguagem como atividade constitutiva de Franchi para lhe fornecer uma definição semântica. Sua proposta é encontrar exemplos de mecanismos que sejam realmente criativos/constitutivos do ponto de vista semântico. Ilari, após rebater as propostas relativistas (cf. discussão feita acima) e após ilustrar a atividade constitutiva com exemplos mais parecidos com aqueles que já tinham sido elencados por relativistas moderados, procede à sua própria tentativa de definição. Para Ilari, os exemplos anteriores são interessantes,

Mas não são estes os exemplos de constitutividade que eu gostaria de valorizar, porque eles dão da língua uma visão conservadora, para não dizer reacionária. Eu gostaria, ao contrário, de oferecer exemplos em que a linguagem exerce um papel criativo e transformador, pois o ensinamento de Franchi resultaria empobrecido se concluíssemos que a linguagem é constitutiva apenas do sistema de referência já constituído em relação ao qual se interpreta. Por isso, prefiro olhar para outros tipos de uso, em que a língua natural se contrapõe a uma categorização vigente, alterando-a. Na seqüência, serão expostos três exemplos desse tipo: eles ilustram três situações em que o uso da linguagem resulta tipicamente num ganho cognitivo, correspondendo a três funções que, por falta de termos melhores, chamei respectivamente de *monitoramento*, *criação de objetos não convencionais* e *subversão*. (Ilari, 2003: 65)

Primeiramente, Ilari (2003: 66) chama de *monitoramento* o processo através do qual a linguagem exerce papel fundamental na redefinição dos limites de um determinado conjunto de experiências e na reformulação de suas articulações internas. O exemplo que ele dá é o do conceito moderno de *sífilis* exposto por Ludwig Fleck. Fleck, médico e epistemólogo, que historiou a atribuição de sentido à noção de *sífilis*, percebeu que as diversas definições históricas de *sífilis* não foram sempre coerentes umas com as outras, e que o resultado é um conceito que se reformula e se altera não apenas a partir das descobertas que se fazem independentemente do que se pensava a respeito daquele conceito. Em outras palavras, diz Ilari, as diversas explicações para *sífilis*, que incluíam “castigo divino pela fornicação” e “mau sangue”, foram úteis,

fornecendo sem querer o contexto que auxiliou na descoberta dos testes que permitiram identificar a doença.

Aqui, a linguagem manifesta seu papel constitutivo garantindo a transição entre uma fase “sincrética” e uma fase “exata”, graças à qual o edifício de nossos conhecimentos continua sendo reconstruído sem desabar. (...) Assim, a assimilação de um conceito novo pode sempre ser vista como a resolução de uma fase de sincretismo não-declarado, não percebido, em que convivem o conceito antigo e o novo (e eventualmente outros); somente depois de superada essa fase é que o sincretismo prévio se torna visível. (Ilari, 2003: 67)

Em segundo lugar, Ilari exemplifica a *criação de objetos não convencionais* com a possibilidade comum de a linguagem estabelecer ontologias diferentes daquelas que costumamos atribuir ao mundo objetivo. Quando nos referimos a um indivíduo morto com o nome que lhe dávamos quando vivo, falamos não de uma entidade no mundo, mas de uma ex-entidade. Da mesma forma, podemos atribuir características diferenciadas ao mesmo referente usando qualificações tais como *Caruso cantor* e *Caruso homem*. As duas semi-referências poderiam se referir ao mesmo *objeto* do mundo, mas o que parece ocorrer é que a língua escolhe representar como objetos entidades que poderiam ser percebidas mais adequadamente como processos (afinal, por exemplo, agora Caruso já não é mais, é um ex-cantor, é um não-vivo, é um que foi). Ilari dá o seguinte exemplo:

Em Ilari e Rébori (1987), discute-se nesses termos este pequeno trecho: “O Caruso cantor cobra por seus recitais, beneficentes ou não. O Caruso homem contribui generosamente para as causas nobres”. Depois de situá-la no contexto de um recital beneficente pelo qual, segundo se conta, Caruso cobrou adiantados 10.000 dólares (quantia astronômica para a época), ao passo que contribuiu no final com um cheque de 20.000. (Ilari, 2003: 68)

Esse processo de criação de objetos não convencionais é tratado por Ilari como o mecanismo que permite a descoberta do anteriormente desconhecido, através da manipulação do conhecido. Trata-se de uma ilustração da propriedade da linguagem estipulada por Humboldt anteriormente, mas agora com a aproximação aos procedimentos de criação de objetos não convencionais, por exemplo, na matemática. Nas palavras de Ilari:

A criação dos dois semi-referentes resulta da aplicação de operações inteiramente familiares e resulta na identificação de objetos de um tipo diferente daquelas a que essas operações levam habitualmente. Mas o recurso de aplicar de maneira não familiar operações familiares é, pelo que sei, uma maneira clássica de realizar descobertas; por esse mesmo caminho, na aritmética que todos aprendemos na escola, o reconhecimento de uma operação inversa da adição e sua aplicação a casos não banais levou à “descoberta” dos números negativos; idem para a multiplicação e os números fracionários, idem para a exponenciação e os logaritmos. (Ilari, 2003: 69)

Em um terceiro momento, Ilari se utiliza da metáfora para exemplificar o processo criativo que chama de *subversão*. Trata-se do modo como, através da linguagem, ao utilizarmos formulações não usadas antes para nos referirmos a coisas já conhecidas, ganhamos um novo ponto de vista na percepção daquela coisa a partir dos efeitos semânticos provenientes. Quando fazemos uso de uma metáfora inusitada, toda uma nova forma de olhar para o objeto é desvelada sob os nossos olhos. A questão da subversão aqui não está distante da idéia de aspecto criativo como possibilitador de alterações substanciais no sistema de referências (aqui, semântico) criando, a partir de elementos já conhecidos, conhecimento novo. Na explicação do próprio Ilari,

Resgatar esse caráter cognitivo da metáfora foi o principal propósito de Max Black, para quem toda metáfora autêntica define um modo especial de conhecer. Como se sabe, Max Black (1954) compara o papel da metáfora ao de um filtro – na realidade, o tipo de filtro artesanal que qualquer criança pode construir, escurecendo com a fumaça de uma vela um pedaço de vidro, e riscando alguns traços na mancha deixada pela fumaça. Para quem olhar por esse filtro, a percepção de alguns aspectos do mundo resulta dificultada ou deformada, a de outros aspectos que normalmente não seriam notados ganha realce. A aplicação, por metáfora, de uma palavra inesperada a uma realidade conhecida tem esse efeito de filtro. Por isso mesmo, nos coloca em condições de aplicar à realidade que supúnhamos conhecer toda uma série de novas perguntas. (Ilari, 2003: 70)

Ampliando a noção de subversão de Ilari e resumindo a questão da atividade constitutiva com sua relação direta com a questão do relativismo, será parte de nossa conclusão a idéia de que não apenas a metáfora, mas qualquer instância de atividade lingüística, seja ela entendida como científica, retórica, poética, estilística, estética, ou mesmo (utopicamente) neutra, cria um efeito de filtro a partir do qual podemos organizar o que quer que seja nomeado como o mundo objetivo, o mundo real. Assim, a linguagem estabelece, a cada instante, gêneros de representação do vivido, e possibilita a atividade recorrente de todos os que se apoderam dela para subverter novamente todas as questões já colocadas. A linguagem é, portanto, como que uma função auto-

modeladora que recebe como argumento os elementos da percepção e retorna como resultado outros elementos, processados e prontos para serem utilizados na função lingüística do outro.

Conclusão

Chamar de conclusão qualquer coisa que eu venha a escrever neste espaço certamente é apenas um uso criativo da linguagem. O tema desta tese, ou, antes, os temas desta tese, são amplos demais para que eu tenha qualquer pretensão de esgotá-los em algo que venha a receber o nome de conclusão em alguma acepção próxima de fechamento ou de última palavra. O que eu produzi foi uma tentativa de sistematizar o máximo possível aquilo que se disse sobre o relativismo lingüístico e o que fosse apropriado a respeito do aspecto criativo da linguagem a fim de produzir uma tentativa de síntese. A excessiva modéstia certamente não é retórica. Afinal, longe de querer poetizar em um espaço em que eu deveria ter sido mais sério, menos pessoal, não posso deixar de dizer que trabalho com a linguagem em um processo que não pôde jamais ser totalmente homogêneo, objetivo e imediato, e não imagino que eu esteja sozinho nessa posição, já que tantos outros já escreveram teses de doutorado antes de mim.

Impossível não me utilizar desse espaço para citar, mais uma vez¹⁹⁸, uma autoridade que falou sobre o que eu quero falar, antes de mim e melhor do que eu:

De fato é dentro da, e pela língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente. O homem sentiu sempre – e os poetas freqüentemente cantaram – o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu. É por isso que tantas mitologias, tendo de explicar que no início dos tempos alguma coisa pôde nascer do nada, propuseram como princípio criador do mundo essa essência imaterial e soberana, a Palavra. (Benveniste, 1995: 27)

Não posso deixar de me sentir um outro Orfeu, não posso deixar de sentir que a palavra capitulada me permitiu colocar ordem no caos mental que sempre foi a minha intenção complexa e já antiga de escrever sobre o assunto que ora, por ora, encerro. A Palavra fez ver o que ainda não existia, e fez reordenar o que já existia, e trouxe-me onde estou, encerrando um trabalho que me tomou vários anos, me trazendo ao ponto em que eu tenho que finalmente explicar o que entendo por aspecto criativo e sua

¹⁹⁸ Na espiral de citações, também é impossível, após ter me utilizado tantas vezes de citações longas, deixar de citar as palavras de Ilari (2003: 72), quando encerra o texto apresentando palavras de Carlos Franchi. Ilari diz, e faço minhas suas palavras, que “é sempre bom citar, quando outros disseram melhor do que nós o que gostaríamos de dizer”.

influência no vasto, complexo e controvertido tema do relativismo na história do pensamento sobre a linguagem.

Tendo exposto a problemática do relativismo lingüístico, que não é inédita, a parte que se propunha realmente inédita da tese seria estabelecer uma ligação coerente entre essa problemática e aquilo que foi chamado de modos variados ao longo da tradição do pensamento sobre a linguagem, que eu aqui, por questões de simples conveniência, preferi chamar de aspecto criativo da linguagem. Anteriormente universalista convicto, vi minha simpatia pelo relativismo enfraquecida pela quantidade grande de contra-argumentos às teses mais radicais (e, como se vê nos capítulos anteriores, mais sedutoras) e pela própria maneira amiúde absurda como os próprios relativistas esboçam suas idéias. Assim, num esforço típico da minha inquietação contrária à busca da verdade única e do proselitismo científico, procurei um meio-termo, algo que salvasse o relativismo em algum grau, sem ter que prescindir das teses sensatas propostas pelos universalistas. Por esse motivo, não raramente me vi em situação de confusão quando fui, com uma certa freqüência, questionado, ao longo do período em que escrevia este texto, se eu defenderia o relativismo ou o universalismo. Incapaz de responder, senti que o desafio, quase psicanalítico, seria me resolver quanto a isso ao longo da escritura da tese, o que pode parecer irresponsabilidade, mas que, no fim das contas, acabou trazendo mais lucro do que prejuízo. Isso porque, agora, quase ao fim da jornada, consegui parir não só a tese como objeto lingüístico, mas também a tese como posicionamento pessoal: posso afirmar, enfim, que não sou nem relativista nem universalista.

Foi uma surpresa para mim quando, imaginando-me um crítico severo do relativismo, os professores presentes à banca de qualificação, Caetano Waldrigues Galindo, Luiz Arthur Pagani e Werner Heidermann, além do sempre orientador José Borges Neto, afirmaram, não sem um tom de descontração, que era óbvia a minha posição a partir do texto – e eles afirmavam, se eu bem entendi, que eu era um relativista. Espero que, com a versão final da tese, a minha posição de cima do muro fique mais clara.

Mas essa posição precisa de um esclarecimento final.

Dizer que o aspecto criativo permite um posicionamento intermediário entre relativismo e universalismo, ou que ele permite uma versão mais razoável do relativismo e a pá de cal no determinismo, sepultado (diz ele mesmo) por Pinker, requer uma retomada de alguns pontos principais do trabalho.

Passei os quatro primeiros capítulos da tese fazendo uma espécie de história do relativismo lingüístico, e, quando a tese parecia que jamais terminaria, propus, no quinto capítulo, uma espécie de história do aspecto criativo. Isso poderia sugerir que a tese se separa em duas partes, meio conectadas, meio independentes, e que eu deveria, para obter um texto mais coerente, cortar uma das duas, desenvolver a que ficasse mais aprofundada, e produzir uma tese monotemática, menos polimática. No entanto, como isso feriria a minha natureza obstinada e holística, há que se ousar e propor uma relação.

Assim, enquanto o relativismo foi apresentado como um conjunto de doutrinas mais ou menos correlatas que afirmam a tese bastante geral de que as línguas que falamos exercem algum tipo de influência não-lingüística em nós mesmos, seus usuários, criando modos distintos de conceber o mundo objetivo, as críticas que se fizeram a ele apontavam, em geral, à natureza vaga e intuitiva de sua formulação. As impressões dos relativistas não podem ser transformadas em teorias científicas sérias, e à medida em que as impressões vagas e radicais dos ícones relativistas, como Whorf, foram se tornando um conjunto de doutrinas mais especificamente formalizadas, com propostas verificáveis através de experimentos sérios, cujos resultados podem ser replicados, corroborados e testados (como vimos com os neo-whorfianos no capítulo 4), as refutações também se tornaram menos apaixonadas e mais objetivas: não há, ainda, corroboração das hipóteses relativistas dos neo-whorfianos através dos resultados dos experimentos.

O conjunto de noções apresentado como aspecto criativo, então, seria um modo (não experimental, não científico no sentido mais positivista que poderia ser exigido de uma tese de doutorado) de resgatar as hipóteses relativistas do perpétuo malogro. Explico.

Um dos pontos mais freqüentemente criticados do conjunto de hipóteses relativistas é o modo como muito facilmente o relativismo conduz ao determinismo lingüístico, a versão extrema do relativismo, que prega que línguas diferentes determinam totalmente a percepção, a cognição e a concepção de mundo de seus falantes. O determinismo é indissociável da incomensurabilidade que, em última instância, impediria falantes de duas línguas diferentes de se entenderem em qualquer grau. O relativismo é, portanto, perigoso. Entretanto, a construção de aspecto criativo como propriedade e como função da linguagem elimina a possibilidade do determinismo lingüístico. A prisão da linguagem só teria efeito se seus usuários fossem completamente incapazes e impotentes frente ao poderoso jugo da língua sob a qual

nasceram. O aspecto criativo é talvez a porção da linguagem mais caracteristicamente humana, emancipatória e que permite que o ser humano molde as condições já dadas de possibilidades discursivas, de maneiras que vão desde o simples ato criativo do dia-a-dia, jocoso, afetivo, sagaz, resultante de lapso ou de momento inspirado, até os grandes movimentos de reação ao sistema existente através de empréstimos vocabulares, subversão de categorias, inserção de termos necessários e motivados pela sociedade, pela cultura, pelo círculo da *auctoritas* constituído pelos poetas, pelos políticos, pelos gramáticos, pela comunidade de falantes como um todo.

O aparente determinismo nos faz sentir profunda curiosidade pelos estudos pseudo-antropológicos que afirmam incessantemente que tribos afastadíssimas da civilização, ou, dependendo do ponto de vista, do que *nós* consideramos civilização, não possuem certas categorias lingüísticas. Vemos os pirahã da Amazônia como extra-terrestres, acreditando em cada estudo que diz que eles têm pouquíssimos, quiçá nenhum termo para contar, ou qualquer outra característica incrível como essa¹⁹⁹. Esquecemo-nos que eles podem vir a desenvolver tais categorias, se vierem a precisar delas, assim como nós, auge da civilização, outrora fizemos.

Não apenas poderemos exercer o direito à criatividade lingüística em momentos de grande crise como aqueles que vierem a requerer a imposição de vocábulos que correspondam a números maiores do que “dois”, mas, como vimos no capítulo 5, cada instante enunciativo já é um instante criativo. E não somente a analogia formal, que insere neologismos nos paradigmas formais já existentes, ou a recursividade, que permite encaixar subordinadas dentro de subordinadas aparentemente *ad infinitum*, são instâncias criativas, mas a “mera” inserção de aspas num enunciado já é responsável pelo deslocamento no sistema de referências que, ingênuos, muitos de nós atribuímos somente aos poetas mais ousados ou aos artistas dadaístas, futuristas, modernistas, viciados em intertextualidade ou em *ready-made*, desconstrutivistas, pós-modernistas ou pós-qualquer-outra-coisa.

É claro, por outro lado, que não pretendo postular que a criatividade lingüística não tem fim, e que poderíamos chamar qualquer coisa por qualquer seqüência fonética em qualquer situação. Aliás, se fosse assim, George Orwell teria ele mesmo se tornado o Grande Irmão, pois a sua parodística *newspeak*, a novilíngua, propunha já uma língua

¹⁹⁹ Dan Everett tem tentado mostrar que os pirahã sequer possuem a propriedade recursiva – a controvérsia é interessantíssima e teve que ser deixada de lado nesta tese sob pena de se transformar em uma parte III – para acompanhar os desenvolvimentos recentes, cf. Gordon (2004), Everett (2005, 2007), Nevins, Pesetsky & Rodrigues (2007), entre outros.

completamente modificada para funcionar como uma prisão específica contra qualquer tipo de insurreição ao sistema totalitário distópico criado em seu universo ficcional sombrio: ele teria a receita de algo mais perigoso que qualquer bomba de destruição em massa, e poderia dominar o mundo. Ao contrário, no texto, a própria existência da novilíngua possibilitava a categorização como “unorthodox” de qualquer pensamento (ou contraparte lingüística) que fosse considerado contrário ao sistema (que seria considerado, no nosso mundo, revolucionário ou libertário). Aliás, com sua característica de ser a única língua existente que torna-se ao longo do tempo *menor*, ao invés de maior, a novilíngua não permitiria nem mesmo a existência do pensamento dissidente ou não-ortodoxo, já que inexisteriam os recursos suficientes para isso. A crítica à novilíngua de Pinker (2002) foi a de um cientista: tudo isso seria impossível porque a língua não corresponde necessariamente ao inventário mental de conceitos, e o falante acabaria conseguindo pensar as coisas que inexistissem na língua – desnecessário dizer que Pinker está a todo momento a um passo de uma definição de aspecto criativo como as mais ousadas apresentadas no capítulo 5. A crítica do próprio Orwell, que com a novilíngua criava uma paródia crítica de um recurso de dominação em uma distopia totalitária (cf. o apêndice da edição citada do romance, “The Principles of Newspeak”, em Orwell (1950) e, por exemplo, a dissertação de mestrado de Pavloski (2005)), baseia-se, inconscientemente, na noção de que a linguagem é uma perpétua canção órfica, e que ninguém, nem mesmo o Grande Irmão, conseguirá domá-la por completo e transformá-la em prisão efetiva²⁰⁰. Afinal, dissolvemos a prisão da linguagem por meio da própria linguagem!

Por outro lado, há um componente do aspecto criativo que serve de pilar de sustentação da dialética humboldtiana do sentido duplo da influência entre língua e indivíduo: o determinismo é falso porque podemos exercer influência sobre a linguagem, mas a força de influência da própria linguagem sobre nós continua a existir. Assim, o relativismo em sua versão mais moderada pode ser pensado sem que sejamos considerados monstros totalitários ou whorfianos loucos. A dinâmica do trabalho com a linguagem, sobre a linguagem e do trabalho que a linguagem exerce de volta sobre nós

²⁰⁰ O próprio conceito de *doublethink* da obra lembra-nos a perpétua tensão dialética entre visões opostas sobre a própria linguagem: em poucas palavras, uma das características mais intrigantes da novilíngua seria o modo como em cada palavra já estaria contido o seu contrário, o seu antônimo, o seu oposto aporístico. Trata-se de um passo bastante sagaz de Orwell através das possibilidades criativas que a imaginação lingüística lhe permitiu utilizar.

constitui aquilo a que aludi ao longo da tese como “tensão” entre relativismo e aspecto criativo.

É nesse sentido que relacionam-se intimamente relativismo lingüístico e aspecto criativo da linguagem, em suas formulações múltiplas conforme desenhadas ao longo dos capítulos anteriores. O relativismo lingüístico apresenta posições teóricas interessantes e consistentes sobre os modos pelos quais as línguas nos restringem, constroem, ou, pelo menos, motivam a certas escolhas. Por outro lado, a característica unicamente humana de poder criar (nos vários sentidos presentes no capítulo 5) incide novamente sobre a língua que falamos, constituindo nossa posição como falantes, como sujeitos, como *eu* em oposição ao *outro* e ao *mundo*, e, em última instância, constituindo a própria língua, tornando-a filtro de experiências, possibilitadora de intersubjetividade, destruidora de prisões, criadora de mundos.

Se o aspecto criativo é anti-determinista por permitir a subversão da própria determinação total de nossa experiência mental vinda da linguagem, ela permite, ao mesmo tempo, a indivíduos diferentes, em locais diferentes, falando línguas diferentes, ao mesmo tempo, exercerem um papel de determinação sobre a própria linguagem, em nível que, inicialmente, parece inofensivo, mas que aos poucos amplia o universo de possibilidades de interação de cada um desses indivíduos com a realidade exterior, objetiva ou não, levando através da linguagem o campo de possibilidades de sua experiência, conhecimento, percepção, cognição e de sua própria língua até mais perto do outro, habitante de outra prisão órfica, que responde provando que o primeiro não está sozinho, que todas as potencialidades da linguagem eliminam a incompreensão, a incomensurabilidade, o solipsismo e o medo cartesiano de ser o produtor de uma ilusão eterna de que tudo o que existe está somente dentro de si mesmo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Júlia Maria Costa de. Em torno do aspecto criativo da linguagem. *Alceu*, v. 3, n° 4, p. 110-122. Jan-jun, 2002.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do Signo ao Discurso. Introdução à Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Parábola, 2004.

ARNAULD & LANCELOT. *Gramática de Port-Royal ou Gramática Geral e Razoada*. Trad. Bruno Fregni Basseto e Henrique Graciano Muracho. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ATHERTON, Catherine. What Every Grammarian Knows? *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 46, No. 1. pp. 239-260, 1996.

AUROUX, Sylvain. *A Filosofia da Linguagem*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

BAKER, M. The Creative Aspect of Language Use and Nonbiological Nativism. Ms, Rutgers University, 2005.

BECCARI, Alessandro. *Uma Abordagem da Gramática Especulativa de Thomas de Erfurt: Antecedentes Históricos, Metalinguagem, Classes do Nome e do Pronome, Sintaxe*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, 2007.

BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.

BERLIN, Brent & KAY, Paul. *Basic color terms: their universality and evolution*. Berkeley: University of California Press, 1969.

BERMAN, Antoine. *A Prova do Estrangeiro. Cultura e Tradução na Alemanha Romântica*. Trad. Maria Emília Pereira Chanut. Bauru: EdUSC, 2002.

BLACK, Max. Language and Reality. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*. Vol. 32, pp. 5-17, 1958-1959.

BLACK, Max. Linguistic Relativity: The Views of Benjamin Lee Whorf. *The Philosophical Review*, Vol. 68, No. 2, pp. 228-238, 1959.

BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Trad. Carlos Nejar. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

BORGES NETO, José. *A gramática gerativa transformacional: um ensaio de filosofia da lingüística*. Tese de Doutorado: IEL-Unicamp, 1991.

BORGES NETO, José. A Questão da Origem das Línguas: Rousseau e Herder. *Cadernos de Estudos Lingüísticos (UNICAMP)*, v. 24, pp. 91-103, 1993.

BORGES NETO, José. *Introdução às Gramáticas Categoriais*. Manuscrito Não Publicado. Curitiba: UFPR, 1999.

BORGES NETO, José. *Ensaio de Filosofia da Lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BROWN, Penelope & LEVINSON, Stephen C. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BROWN, Roger L; LENNENBERG, E. A study in language and cognition. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 49, pp. 454-62, 1954.

BROWN, Roger L. *Wilhelm von Humboldt's Conception of Linguistic Relativity*. *Janua Linguarum* n° LXV. Paris / The Hague: Mouton & Co., 1967.

BURSILL-HALL, G. L. *Speculative grammar of the Middle Ages. The doctrine of 'partes orationes' of the Modistae*. The Hague: Mouton, 1971.

BURSILL-HALL, G. L. *Grammatica Speculativa of Thomas of Erfurt*. London: Longman, 1972.

CAMARA Jr., J. Mattoso. *História da Lingüística*. Petrópolis: Vozes, 4ª Ed., 1986.

CARROLL, John B. *Language, Thought, and Reality. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1956.

CASSIRER, Ernst. The influence of language upon the development of scientific thought. *The Journal of Philosophy*, Vol. 39, No. 12, pp. 309-327, 1942.

CASSIRER, Ernst. *A Filosofia das Formas Simbólicas. I – A Linguagem*. Trad. Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o Homem. Introdução a uma filosofia da cultura humana*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

CHAPANSKI, Gissele. *Uma tradução da Tekhné Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*. Dissertação de Mestrado na UFPR, 2003.

CHASE, Stuart. Foreword. In: CARROLL, John B. *Language, Thought, and Reality. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1956.

CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.

CHOMSKY, N. Review of Skinner. *Language*, 35, pp. 26-58, 1959.

CHOMSKY, N. *Current Issues in Linguistic Theory*. The Hague: Mouton, 1964.

CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

CHOMSKY, N. *Language and mind*. New York: Harcourt, Brace & World, 1968.

CHOMSKY, N. *Lingüística Cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista*. Trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EdUSP, 1972.

CHOMSKY, N. *Reflections on language*. New York: Pantheon Books, 1975.

CHOMSKY, N. *Language and Responsibility. Based on Conversations with Mitsou Ronat*. Translated from French by John Viertel. New York: Pantheon Books, 1979.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, N. A note on the creative aspect of language use. *The Philosophical Review*, Vol. 91, No. 3, p. 423-434, 1982.

CHOMSKY, N. *Knowledge of Language: its origin, nature and use*. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N. *Linguagem e Mente. Pensamentos Atuais sobre Antigos Problemas*. Trad. Lúcia Lobato. Brasília: Ed. UNB: 1998.

CHOMSKY, N. *Novos Horizontes no Estudo da Linguagem e da Mente*. Trad. Marco Antonio Sant'Anna. São Paulo: Ed. UNESP: 2005.

CHOMSKY, Noam. *Sobre Natureza e Linguagem*. Org. Adriana Belletti e Luigi Rizzi. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CÍCERO, Antonio & SALOMÃO, Waly (coord.). *Banco Nacional de Idéias: O Relativismo enquanto visão do mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.

CITRON, James L. Can cross-cultural understanding aid second language acquisition? Toward a theory of ethno-lingual relativity. *Hispania*, Vol. 78, No. 1, pp. 105-113, 1995.

COLE, M. & SCRIBNER, S. *Culture & Thought. A psychological introduction*. New York: John Wiley & Sons, 1974.

COLLART, J. (ed.) *Varron, Grammaire Antique et Stylistique Latine*. Paris: Belles Lettres, 1978.

CONDILLAC, Étienne Bonnot de. *Textos Escolhidos*. Tradução: Luiz Roberto Monzani. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

CONDILLAC, Étienne Bonnot de. *Ensayo sobre el origen de los conocimientos humanos*. Ed. Antoni Gomila Benejam. Trad. Emeterio Mazorriaga. Madrid: Editorial Tecnos, 1999.

COPPOCK, Elizabeth. *Creativity, Generative Grammar and Erzeugung*, Ms., Stanford University, 2002.

CORADINI, Heitor. *Metalinguagem na obra De Lingua Latina de Marcos Terêncio Varrão*. Tese de doutorado. São Paulo: USP-FFLCH-DLCV, 1999.

COWIE, Fiona. *What's within? Nativism reconsidered*. Oxford: University Press, 2002.

DASCAL, Marcelo (ed.) *Filosofia del lenguaje II. Pragmática*. Madrid: Editorial Trotta, 1999.

DAVIDSON, Donald. On the Very Idea of a Conceptual Scheme. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*. Vol. 47, pp. 5-20, 1973-1974.

DESBORDES, Françoise. *Concepções sobre a escrita na Roma Antiga*. Trad. Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 1995.

DRACH, M. The Creative Aspect of Chomsky's Use of the Notion of Creativity. *The Philosophical Review*, Vol. 90, No. 1, pp. 44-65, 1981.

ECO, Umberto. *A busca da língua perfeita na cultura européia*. Trad. Antonio Angonese. Bauru: EDUSC, 2001.

ECO, Umberto. *Quase a mesma coisa*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.

ERFURT, Tomás de. *Gramática Especulativa*. Traducción de Luis Farré. Buenos Aires: Editorial Losada, 1947.

EVERETT, Daniel L. 2005. Cultural constraints on grammar and cognition in Pirahã. *Current Anthropology*. 46:621-646.

EVERETT, Daniel L. Cultural Constraints on Grammar in PIRAHÃ: A Reply to Nevins, Pesetsky, and Rodrigues (2007). Unpublished. (<http://ling.auf.net/lingbuzz/>)

FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. Trad. César Augusto Mortari. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

FITCH, W. T., HAUSER, M. D., & CHOMSKY, N. The evolution of the language faculty: clarifications and implications. *Cognition*, 97(2), p. 179-210, 2005.

FORSTER, Michael, "Johann Gottfried von Herder", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2007 Edition)*, Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2007/entries/herder/>>, 2007.

FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11ª edição. São Paulo: Loyola, 2004.

FRANCHI, Carlos. *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*. Tese de Doutorado: IFCH/Unicamp, 1976.

FRANCHI, C. Linguagem – atividade constitutiva. *Revista do Gel*. Número Especial. p. 37-74, 2002.

GARBER, Daniel; AYERS, Michael (Eds.) *The Cambridge History of Seventeenth-Century Philosophy*. Cambridge: Univesrity Press, 1998.

GENTNER, Dedre & GOLDIN-MEADOW, Susan (ed.) *Language in Mind. Advances in the Study of Language and Thought*. Cambridge (MA): The MIT Press, 2003.

GERALDI, J. W. *Portos de Passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GONÇALVES, R. T. Os princípios da analogia e anomalia em Varrão. *Revista das Faculdades Santa Cruz*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 61-66, 2005.

GONÇALVES, R. T. Humboldt e o Relativismo Lingüístico. *Estudos Lingüísticos* (São Paulo), 35, pp. 1700-1709, 2006.

GONÇALVES, R. T. Chomsky e o aspecto criativo da linguagem. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 8, p. 1-13, 2007a.

GONÇALVES, R. T. O Aspecto Criativo da Linguagem: Varrão e Chomsky. Manuscrito não publicado, apresentado no Congresso Nacional de Estudos Clássicos, UNESP-Araraquara, 2007b.

GONÇALVES, R. T.; BECCARI, Alessandro. Retórica e Ciência: O Caso da Lingüística Crítica. *Revista Letras*, 72 (no prelo), 2008.

GORDON, P. Numerical cognition without words: Evidence from Amazonia. *Science* 306 (5695):496–99, 2004.

GRICE, Paul. Logic and conversation. In: P. Cole & J. Morgan (ed.), *Syntax and semantics 3: Pragmatics*, 41-58. New York: Academic Press, 1975.

GRIFFITH-DICKSON, Gwen, "Johann Georg Hamann", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2007 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2007/entries/hamann/>>, 2007.

GUIMARÃES, Maximiliano. Remarks on Assertiveness, Syntactic Embedding, and Immediacy of Experience. MS. Submitted to *Biolinguistics*, 2007.

GUMPERZ, John J.; LEVINSON, Stephen C. (eds.). *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HARRIS, Roy and TAYLOR, Talbot J. *Landmarks in Linguistic Thought: The Western Tradition from Socrates to Saussure*. London: Routledge, 1989.

HEIDERMAN, Werner. Introdução. In: HUMBOLDT, Wilhelm von. *Língua, Literatura e Bildung*. Organizado por Werner Heidermann e Markus J. Weininger. Florianópolis: UFSC, 2006.

HEIDERMAN, Werner (Org.). Antologia Bilíngüe. Clássicos da Teoria da Tradução. Volume I: Alemão-Português. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução, 2001.

HERDER, Johann Gottfried. *Ensaio Sobre a Origem da Linguagem*. Trad. José M. Justo. Lisboa: Edições Antígona, 1987.

HOLLIS, Martin & LUKES, Steven (eds.) *Rationality and Relativism*. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.

HAUSER, M., CHOMSKY, N., & FITCH, W. T. The Language Faculty: What is it, who has it, and how did it evolve? *Science*, 298, 1569-1579, 2002.

HOCKETT, Charles F. The origin of speech. *Scientific American*, 203, 88-111, 1960.

HUMBOLDT, Wilhelm von. *Linguistic Variability and Intellectual Development*. Translated by George C. Buck and Frithjof A. Raven. First Pennsylvania Paperback Edition. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Introdução a *Agamêmnon* (1816). Trad. Susana Kampf Lages. In: HEIDERMAN, Werner (Org.). *Antologia Bilíngüe. Clássicos da Teoria da Tradução. Volume I: Alemão-Português*. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução, 2001.

HUMBOLDT, Wilhelm von. *Língua, Literatura e Bildung*. Organizado por Werner Heidermann e Markus J. Weininger. Florianópolis: UFSC, 2006.

ILARI, Rodolfo. Linguagem - Atividade Constitutiva (Idéias e Leituras de Um Aprendiz). *Revista Letras*, nº 61, especial, 2003.

JACKENDOFF, R. & PINKER, S. The Nature of the Language Faculty and its Implications for Evolution of Language (Reply to Fitch, Hauser, & Chomsky). *Cognition* 97(2), p. 211-225, 2005.

JAKOBSON, Roman. Franz Boas' Approach to Language. *International Journal of American Linguistics*. Vol. 10, no. 4, pp. 188-195, 1944.

JOSEPH, E. John; LOVE, Nigel; TAYLOR, Talbot J. *Landmarks in Linguistic Thought II. The Western Tradition in the Twentieth Century*. London: Routledge, 2001.

KAHANE, Henry and Renée. Humanistic Linguistics. *Journal of Aesthetic Education*, Vol. 17, No. 4, pp. 65-89, 1983.

KAY, Paul & KEMPTON, Willett. What is the Sapir-Whorf Hypothesis? *American Anthropologist*. Vol. 86, No. 1, pp. 65-79, 1984.

KAY, Paul & REGIER, Terry. Language, thought and color: recent developments. *Trends in Cognitive Sciences*. Vol. 10, No. 2, pp. 51-54, February, 1996.

KOERNER, E. F. K. & ASHER, R. E. *Concise History of the Language Sciences: From the Sumerians to the Cognitivists*. Oxford: Pergamon, 1995.

KRAMSCH, Claire. *Language and Culture*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

KRAUSZ, Michael (ed.). *Relativism. Interpretation and Confrontation*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 1989.

KRISTEVA, Julia. *História da Linguagem*. Trad. Maria Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 1974.

KRUPAT, Arnold. Anthropology in the Ironic Mode: The Work of Franz Boas. *Social Text*, n. 19/20, pp. 105-118, 1988.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LAFONT, Cristina & PEÑA, Lorenzo. La tradición Humboldtiana y el Relativismo Lingüístico. In: Dascal, M. (ed.) *Filosofia del lenguaje II. Pragmática*. Madrid: Editorial Trotta, 1999.

LAHUD, Michel. Chomsky Historiador. In: Eleonora ALBANO; Maria Irma H. COUDRY; Sírio POSSENTI e Tânia ALKMIN (orgs.) *Saudades da Língua. Lingüística e os 25 anos do Instituto de estudos da Linguagem da UNICAP*. Campinas: Mercado de Letras & Depto de Lingüística do IEL, 2004. pp. 63-82.

LANDAR, Herbert. *Language and Culture*. New York: Oxford University Press, 1966.

LASNIK, H. & URIAGEREKA, J. On the poverty of the challenge. *The Linguistic Review*, 19. p. 147-150, 2002.

LI, P. & GLEITMAN, L. Turning the tables: language and spatial reasoning. *Cognition*. Nº 83, Issue 3, p. 265-294, 2002.

LEVINSON, S. C. Relativity in spatial conception and description. In: GUMPERZ, John J.; LEVINSON, Stephen C. (eds.). *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LEVINSON, S. C. Language and Mind: Let's Get the Issues Straight! In: GENTNER, Dedre & GOLDIN-MEADOW, Susan (ed.) *Language in Mind. Advances in the Study of Language and Thought*. Cambridge (MA): The MIT Press, 2003.

LOCKE, John. *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*. Introdução, Notas e Coordenação da Tradução: Eduardo Abranches de Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: 1999.

LOPES DA SILVA, F.; RAJAGOPALAN, K. (orgs.). *A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004.

LUCY, John. *Grammatical Categories and Cognition: a Case Study of the Linguistic Relativity Hypothesis*. Cambridge: University Press, 1992a.

LUCY, John. *Language Diversity and Thought: a Reformulation of the Linguistic Relativity Hypothesis*. Cambridge: University Press, 1992b.

LUCY, John. The Scope of Linguistic Relativity: An Analysis and Review of Empirical Research. In: GUMPERZ, John J.; LEVINSON, Stephen C. (eds.). *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LUCY, John. Linguistic Relativity. *Annual Review of Anthropology*, Vol. 26, pp. 291-312, 1997.

LYONS, John. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: University Press, 1968.

LYONS, John. *Língua(gem) e Lingüística: uma introdução*. Trad. Marilda Winkler Averburg e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MACKIE, J. L. *Problems from Locke*. Oxford: University Press, 1976.

MARKING, Kasper C. Some qualifying remarks on linguistic relativity. *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 22, No. 4, pp. 566-573, 1962.

MICHAELIS, Johann David. *A dissertation on the influence of opinions on language and of language on opinions, Together with an enquiry into the advantages and practicability of an universal learned language*. (Título original: *Ueber den Einfluss der Sprachen auf die Meinungen der Menschen*) Tradutor não especificado. London: printed for W. Owen; J. Johnson; and W. Bingley, 1771.

MILLER, Robert L. *The Linguistic Relativity Principle and Humboldtian Ethnolinguistics. A History and Appraisal*. Janua Linguarum 67. The Hague/Paris: Mouton, 1968.

MOLSING, Karina Veronica. *The Role of Semantics in the Linguistic Relativity of Time*. Dissertação de Mestrado: PUCRS, 2005.

MONTGOMERY, M. *An introduction to language and society*. Routledge: London and New York, 1985.

MOUNIN, G. *Histoire de la Linguistique – Des Origines Au XXème Siècle*. Paris: PUF, 1967.

MOUNIN, G. *Os problemas teóricos da tradução*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional: Uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

NEVINS, Andrew, David PESETSKY, and Cilene RODRIGUES. 'Pirahã Exceptionality: A Reassessment', available at: <http://ling.auf.net/lingBuzz>, 2007.

NEWTON-SMITH, W. Relativism and the possibility of interpretation. In: HOLLIS, Martin & LUKES, Steven (eds.) *Rationality and Relativism*. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.

OGDEN, C. K. & RICHARDS, I. A. *O significado de significado. Um estudo sobre a influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

ORWELL, George. *Nineteen Eighty-Four*. New York: Signet Classics, 1950.

OTERO, Carlos P. (Ed.) *Noam Chomsky. Critical Assessments. Volume II: Philosophy*. London and New York: Routledge, 1994.

PARSONS, Terence. *Events in the Semantics of English. A Study in Subatomic Semantics*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1990.

PAVLOSKI, Evanir. 1984. *A Distopia do Indivíduo sob Controle*. Dissertação de Mestrado. UFPR, 2005.

PEREIRA, Marcos Aurélio. *Quintiliano Gramático*. São Paulo: Humanitas FFCHL/USP, 2000.

PIATELLI-PALMARINI, M. (Ed.). *Language and Learning. The Debate between Jean Piaget and Noam Chomsky*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.

PINKER, Steven. *O Instinto da Linguagem: Como a mente cria a linguagem*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINKER, Steven. *Tabula Rasa. A negação contemporânea da natureza humana*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PINKER, Steven. *The Stuff of Thought: Language as a Window into Human Nature*. New York, Viking – Penguin Group, 2007.

PINKER, S. & JACKENDOFF, R. The Faculty of Language. What's Special about it? *Cognition*, 95(2), p. 201-236, 2005.

PLATÃO. *Diálogos: Teeteto – Crátilo*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Coordenação: Benedito Nunes. 3ª Ed. Revisada. Belém: Editora da UFPA, 2001.

POPPER, Karl. *A Lógica da Pesquisa científica*. Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972.

POPPER, Karl. *Conjecturas e Refutações*. Trad. Sérgio Bath. Editora da Universidade de Brasília, 1982.

PULLUM, G. K. *The Great Eskimo Vocabulary Hoax and Other Irreverent Essays on the Study of Language*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.

PULLUM, G. & SCHOLTZ, B. Empirical assessment of stimulus poverty arguments. *The Linguistic Review*, 19. p. 9-50, 2002.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

RASIA, Maria Eugenia Mangialavori. Cartesianismo en la lingüística generativa: el aspecto creador del uso del lenguaje como factor diferenciador cualitativo. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 8, p. 1-13, 2007.

RICKEN, Ulrich. *Linguistics, Anthropology and Philosophy in the French Enlightenment*. Translated by Robert E. Norton. London and New York: Routledge, 1994.

ROBINS, Robert H. *Ancient & Mediaeval Grammatical Theory in Europe. With particular reference to modern linguistic doctrine*. London: G. Bell & Sons, 1951.

ROBINS, Robert H. *Pequena História da Lingüística*. Trad. Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

ROLLINS, Peter. The Whorf Hypothesis as a Critique of Western Science and Technology. *American Quarterly*, Vol. 24, No. 5, pp. 563-583, 1972.

RUY, Maria Lucilia. *Formação de palavras: Livro VIII da gramática de Varrão*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2006.

SALMONI, Anita. *Em Busca das Linguagens Perdidas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

SALUS, Peter H. [ed.] *On Language: From Plato to von Humboldt*. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1969.

SAPIR, Edward. Speech as a personality trait. *The American Journal of Sociology*, Vol. 32, No. 6, pp. 892-905, 1927.

SAPIR, Edward. The Status of Linguistics as a Science. *Language*. Vol. 5, No. 4. pp. 207-214, 1929.

SAPIR, Edward. Conceptual categories in primitive languages. *Science*, 74, 1931.

SAPIR, Edward. *A Linguagem: Introdução ao estudo da fala*. Trad. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954[1921].

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 26ª edição. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2004.

SCHAFF, Adam. *Linguagem e Conhecimento*. Trad. Manuel Reis. Coimbra: Livraria Almedina, 1974

SCHLEIERMACHER, Friedrich. Sobre os diferentes métodos de tradução (1813). Trad. Margarete von Mühlen Poll. In: HEIDERMANN, Werner (Org.). *Antologia Bilingüe. Clássicos da Teoria da Tradução. Volume I: Alemão-Português*. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução, 2001.

SCHOLTZ, B. & PULLUM, G. Searching for arguments to support linguistic nativism. *The Linguistic Review*, 19. p. 185-223, 2002.

SLOBIN, Dan I. From "Thought and Language" to "Thinking for Speaking". In: GUMPERZ, John J.; LEVINSON, Stephen C. (eds.). *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SLOBIN, Dan I. Language and Thought Online: Cognitive Consequences of Linguistic Relativity. In: GENTNER, Dedre & GOLDIN-MEADOW, Susan (ed.) *Language in Mind. Advances in the Study of Language and Thought*. Cambridge (MA): The MIT Press, 2003.

STEELE, Tracey. Sex, culture and linguistic relativity: making abstract concepts concrete. *Teaching Sociology*, Vol. 31, No. 2, pp. 212-220, 2003.

STEINER, George. Whorf, Chomsky and the Student of Literature. *New Literary History*. Vol. 4, No. 1, The Language of Literature, pp. 15-34, 1972.

STEINER, George. *Depois de Babel. Questões de Linguagem e Tradução*. Tradução: Carlos Alberto Faraco. Curitiba: Editora da UFPR, 2005.

SWOYER, Chris, "Relativism", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2003/entries/relativism/>>, 2003.

TAYLOR, Daniel. Varro's Mathematical Models of Inflection. *Transactions of the American Philological Association* (1974-), Vol. 107, pp. 313-323, 1977.

TRABANT, Jürgen. *Humboldt ou le sens du langage*. Edition française élaborée par l'auteur et François Mortier avec la collaboration de Jean-Luc Evard. Liège: Mardaga, 1992.

TYLER, Stephen A. *The Said and the Unsaid. Mind, Meaning and Culture*. New York: Academic Press, 1978.

UHLFELDER, Myra L. "Nature" in Roman Linguistic Texts. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 97, pp. 583-595, 1966.

VALENZA, Giovanna Mazzaro. *Os argumentos de analogistas e anomalistas na obra De Lingua Latina de Varrão: tradução e análise de excertos*. Monografia de Conclusão de Curso: UFPR, 2006.

VARRO. *De Lingua Latina. Books V – VII*. With an English Translation by Roland G. Kent. Cambridge, MA and London: Harvard University Press: 1938.

VARRO. *De Lingua Latina. Books VIII – X*. With an English Translation by Roland G. Kent. Cambridge, MA and London: Harvard University Press: 1938.

WEEDWOOD, Barbara. *História Concisa da Lingüística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

WHORF, Benjamin Lee. The Punctual and segmentative aspects of verbs in Hopi (1936a). In: CARROLL, John B. *Language, Thought, and Reality. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1956.

WHORF, Benjamin Lee. An American Indian model of the universe (1936b). In: CARROLL, John B. *Language, Thought, and Reality. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1956.

WHORF, Benjamin Lee. A linguistic consideration of thinking in primitive communities (1936c). In: CARROLL, John B. *Language, Thought, and Reality. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1956.

WHORF, Benjamin Lee. Grammatical categories (1937a). In: CARROLL, John B. *Language, Thought, and Reality. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1956.

WHORF, Benjamin Lee. Discussion of Hopi linguistics (1937b). In: CARROLL, John B. *Language, Thought, and Reality. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1956.

WHORF, Benjamin Lee. Some verbal categories of Hopi (1938a). In: CARROLL, John B. *Language, Thought, and Reality. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1956.

WHORF, Benjamin Lee. The relation of habitual thought and behavior to language (1939). In: CARROLL, John B. *Language, Thought, and Reality. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1956.

WHORF, Benjamin Lee. Science and Linguistics (1940a). In: CARROLL, John B. *Language, Thought, and Reality. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1956.

WHORF, Benjamin Lee. Linguistics as an exact science (1940b). In: CARROLL, John B. *Language, Thought, and Reality. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1956.

WHORF, Benjamin Lee. Languages and logic (1941a). In: CARROLL, John B. *Language, Thought, and Reality. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1956.

WHORF, Benjamin Lee. Language, mind and reality (1941b). In: CARROLL, John B. *Language, Thought, and Reality. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1956.

WOOD, Mary-McGee. *Categorial Grammars*. London: Routledge: 1993.